

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Karina Machado de Castro Simão

**ESPAÇO PÚBLICO COMO PALCO DAS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS E DA
VITALIDADE URBANA: subversão à ordem, luta pelo direito à cidade e
expressão dos conflitos urbanos de Belo Horizonte**

Belo Horizonte
2020

Karina Machado de Castro Simão

**ESPAÇO PÚBLICO COMO PALCO DAS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS E DA
VITALIDADE URBANA: subversão à ordem, luta pelo direito à cidade e
expressão dos conflitos urbanos de Belo Horizonte**

Versão Final

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Linha de pesquisa: Planejamento e Dinâmicas Socioterritoriais

Orientadora: Prof^a. Dra. Raquel Garcia Gonçalves

Belo Horizonte
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

S588e

Simão, Karina Machado de Castro.

Espaço público como palco das manifestações coletivas e da vitalidade urbana [manuscrito] : subversão à ordem, luta pelo direito à cidade e expressão dos conflitos urbanos de Belo Horizonte / Karina Machado de Castro Simão. - 2020.

237 f. : il.

Orientadora: Raquel Garcia Gonçalves.

Tese (doutorado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço público - Teses. 2. Movimentos sociais urbanos - Teses. 3. Política urbana – teses. 4. Belo Horizonte (MG) - Teses. I. Gonçalves, Raquel Garcia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 306.48



FOLHA DE APROVAÇÃO

Espaço público como palco das manifestações coletivas e da vitalidade urbana: subversão à ordem, luta pelo direito à cidade e expressão dos conflitos urbanos de Belo Horizonte

KARINA MACHADO DE CASTRO SIMÃO

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 21 de julho de 2020, pela Comissão constituída pelos membros:

Profa. Dra. Raquel Garcia Gonçalves - Orientadora
EA-UFMG

Prof. Dr. Altamiro Sérgio Mol Bessa
EA-UFMG

Profa. Dra Paula Barros
EA-UFMG

Profa. Dra. Alexandra do Nascimento Passos
Centro Universitário UNA

Profa. Dra. Daniela Abrilla Cota
UFSJ

Belo Horizonte, 21 de julho de 2020.

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas contribuíram para a realização deste trabalho e merecem o meu sincero agradecimento.

À minha orientadora Raquel, pelo carinho, pela compreensão e pela sabedoria compartilhada. Desfrutar do seu ensinamento e conviver com uma pessoa tão querida possibilitaram o meu crescimento intelectual e o desenvolvimento da tese. Sou grata pela orientação e revisão minuciosas e por caminhar ao seu lado.

Ao Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte, pela oportunidade de aprendizado como pesquisadora. Agradeço, principalmente, aos bolsistas do Observatório, pela pesquisa e pelo registro constantes dos conflitos urbanos, que viabilizaram a produção dos dados para este trabalho. Ao grupo de estudos da pesquisa, composto pelas amigas Ana Paola, Helena, Izabella, Juliana e Raquel, pelas discussões produtivas e prazerosas sobre o espaço urbano.

Ao apoio institucional da Escola de Arquitetura da UFMG, bem como aos professores, funcionários e colegas do curso de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. À CAPES, pela concessão da bolsa e auxílio fundamental durante esses quatro anos.

Às professoras Alexandra Nascimento e Paula Barros, pelas valiosas sugestões e contribuições na banca da Qualificação.

Aos queridos professores Altamiro, Cristina, Marieta e Stael, pelo incentivo à vida acadêmica e pelos ensinamentos durante e após as pesquisas desenvolvidas na Escola de Arquitetura da UFMG.

Aos amigos, de modo geral, agradeço pelo apoio e pelos momentos de descontração.

À Deus, que ilumina o meu caminho.

À minha família, tios, primos, sogros, cunhadas e concunhados, pelo estímulo constante e pela compreensão dos momentos ausentes. Aos queridos sobrinhos, pela

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

alegria. Ao meu avô (*in memoriam*) e à minha avó, pela criação maravilhosa e presença contínua.

Aos meus pais, base de tudo, especialmente à minha mãe, pelo apoio incondicional.

Finalmente, de forma muito especial, agradeço ao Alysson, pelo incentivo, pela compreensão, pela paciência e pelo carinho de sempre. Muito obrigada!

Somente quando se entender que os que constroem e mantêm a vida urbana tem uma exigência fundamental sobre o que eles produziram, e que uma delas é o direito inalienável de criar uma cidade mais em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha a fazer sentido. “A cidade pode estar morta”, Lefebvre parece dizer, mas “**Longa vida à cidade!**” (David Harvey, 2014).

RESUMO

A cidade resulta de processos históricos e sociais ao longo do tempo. Sua principal função, segundo Lefebvre (2008), é a vida urbana, que ocorre principalmente no espaço público, quando o valor de uso predomina sobre o valor de troca. A partir do capitalismo e acentuado pelo neoliberalismo, o valor de troca vem predominando e o espaço urbano é produzido a partir dos interesses de uma classe e uma ordem hegemônica, intensificando as contradições sociais e os conflitos urbanos. Os conflitos urbanos expressam o descontentamento da sociedade, revelando-se a partir das manifestações coletivas, que acontecem, sobretudo, no espaço público. As manifestações são uma forma de subversão à ordem e de luta pelo direito à cidade, que visa à transformação da vida urbana. Cabe destacar a importância dos conflitos urbanos, que contribuem para a vitalidade urbana e para a leitura da cidade, fornecendo, assim, subsídios para a elaboração do planejamento urbano e de políticas públicas democráticas. O trabalho parte da hipótese de que a ordenação do espaço urbano e da sociedade implica um paradoxo: a reação à ordem imposta é o seu próprio questionamento. O objetivo da tese é investigar o espaço público de Belo Horizonte como o lugar de subversão à ordem hegemônica, de luta pelo direito à cidade e de manifestação dos conflitos urbanos. São estudadas as manifestações coletivas que expressam os conflitos urbanos e que ocorrem, especificamente, na Praça Sete de Setembro, na Praça da Estação e na Praça da Liberdade. Os procedimentos metodológicos adotados tratam de pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, a partir de revisão teórica e bibliográfica e pesquisa documental. Os conflitos urbanos de Belo Horizonte, expressos pelas manifestações coletivas, são analisados a partir da coleta de dados do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte. Ao analisar a trajetória histórica e as manifestações coletivas realizadas nas praças, entende-se que a Praça Sete e a Praça da Estação são lugares de caráter público e político, da festa, da vitalidade urbana, da subversão à ordem, da luta pelo direito à cidade e da expressão dos conflitos urbanos. Já a Praça da Liberdade, símbolo do poder do Estado, representa o espaço ordenado, onde o caráter público é seletivo e, muitas vezes, excludente. Não deixa, contudo, de ser palco da expressão de inúmeros conflitos, revelando outros desejos de cidade. As manifestações ocorridas em Belo Horizonte, sobretudo na Praça Sete de Setembro e na Praça da Estação, podem constatar a hipótese do trabalho de que a ordenação do espaço e da sociedade urbana implica a contestação da própria ordem. Negar os conflitos é negar a vitalidade urbana e desconsiderar as múltiplas possibilidades de, a partir de seu entendimento, permitir a busca pela transformação urbana, que vise à construção de uma cidade democrática, inclusiva, em que o direito à cidade não se limite à retórica.

Palavras-Chave: Espaço público. Manifestação coletiva. Subversão. Direito à cidade. Conflitos urbanos.

ABSTRACT

The city results from historical and social processes over time. Its main function, according to Lefebvre (2008), is urban life, which occurs mainly in public space, when use value predominates over exchange value. Starting from capitalism and accentuated by neoliberalism, exchange value has predominated and urban space is produced by a hegemonic class and a order, intensifying social contradictions and urban conflicts. Urban conflicts express the discontent of society, revealing itself from collective manifestations, which happen mainly in the public space. Collective manifestations are a form of subversion to order and the struggle for the right to the city, which aims to transform urban life. It is worth highlighting the importance of urban conflicts, which contribute to urban vitality and to the reading of the city, thus providing subsidies for the elaboration of urban planning and democratic public policies. The work starts from the hypothesis that the ordering of urban space and society implies a paradox: the reaction to the imposed order is its own questioning. The objective of the thesis is to investigate the public space of Belo Horizonte as the place of subversion to the hegemonic order, of fighting for the right to the city and of manifestation of urban conflicts. The collective manifestations that express urban conflicts and that occur, above all, in Sete de Setembro Square, Estação Square and Liberdade Square are studied. The methodological procedures adopted deal with qualitative and exploratory research, based on theoretical and bibliographic review and documentary research. Belo Horizonte's urban conflicts, expressed by collective manifestations, are analyzed from the data collection of Belo Horizonte Urban Conflict Observatory. When analyzing the historical trajectory and the collective manifestations performed in the squares, it is understood that Sete Square and Estação Square are places of public and political character, of the party, of urban vitality, of subversion to order, of the struggle for the right to city and the expression of urban conflicts. However, Liberdade Square, a symbol of state power, represents an orderly space, where the public character is selective and, often, excluding. However, it is still the place for the expression of countless conflicts, revealing other desires for the city. The collective manifestations that took place in Belo Horizonte, especially in Sete de Setembro Square and Estação Square, confirm the hypothesis of the work that the ordering of space and urban society implies the contestation of the order itself. To deny conflicts is to deny urban vitality and disregard the multiple possibilities of, based on its understanding, allowing the search for urban transformation, aimed at building a democratic and inclusive city, in which the right to the city is not limited to rhetoric.

Keyword: Public space. Collective manifestations. Subversion. Right to the city. Urban conflicts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Boletim de um conflito urbano registrado pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte	39
Figura 2 – Tabela de catalogação dos conflitos urbanos registrados pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte	40
Figura 3 – Mapeamento das manifestações coletivas registradas pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte na plataforma <i>crowndmap</i>	41
Figura 4 – Relatos das manifestações coletivas registradas pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte na plataforma <i>crowndmap</i>	41
Figura 5 - Eixo de periodização da cidade ao longo da história	46
Figura 6 – Reconstituição da Ágora de Atenas (século II a. C).....	49
Figura 7 – Planta dos Fóruns Imperiais (Roma).....	52
Figura 8 – Apropriação dos espaços públicos medievais (BRUEGEL, Pieter. Provérbios Holandeses, 1568).	54
Figura 9 – Charge do Plano de Haussmann para Paris	58
Figura 10 - Plano de Belo Horizonte elaborado por Aarão Reis (1897)	93
Figura 11 – Localização da Praça Sete de Setembro, da Praça da Estação e da Praça da Liberdade em Belo Horizonte (2020).....	136
Figura 12 – Localização e vista da Praça Sete (2020)	137
Figura 13 – Praça Sete em 1905 (ainda Praça 12 de Outubro)	138
Figura 14 –II Congresso Eucarístico: Comunhão dos Homens na Praça Sete (1936)	140
Figura 15 – Cartão-postal da Praça Sete de Setembro (1946) - José Teixeira, fotógrafo e editor.	141
Figura 16 – Pirâmide Metálica na Praça Sete (1943).....	143
Figura 17 –O obelisco na Savassi e a Praça Sete sem o monumento (1974)	143

Figura 18 – Monumento implantado na Praça Sete (década de 1960)	145
Figura 19 – Fechamento dos quarteirões do entorno imediato da Praça Sete (década de 1970)	147
Figura 20 – Manifestação do Sindicato bancário na Praça Sete (1989).....	148
Figura 21 – Manifestação na Praça Sete contra os gastos da Copa do Mundo (2014)	152
Figura 22 – Passeata em direção à Praça Sete contra os cortes da educação (2019)	158
Figura 23 – Protesto pela educação na Praça Sete (2019).....	159
Figura 24 – Performance contra a homofobia na Praça Sete (2016)	159
Figura 25 – Distribuição de rosas pelos catadores de materiais recicláveis na Praça Sete (2012).....	160
Figura 26 – Localização e vista da Praça da Estação (2020).....	162
Figura 27 – Plano Geral da Estação Central e Dependências (1897).....	163
Figura 28 – Praça da Estação (1898).....	164
Figura 29 – Antigo prédio da Estação e a Praça (1910).....	164
Figura 30 – Praça da Estação após a remodelação (1920)	165
Figura 31 – Inauguração do Monumento à Civilização mineira (1930)	166
Figura 32 – Vista aérea da Praça da Estação e entorno após a duplicação da Avenida dos Andradas (década de 1960)	168
Figura 33 – Manifestação dos operários da construção civil na Praça da Estação (1979).....	170
Figura 34 – Vista aérea da Praça da Estação, utilizada para estacionamento (década de 1980)	170
Figura 35 – Feira na Praça da Estação (1997).....	171
Figura 36 – Praça da Estação após a implantação do Bulevar Arrudas (2007)	173
Figura 37 – Praia da Estação (2010).....	175

Figura 38 – Questionamento da privatização da Praça da Estação: “Eu alugo BH Radicalmente E cobro!” (2010).....	176
Figura 39 – Manifestação dos ciclistas na Praça da Estação (2014)	180
Figura 40 – Protesto do Bloco Praia da Estação contra a Policia Militar(2016)	181
Figura 41 – Manifestação contra a morte da juventude negra na Praça da estação (2019).....	182
Figura 42 – Assembleia dos servidores municipais da educação na Praça da Estação (2016).....	184
Figura 43 – Movimento Tarifa Zero distribui passagens de metrô na Praça da Estação como protesto ao aumento das passagens (2019)	187
Figura 44 – Localização da Praça da Liberdade e vista do Palácio da Liberdade (2020)	189
Figura 45- Praça da Liberdade (1903)	190
Figura 46 - Vista aérea da Praça da Liberdade (1940)	191
Figura 47- Feira de Artesanato na Praça da Liberdade (1980)	193
Figura 48- Circuito Cultural da Praça da Liberdade (2010)	197
Figura 49 – Protesto pacífico das famílias na Praça da Liberdade (2013).....	203
Figura 50 – ‘Atentado poético’ na Praça da Liberdade (2016)	204
Figura 51 – Manifestação dos professores da rede estadual na Praça da Liberdade (2018).....	206
Figura 52 – Ato para conscientização da população sobre os direitos dos autistas na Praça da Liberdade (2016).....	207

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Manifestações coletivas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019.....	115
Gráfico 2 - Objeto dos conflitos urbanos expresso pelas manifestações coletivas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019.....	118
Gráfico 3 – Coletivo mobilizado das manifestações coletivas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019	120
Gráfico 4 – Instituição reclamada nas manifestações coletivas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019	125
Gráfico 5 - Local das manifestações coletivas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019.....	126
Gráfico 6 - Forma de Luta das manifestações coletivas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019.....	127
Gráfico 7 – Local das passeatas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019.....	133
Gráfico 8 – Manifestações nas praças públicas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019.....	134
Gráfico 9 – Objeto dos conflitos urbanos expresso pelas manifestações coletivas na Praça Sete registrados no período de abril de 2006 a dezembro de 2019	151
Gráfico 10 – Coletivo mobilizado das manifestações coletivas na Praça Sete registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019	153
Gráfico 11- Instituição reclamada nas manifestações coletivas na Praça Sete registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019	156
Gráfico 12- Forma de luta das manifestações coletivas na Praça Sete registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019.....	157
Gráfico 13 – Objeto dos conflitos urbanos expresso pelas manifestações coletivas na Praça da Estação registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019...	178

Gráfico 14 – Coletivo mobilizado das manifestações coletivas na Praça da Estação registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019	179
Gráfico 15 - Instituição reclamada nas manifestações coletivas na Praça da Estação registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019	183
Gráfico 16 - Forma de luta das manifestações coletivas na Praça da Estação registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019	185
Gráfico 17 – Objeto dos conflitos urbanos expresso pelas manifestações coletivas na Praça da Liberdade registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019	201
Gráfico 18 – Coletivo mobilizado das manifestações coletivas na Praça da Liberdade registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019	202
Gráfico 19- Instituição reclamada nas manifestações coletivas na Praça da Liberdade registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019	205
Gráfico 20- Forma de luta das manifestações coletivas na Praça da Liberdade registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019	208

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1- Quantidade da forma de luta das manifestações em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019	33
Tabela 2- Quantidade das manifestações coletivas nas praças de Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019	34
Quadro 1 - Código dos conflitos urbanos (variável para catalogação)	35
Quadro 2 – Objeto dos conflitos urbanos (variável para catalogação)	36
Quadro 3 – Coletivo Mobilizado das manifestações coletivas (variável para catalogação).....	37
Quadro 4 – Instituição Reclamada das manifestações coletivas (variável para catalogação).....	37
Quadro 5 – Local do conflito / Local da manifestação (variável para catalogação)..	38
Quadro 6 – Forma de luta das manifestações coletivas (variável para catalogação)	39

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
PARTE I – ESPAÇO PÚBLICO E DIREITO À CIDADE	44
2. DA CIDADE POLÍTICA À CIDADE INDUSTRIAL	45
2.1 CIDADE POLÍTICA.....	47
2.2 CIDADE COMERCIAL.....	53
2.3 CIDADE INDUSTRIAL.....	56
3. CIDADE NEOLIBERAL.....	62
3.1 O ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE NEOLIBERAL	70
3.1.1 O recuo do espaço público	73
3.2 DA IMPOSIÇÃO DA ORDEM À DESORDEM	80
3.2.1 Subversão à ordem	83
3.2.2 Restauração da esfera pública	88
PARTE II – ESPAÇOS PÚBLICOS DE BELO HORIZONTE	91
4. DA CIDADE REPUBLICANA À CIDADE NEOLIBERAL	92
5. OS CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE EXPRESSOS PELAS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS.....	115
6. ESPAÇOS PÚBLICOS DE BELO HORIZONTE: SUBVERSÃO À ORDEM, LUTA PELO DIREITO À CIDADE E EXPRESSÃO DOS CONFLITOS URBANOS.....	136
6.1 PRAÇA SETE DE SETEMBRO.....	137
6.1.1 Praça do encontro: espaço da diversidade social	138
6.1.2 Praça “moderna”: espaço planejado para os automóveis	142
6.1.3 Praça idealizada: espaço para a apropriação ordenada.....	147
6.1.4 Praça da ação política: palco das lutas urbanas.....	150
6.2 PRAÇA DA ESTAÇÃO	162

6.2.1	Praça da passagem: porta de entrada da cidade	163
6.2.2	Praça do transporte: espaço planejado para os terminais de ônibus e do metrô e para o estacionamento de veículos	167
6.2.3	Praça cultural: espaço para eventos	172
6.2.4	Praça da pluralidade: lugar de partida e de chegada das manifestações 178	
6.3	PRAÇA DA LIBERDADE	189
6.3.1	Praça cívica: espaço do poder do Estado e do encontro da sociedade burguesa	190
6.3.2	Praça do mercado: espaço para as feiras e para a população	193
6.3.3	Praça simbólica: espaço para a cultura e para o turismo da sociedade neoliberal	195
6.3.4	Praça vivida: espaço dos atos públicos	200
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
	REFERÊNCIAS.....	226

1. INTRODUÇÃO

A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o esteticismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. Mesmo para aqueles que procuram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta. No entanto, o “urbano” persiste, no estado da atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade (LEFEBVRE, 2008, p.106).

A cidade é a projeção da sociedade sobre um local e resultado dos processos históricos, cuja periodização pode ser feita a partir do desenvolvimento dos modos de produção. Lefebvre (2008) define essa periodização ao longo de um eixo, desde a inexistência das cidades (nos primórdios dos primeiros grupos humanos coletores e caçadores) à absorção do campo pela cidade (fenômeno ainda incompleto na atualidade), determinando, progressivamente, a cidade política, a cidade mercantil e a cidade industrial.

Segundo Lefebvre (2008), na cidade política (arcaica), grega e romana, a centralidade é espacializada na Ágora e no Fórum, um local de reunião. A cidade comercial (medieval) integrou os mercados e as mercadorias, cujo centro é a praça de mercado, acolhendo as pessoas e os produtos. A cidade industrial (capitalista) criou o centro de consumo, cuja centralidade tem uma dupla função: lugar de consumo e consumo do lugar. Para Lefebvre (2008, p.130), “o neocapitalismo sobrepõe o centro de decisão ao centro de consumo (que ele nem desmente, nem destrói). Não reúne nem mais as pessoas nem as coisas, mas as informações e os conhecimentos”. A centralidade é constituída por aqueles que visam ao poder, que detém a decisão e a informação, intensificando a exploração de toda a sociedade, “não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes” (LEFEBVRE, 2008, p. 63).

A função principal da cidade, para Lefebvre (2008), é a festa, o contato com o outro, o encontro, a socialização, quando o valor de uso predomina sobre o valor de troca². A vida social urbana relaciona-se ao valor de uso e à festa, que supõe

² Lefebvre (2008, p.35) relaciona o valor de uso à cidade e à vida urbana e ao tempo urbano, já o valor de troca é associado aos “espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos.

confrontos das diferenças, encontros e conhecimentos e reconhecimentos recíprocos dos modos de viver, dos padrões que coexistem na cidade.

Deve-se destacar que a vida urbana é realizada principalmente no espaço público. Os atributos de um espaço público são aqueles que têm uma relação direta com a vida pública e com a vida social urbana.

Na cidade política (civilizações gregas e romanas) são identificados os primeiros espaços públicos: a Ágora e o Fórum. Arendt (2007) relaciona a origem da vida pública e da esfera pública (*polis*) à Ágora, onde os cidadãos livres exerciam a política, por meio da ação e do discurso. Para a autora (2007), a atividade na *polis* era política e pública, decidida pela persuasão, pelo discurso e pela liberdade de expressão. Em contrapartida, no espaço privado (da família), tudo era determinado pela ação e pela força. Na Ágora a política era exercida pelos cidadãos livres, excluindo os estrangeiros, as mulheres e os escravos. De acordo com Munford (1998), apenas 15% dos habitantes de Atenas eram considerados cidadãos livres, o que mostra o caráter de exclusão da vida política grega.

Todavia, no Fórum Romano, os estrangeiros exerciam os direitos de cidadania, pois, segundo Sennet (2008), Roma incluía em seu vasto Império os povos conquistados. Com a transformação da República em Império Romano, as funções políticas e a vida ativa que aconteciam no Fórum são substituídas pela hierarquia e pela vida passiva. Os espaços para entretenimento da população (cada vez mais passiva), como as arenas e os estádios, substituem os espaços cívicos para discussões políticas.

Na cidade comercial (medieval), as atividades políticas no espaço público são substituídas pelas funções de trabalho, comércio, lazer e encontro. Para Sitte (1889), a praça medieval resumia o lugar de ação e interação social, onde ocorriam as feiras, as festas, as procissões e as representações teatrais. A cidadela era composta, em sua maioria, por homens livres, quando, pela primeira vez, os moradores da cidade eram os cidadãos, com exceção de grupos especiais, como os judeus (MUNFORD, 1998).

De acordo com Lefebvre (2006), a cidade medieval, mesmo dominada por mercadores e banqueiros, que visavam estender o domínio do valor de troca, tinha

para estes mais um valor de uso do que valor de troca. Paradoxalmente, a cidade da Idade Média é o modelo de realidade urbana em que o uso (a fruição e o encontro) predomina sobre o mercado. Porém, a riqueza devida ao comércio das mercadorias, “o poder do ouro e o cinismo desse poder também se inscreveram nessa cidade e aí prescreveram a ordem. De modo que ainda nesta qualidade ela continua a ser, para alguns, modelo e protótipo” (LEFEBVRE, 2006, p. 53).

Dessa forma, a cidadela, apesar do modelo urbano onde o valor de uso predominava, era dominada pelos mercadores e pelos senhores feudais, que determinavam a ordem, através de medidas, como cobranças de impostos e tomada do excedente de produção dos camponeses. Essas deliberações geravam descontentamento, expresso pelas ações coletivas, como as revoltas camponesas. Tarrow (2009, p. 54) argumenta que a ação coletiva é reflexo direto da estrutura social, afirmando que a revolta agrária na sociedade feudal “parece ser inseparável do regime senhorial”.

O modelo e a estrutura das cidades tradicionais são rompidos a partir da revolução industrial, nos fins do século XIX. O modo de produção capitalista e a industrialização passam a ter uma relação dialética com a urbanização: as cidades expandem-se e enfatizam os conflitos urbanos, as contradições sociais e a segregação socioespacial. A partir da expansão do tecido urbano, surgem transformações de ordem social e cultural, alterando os modos de viver da sociedade. O domínio material e simbólico da família burguesa e o surgimento do interesse privado são consolidados pelo capitalismo.

Desde a revolução industrial, a esfera privada (relacionada ao poder econômico das famílias burguesas) é valorizada e a esfera social (relacionada às tarefas civis) surge, declinando a esfera pública (ARENDT, 2007; HABERMAS, 2003). Os cidadãos, agora aqueles consumidores, distanciam-se das questões políticas, que se concentram nas mãos do Estado e da burguesia. A criação de consumidores, mais do que de cidadãos, aprimora o poder de controle da burguesia, já que essa classe dominante detém o capital e, portanto, a capacidade de consumo. O poder econômico da burguesia possibilita o controle inclusive da ideologia, relacionada ao consumo dirigido, divulgado pelos meios de comunicação das massas, determinando assim a

cultura (do consumo) da sociedade, cada vez mais passiva e induzida. Apesar dessa tentativa de controle, o poder hegemônico é questionado pelas ações coletivas:

Nos anos 1780, as pessoas sabiam como se apossar de carregamentos de grãos, atacar os coletores de impostos, queimar arquivos de impostos e se vincular dos infratores e de pessoas que tivessem violado as leis da comunidade. Mas não estavam ainda familiarizados com coisas como demonstrações de massa, greves ou insurreições urbanas a favor de objetivos comuns. Por volta do fim da revolução de 1848, a petição, as reuniões públicas, a demonstração e a barricada eram rotinas bem conhecidas, empregadas para vários propósitos, e por combinações diferentes de atores sociais (TARROW, 2009, p. 50).

Na cidade industrial (moderna), o declínio da esfera pública implica a destruição da vida social urbana (a festa, a socialização e o predomínio do valor de uso da cidade) e o esvaziamento dos espaços públicos. O espaço urbano e o espaço público aparecem aqui dominados cada vez mais pelo valor de troca (o espaço mercadoria) e menos pelo seu valor de uso. O próprio urbanismo³, a partir dos seus modelos, por muitas vezes, preconiza o consumo do lugar (da centralidade). Para os cidadãos, a cidade torna-se o lugar do consumo.

Assim, o espaço público é visto como um espaço de consumo, sua apropriação ocorre apenas pelos cidadãos consumidores. Cabe destacar que o valor de troca da cidade é acentuado pela cidade neoliberal.

Na cidade neoliberal (contemporânea), o poder do Estado é reforçado, a partir da aliança com o capital, por políticas de requalificação urbana e por alterações nas legislações (CARLOS, 2015). Nessa cidade, são realizados projetos urbanísticos espetaculares, que são táticas para a competição no mercado internacional entre as cidades, ideia central do chamado planejamento estratégico. Arantes (2013) confirma que a cidade tornou-se um produto a ser “consumido” no mercado internacional, que gera riquezas e disputa espaço no mercado competitivo. Vainer (2013) completa que

³ O urbanismo é um atributo específico de um projeto urbano, estabelecido pelos especialistas para compor e determinar as suas projeções espaciais (os modelos) e servir de referência para sua reprodução. Esse urbanismo resulta em um “formalismo (adoção de modelos que não têm conteúdo, nem sentido) ou em um esteticismo (adoção de modelos antigos pela sua beleza, que se joga como ração para o apetite dos consumidores)” (LEFEBVRE, 2008, p.31).

a cidade torna-se uma mercadoria a ser vendida, em um mercado extremamente competitivo em que outras cidades também estão à venda.

As cidades neoliberais passam a representar a materialização da expansão virtual do capital. O capital privado vai ganhando espaço nas cidades, utilizando investimentos em turismo, em espetáculos e nos megaeventos. Nessas cidades de luxo e de prazeres, “o domínio prevalece sobre a apropriação, negando a possibilidade do lúdico no espaço urbano, agora instrumentalizado para o turismo e a diversão programada e previsível” (SERPA, 2007, p. 108).

As cidades e os espaços públicos passam a ser um produto a ser visto, visitado e vendido, objetos de espetacularização (e do consumo), produtos do planejamento estratégico: “há a espetacularização crescente do espaço público na cidade contemporânea, transformando as festas e as manifestações populares em ‘festas-mercadoria’ para o consumo cultural de massa” (SERPA, 2007, p.114). A cidade neoliberal passa a ser o local do cidadão, que consome a cidade: a vida social urbana e o espaço público, assim também como a ideia de direito à cidade, são esvaziados.

A partir do capitalismo e enfatizado pelo neoliberalismo, o valor de uso da cidade foi substituído pelo valor de troca e a cidade torna-se o lugar do consumo, ao mesmo tempo em que permite o consumo do lugar (LEFEBVRE, 2008). Harvey (2014) reitera que a urbanização desempenhou um papel crucial na absorção de excedentes de capital, a partir dos processos de destruição criativa, constituídos pelos projetos urbanísticos espetaculares. Em geral, esses projetos desconsideram a história e a população existente no local a ser “renovado”, implicando a desapropriação das massas e reduzindo o direito à cidade dessa classe:

A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, vitimada por sua interminável necessidade de dispor da acumulação desenfreada de capital capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas (HARVEY, 2014, p. 20).

A cidade da participação política (esfera pública - *polis*) é trocada pela cidade do mercado, o cidadão pelo cidadão e o centro urbano pelo centro de consumo. “O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para

estrangeiros e turistas. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar” (LEFEBVRE, 2008, p. 20).

O poder do capital e do Estado predominam sobre a cidade: “hoje o centro das decisões, que reúne a formação e a informação, as capacidades de organização e de decisões institucionais surge como projeto, em vias de realização, de uma nova centralidade, a do poder” (LEFEBVRE, 2008, p. 20).

O centro de decisão e o centro de consumo reúnem-se e, segundo Lefebvre (2008), essa aliança cria na prática uma centralidade exorbitante, a partir da convergência estratégica:

A cidade ideal, a Nova Atenas já se perfila ante nossos olhos. Nova Iorque e Paris já propõem uma sua imagem, sem contar algumas outras cidades. (...) Não é esta de fato a Nova Atenas, com uma minoria de cidadãos livres, possuidores dos lugares sociais e que deles usufruem, dominando uma enorme massa de escravizados, livres em princípio, autenticamente e talvez voluntariamente servidores, tratados e manipulados segundo métodos racionais? (LEFEBVRE, 2008, p. 120).

Na cidade contemporânea, o planejamento urbano neoliberal propõe uma vida social urbana nos espaços públicos restrita aos cidadãos consumidores, detentores de capital, e há uma tendência de a sociedade em massa receber passivamente as ordens do Estado e do capital e ser entretida pelos lugares do espetáculo. Retomam-se as características da cidade política, contudo redefinida pelo contexto atual: na Grécia, a vida social e política era restrita aos cidadãos livres, que correspondiam a 15% da população de Atenas (MUNFORD, 1998). Na cidade romana, o Fórum, onde ocorria a ação política de cidadãos ativos, foi substituído pelos estádios e pelas arenas, lugar de entretenimento para os cidadãos passivos, a partir do Império Romano, já que o compromisso do imperador com a população era “pão e circo”.

Seria possível reconstituir a vida social urbana? Lefebvre (2008) escreve que a sociedade não pode se contentar com centralidades passadas, ainda que ela não as destrua, mas as utilize e se aproprie delas, modificando-as: “impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade” (LEFEBVRE, 2008, p.106).

As ações coletivas e públicas que expressam os conflitos urbanos e questionam a ordem hegemônica são um dos caminhos para a reconstrução da vida social urbana e da luta pelo direito à cidade.

Lefebvre (2008) propõe alcançar o direito à cidade como condição e realização efetiva da sociedade e da vida social urbana, como grande transformação, mais do que econômica, uma revolução política e uma revolução cultural permanentes. Harvey (2014) complementa que essa transformação da vida urbana ocorre a partir da criação de um movimento anticapitalista, visando à reconstrução de um tipo totalmente novo de cidade.

Como apresentado anteriormente, a partir do capitalismo e acentuado pelo neoliberalismo, o espaço urbano é produzido a partir dos interesses de uma classe e uma ordem hegemônica, intensificando as contradições sociais e os **conflitos urbanos**. Os conflitos urbanos expressam o descontentamento da sociedade, que se revela a partir das **manifestações coletivas**, como forma de subversão à ordem e de luta pelo **direito à cidade**, que visa à transformação da vida urbana. A **vitalidade urbana** e as manifestações coletivas acontecem, sobretudo, no **espaço público**.

Os principais **conceitos da tese**: conflitos urbanos, manifestações coletivas, direito à cidade, vitalidade urbana e espaço público serão apresentados a seguir.

Entende-se por **conflito urbano** todo e qualquer confronto ou litígio relativo à infraestrutura, serviços ou condições de vida urbanas, que envolva, pelo menos, dois atores coletivos e/ou institucionais (inclusive o Estado) e manifeste-se no espaço público (vias públicas, meios de comunicação de massa, justiça, representações frente a órgãos públicos, entre outros), conceito definido pelo Observatório Permanente de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro, pesquisa coordenada pelos professores Carlos Vainer e Henri Acselrad, do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)⁴.

⁴ O Observatório é continuidade do Projeto “Mapa dos Conflitos Urbanos”, que registrou os conflitos da cidade do Rio de Janeiro no período de 1993 a 2003 (OBSERVATÓRIO PERMANENTE DE CONFLITOS URBANOS DO RIO DE JANEIRO, 2020).

Em geral, os conflitos urbanos são compreendidos como respostas da população à complexidade da vida nas cidades e às inúmeras questões relacionadas à falta de qualidade de vida e à precariedade dos espaços urbanos. Destacam-se algumas recorrentes demandas, problemas históricos na realidade brasileira: segurança, moradia, transporte, educação, saúde, acesso ao espaço público, entre outros.

Segundo Vainer (2003a), o conflito urbano é desejado na cidade democrática, dirigida pela política, pois é visto como elemento fundamental da transformação da cidade. Nesse sentido, o conflito urbano é inerente à vida social, revelando a dinâmica da sociedade e contribuindo para a melhoria e assertividade das políticas públicas e do planejamento urbano. Entende-se, aqui, os conflitos como elementos fundamentais para a transformação urbana e para a construção coletiva de uma cidade mais justa e inclusiva.

Ressalta-se que há uma tendência de se negar a conflituosidade da vida urbana. Na cidade mercadoria, por exemplo, prega-se a harmonia e o conflito é temido e indesejável. Busca-se, a qualquer custo, o consenso, pois o debate e o conflito podem ameaçar a tão desejada competitividade urbana. Na cidade empresa, portanto, não há lugar para a discussão ou para divergências (VAINER, 2003a). Apesar da propagação dessas ideias, observa-se que os conflitos urbanos persistem, expressos nas manifestações coletivas.

As **manifestações coletivas** são a expressão dos conflitos urbanos e têm a cidade como espaço e objeto dos seus protestos. Os movimentos sociais, os ativistas, os profissionais da mesma área, os sindicatos, entre outros expressam as suas reivindicações e as suas contestações nas manifestações no espaço público, por meio de passeatas, de protestos em frente as edificações ou nas praças, de fechamento de vias, entre outras formas de ação.

Os manifestantes, pelo aparecimento do corpo no espaço público, mostram a sua oposição à legitimidade do Estado (BUTLER, 2018). Da mesma forma, a reunião dos corpos em aliança, através da fala e da ação, consiste na ação política, logo precede a esfera pública (ARENDT, 2007).

Segundo Tarrow (2009, p. 19), a ação coletiva de confronto político é o “ato irreduzível que está na base de todos os movimentos sociais, os protestos ou as revoluções”. A ação coletiva transforma-se em confronto “quando é empregada por pessoas que não têm acesso regular às instituições, que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que desafia os outros e as autoridades” (TARROW, 2009, p. 19).

Como expressão dos conflitos urbanos, as manifestações coletivas podem ser associadas às ações coletivas de confronto político, pois consistem em uma ação política que desafia as autoridades, em geral, em um confronto direto com o Estado. Além disso, tem caráter contestatório e/ou reivindicatório, muitas vezes, por demandas não atendidas pelo Estado, como o direito à moradia, à educação, ao transporte, entre outros, ou seja, o direito à cidade.

O conceito de **direito à cidade** surge em 1968, definido por Lefebvre, como o direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (LEFEVBRE, 2008, p. 139). O direito à cidade é um apelo e uma exigência para a transformação e para a renovação da vida urbana, quando ocorre a realização prático-sensível do “urbano”, do lugar de encontro, da prioridade do valor de uso (LEFEVBRE, 2008).

Segundo Lefebvre (2008), somente a classe operária pode tornar-se o agente dessa realização do “urbano”, pois é a única que nega e debate a estratégia de classe voltada contra ela. Além disso, a classe operária reúne os interesses da sociedade que habita a cidade, já que “os moradores do Olimpo e a nova aristocracia burguesa não habitam mais” (LEFEVBRE, 2008, p. 118).

Em tempos recentes, o conceito de direito à cidade vem sendo ressignificado por vários autores. Harvey (2014), assim como Lefebvre, escreve que o direito à cidade é uma queixa e uma exigência. Uma queixa da crise devastadora da vida cotidiana na cidade e uma exigência para a criação de uma vida urbana alternativa que seja menos alienada, “mais significativa e divertida, porém, como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como

prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível” (HARVEY, 2014, p. 11).

Harvey (2014) aponta que reivindicar o direito à cidade é uma estação intermediária na estrada que visa a derrubar e a substituir a totalidade do sistema capitalista de acumulação infinita, assim como suas estruturas relacionadas ao domínio da classe hegemônica e à exploração da classe subordinada.

O espaço público apresenta-se como o local da luta pelo direito à cidade, mas também é o próprio objeto de reivindicação pelo direito à cidade, pois é nele que se manifesta a vitalidade urbana.

A **vitalidade urbana** pressupõe um complexo de relações, desejos, pulsões, trocas e necessidades sociais que se superpõem e se mesclam. Para Lefebvre (2008, p.105), as necessidades sociais têm um fundamento antropológico e compreendem “as necessidades de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação”. O ser humano tem necessidade de acumular e de gastar energias, de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções (LEFEBVRE, 2008).

Além dessas necessidades antropológicas, acrescentam-se necessidades específicas, que tratam “de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades e informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas” (LEFEBVRE, 2008, p. 105). Lefebvre (2008) completa que as necessidades urbanas específicas seriam necessidades de lugares qualificados e de lugares de simultaneidade e de encontros. Esses lugares são os espaços públicos, onde ocorrem as relações sociais e as atividades lúdicas.

O espaço público é o lugar apropriado à festa renovada, “essencialmente ligada à invenção lúdica” (LEFEBVRE, 2008, p.131). Os espaços lúdicos (e públicos) podem ser articulados, acentuando-se as diferenças e os contrastes, impulsionando na direção da qualidade que implica e sobre determina as quantidades (LEFEBVRE, 2008). No espaço público ocorre a vitalidade urbana: o movimento, o imprevisto, o possível e os encontros.

A apropriação do espaço público inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que caracterizariam o homem como espontaneidade, como energia vital, como agente da vitalidade urbana. Os modos de apropriação recontam a história e a vida cotidiana de uma sociedade, seja pelos caminhos espontâneos nos canteiros, pelos bancos ignorados ou disputados ou pelas incivildades cometidas em determinados lugares (SERPA, 2007).

O **espaço público** é o lugar da vitalidade urbana: da festa, da comunicação, do descanso, da contemplação, do lazer, da recreação, do diálogo e do aprendizado, da troca de ideias e experiências e do encontro. Nesse contexto, o valor de uso, subordinado ao valor de troca durante séculos, pode retomar ao primeiro plano. Segundo Lefebvre (2008, p. 12), o espaço público é o lugar apropriado para a festa “que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro”.

É no espaço público que todos podem se encontrar e vivenciar a cidade: “é assim a *mise-em-scene* da vida pública, desfile variado de cenas comuns onde nos exercitamos na arte e na convivência” (GOMES, 2006, p. 164).

A partir dos encontros, dos debates e das ações sociais coletivas, o homem faz-se um agente social e atua como cidadão. Os espaços públicos na cidade contemporânea são:

[...] imprescindíveis ao exercício da cidadania e à manifestação da vida pública, lugares onde deviam estar assegurados os direitos do cidadão ao uso da cidade, à acessibilidade e à memória, segurança, informação, conforto, circulação, além do acesso à arquitetura e à estrutura urbana (ABRAHÃO, 2008, p. 16).

Abrahão (2008) cita o direito à acessibilidade e à circulação como funções do espaço público, que permitem o uso da cidade, uma vez que o termo público fornece a ideia de acesso coletivo e sem objeções a quem se apropria desse espaço. Serpa (2007) corrobora que o adjetivo público deve significar acesso (tanto físico quanto simbólico) irrestrito por todos os cidadãos, ou seja, sem mecanismos de seleção.

Da mesma forma, Gomes (2006) escreve que, fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, a praça, a rua, o *shopping*, a praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de todo

tipo de pessoa: “sobre esse espaço se desenrola a cena pública, que é composta de uma multiplicidade de manifestações que variam bastante, segundo a localização espacial e o período de tempo no qual ocorrem” (GOMES, 2006, p. 164).

Delgado (2017) complementa que nas ciências sociais o espaço público é aberto e acessível, em que todos podem ver e serem vistos, onde ocorrem todos os tipos de interações (harmoniosas ou polêmicas), dotado de valores práticos e simbólicos.

O espaço público, portanto, é o palco da vitalidade urbana e das manifestações coletivas, o local do exercício da cidadania e da vida pública, como forma de luta pelo direito à cidade e de expressão dos conflitos urbanos.

Os conflitos urbanos e as contradições sociais são consolidados e enfatizados pela imposição da ordem hegemônica na produção do espaço no contexto neoliberal, já que o modelo de planejamento urbano é excludente.

Instituídos gradualmente, os conflitos urbanos representam o descontentamento da população, que se manifesta progressivamente no espaço público, reivindicando os seus direitos. Na tentativa da ordenação e da negação do conflito pela classe hegemônica, as manifestações, que contestam e explicitam o próprio conflito, aumentam.

Ou seja, as ações coletivas de contestação e de reivindicação surgem das contradições socioespaciais. As populações atingidas, as organizações comunitárias e os movimentos sociais visam resistir ao projeto de cidade que lhes vem sendo imposto e lutar pelos seus direitos:

As práticas de acumulação por desapropriação, apropriação de rendas, pela extorsão de dinheiro e vantagens, encontram-se no âmago de muitos dos descontentamentos que se relacionam às qualidades da vida cotidiana da massa da população. Os movimentos sociais urbanos costumam mobilizar-se em torno dessas questões, que decorrem do modo como a perpetuação do poder de classe se organiza em torno do estilo de vida e do trabalho (HARVEY, 2014, p. 231).

⁵ Turri (2013) considera a paisagem como teatro, em que o indivíduo é espectador e ator. Assim, o significado da paisagem é produto de representações da cultura e constitui o imaginário para o espectador, assim como é resultado da ação e da percepção sensível do indivíduo (ator). Nesse sentido, o espaço público, como palco da vitalidade urbana e das manifestações coletivas, é o lugar da ação do indivíduo (ator), a partir das lutas urbanas e da apropriação, mas também pode ser o espaço de representação (espectador), por meio do relato e da construção do imaginário.

Destaca-se que os conflitos urbanos são considerados importantes por contribuírem para a vitalidade urbana e para a leitura das cidades. Os conflitos urbanos permitem o conhecimento da realidade urbana e da dinâmica social, revelando as desigualdades socioespaciais. Maricato (2009) entende que é preciso construir a consciência da cidade real com suas deficiências e injustiças para romper com a representação ideológica e hegemônica da cidade construída.

O estudo da conflitualidade da cidade oferece subsídios para o processo de planejamento urbano e para a elaboração de políticas públicas, pois aponta as demandas expressas nas manifestações coletivas. Segundo o Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte (2013), as análises dos conflitos podem produzir informações precisas sobre a distribuição dos equipamentos e dos serviços urbanos, fornecendo, assim, um quadro objetivo da desigualdade urbana e das carências dos moradores.

Maricato (2009) considera que o planejamento urbano deve incorporar as contradições, as controvérsias e os conflitos. Com entendimento parecido, Vainer (2003b) propõe o que chama de planejamento conflitual. A sua proposta surgiu da elaboração e da implementação do Plandesca - Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Itá e Machadinho⁶, solicitado pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB-Sul) e assessorado pelo Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN), no início dos anos 2000 (VAINER, 2003b). Dessa experiência, foi proposto o lema: “Lutar para planejar, planejar para lutar – este poderia ser o lema do Plandesca. Tal característica já nos sugeriu designar essa experiência como planejamento conflitual – o planejamento como momento e instrumento da luta social” (VAINER, 2003b, p. 142).

A partir do processo do Plano Popular da Vila Autódromo, localizada no Rio de Janeiro, iniciado em 2011 e com assessoria do ETTERN, Vainer (2016, p.17) confirma que o planejamento conflitual parte do reconhecimento de que a “conflituosidade urbana opera como mecanismo e processo virtuoso, que explora ao limite a

⁶ Construídas na bacia do Rio Uruguai, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (VAINER, 2003b).

capacidade criativa das camadas subalternas e as possibilidades de ações e concepções contra-hegemônicas”.

Portanto, cabe destacar a importância dos conflitos urbanos, que, em sua complexidade e diversidade, permitem o entendimento da realidade e da dinâmica das cidades e também podem fundamentar e servir de base para processos de planejamento e gestão.

O trabalho parte da **hipótese** de que a ordenação do espaço urbano e da sociedade implica um paradoxo: a reação à ordem imposta é o seu próprio questionamento. Ou seja, quanto mais a classe hegemônica pretende impor uma ordem e negar as contradições socioespaciais, mais os conflitos urbanos são gerados, notados e vivenciados pela classe dominada, que passa a questionar e a resistir a essa ordenação por meio das manifestações coletivas.

Parte-se da premissa de que a imposição da ordem gera a desordem: as manifestações coletivas surgem progressivamente, conferindo vitalidade, apropriação e encontro aos espaços públicos.

O **objetivo** do trabalho é investigar o espaço público de Belo Horizonte como o lugar de subversão à ordem hegemônica, de luta pelo direito à cidade e de manifestação dos conflitos urbanos. Para alcançar o objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- Traçar um breve panorama histórico da cidade e dos seus espaços públicos, de acordo com a periodização defendida por Lefebvre (2008): cidade política, cidade comercial e cidade industrial.
- Investigar o espaço público da cidade neoliberal, considerado como um produto a ser vendido, e o processo de recuo e esvaziamento da ação política nesse espaço.
- Relacionar os conceitos de subversão à ordem hegemônica (TARROW, 2009), direito à cidade (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2014) e esfera pública (ARENDT, 2009) aos espaços públicos da cidade contemporânea neoliberal.

- Estudar a formação de Belo Horizonte desde o planejamento progressista no século XIX até o planejamento estratégico contemporâneo, com foco em alguns dos principais espaços públicos planejados por Aarão Reis em 1897.
- Analisar as manifestações coletivas ocorridas no período de 2006 a 2019, registradas pelo Observatório dos Conflitos Urbanos de Belo Horizonte.
- Examinar a trajetória histórica e as manifestações coletivas realizadas na Praça Sete de Setembro, na Praça da Estação e na Praça da Liberdade.

As manifestações coletivas que expressam os conflitos urbanos e que ocorrem no espaço público de Belo Horizonte são os **objetos de estudo** da tese.

Os conflitos urbanos são registrados pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte, que tem seu início em 2006. A pesquisa é coordenada, desde 2013, pela profa. Dra. Raquel Garcia Gonçalves e integra os laboratórios do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG⁷.

O Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte obedece aos mesmos princípios metodológicos do projeto ao qual se filia, o Observatório Permanente de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro. Ambos registram, sistematizam, classificam e produzem informações sobre as lutas urbanas, os movimentos sociais e as múltiplas e diversas manifestações da conflituosidade da cidade, através de uma base de dados georreferenciada.

Nesta tese, detalhadamente, serão estudados o processo histórico e as manifestações coletivas nos seguintes espaços públicos de Belo Horizonte: a Praça Sete de Setembro, a Praça da Estação e a Praça da Liberdade.

Esses espaços públicos foram planejados pelo engenheiro Aarão Reis, em 1897, e foram implantados no período da inauguração de Belo Horizonte. As três praças foram escolhidas pela relevância histórica para o desenvolvimento da cidade e pela ocorrência das manifestações coletivas registradas no período de 2006 a 2019 pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte. Nesse período, foram catalogadas 1321 ações coletivas, sendo que 132 correspondem às manifestações

⁷ A autora é pesquisadora do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte desde 2012.

em praças públicas e 238 referem-se às passeatas, que geralmente têm as praças de Belo Horizonte como locais de partida ou de chegada (Tabela 01).

Tabela 1- Quantidade da forma de luta das manifestações em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019

FORMA DE LUTA DAS MANIFESTAÇÕES EM BELO HORIZONTE	QUANTIDADE	%
Fechamento de via pública	277	21
Passeatas	238	18
Manifestações em frente à edificação	185	14
Manifestações em praça pública	132	10
Carreatas	66	5
Ocupação de prédios ou terrenos	79	6
Paralisação ou greve	92	7
Denúncia via meio de comunicação	53	4
Abaixo-assinado	53	4
Judicial	26	2
Depredação	13	1
Denúncia via ministério público	13	1
Confronto direto com forças de segurança	13	1
Audiência pública	13	1
Outros	66	5
TOTAL	1321	100

Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Segundo os dados do Observatório, as ações coletivas que aconteceram nas praças públicas (manifestação, passeatas, fechamento de vias, carreatas, entre outros) totalizam 364, sendo que 43% ocorreram na Praça Sete de Setembro, 15% na Praça da Liberdade, e 14% na Praça da Estação (Tabela 02).

Tabela 2- Quantidade das manifestações coletivas nas praças de Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019

MANIFESTAÇÕES COLETIVAS NAS PRAÇAS DE BELO HORIZONTE	QUANTIDADE	%
Praça Sete de Setembro	157	43
Praça da Liberdade	55	15
Praça da Estação	51	14
Praça da Assembleia	36	10
Praça Afonso Arinos	15	4
Praça da Savassi	7	2
Praça do Papa	11	3
Praça Marília de Dirceu	4	1
Praça Duque de Caxias	4	1
Praça do Cardoso	4	1
Praça JK	4	1
Praça Raul Soares	7	2
Outras	11	3
TOTAL	364	100

Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Portanto, na Praça Sete de Setembro, na Praça da Estação e na Praça da Liberdade ocorreram a maioria das manifestações coletivas (72%) realizada nas praças de Belo Horizonte no período de abril de 2006 a dezembro de 2019, segundo os dados do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte.

Os **procedimentos metodológicos** adotados tratam de pesquisa de caráter qualitativo e exploratório. Inicialmente, foi realizada a revisão teórica e bibliográfica, com atenção a autores que discutem os conceitos principais da tese: espaço público, manifestação coletiva, direito à cidade e conflitos urbanos (GOMES, 2006; SERPA, 2007; ABRAHÃO, 2008; TARROW, 2009; LEFEBVRE, 2008; ARENDT, 2006; HARVEY, 2014; VAINER, 2013). Os conceitos de valor de uso/valor de troca, esfera pública, cidadania, democracia e subversão, ao tangenciarem as temáticas anteriores, também foram delineados e relacionados no trabalho.

Em seguida, a partir da pesquisa documental, foram coletados dados para compreender a formação da cidade de Belo Horizonte, desde o planejamento progressista no século XIX até o planejamento estratégico contemporâneo, com foco nos principais espaços públicos planejados por Aarão Reis em 1897. A leitura desses dados foi um dos critérios para a seleção dos objetos em estudo, identificando a sua

relevância como espaços públicos apropriados ao longo do tempo. Durante a história de Belo Horizonte, a Praça Sete de Setembro, a Praça da Estação e a Praça da Liberdade foram palcos de manifestações políticas, sendo a Praça Sete, o “coração da cidade”, o lugar mais utilizado.

As manifestações coletivas que expressam os conflitos urbanos de Belo Horizonte foram analisadas a partir da coleta de dados do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte, cujas fontes são os jornais digitais Estado de Minas, O Tempo, G1-Portal de Notícias da Globo e o Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, onde são publicadas as pautas pertinentes às reuniões dos conselhos populares, palco privilegiado de manifestação de conflitos e demandas dos cidadãos da capital mineira. A coleta das manifestações coletivas nessas fontes em hipótese alguma expressa ou representa a totalidade desses atos que ocorrem em Belo Horizonte. Contudo, não é objetivo do Observatório construir o mapeamento da totalidade dos conflitos urbanos expressos pelas manifestações, mas construir um mapeamento possível, a partir das fontes selecionadas (OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2013).

As manifestações diárias, ocorridas no período de segunda a domingo, são pesquisadas e registradas semanalmente na segunda feira seguinte às ocorrências. Para cada manifestação identificada, são catalogadas variáveis predefinidas pelo grupo de pesquisa do Observatório Permanente de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro. Os conflitos urbanos, expressos pelas manifestações coletivas, são registrados por códigos (Quadro 1), sendo cada número relativo a um mês/ano.

Quadro 1 - Código dos conflitos urbanos (variável para catalogação)

código	mês/ano	código	mês/ano
22	jan./08	154	jan./19
23	fev./08	155	fev./19
24	mar./08	156	mar./19
25	abr./08	157	abr./19
26	maio/08	158	maio/19
27	jun./08	159	jun./19
28	jul./08	160	jul./19
29	ago./08	161	ago./19
30	set./08	162	set./19
31	out./08	163	out./19
32	nov./08	164	nov./19
33	dez./08	165	dez./19

Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

O quadro 2 ilustra as variáveis consideradas para a classificação do objeto dos conflitos urbanos expressos pelas manifestações, de acordo com a metodologia do Observatório Permanente de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro.

Quadro 2 – Objeto dos conflitos urbanos (variável para catalogação)

nº	OBJETO DO CONFLITO	
1	Energia e gás	Acesso, melhoria ou preço do serviço de energia da cidade.
2	Transporte, trânsito e circulação	Mobilidade urbana, acesso, melhoria, preço ou gratuidade do serviço de transporte público, instalação de passarelas e sinais de trânsito, violência no trânsito.
3	Saúde	Acesso e condições de atendimento nos serviços de atendimento médico, clínicas, hospitais públicos e particulares.
4	Educação	Acesso e melhoria das unidades do sistema público de educação, condições e preços das unidades educacionais da rede particular.
5	Infraestrutura de comunicação	Acesso, melhoria e preço dos serviços de comunicação (telefonia, correio, etc.).
6	Acesso e uso do espaço público	Usos e ocupação de vias públicas (ruas e praças).
7	Rios, lagoas e praias	Qualidade ambiental de lagoas, praias e rios, ocupação das margens.
8	Parques, jardins e florestas	Preservação e uso de parques, jardins e florestas, qualidade e preservação da cobertura vegetal da cidade.
9	Lixo e resíduos	Coleta e disposição de resíduos sólidos.
10	Água, esgoto e drenagem	Acesso, qualidade e regularidade dos serviços de esgoto e abastecimento de água, drenagem de rios e córregos, enchentes.
11	Legislação urbana	Alteração e/ou desrespeito à legislação urbanística.
12	Moradia	Acesso à moradia, despejos, deslocamentos e remoções compulsórias, ocupações de imóveis, política habitacional.
13	Segurança	Denúncias ou demandas referentes à ação policial ou à violência criminal.
14	Vizinhança	Uso do solo; instalação ou permanência de usos rejeitados por moradores, restrições de uso do solo para determinadas atividades.
15	Espaço Sonoro e Visual	Poluição sonora e visual da cidade.
16	Patrimônio Cultural	Patrimônio histórico e cultural.
98	Outros	Estão agrupados todos os conflitos que não se enquadravam nas demais categorias, mas que, contudo, foram considerados pertinentes e que representavam situações de conflito na cidade.

Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Os agentes envolvidos são categorizados de acordo com o Coletivo Mobilizado (Quadro 3) e com a Instituição reclamada (Quadro 4).

Quadro 3 – Coletivo Mobilizado das manifestações coletivas (variável para catalogação)

nº	Coletivo Mobilizado - Agente 1	
1	Sindicatos e associações Profissionais	Associações sindicais ou não de representação de categorias ou profissões.
2	ONG	Organizações Não Governamentais.
3	Associação de Moradores	Associações de moradores e outros grupos integrados por moradores de um bairro ou vizinhança.
4	Movimento de moradia e sem-teto	Organizações e movimentos, formalizados ou não, constituídos por indivíduos e famílias que reivindicam moradia e/ou ocupam imóveis públicos ou privados.
5	Outros movimentos sociais	
6	Estudantes	Estudantes da rede privada e pública de diferentes níveis de ensino
7	Clubes e Condomínios	Clubes sociais e/ou esportivos, associações culturais, escolas de samba, condomínios fechados.
8	Camelôs, feirantes e artesãos	Comerciantes e outros profissionais, legais ou ilegais, formais ou informais, que ocupam o espaço público como seu local de trabalho.
9	Parlamentares	Coletivos formados por parlamentares, sejam deputados federais, estaduais ou vereadores.
10	Profissionais da mesma área	Grupos, informais ou não, de indivíduos que se identificam pelo exercício de uma profissão ou atividade, como, por exemplo, taxistas, motoristas de ônibus ou médicos.
11	Grupo de amigos ou parentes	Grupos, informais ou não, de amigos e/ou parentes que se reúnem em torno de algum objeto, como, por exemplo, amigos de vítimas da violência.
12	Detentos e/ou familiares	
13	Entidades ambientais	
98	Outros	Estão agrupados todos os agentes que não se enquadram nas demais categorias.

Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Quadro 4 – Instituição reclamada das manifestações coletivas (variável para catalogação)

nº	Instituição reclamada - Agente 2
1	Governo Municipal
2	Governo Estadual
3	Governo Federal
4	Polícia Militar
5	Polícia Civil
6	Guarda Municipal
7	Corpo de Bombeiros
8	Poder Judiciário
9	Poder Legislativo
10	Companhia de Água
11	Companhia de Gás
12	Companhia telefônica
13	Empresa de Ônibus
14	Empresa Privada
15	Clube ou Condomínio
16	Pessoa Física
17	Sociedade como um todo
18	Companhia de Luz
98	Outros

Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Os conflitos também são catalogados segundo o local do conflito (local de origem ou ao qual se refere o conflito) e o local da manifestação (local onde foi realizado o evento ou ação coletiva que expressa a existência do conflito), o que permite descrever a espacialidade das manifestações e possibilita comparações entre as ações coletivas de cada bairro (Quadro 5). Do mesmo modo, a identificação dos locais de origem ou aos quais se referem os conflitos permite a análise das demandas e necessidades da população em cada localidade da cidade (OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2013).

Quadro 5 – Local do conflito / Local da manifestação (variável para catalogação)

	Local do Conflito/ Local da manifestação
1	Cidade Toda
2	Centro
3	Regional Barreiro
4	Regional Centro-Sul
5	Regional Leste
6	Regional Nordeste
7	Regional Noroeste
8	Regional Norte
9	Regional Oeste
10	Regional Pampulha
11	Regional Venda Nova

Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

A forma de luta das manifestações coletivas é classificada de acordo com as variáveis apontadas no quadro 6. O Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte, a partir da pesquisa das manifestações, subdividiu a variável de forma de luta “Outros” em mais duas categorias, considerando a sua recorrência: Manifestação em frente à edificação (98.1) e Audiência pública (98.2).

Quadro 6 – Forma de luta das manifestações coletivas (variável para catalogação)

nº	Forma de Luta
1	Judicial
2	Denúncia pública via meio de comunicação
3	Denúncia pública via Ministério Público
4	Manifestação em Praça Pública
5	Passeata
6	Fechamento de vias públicas
7	Depredação
8	Ocupação de prédios ou terrenos
9	Carreatas ou manifestações sobre rodas
10	Confronto direto com as forças de segurança
11	Abaixo-assinado, cartas ou solicitação
12	Paralisação e greve
98	Outros
98.1	Manifestação em frente à edificação
98.2	Audiência pública

Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Para cada conflito identificado, uma ficha catalográfica/boletim (Figura 1) é constituída, contendo as seguintes informações: código do conflito, data, fonte, resumo, *link* de acesso e a catalogação de acordo com as variáveis predefinidas pelo grupo de pesquisa Observatório Permanente de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro.

Figura 1 – Boletim de um conflito urbano registrado pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte

Código e Nome do Conflito	163.2 BH tem protesto contra políticas para educação nesta quinta	
Data da Manifestação	03/10/2019	
Data do Conflito	03/10/2019	
Local do Conflito	Cidade Toda	1
Local da Manifestação	Regional Centro-Sul	4
Coletivo Mobilizado	Estudantes	6
Tipo (Objeto do Conflito)	Educação	4
Contra (Instituição Reclamada)	Governo Federal	3
Forma de Luta	Manifestação em Praça Pública	4
Resumo	Manifestantes vão se concentrar na praça Afonso Arinos, às 17h; ato encerra série de atividades realizadas desde ontem e que pedem pelo desbloqueio de recursos e para que não haja cortes para a pasta em 2020	
Fonte	Estado de Minas	
Link	https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/10/02/interna_gerais,1089761/greve-paralisa-metade-da-ufmg-em-protesto-a-cortes-do-orcamento.shtml	
Fonte	O Tempo	
Link	https://www.otempo.com.br/brasil/bh-tem-protesto-contrapoliticas-para-educacao-nesta-quinta-1.2244840	

Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Após o registro na ficha catalográfica/boletim, os dados são incluídos em uma tabela (Figura 2) com as mesmas informações, que possibilita a geração de gráficos, ilustrando o número total de cada variável.

Figura 2 – Tabela de catalogação dos conflitos urbanos registrados pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte

	Código do Conflito	Local do Conflito	Local da Manifestação	Coletivo Mobilizado	Objeto do Conflito	Instituição Reclamada	Forma de Luta
abr/16	121.2	1	1	1	4	2	12
	121.3	1	4	11	13	4	4
	121.4	1	1	1	3	2	12
	121.5	1	4	10	3	1	6
	121.6	1	2	1	4	1	6
	121.7	1	4	11	3	17	4
	121.8	1	4	5	2	17	4
	121.10	1	1	1	4	1	12
	121.11	4	4	6	98	17	4
	121.12	1	1	1	3	1	12
mai/16	122.1	1	4	14	13	2	5
	122.2	1	11	1	4	2	5
	122.3	1	6	3	13	4	7
	122.4	1	2	10	13	1	8
	122.5	1	9	1	3	2	5
	122.6	4	1	6	4	2	11
	122.7	1	1	10	4	1	12
	122.9	1	4	10	3	17	5

Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Além disso, as manifestações são georreferenciadas (Figura 3) na plataforma *crowndmap*⁸, que também contém as variáveis registradas na forma de relatos (similares aos boletins) das ações coletivas (Figura 4).

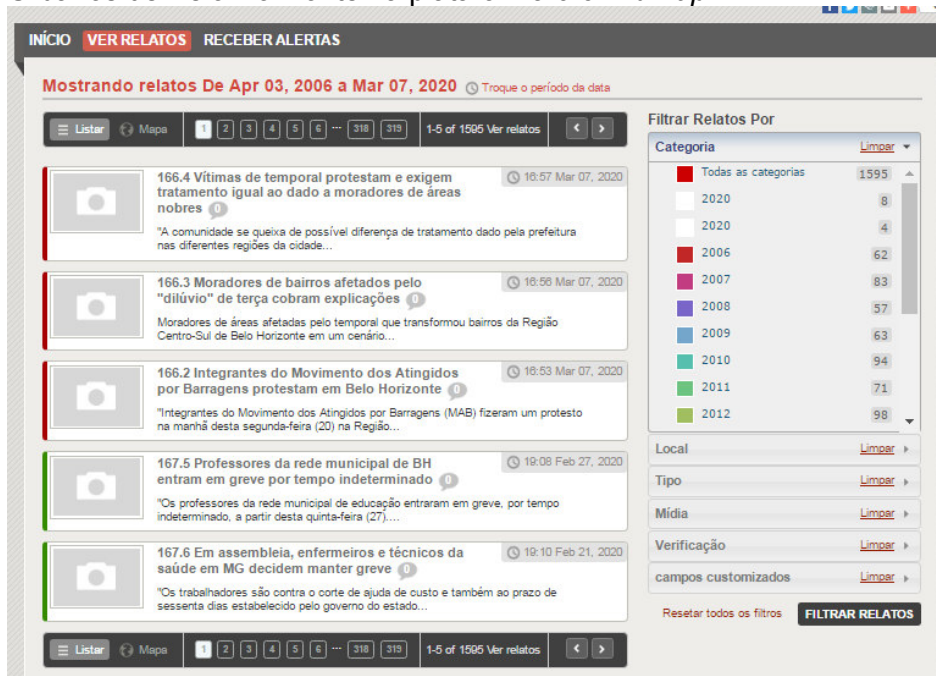
⁸ <https://conflitosbh.crowdmap.com>

Figura 3 – Mapeamento das manifestações coletivas registradas pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte na plataforma *crowndmap*



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Figura 4 – Relatos das manifestações coletivas registradas pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte na plataforma *crowndmap*



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

O Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte registrou os conflitos urbanos, considerando o período de abril de 2006 a dezembro de 2019, cujo levantamento dos locais dos protestos confirmaram que a Praça Sete de Setembro, a Praça da Liberdade e a Praça da Estação são as principais praças de Belo Horizonte utilizadas para as manifestações coletivas.

Também foi analisada a forma de relato/representação das manifestações coletivas pela mídia, nas fontes de pesquisa do Observatório (Estado de Minas, O Tempo, G1-Portal de Notícias da Globo e o Diário Oficial do Município de Belo Horizonte).

Em relação ao **plano de desenvolvimento do trabalho**, a tese é estruturada em duas partes, totalizando seis capítulos, além da introdução. A primeira parte é teórica e, na segunda parte, os conceitos estudados são aplicados na cidade de Belo Horizonte.

A Parte I da tese aborda principalmente os conceitos de espaço público, de conflitos urbanos, de subversão à ordem e de direito à cidade e é formada pelos capítulos 2 e 3. O capítulo 2 apresenta o panorama histórico da cidade e dos seus espaços públicos, de acordo com a periodização defendida por Lefebvre (2008): cidade política, cidade comercial e cidade industrial. O capítulo 3 estuda a cidade neoliberal e o espaço público, considerado como um produto a ser vendido e aborda o seu processo de recuo e esvaziamento. O capítulo 3 ainda aborda os conflitos urbanos resultantes da imposição da ordem neoliberal e a sua resposta, a subversão ao determinado. A contestação da ordem expressa-se na forma das manifestações coletivas, como um dos meios de luta pelo direito à cidade e de restauração da esfera pública nos espaços públicos da cidade contemporânea neoliberal.

A Parte II da tese, por sua vez, é composta pelos capítulos 4, 5 e 6. No capítulo 4, a formação de Belo Horizonte é analisada, desde o planejamento progressista no século XIX até o planejamento estratégico contemporâneo, com foco nos principais espaços públicos planejados por Aarão Reis em 1897. O capítulo 5 aponta a importância das lutas urbanas para o entendimento da conflituosidade de Belo Horizonte, a partir da análise das manifestações coletivas ocorridas no período de 2006 a 2019, registradas pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte.

E o capítulo 6 analisa, a partir da pesquisa documental e dos dados do Observatório de Conflitos Urbanos, a trajetória histórica e as manifestações públicas realizadas na Praça Sete de Setembro, na Praça da Estação e na Praça da Liberdade, desde a sua implantação.

E, por fim, com fundamentação na síntese dos capítulos anteriores, as considerações finais são apresentadas no capítulo 7.

PARTE I – ESPAÇO PÚBLICO E DIREITO À CIDADE

2. DA CIDADE POLÍTICA À CIDADE INDUSTRIAL

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados, etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto (LEFEBVRE, 2008, p. 51).

Para Lefebvre (2008), a cidade é resultado dos processos históricos e manifesta-se com sua dupla morfologia (material e social), sendo projeção da sociedade sobre um local. A cidade corresponde à mediação entre a ordem distante (da sociedade em seus processos globais e suas estruturas) e a ordem próxima (ordem das relações de imediatividade, ligadas ao cotidiano e aos modos de viver).

A cidade possui um funcionamento centrado ao redor das instituições particulares, como a municipalidade, e sobre esse plano projeta-se a estrutura social, as manifestações da vida social urbana. A cidade é composta por “espaços desabitados e mesmo inabitáveis: edifícios públicos, monumentos, praças, ruas, vazios grandes e pequenos” (LEFEBVRE, 2008, p. 66).

Para Lefebvre (2008), a festa é o principal uso da cidade, quando o valor de uso predomina sobre o valor de troca. A vida social urbana relaciona-se ao valor de uso e à festa e ocorre no espaço público, onde se produzem o encontro da diversidade e as relações sociais.

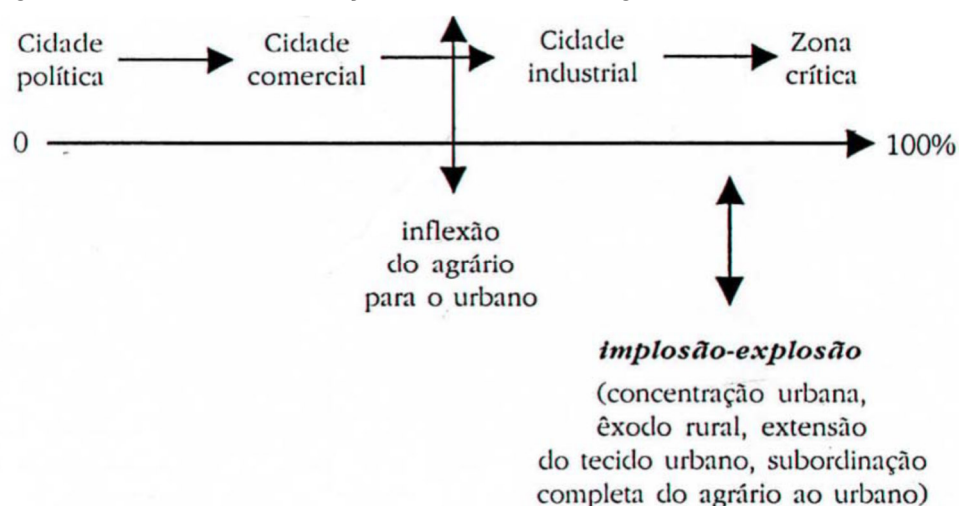
O estudo das cidades e da sua sociedade (e vida social) pode ser feito pelo recorte do tempo histórico em períodos, a partir do desenvolvimento dos modos de produção, permitindo a periodização da cidade.

A periodização da cidade é feita a partir do desenvolvimento dos modos de produção. Esse recorte do tempo histórico, segundo Lefebvre (2008), é relativo, pois “este esquema abstrato coloca em parênteses, momentaneamente, as descontinuidades. Permitirá, numa certa medida que se situem os pontos críticos, isto é, as próprias censuras e descontinuidades” (LEFEBVRE, 2008, p. 77).

Lefebvre (2008) estabelece um eixo que se inicia no momento zero de urbanização (inexistência das cidades, nos primórdios dos primeiros grupos humanos coletores e caçadores) à urbanização cem por cento (absorção do campo pela cidade,

fenômeno ainda incompleto na atualidade). Ao longo desse eixo, situam-se, progressivamente, a cidade política, a cidade mercantil e a cidade industrial (Figura 05).

Figura 5 - Eixo de periodização da cidade ao longo da história



Fonte: LEFEBVRE, 2008, p. 78.

A cidade política, segundo Lefebvre (2008), refere-se à cidade arcaica, a uma sociedade organizada, da atividade agrícola e da formação das aldeias. A cidade política é o local dos reis, dos nobres, dos guerreiros, dos sacerdotes e dos escribas. A cidade arcaica, exemplificada pelas cidades gregas e romanas, é o espaço da ordem distante (da ordenação e do poder).

A cidade comercial é caracterizada pela cidade mercantil, no final da Idade Média, aproximadamente no século XIV, no contexto na Europa Ocidental. A troca comercial torna-se uma função urbana que faz surgir o núcleo urbano, o centro arquitetônico e urbanístico da cidade, ao mesmo tempo comercial, religioso, intelectual, político e econômico (produtivo). O valor de uso (a fruição, a beleza, o encanto dos locais de encontro) predomina ainda sobre o valor da troca, sobre os mercados e suas exigências e coações (LEFEBVRE, 2008).

Com o crescimento do capital comercial e a importância do mercado, ocorre o processo de inflexão do agrário para o urbano, que antecede as transformações que culminam na cidade industrial. A invasão da cidade pela indústria caracterizou o

fenômeno da implosão-explosão, que teve como principal consequência a transformação da sociedade inteira em urbana.

Os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas. Tornam-se centros de consumo (LEFEBVRE, 2008, p. 20).

O mundo da mercadoria reduz a simultaneidade e os encontros à forma dos trocadores e o lugar de encontro ao mercado. O valor de troca prevalece sobre o valor de uso.

Para Lefebvre (2008, p. 35), “a oposição entre o valor de uso (a cidade e a vida social urbana, o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos)” corresponde à “zona crítica” do modelo de periodização das cidades. Essa oposição corresponde ao questionamento do “urbano” (valor de uso) na sociedade atual: “o urbano só pode ser confiado a uma estratégia que ponha em primeiro plano a problemática do urbano, a intensificação da vida urbana, a realização efetiva da sociedade urbana” (LEFEBVRE, 2006, p. 88).

O estudo do valor de uso (ou de troca) nas cidades e da vida social urbana, que ocorrem no espaço público, será feito a partir dessa periodização da cidade ao longo da história.

2.1 CIDADE POLÍTICA

Na cidade política ou arcaica, grega e romana, a centralidade apegase a um espaço vazio: a Ágora e o Fórum. É uma praça, um lugar preparado para a reunião (LEFEBVRE, 2008). A cidade-estado grega e a República romana são intimamente associadas à concepção de esfera pública (*polis*), segundo Arendt (2007).

Para Arendt (2007), a origem da vida pública era constituída por duas atividades políticas, a ação (práxis) e o discurso. Essas atividades tornaram-se independentes com a experiência da *polis*, enfatizando o discurso entre os cidadãos

livres, apoiados em uma ordenação política baseada na economia escravagista, que os tornavam, no âmbito da vida familiar (do espaço privado), déspotas domésticos.

O ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência. Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *polis*, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos (ARENDT, 2007, p. 35-36).

Segundo Arendt (2007), enquanto a *polis* (esfera pública) está relacionada à liberdade e ao discurso, a família (esfera privada) vincula-se à necessidade e à ação (práxis).

A vida pública da *polis* realizava-se, dessa forma, na reunião entre cidadãos livres. Por meio do discurso individual, as coisas verbalizavam-se e tomavam forma: “a esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com outros, por assim dizer” (ARENDT, 2007, p. 62).

O termo público significa, em primeiro lugar, que “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (ARENDT, 2007, p. 59). Essa condição necessita da materialidade de um espaço aberto ao acesso dos diferentes que, uma vez ali posicionados, tornam-se igualmente vulneráveis ao contato. O espaço público caracteriza-se, portanto, por ser aberto e acessível à entrada e à permanência dos sujeitos que, do mesmo modo, abrem-se à comunicação e tornam-se permeáveis às diferenças.

O espaço público aparece enquanto lugar da ação política e de expressão de modos de subjetivação não identitários, em contraponto aos territórios familiares e de identificação comunitária. Na concepção de Arendt (2007), a ação política é uma atividade que comprova imediatamente a pluralidade da condição humana.

Os espaços públicos urbanos são aqueles da manifestação da esfera pública, da vida pública, da busca pela construção da cidadania, atribuindo, dessa forma, à materialidade daqueles espaços uma realização sociopolítica.

Pode-se considerar como primeiro espaço livre público a Ágora, na Grécia, onde ocorria a assembleia dos cidadãos. A Ágora constituiu a principal praça da

civilização grega, representando o lugar de encontro dos cidadãos. Essa praça era formada por um pátio aberto, circundado por edifícios públicos e administrativos. Na reconstituição da Ágora de Atenas, pode-se observar a importância dimensional da praça (Figura 06), a partir da formação arquitetônica do conjunto, destacando o contraste do vazio com o denso tecido urbano (CALDEIRA, 2007).

Figura 6 – Reconstituição da Ágora de Atenas (século II a. C)



Fonte: CALDEIRA, 2007, p. 18.

A Ágora, primeiro espaço público, formava o centro político-social da cidade e sua configuração reforçava esse simbolismo. Estrategicamente situada, podia ser visualizada por toda a comunidade e representava um imenso vazio cercado por edifícios institucionais, sagrados e comerciais (Figura 06). De acordo com Caldeira (2007), a percepção desse espaço não representava apenas a oposição ao espaço privado. Sua concepção legitimava uma função estética a uma prática cidadina primordial. Essa praça representava o lugar do domínio político.

A Ágora era também o espaço onde o comércio acontecia secundariamente, mas sua função principal era servir como lugar da palavra e a sua função mais antiga e persistente era a de ponto de encontro comunal. Segundo Gomes (2006), no mundo grego, o encontro era uma forma de relação social, de cidadania, em que a expressão tem sua origem: ser cidadão é, em certa medida, uma localização na teia das relações sociais e simultaneamente indica o pertencimento a uma localização espacial.

Nada mais significativo do que o fato de *polis* ser não só o nome dessa estrutura espacial, “a cidade”, mas também, ao mesmo tempo, um feixe de relações sociais que originou a palavra “política”. Resumidamente, ser

cidadão é pertencer a uma determinada porção territorial, ou seja, esta é sem dúvida uma classificação espacial. Corrobora essa interpretação a etimologia da palavra cidadão, que tem origem no fato de habitar a cidade. Não uma cidade qualquer, mas uma cidade que se define como uma associação de pessoas unidas por laços formais e hierárquicos; uma cidade que dispõe de lugares próprios a essa nova atividade e natureza do homem grego, espaços públicos (GOMES, 2006, p.135).

De acordo com Arendt (2007), na Ágora, os cidadãos livres exerciam a política, por meio da ação e do discurso. A palavra era compartilhada e as decisões eram estabelecidas. A vida pública manifestava-se nesse espaço. Munford (1998, p.166) completa que a Ágora é um local de assembleia, “onde a gente da cidade ia-se reunir, e os mais velhos, sentados em pedras polidas no meio do círculo sagrado, davam sua decisão”.

O espaço público grego constituía um espaço comunitário de valor político democrático e, por derivação, social e comercial. Assim, o espaço público era o espaço físico definido por sua atribuição política do bem comum.

A Ágora, para Norberg-Shulz (1985), representava o meio de vida democrático, onde se discutiam política e negócios, onde a vida social dos cidadãos da Grécia transcorria, cuja importância era expressa pela posição centralizada que ocupava na cidade.

No entanto, Munford (1998) destaca a seletividade da cidadania grega, representada pelos participantes das assembleias na Ágora, predominantemente masculina e interdita para os estrangeiros e os escravos na sua manifestação política. Segundo o autor (1998), apenas 15% dos habitantes de Atenas eram cidadãos com os privilégios da cidadania, ou seja, homens livres gregos. Sennet (2008) reafirma que 15 a 20% da população de Atenas era constituída por cidadãos, aproximadamente metade da população adulta.

A capacidade e o direito à palavra, ao discurso, que se encontrava entre as atividades que tinham lugar na Ágora, seu exercício mais democrático, era interdito aos não cidadãos. Além da vida política da Ágora ser privilégio dos cidadãos, o que por si só já excluía a maioria dos habitantes de Atenas, “apenas uma minoria daqueles possuía renda suficiente para se dedicar às atividades da Ágora, ou morava a distância suficiente para frequentá-la constantemente” (SENNET, 2008, p. 52). A

hierarquização dos cidadãos é atestada por Lefebvre (2008), apontando que a civilização grega

constitui uma comunidade no seio da qual uma minoria de livres cidadãos detém o poder sobre os outros membros da cidade: mulheres, crianças, escravos, estrangeiros. A cidade liga seus elementos associados à forma da propriedade comunal dos cidadãos ativos, os quais se opõem aos escravos. Esta forma de associação constitui uma democracia, mas os elementos dessa democracia são estreitamente hierarquizados e submetidos às exigências da unidade própria da cidade (LEFEBVRE, 2008, p. 36).

Gomes (2006) reitera que as cidades exibem representações espaciais do exercício dessa cidadania (Ágora), definindo ao mesmo tempo os espaços de exclusão.

Além da Ágora grega, o Fórum romano é outra referência histórica de espaço público para o mundo ocidental, que também desempenhou um papel central na cidade. O Fórum representava o coração da cidade romana republicana, conjugando as atividades de mercado com um lugar de assembleia, onde se realizavam encontros políticos, podia-se assistir às disputas atléticas, oradores dirigiam-se às multidões, comerciantes fechavam negócios, realizavam-se cultos e, principalmente, administrava-se a cidade nos tribunais e edifícios institucionais (MUNFORD, 1998). Sennet (2008) acrescenta que, ao contrário de Atenas, que não estendia aos estrangeiros os direitos de cidadania, Roma incluía em seu vasto Império os povos conquistados, buscando transformá-los em cidadãos romanos, moradores de cidades romanas.

Segundo Munford (1998), as transformações da República em Império corresponderam à crescente especialização do espaço e do afastamento das funções políticas do povo que delas participava. As funções econômica, religiosa, política, de entretenimento e de sociabilidade do Fórum romano passam a mudar no surgimento do Império. As decisões em lugares abertos, acessíveis, onde a voz podia ser ouvida e rebatida, são substituídas pela hierarquia e pela ordem que esvaziavam as funções políticas públicas, em que a população era representada e passa a ser passiva. De forma complementar, Gehl (2014, p. 9) cita que “o Império Romano tinha as cidades coloniais com seus planos fixos e regimentais das principais ruas, fóruns, edifícios públicos e quartéis, uma fórmula que reforçou seu papel militar”.

praticavam apenas as ações sociais (de forma passiva) e não mais políticas. A vida social urbana no espaço público era praticada por uma determinada classe e por um tipo de ação.

Para Lefebvre (2008, p. 48), “a Ágora, lugar e símbolo de uma democracia limitada aos cidadãos e que exclui as mulheres, os escravos, os estrangeiros, continua a ser, para uma certa filosofia de cidade, o símbolo da sociedade urbana em geral”. Da mesma forma, Munford (1998) relaciona a sociedade romana à sociedade atual:

Tal como a vida “real” de hoje, para milhões, só existe na tela de televisão, e todas as manifestações imediatas de vida são subordinadas, acessórias, quase insignificantes, assim, também, para o romano, a rotina total do espetáculo tornou-se compulsiva (...) Roma tornara-se a arena das arenas, onde as atividades usuais eram subordinadas à produção em massa de violentas sensações derivadas da luxúria, da tortura e do crime (MUNFORD, 1998, p. 255-256).

Assim como na cidade política (arcaica), o acesso ao espaço público era restrito aos cidadãos livres (homens trabalhadores); na cidade contemporânea, o modelo de urbanismo neoliberal pretende restringir a apropriação do espaço público aos cidadãos consumidores. O neoliberalismo aponta para a caracterização de uma sociedade contemporânea passiva, “socializada” em massa, direcionada pela cultura em massa do consumo e do espetáculo e dominada pelo Estado e pelo capital.

2.2 CIDADE COMERCIAL

De acordo com Munford (1998), por volta do século XI, as feiras desenvolveram os primeiros contatos entre as cidades, conectando mercado a mercado. Tornaram-se grandes eventos, abandonando os espaços abertos em troca de espaços especializados, praças cobertas ou colunatas, em festas consagradas aos santos mais diversos:

O maior privilégio econômico, o de realizar uma feira regular todas as semanas, reunindo para a troca os camponeses próximos, os pescadores e os artífices, dependia da segurança física e do asilo legal. Assim como na antiga Grécia, aqueles que iam ao mercado eram protegidos, durante as horas de feira, pela Paz de Mercado, agora simbolizada pela Cruz de Mercado na praça. (...). Se, a princípio, o castelo ou o mosteiro era o centro urbano, depois do século XI, as novas atividades da comunidade começaram

a se deslocar para a praça de mercado e a incorporação de mercadores e artífices, como cidadãos livres, seria marcada, em mais de um lugar, pela ampliação da muralha ao redor do seu subúrbio (MUNFORD, 1998, p. 275-276).

O vigor das grandes feiras diminuía à medida que a economia urbana crescia e as transações comerciais passavam a ser feitas nas ruas, em mercados semanais, ao longo do ano, reduzindo assim o controle do Estado sobre as transações, ocupando os espaços públicos da cidade medieval. O mercado, assim, acontecia em uma praça específica, localizada geralmente no centro urbano, ou em um alargamento da rua principal. Outras vezes, o mercado ocorria nas ruas laterais ou nas portas de entrada da cidade (BAPTISTA, 2000).

Na Idade Média, segundo Sitte (1889), a praça medieval consistia no espaço de interação e ação social. Habermas (2003) complementa que a “praça do mercado”, de uso comum e publicamente acessível, representava o “domínio comunal”. Os espaços públicos medievais abrigavam as funções de trabalho, comércio e lazer, como feiras, festas, procissões e as representações teatrais, caracterizando a vivência do espaço (Figura 08). Mas também era onde aconteciam os julgamentos e as execuções públicas, refletindo a concepção do espaço como local do poder da Igreja.

Figura 8 – Apropriação dos espaços públicos medievais (BRUEGEL, Pieter. Provérbios Holandeses, 1568).



Fonte: CALDEIRA, 2007, p. 23.

Bakhtin (1987, p.133) afirma que “a cultura popular não oficial dispunha na Idade Média de um território próprio: a praça pública, e de uma data própria: os dias de festa e os dias de feira”. Os espaços públicos medievais eram lugares da prática social, da excelência da vida social urbana:

A praça pública era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de “exterritorialidade” no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra (BAKHTIN, 1987, p. 132).

A sociedade medieval poderia ser considerada urbana no sentido de vitalidade e de liberdade. Sennet (2008) afirma que, nas cidades medievais, houve o florescimento da vitalidade das antigas cidades gregas ou romanas, pela relativa autonomia concedida pelos senhores feudais ou pela Igreja. Munford (1998, p. 344) ratifica que todos os homens eram cidadãos, conferindo vitalidade urbana à cidade medieval: “pela primeira vez, a maior parte dos habitantes de uma cidade era de homens livres: com exceção de grupos especiais, como os judeus, morador de cidade e cidadão eram, agora, termos sinônimos”.

Lefebvre (2008) considera a cidade medieval obra da sua sociedade (urbana), que praticava a vida social urbana nos espaços públicos:

A cidade tem uma história, ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. Assim era a cidade que a idade média ocidental criou. Animada, dominada por mercadores e banqueiros, essa cidade foi obra deles (LEFEBVRE, 2008, p. 53).

Gomes (2006) afirma que o espaço público das cidades medievais era um lugar de festas, do mercado e das manifestações culturais.

A cidade medieval, para Lefebvre (2008), continua a ser o tipo e o modelo de uma realidade urbana em que o uso (a fruição, a beleza, os locais de encontro) predomina ainda sobre o lucro e o valor de troca. Lefebvre (2008, p. 59) confirma a (des)continuidade da cidade medieval, que “dura há mais de oito séculos. A atual explosão da grande cidade tende a dissolver os núcleos urbanos de origem medieval: eles ainda persistem em muitas cidades médias ou pequenas”.

2.3 CIDADE INDUSTRIAL

O centro e a cidade urbana, que eram criados pela sociedade medieval (urbana), passam a ser produtos na sociedade capitalista. A indústria transformou a cidade e, a partir dela, produziu um espaço hierarquizado e funcionalizado.

A cidade industrial (moderna) intensifica, organizando a exploração de toda a sociedade (não apenas da classe operária, como também de outras classes sociais não dominantes) (LEFEBVRE, 2008). A cidade industrial passa a ser controlada pela burguesia, que impediu que a democracia urbana, que ameaçava os seus privilégios, nascesse, expulsando do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a “urbanidade” (LEFEBVRE, 2008, p. 22-23).

A destruição da “urbanidade” ou da vida social urbana está intimamente relacionada à desvalorização da esfera pública. Para Arendt (2007), o surgimento da esfera social diminui a esfera pública, pelo distanciamento dos cidadãos em relação aos assuntos de Estado e, conseqüentemente, pelo aumento da alienação política e pelo maior poder das famílias (esfera privada) na economia. Habermas (2003) reitera que, com o surgimento da esfera social, o tema da esfera pública moderna deslocou-se das tarefas propriamente políticas para tarefas mais civis: “a tarefa política da esfera pública burguesa é a regulamentação da sociedade civil, que, já tendo a experiência de uma esfera privada íntima, enfrenta a autoridade da monarquia estabelecida: nesse sentido ela tem, desde o começo, um caráter privado e econômico” (HABERMAS, 2003, p. 69).

Arendt (2007) identifica o declínio da esfera pública (até os anos 1950) como uma questão estrutural tanto nas sociedades de massas de regimes liberais quanto nos regimes autoritários, na medida em que se fortalece a esfera social, enquanto elemento central das estruturas econômicas. Serpa (2007) acrescenta que a sociedade da massa sobrevém quando a massa da população se incorpora à sociedade, com a eliminação de instâncias mediadoras.

Enquanto Arendt (2007) compreende as transformações ocorridas na modernidade com o fortalecimento da esfera social, Sennet (1998) lamenta o declínio

do homem público pela valorização da esfera privada. A criação de consumidores, mais do que de cidadãos, na democracia burguesa, potencializa o poder de controle da classe dominante, inclusive o controle da ideologia dos meios de comunicação das massas.

O progressivo esvaziamento da vida pública, ou da vida social urbana, corresponde ao esvaziamento dos espaços públicos e aos valores que norteavam a organização das cidades:

Há muitos séculos a vida popular vem retirando-se das praças públicas, e mais acentuadamente em tempos recentes, sendo quase compreensível que tenha diminuído tanto o interesse da grande massa pela beleza das praças, que acabaram por perder grande parte do seu sentido original (SITTE, 1992, p. 113).

A cidade capitalista do século XIX, ao transformar a terra em propriedade privada e em valor de troca, dificultou a criação ou a manutenção dos espaços públicos necessários para o seu crescimento harmonioso.

A transformação da cidade a partir do capitalismo é realizada pelo urbanismo, que se diferencia das artes urbanas anteriores por seu grau reflexivo e crítico e por sua pretensão científica (CHOAY, 2013). A expansão da sociedade industrial origina a disciplina do urbanismo, que propõe modelos para ordenar a cidade industrial. A transformação a partir desses modelos torna a própria cidade valor de troca, que passa a ser vista como um objeto (de valor) a ser ordenado.

A partir dos modelos de urbanismo, os espaços são remodelados visando a um cenário: “o urbanismo é a tomada do meio ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver-se em sua lógica de dominação absoluta, refaz a totalidade do espaço como seu próprio cenário” (DEBORD, 1997, p. 132).

Os modelos refletem a ideologia da ordem: “assim veremos opor-se, a essa pseudo-desordem da cidade industrial, propostas de ordenamentos urbanos livremente construídas que se desdobra no imaginário” (CHOAY, 2013, p. 7). A ideologia do urbanismo refletia a imagem do modelo: “em todos os casos, a cidade, ao invés de ser pensada como processo ou problema, é sempre colocada como uma coisa, um objeto reprodutível” (CHOAY, 2013, p. 14). Os modelos são projeções

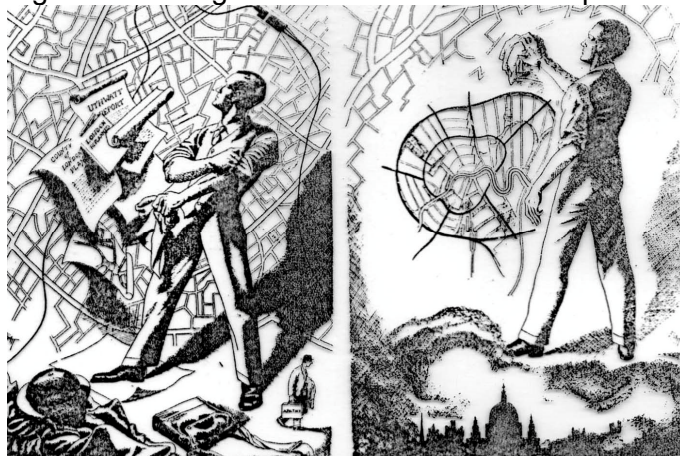
espaciais que podem ser reproduzidas, constituindo, no final, instrumentos de dominação ideológica.

Choay (2013) classifica os modelos de urbanismo como progressista ou culturalista. Os modelos de urbanismo progressista visam ao embelezamento das cidades a partir de intervenções que têm como apelo discursivo ou ideológico o urbanismo sanitaria. Já o modelo culturalista prioriza a história, a cultura e a população da cidade.

O modelo de urbanismo progressista pode ser exemplificado pelo projeto de Haussmann para Paris no século XIX, cujas características foram replicadas no plano de cidades brasileiras, como Belo Horizonte, planejada no final do mesmo século.

De acordo com Benevolo (1993), o conjunto de intervenções urbanísticas de Haussmann em Paris (Figura 09), realizado na década de 1850, expressou a forte intervenção do Estado na cidade, especificamente, em sua parte central, incorporando o discurso das preocupações higienistas, da reforma e da demolição das áreas e das edificações degradadas em condições sanitárias precárias. Contudo, a imagem de modernização, higienização e embelezamento da cidade escondia objetivos políticos e imobiliários (BENEVOLO, 1993; MUNFORD, 1998).

Figura 9 – Charge do Plano de Haussmann para Paris



Fonte: BENEVOLO, 1993, p. 20.

Harvey (2014) afirma que Haussmann entendeu perfeitamente que sua missão consistia em ajudar a resolver os problemas de excedentes de capital e desemprego

através da urbanização, por meio da qual ele “mudou a cidade de uma só vez, e não aos poucos” (HARVEY, 2014, p. 35), instituindo um sistema keynesiano de melhorias urbanas infraestruturais financiadas pela dívida. O autor (2014) cita que esse sistema funcionou bem por cerca de quinze anos e consistiu não apenas em uma transformação das infraestruturas urbanas, mas também na criação de um estilo de vida social urbana:

Paris transformou-se na “Cidade Luz”, o maior centro de consumo, turismo e prazeres – os cafés, as grandes lojas de departamentos, a indústria da moda, as grandes exposições transformaram o estilo de vida urbano, permitindo a absorção de vastos excedentes mediante um consumo desmedido (que ao mesmo tempo agredia os tradicionalistas e excluía os trabalhadores) (HARVEY, 2014, p. 35).

O desenho espacial (ou os modelos de urbanismo) era visto, além da arte de construir novos espaços, também como a arte de projetar novas formas sociais: “cidade, política e espaço compunham um único objeto” (GOMES, 2006, p. 156).

Os espaços públicos dos modelos progressistas eram concebidos pela estética e pelo rigor e simetria do traçado, similar aos jardins franceses, ambos demonstrando o poder do Estado e, agora, do capital: “os vazios do urbanismo haussmaniano têm um sentido: proclamam alto e forte a glória do poder do Estado que os arranja, a violência que neles pode se desenrolar” (LEFEBVRE, 2008, p. 23). De forma complementar, Gehl (2014, p. 8) cita que a estratégica renovação de Paris, “em particular os largos bulevares, deram apoio ao controle militar da população, bem como forneceram a plataforma para uma ‘cultura especial do bulevar’ que espalhou passeios públicos e cafés ao longo das ruas largas da cidade”.

A produção dos espaços urbanos públicos é feita pela aliança do capital e do Estado, resultando em desenhos rigorosos que definem o uso e o próprio público. São criadas praças com desenhos baseados no estilo francês, simétrico e estruturante, cuja principal função era a contemplação. Os passeios nas áreas centrais (próximas ao comércio) são remodelados, visando atender a população consumidora. Nesse sentido, o Estado e o capital instituem o espaço público, local de uso da população burguesa, de encontro entre iguais.

Os espaços públicos, como as praças e os parques, poderiam ser considerados uma espetacular promoção da sociedade à proeminência pública (ARENDT, 2007). Nesse sentido, Debord (1997, p. 19) explica que “o espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda vida humana – socialmente falando – como simples aparência”. Assim, a burguesia ascendente necessita de um lugar onde se mostrar, onde se apresentar, onde se encontrar com ela mesma. Então se fazem os passeios, as alamedas, as avenidas. Borja (2016) acrescenta que em algumas cidades normatiza-se como se tem que ir vestido para passear:

Não estranhemos que as políticas de espaço público que começam a ser desenvolvidas nas cidades europeias a finais do século XIX sejam políticas de embelezamento da cidade, monumentalização de certas partes da cidade. Há uma grande parte da cidade que ficará fora desta, às que inclusive não poderia chegar o transporte coletivo nem as infraestruturas de saneamento, entre outras (BORJA, 2016, p. 5).

Em uma sociedade voltada para o mercado e para o consumo, os espaços públicos embelezados acabam por atuar também como locais propícios para a própria espetacularização da classe dominante.

O espaço público é institucionalizado, visto como um espaço de consumo, em que a apropriação deveria ocorrer apenas pelas pessoas que detêm o capital. O espaço público foi reduzido e o valor de troca tomou o lugar do valor de uso, fazendo com que os atores da comunicação continuassem sendo os mesmos de sempre, os detentores do poder (HABERMAS, 2003).

O capitalismo fortalece a sociedade de mercado e de consumo, afirma o domínio material e simbólico da família burguesa e consolida o surgimento do interesse privado:

A burguesia “progressista” que toma a seu cargo o crescimento econômico, dotada de instrumentos ideológicos adequados a esse crescimento racional, que caminha na direção da democracia e que substitui a opressão pela exploração, esta classe enquanto tal não mais cria; substitui a obra pelo produto (LEFEBVRE, 2008, p. 22).

As cidades nos séculos XIX e XX poderiam ser consideradas lugares do consumo, relacionadas à propriedade privada e à detenção de capital: “consome-se tantos signos como objetos: signos da felicidade, da satisfação, do poder, da riqueza,

da ciência, da técnica, etc. O signo é comprado e vendido; a linguagem torna-se valor de troca” (LEFEBVRE, 2008, p. 69).

O valor de uso da cidade e do espaço público, a partir da cidade industrial e da sociedade moderna, é substituído pelo valor de troca: “aquele que concebe a cidade e a realidade urbana como sistema de signos está entregando-as implicitamente ao consumo como sendo objetos integralmente consumíveis: como valor de troca em estado puro” (LEFEBVRE, 2008, p. 69). O valor de troca da cidade é acentuado pela cidade neoliberal.

3. CIDADE NEOLIBERAL

O neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma 'racionalidade' e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

O neoliberalismo, segundo Dardot e Laval (2016, p. 15), consiste em um sistema normativo que orienta a prática dos governos, das empresas e “para além deles, de milhões de pessoas que não têm necessariamente a consciência disso”. Trata-se de um sistema econômico, político e social, em que o poder do capital continua a ser o “verdadeiro motor da história” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.23), que subordina o Estado e a sociedade.

Dardot e Laval (2016) afirmam que deve ser considerada uma sociedade neoliberal e não apenas de política ou economia neoliberal. Os autores (2016) escrevem que a sociedade neoliberal não é reflexo apenas da lógica do capital: a originalidade do neoliberalismo está na criação de normas que definem não apenas o regime de acumulação, mas também a sociedade:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da 'modernidade' (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

A norma de vida imposta pelo neoliberalismo determina uma competição generalizada, em que as relações sociais são ordenadas segundo o mercado: “o neoliberalismo equivaleria, assim, à mercantilização implacável de toda a sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 23).

Segundo Dardot e Laval (2016), o Estado reforça essa competitividade, adotando políticas intervencionistas que visam, além de alterar as relações sociais, mudar o papel das instituições de proteção social e educação e criar uma concorrência

entre os sujeitos, já que o próprio Estado está inserido em um campo de disputa regional e mundial.

Cabe destacar o papel do Estado no neoliberalismo: os mais poderosos introduziram e universalizaram “na economia, na sociedade e até neles próprios a lógica da concorrência e o modelo de empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 19).

As ideias neoliberais vêm transformando as cidades e as suas paisagens em produtos e interferindo diretamente nas concepções e nas atuações práticas que se referem ao espaço urbano em geral. O modelo de empresa aplicado nas cidades que prega a produtividade, a competitividade e a subordinação à lógica do mercado é chamado por Harvey (1996) de “empresariamento da gestão urbana”, que consiste na formação de parcerias público-privadas e na criação de um clima favorável para negócios.

A aliança entre o poder público e o setor privado é justificada pelas dificuldades enfrentadas pelo Estado: “a dependência do financiamento privado transformou radicalmente a relação entre Estado e atores econômicos, ao subordinar a atuação do poder público à lógica da rentabilidade dos investidores privados” (COMPANS, 2005, p. 89). De forma complementar, Harvey (1996) aponta que o mercado passa a participar diretamente no processo de decisão:

O novo empresariamento urbano se caracteriza, então, principalmente pela parceria público-privada tendo como objetivo político e econômico imediato (...) muito mais o investimento e o desenvolvimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico (HARVEY, 1996, p. 53).

Para Compans (2005), o empreendedorismo (ou empresariamento) urbano consiste em uma estratégia político-argumentativa para viabilizar uma nova forma de modernização capitalista, apoiada em alterações na espacialidade da cidade, na redução de riscos ao investidor privado e na eliminação dos constrangimentos à acumulação, além de uma alteração social da própria base produtiva.

A transferência de técnicas de gestão empresarial para a administração urbana, como o marketing e o planejamento estratégico, implica a incorporação de uma racionalidade concorrencial que conduz à objetificação da cidade como empresa e ao mesmo tempo como mercadoria (COMPANS, 2005).

A cidade, segundo Arantes (2013), que já é tratada há algumas décadas como uma peça importante na disputa pelo acúmulo de riquezas do capitalismo globalizado, tornou-se um bem, tanto um produto a ser “consumido” no mercado internacional, como uma empresa, que gera riquezas, disputa espaço no mercado competitivo e tem que funcionar de acordo com a dinâmica desse mercado.

A cidade empresa é vista pelo seu valor de troca: “se a cidade é pensada como empresa e os responsáveis políticos como *managers*, seu “produto” é tudo aquilo que obtém um valor de troca no mercado internacional” (COMPANS, 2005, p. 26).

O planejamento estratégico é defendido por pensadores, por empresários e por alguns líderes políticos, que acreditam que a cidade está submetida aos mesmos princípios e condições das empresas, em um mundo em que prevalece a globalização da economia e da comunicação e onde as cidades estão competindo entre si. Portanto, as cidades devem se preparar como uma empresa, competindo no mercado mundial por investimentos de capital e de tecnologia, por atração de indústrias e negócios (VAINER, 2013a):

Submetida ao movimento espontâneo do mercado, a cidade deve funcionar como uma verdadeira empresa, e como tal deve ser conduzida. Por conseguinte, e coerentemente, há que entregá-la, sem hesitação e sem mediações, a quem entende de negócios: os empresários capitalistas (VAINER, 2011, p. 4).

O planejamento estratégico, que foi transferido do ambiente da gestão de empresas para a gestão das cidades, estrutura-se sobre a “(...)paradoxal articulação de três analogias constitutivas: a cidade é uma mercadoria, a cidade é uma empresa, a cidade é uma pátria (...)” (VAINER, 2013a, p. 77).

A cidade é uma mercadoria a ser vendida, “num mercado extremamente competitivo em que outras cidades também estão à venda” (VAINER, 2013a, p. 78). Para isso, a cidade deve ter insumos universalizados, valorizados pelo capital transnacional: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, entre outros.

A cidade empresa tem como princípios a produtividade, a competitividade e a subordinação à lógica do mercado. A cidade é um agente econômico que atua no mercado e nele encontra a regra e o modelo para o planejamento de suas ações.

A cidade pátria consiste em uma estratégia para subordinar a sociedade e o poder público às exigências do capital internacional e local, a partir de dois elementos essenciais: uma consciência de crise e o patriotismo de cidade. Constrói-se, ao gerar um sentimento de crise, um processo de trégua dos conflitos internos em nome do “bem comum”. A partir daí, há a negociação de atores públicos e privados, que, munidos da abnegação dos habitantes de anseios particulares, promovem um discurso e um projeto de cidade que gera o “patriotismo de cidade” (VAINER, 2013a).

A partir do planejamento estratégico, resultado das ideias neoliberais, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também e sobretudo, é uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores. Esse processo de valorização de determinadas áreas cria uma segregação de espaços construídos e de pessoas. Nesse contexto, o empresariamento urbano, segundo Harvey (1996), contribuiu para as crescentes disparidades de riqueza e renda, bem como para o aumento da pobreza urbana. Essas contradições sociais e urbanas são apontadas por Carlos (2015):

A segregação surge e expressa-se na vida cotidiana diante do extenso processo de privação que acompanha a realização da vida. Aparece e constitui-se nos interstícios, ganha sentido na reunião das pessoas em torno da insatisfação das necessidades nunca atendidas; das injustiças na distribuição da riqueza social; da intolerância entre membros de classes sociais diferenciadas; das políticas públicas que repõem, constantemente, a desigualdade sob o discurso da inclusão; das novas relações entre o Estado e os setores privados da economia, que se definem a partir de políticas públicas dirigidas ao espaço por meio de novas alianças de classe (...) (CARLOS, 2015, p. 60).

A cidade do mercado nega a *polis*, cidade da participação política e dos conflitos de interesses, e, portanto, da vida social urbana. Segundo Vainer (2013a), a mais negativa consequência do planejamento estratégico seria a despolitização das relações sociais que constroem a cidade, com todos os seus conflitos e divergências. Carlos (2015, p. 50) completa afirmando que “o espaço produzido como mercadoria totaliza e subsume as relações sociais, orienta a apropriação, pois institui o público/privado, o dentro e o fora delimitando e organizando a vida”.

O mercado domina as relações, padroniza os interesses, aplaca (ou anula) os conflitos e constrói a cidade competitiva, cada vez mais um espaço para poucos. É reforçada a condição do cidadão como consumidor de produtos e serviços ofertados.

Os usuários, que não têm como consumir os novos serviços urbanos ou neles investir, são indesejáveis, não fazendo parte da nova cidade-mercadoria-empresa-pátria (VAINER, 2013a).

A população indesejável, que não apresenta potencial para consumo, além de ser excluída da própria vida social urbana, quando reside em áreas urbanas significativas e interessantes para o mercado, sofre o processo de gentrificação.

O processo de gentrificação ocorre quando é feita a requalificação de um espaço urbano em detrimento das classes sociais que residem nas áreas visadas pela especulação imobiliária. Segundo Carlos (2015), esse processo é orientado por políticas públicas que criam as condições de expulsão, seja através da aplicação da lei de desapropriação, seja permitindo a eliminação de áreas degradadas ou carentes para a construção dos novos edifícios sob o argumento das áreas de “interesse público”.

Arantes (2013) afirma que, a partir da década de 1960, foi iniciado o processo de gentrificação em Nova Iorque, justificado pelo “desenvolvimento” da cidade e sua inserção no mercado internacional⁹.

O processo de gentrificação, segundo Arantes (2013), é escamoteado pelo uso de termos como revitalização, reabilitação, requalificação, dentre outros. Seria a resposta da “máquina urbana de crescimento” a uma situação de desinvestimento em áreas urbanas significativas (resultado de crises econômicas e decisões políticas), que leva ao surgimento de um grupo social indesejável em uma parte tida como importante ou promissora da cidade. Essa área é tomada por um projeto de “remodelagem” ou “requalificação”, que utiliza geralmente estratégias culturais para o

⁹ Em meados dos anos 1960, houve a requalificação de *Battery Park*, em Nova Iorque, em uma nova área de habitação, com comércio e amenidades culturais. Destinada, a princípio, a várias camadas sociais, a área foi aos poucos se transformando num vasto projeto de gentrificação.

Em 1970, houve a requalificação do bairro *Soho* em Nova Iorque, quando os *lofts* foram reformados e “convertidos em galerias ou mesmo residência de artistas, boutiques, restaurantes ditos sofisticados, etc. e, consequentemente, migração forçada dos antigos moradores e reconversão dos raros proprietários remanescentes, travestidos de intermediários de altos negócios imobiliários” (ARANTES, 2013, p. 32). Em 1970, ocorreu o mesmo processo na região das docas londrinas, que hoje é centro empresarial de Londres, sede das grandes corporações e de boa parte da mídia, e dos altos serviços e das habitações de altíssimo padrão.

“redesenvolvimento” urbano. Cria-se uma imagem da área modificada, revaloriza-se o lugar, destina-se a área, com diversas políticas e estratégias, para uma classe solvente ocupá-la, excluindo do lugar os grupos indesejáveis – aumentando a segregação na cidade-empresa-cultural.

Harvey (2014, p. 50) confirma que a absorção do excedente por meio da transformação urbana implica uma “grande recorrência de reestruturação urbana por meio de uma “destruição criativa”, que seria a requalificação urbana, que tem uma dimensão de classe, pois, em geral, os mais pobres, os desprivilegiados e marginalizados do poder político são os que “sofrem mais que quaisquer outros com esse processo. A violência é necessária para construir o novo mundo urbano sobre os escombros do antigo”.

Sánchez (1999) escreve que a requalificação urbana surge de forma articulada ao discurso do planejamento estratégico, primeiramente nos Estados Unidos, nos anos 1980, logo depois na Espanha. A autora (1999) afirma que a requalificação de Barcelona em 1992 tornou-se um modelo:

A força da experiência de reestruturação urbana de Barcelona, viabilizada pelos Jogos Olímpicos de 1992, transformou a cidade em paradigma, apresentada como modelo a ser seguido pelas cidades que procuram uma inserção competitiva na nova ordem econômica (SÁNCHEZ, 1999, p. 121).

A atividade urbanística em Barcelona nas décadas de 1980 e 1990 foi tão intensa que a cidade transformou-se em um modelo¹⁰ de requalificação urbana. A construção de infraestruturas de mobilidade interna e externa, novas infraestruturas de comunicação, grandes obras do complexo olímpico e desenho de novas áreas de centralidade tornaram-se exemplos de estratégias dos projetos urbanos. As próprias intervenções foram apropriadas pela linguagem promocional e transformadas num autêntico espetáculo (SÁNCHEZ, 1999).

A partir dos anos 1990, segundo Sanchez (1999), a requalificação urbana surge na América Latina, sobretudo por intermédio de consultorias espanholas. Vainer (2013a) também aponta o número crescente de cidades que, no Brasil e na América

¹⁰ Para Borja e Castells (1996), o Plano Estratégico não resulta em uma norma, mas em um contrato político entre as instituições públicas e as da sociedade civil.

Latina em geral, vem contratando os serviços de consultoria dos catalães, considerando o modelo de Barcelona, como exemplo o Plano Estratégico do Rio de Janeiro.

Os princípios dos projetos de requalificação urbana da cidade contemporânea no século XXI são semelhantes aos objetivos da reforma urbana (e social) feita em Paris por Haussmann no final do século XIX. O planejamento estratégico visa, dentre outras coisas, ao embelezamento, à higiene e à “limpeza social” das cidades, intensificando a segregação social e reduzindo a vida urbana. A reforma urbana por meio da “destruição criativa” desconsidera as condições topográficas, os usos históricos e as necessidades sociais, provocando um grande apagamento da base material que, durante séculos, deu vida às suas paisagens: “as temporaneidades¹¹ aceleradas pelo fortalecimento do capitalismo espalham-se por todas as grandes cidades do mundo, apagando, na maioria delas, as temporalidades lentamente construídas” (BESSA, 2016).

Assim, as metrópoles contemporâneas têm promovido mudanças significativas no seu ambiente urbano visando à atração de turistas, eventos e negócios:

A ênfase no turismo, na produção e consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros numa dada localidade representa os remédios favoritos para economias urbanas moribundas. Investimentos urbanos desse tipo podem ser paliativos imediatos apesar de efêmeros aos problemas urbanos. Mas estes são, em geral, altamente especulativos. O preparo para se candidatar aos Jogos Olímpicos, por exemplo, é um exercício caro que pode ou não valer a pena (HARVEY, 1996, p. 59).

Ao realizar intervenções urbanas que alteram expressivamente sua morfologia e, conseqüentemente, a sua paisagem e a sua imagem, as cidades tendem a adotar as mesmas estratégias utilizadas por outras cidades, uma vez que as possibilidades informacionais globalizadas fazem com que os grandes projetos urbanos sejam replicados por quem se interessar. Nessa ação, as grandes corporações e organizações ditam e comandam o processo de transformação das cidades, cabendo

¹¹ Para Assunto (2013), a espacialização do tempo pode ser dada pela temporalidade, que é qualitativa e a temporaneidade, que é quantitativa e tem precisamente a sua imagem no espaço industrializado, no espaço da produção e do consumo.

aos governos o papel de executar diretamente essa transformação ou permitir que elas aconteçam (BESSA; ÁLVARES, 2014).

As administrações públicas vêm tentando construir a imagem de cidade receptora do turismo através de estratégias, como o marketing urbano ou *city marketing*. Quando atua no sentido de impulsionar o turismo, pode-se denominá-lo de marketing turístico urbano. Segundo SÁNCHEZ (1999, p.115), o “*city marketing* constitui-se na orientação da política urbana à criação ou ao atendimento das necessidades do consumidor, seja este empresário, turista ou o próprio cidadão”.

A partir do marketing turístico urbano, o próprio valor simbólico de um ambiente pode ser predeterminado pelo seu idealizador (poder público e empresas privadas):

O peso do simbólico sobrepõe-se à realidade: o parecer tem o efeito de ser e, como tal, é julgado e avaliado. A credibilidade do imaginário se impõe, mesmo que as condições concretas da existência neguem os discursos e as imagens que sobre a realidade se produzem. A aparência e a fachada têm alta significação (PESAVENTO, 2002, p.160).

Segundo Bessa e Álvares (2014), a transposição das técnicas do marketing empresarial para as cidades tem sido cada vez mais adotada pelas administrações públicas das metrópoles brasileiras e visa a comunicar ao mundo que a cidade agora também é uma cidade-espetáculo, capaz de sediar grandes eventos e empresas, como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 no Brasil.

Pela lógica neoliberal, a cidade (e os espaços públicos) têm se transformado em um produto a ser visto, visitado e vendido através da utilização das técnicas de marketing e propaganda. A atração de uma população de alta renda para o consumo desse espaço ocasiona um processo de valorização imobiliária e elitização:

A instauração da cidade-empresa constitui, em tudo e por tudo, uma negação radical da cidade enquanto espaço político – enquanto *polis*. Afinal, como lembrava Marx, na porta das empresas, dos laboratórios secretos da produção capitalista está escrito: “*No admittance except on business*”. Aqui não se elegem dirigentes, nem se discutem objetivos; tampouco há tempo e condições de refletir sobre valores, filosofia ou utopias. Na empresa reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático; e a produtivização é a única lei (VAINER, 2011, p. 5).

Os espaços públicos na cidade neoliberal são vistos como produto e mercadoria, logo o espaço político e a esfera pública são negados.

3.1 O ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE NEOLIBERAL

No contexto neoliberal, os espaços públicos passam a ser os próprios objetos de espetacularização, produtos do planejamento estratégico. Os espaços públicos requalificados tornam-se espaços belos, “cartões postais”, produtos para a formação de uma imagem da cidade. Esses espaços são planejados para se transformarem em lugares do espetáculo para os habitantes e para os turistas.

Porém, Borja e Castells (1996) acreditam que o planejamento estratégico é resultado de um amplo consenso social e representa uma grande oportunidade democrática:

Por um lado, oferece uma resposta integrada do lugar onde os problemas da sociedade são delineados e de onde os agentes públicos e privados podem atuar conjuntamente. Por outro, podem permitir-nos reconstruir o sentido da cidade, do território, numa época em que a perda de consciência dos limites e a dissolução das ideologias que dão suporte aos projetos coletivos nos desafiam a refazer nossos sistemas de convivência (BORJA; CASTELLS, 1996, p. 166).

Borja (2016, p. 8) afirma que ainda existem muitas cidades, não somente na América Latina, em que os espaços públicos contemporâneos são qualificantes, oferecendo distintas possibilidades de apropriação e “melhorando a autoestima dos cidadãos porque os faz sentir que são tratados como os outros, como os da cidade mais formal, mais rica”.

Nas grandes cidades brasileiras, segundo Serpa (2007), a palavra de ordem é investir em espaços públicos visíveis, sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias público-privadas. Esses espaços sugerem uma relação clara entre “visibilidade” e espaço público, confirmando o interesse pelo “gigantismo e pelo “grande espetáculo” em matéria de arquitetura e urbanismo” (SERPA, 2007, p. 23). Borja (2016) reitera que os espaços públicos devem ser resultado da parceria público-privada:

Acredito que gerar espaço público através da administração pública é importante, sem importar as morfologias. Podem-se fazer parques, podem-se fazer ruas, podem-se fazer espaços públicos vinculados a equipamentos, a entornos de equipamentos, mas em todas as operações de transformação urbana do espaço público, é preciso deixar que muitas ações sejam executadas pelo setor privado, mas colocando-se condições. Que tenham em

conta o interesse público, porque a longo prazo também é o melhor para os agentes econômicos privados (BORJA, 2016, p. 10).

Contudo, na realidade brasileira, observa-se, em geral, uma tendência ao atendimento dos interesses mercadológicos, o que pode comprometer e prejudicar o interesse público. Dessa forma, o setor privado acaba ficando com os benefícios desencadeados pelos projetos de requalificação e ao setor público resta o ônus.

Para Serpa (2007), em geral, a implantação de espaços públicos, como os parques e as praças, é priorizada em áreas valorizadas, o que discrimina grande parte da população suburbana, que tem mais dificuldade de deslocamento e menos opção de lazer.

Serpa (2007) exemplifica a valorização dos espaços públicos pelos parques, que se assemelham mais aos shopping centers, com a valorização do consumo como atividade de lazer. Os novos parques públicos são elementos de valorização do espaço urbano, o que justifica os projetos de requalificação urbana, apoiados pelo discurso progressista de higienismo, pacifismo e beleza estética:

Trata-se de um discurso sobretudo promocional, veiculado pelos poderes públicos, mas também pelos promotores imobiliários, em que os novos parques parecem ter sido concebidos como elementos centrais de operações urbanas para provocar uma impecável substituição de população, acelerando as mudanças no perfil social dos bairros e cidades requalificados. (...) O parque público é antes de tudo um espaço com alto valor patrimonial, contrariando o senso comum que idealiza esses equipamentos como bens coletivos e lugares de diversão, do entretenimento e da natureza socializada (SERPA, 2007, p. 42).

No Brasil, de acordo com Serpa (2007), as chances de acesso das classes populares aos novos parques públicos dependem, sobretudo, da oferta e da quantidade dos transportes coletivos e da distância a percorrer, em um contexto de numerosos bairros periféricos, mal servidos pelo sistema de trens e ônibus urbanos.

A criação de espaços públicos justificada pela lógica neoliberal de embelezamento urbano constitui estratégias de marketing urbano, reforçando seu caráter mercadológico.

Segundo Ribeiro (1996), são criadas imagens-síntese de cidades a partir de discursos ideológicos do poder político e/ou econômico e que provocam visões

reducionistas ou consensuais em relação à complexidade e à heterogeneidade de um determinado espaço. As imagens-síntese do Rio de Janeiro como a cidade maravilhosa e de São Paulo como a metrópole do *workaholic* são exemplificadas pela autora (1996).

Na mesma lógica, Pesavento (2002, p. 8) afirma que a contemporaneidade é atravessada pelo domínio das imagens, pela criação de uma realidade virtual, pela expansão da mídia e pela constituição de “um mundo que se parece: o imaginário, como sistema de ideias e imagens de representação coletiva, teria a capacidade de criar o real”.

Quando se atinge um nível de *marketing* e uma imagem síntese, como a do Rio de Janeiro e de São Paulo, é enfatizado o crescente domínio da mídia sobre a vida coletiva e sobre a vida das pessoas da cidade. Os meios de comunicação transformam-se em veículos construtores da cidade e de sua representação junto à população. Cria-se um sentimento de orgulho com relação à cidade e os olhos são vendados para não perceber o que existe em seu entorno. A ideologia do consumo, afirmada por Lefebvre (2008), é dominante.

A cidade neoliberal reforça o que a cidade industrial iniciou: a cidade deixa de ser o lugar da vida social urbana, em que o cidadão poderia vislumbrar o direito à cidade, para ser o local do cidadão, que mora e que consome a cidade.

Além de enfatizar o poder do capital, o neoliberalismo estimula a relação direta entre a melhoria da qualidade de vida e o enriquecimento (consumo). A qualidade de vida social urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual “o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornam-se aspectos fundamentais da economia política urbana” (HARVEY, 2014, p. 46).

Considerando a formação da indústria do consumo e cultural, o neoliberalismo determina a forma de vida da sociedade (neoliberal). Nesse contexto, o público (ou o cidadão) é transformado em passivos espectadores (cidadino): “o espaço público foi em grande parte parasitado pela ação demagógica dos governantes, por uma mídia criticamente dócil e pela passividade da ‘massa’, tudo isso resultando na

transformação de toda discussão social em um espetáculo” (GOMES, 2006, p. 161). Nesse sentido, ocorre o enfraquecimento da dimensão pública do espaço público.

3.1.1 O recuo do espaço público

No contexto neoliberal, as cidades transformam-se cada vez mais em fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob a vigilância constante. Essas comunidades muradas tendem a se isolar, ocorrendo o confinamento da sociabilidade e a extração da interação social (telefones celulares, fones de ouvido, entre outros). Nesse sentido, os espaços comuns não são públicos (GOMES, 2006).

De acordo com Holston (2013), as elites conseguiram impor novas formas de segregação que eliminam os espaços públicos nos quais as diferenças devem ser negociadas. Esses novos arranjos físicos resultam em novas formas de construir a vida coletiva, novas imagens físicas e sociais da cidade, gerando a modificação das práticas sociais e espaciais, que reflete no “recuo da cidadania” (GOMES, 2006, p. 174).

Harvey (2014) escreve que os ideais de identidade urbana, cidadania e pertença, já ameaçados pelo mal-estar da ética neoliberal individualista, tornam-se muito mais difíceis de se manterem em uma cidade fragmentada: “a ideia de que a cidade poderia funcionar como um corpo político coletivo, um lugar no qual e a partir do qual poderiam surgir movimentos sociais progressivos, parece – pelo menos superficialmente – cada vez mais implausível” (HARVEY, 2014, p. 49).

O recuo da cidadania está associado ao processo, intitulado por Brown (2006), de desdemocratização, que consiste em “esvaziar a democracia de sua substância sem a extinguir formalmente” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 20). A desdemocratização, segundo Brown (2006), corresponde à corrosão dos fundamentos da democracia liberal, a partir da demolição da noção de cidadania, de autonomia e de liberdade. Dardot e Laval (2016) acrescentam que, nesse processo, são adotados critérios de avaliação estritamente gerenciais, que descrevem a administração pública como um

processo meramente técnico e a ascensão social como um mérito puramente individual.

A desdemocratização e o recuo da cidadania correspondem a um recuo paralelo do espaço público, caracterizado a partir de quatro processos, definidos por Gomes (2006): apropriação privada dos espaços comuns; progressão das identidades territoriais; emuralhamento da vida social; e crescimento das ilhas utópicas.

A apropriação privada dos espaços comuns, em geral, corresponde às ações deliberadas pelos grupos hegemônicos, como o gradeamento de praças para a realização de eventos; a privatização de espaços, como as praias nos *resorts*; e até mesmo o fechamento de ruas. Essa apropriação ocorre principalmente pelo discurso da segurança, em que os passeios e as ruas sem saída são privatizados, a partir da instalação de uma grade, de uma cancela ou de guaritas, o que Serpa (2007) denomina de “invasão de colarinho branco”.

Mas também ocorre a apropriação privada dos espaços comuns pelo grupo subordinado, que, segundo Gomes (2006), utiliza os espaços públicos para atividades comerciais, como os camelôs e os guardadores de carro, que transformam passeios e praças em locais de mercado. Essas atividades, normalmente, são a forma de trabalho e de renda desse grupo, mas podem limitar o homem público a um eventual consumidor.

A privatização das praças, das ruas e dos acessos restringe o movimento dos passantes e implica a invasão física e social no espaço público, que reduz o espaço de convivência, de respeito ao outro e da vida social urbana.

A progressão das identidades territoriais, de acordo com Gomes (2006), está relacionada à afirmação de diferentes territórios¹² no espaço, em que lugares específicos do espaço público são dominados por determinadas “tribos”, como as gangues, as comunidades evangélicas, os narcotraficantes e as torcidas de futebol em dias de jogo.

¹² O território é um conceito relacionado à projeção de um poder que se exerce e que demarca espaços sociais diferentes. Para Souza (2009, p. 96), “todo território pressupõe um espaço social, mas nem todo espaço social é um território”, já que o território é “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2009, p. 78).

O espaço público transforma-se em uma justaposição de espaços territorializados, dividido entre os diferentes grupos. Não há interação entre os territórios, percebidos e utilizados como forma de neutralizar o outro em um espaço que é acessível a todos (SERPA, 2007).

A negação do outro afirma o recuo da cidadania e, conseqüentemente, o recuo do espaço público: “a soma de processos de apropriação de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público” (SERPA, 2007, p. 37).

Nesse contexto, Andrade (2007) pontua que a presença de pessoas desiguais no mesmo espaço não garante a interação e nem a troca. Gomes (2006) completa que o aumento de territórios identitários implica uma diminuição dos espaços públicos na cidade.

A negação do outro e da alteridade é reforçada pelo emuralhamento da vida social, em que o homem individualista, cuja tendência é ter um caráter hedonista e narcísico, “dispõe de variados recursos para tornar-se invisível e, portanto, inacessível para o contato social” (GOMES, 2006, p.182). Harvey (2014) confirma que a ética neoliberal reforça o intenso individualismo, que quer tudo para si, podendo se transformar em um novo modelo de socialização da personalidade humana, o que vem aumentando o individualismo isolacionista, a ansiedade e a neurose, completado por Serpa (2007) como a intensificação da existência privada e da solidão. Assim, Gomes (2006) certifica que a vivência no espaço público da cidade é cada vez menor:

O uso da via pública se restringe progressivamente ao seu valor instrumental primário, a circulação. Saímos cada vez menos e, quando o fazemos, em geral por absoluta necessidade, devemos usar um automóvel, que nos levará a um lugar preciso, onde, habitualmente, reproduz-se a ideia de confinamento e de segurança (GOMES, 2006, p. 183).

De acordo com Gomes (2006), o uso dos espaços públicos restringe-se e procura-se, sempre que possível, conviver com os semelhantes em espaços selecionados e controlados.

As classes populares geralmente são as usuárias majoritárias, sobretudo nos fins de semana, dos grandes centros de lazer. Já as classes médias procuram, normalmente, por espaços de lazer mais protegidos e de mais difícil acesso, onde o

filtro exercido pelo poder aquisitivo ou pela acessibilidade seja efetivo na seleção social (GOMES, 2006).

Os espaços públicos como locais do encontro, do lazer, das diferenças, de livre acesso e da vida urbana, em geral, são utilizados pela classe popular. Lefebvre (2008) ratifica que só a classe operária (classe popular) pode realizar a transformação e a renovação da vida urbana:

Só a classe operária pode ser tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização. Aqui ainda, como há um século, a classe popular nega e contesta, unicamente com sua presença, a estratégia de classe dirigida contra ela. Como há um século, ainda que em novas condições, ela reúne os interesses de toda a sociedade, e inicialmente de todos aqueles que habitam. A nova aristocracia burguesa não habita mais. Andam de palácio em palácio, ou de castelo em castelo; comandam uma armada ou um país de dentro de um iate; estão em toda parte e em parte alguma (LEFEBVRE, 2008, p. 118).

Os castelos e os palácios, citados por Lefebvre (2008), exemplificam as ilhas utópicas, cujo crescimento é o quarto processo que incita o recuo do espaço público, segundo Gomes (2006). As ilhas utópicas correspondem aos condomínios exclusivos, que são vendidos como cidades dentro da cidade, onde o espaço público é recriado em esferas menores e privativas, que se opõem “figurativamente ao verdadeiro espaço da rua – público, aberto e inseguro, sujo e anárquico” (GOMES, 2006, p. 187).

Essa dicotomia público (rua) e privado (casa) aproxima-se da visão de DaMatta (1991), que defende que o brasileiro, em geral, tem uma visão dualista dos espaços sociais fundamentais, em que a rua é a oposição direta da casa. A rua é o local de trabalho, movimento, surpresa, tentação e lazer. É também a rua o lugar da frieza e da crueldade, onde não há como recorrer ou procurar abrigo mesmo diante da exposição às piores intempéries. Já a casa é o lugar de tranquilidade, paz, o lar e a moradia e o lugar restrito de convivência da família e de alguns convidados. A casa, para o brasileiro, seria então muito mais que a parte da construção física, mas um lugar moral, esfera onde as pessoas se realizam não apenas fisicamente, mas socialmente e moralmente (DAMATTA, 1991). Percebe-se a importância que a “casa” tem na vida de cada pessoa e, principalmente, de cada família brasileira.

Assim, as ilhas utópicas podem ser relacionadas à “casa”, pois correspondem à propriedade privada, com restrição do convívio aos moradores e seus convidados.

Segundo Gomes (2006), o padrão monetário determina a possibilidade de ingresso nessas ilhas, onde viveriam aqueles com civilidade e moralidade.

As ilhas utópicas negam os princípios da vida social urbana, pois permitem o encontro com iguais e recusam a diferença, a liberdade e a possibilidade do encontro com o diverso.

Nos bairros de classe de renda média, segundo Serpa (2007), observam-se circuitos exclusivos, cada vez mais restritos, de residências (condomínios), lazer (parques temáticos) e consumo (shopping centers). Nesse contexto, a cidade pode tornar-se fragmentada, enfatizando a segregação socioespacial.

Andrade (2007) reitera que os diferentes grupos sociais tendem a se apartarem em espaços próprios, o que dificulta as possibilidades de troca e afeta as interações nos espaços públicos das cidades brasileiras.

Portanto, a apropriação privada dos espaços comuns, a progressão das identidades territoriais, o emuralhamento da vida social e o crescimento das ilhas utópicas resultam no encolhimento do espaço público e no consequente recuo da vivência da cidadania.

A vida social urbana na cidade, em que os cidadãos apropriam-se e têm o espaço público pelo valor de uso, pode ser reprimida ou oprimida, considerando que esse valor é desconsiderado pelo planejamento estratégico e pelo neoliberalismo.

A lógica neoliberal vem restringindo o uso da cidade aos cidadãos consumidores, com a utilização, por exemplo, de medidas legais ditadas pelo poder público. Haesbaert (2014) confirma que o neoliberalismo enfatiza o “Estado da Exceção”, em que o Estado decreta medidas excepcionais em nome de uma “pretensa segurança” e leis de exceção “inerentes ao próprio poder soberano, que acabam por se tornar a regra” (HAESBAERT, 2014, p. 217).

Nesse sentido, Serpa (2007) cita que a sociedade atual impõe várias regras para normalizar seus membros, para abolir a ação espontânea e a reação inusitada, substituindo-as por tipos específicos de comportamento.

De acordo com Gomes (2006), as regras do convívio e do debate no espaço público devem ser absolutamente respeitadas. A acessibilidade ao espaço público é

física, mas também se refere ao fato de que deve estar condicionada aos critérios impostos pela lei que regula o comportamento das áreas comuns. “Por isso o espaço é o *locus* da lei. Poderíamos dizer que o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade” (GOMES, 2006, p. 162).

A civilidade, para Gomes (2006), é o comportamento que extrapola a simples maneira convencional que uma sociedade atribui ao homem educado de se apresentar e se conduzir, a “etiqueta”. A civilidade ganha uma dimensão referente a um universo de trocas e de encontros que reafirmam o estatuto de uma sociedade civil fundada em relações do tipo contratual.

A apropriação social de alguns espaços públicos na cidade passa a ser seletiva e diferenciada em suas dimensões socioculturais e políticas. O shopping, por exemplo, é um espaço privado, mas pelas condições de acesso e de uso por diferentes grupos sociais exerce a função de espaço público (GOMES, 2012). Entretanto, pode haver coação e impedimento de apropriação desse espaço por grupos considerados subalternizados ou marginalizados. Da mesma forma, é possível a coerção exercida pela segurança pública para impedir ou dificultar o uso de grupos de parques ou manifestações sociais que preveem o debate político.

A restrição de acesso aos espaços públicos é justificada, em grande medida, pela manutenção da ordem social e pela segurança da população, em que o Estado expressa sua relação de poder, se necessário, pela intimidação e até pelo uso da força.

O Estado usa a violência para reprimir a vida social urbana nos espaços públicos pelos cidadãos. Quando a população discute o poder do Estado ou não se enquadra nos padrões sociais, este se utiliza de atos violentos e repressivos para a contenção e manutenção da ordem social. Os métodos de repressão passam a ser usados como forma de “disciplinar” os indivíduos que não se inserem nos padrões sociais e tornam-se, inclusive, uma estratégia de inibir o exercício da cidadania.

Em geral, do ponto de vista neoliberal e para o Estado, a cidadania é sinônimo de não-conflito, de harmonia e de paz social (OLIVEIRA, 2000).

Para apaziguar o conflito e restringir “comportamentos inaceitáveis ou imorais” no espaço público, existem formas simbólicas de restrição. São normas e códigos culturais tidos como morais pelo estado e pela sociedade, que Gomes (2012, p.29) denomina como “ser no espaço público”:

A cena pública é uma espécie de discurso que se constrói por meio de certos gestos, pela maneira de se apresentar, pelas atividades desenvolvidas; pelas imagens criadas e lidas a partir de certos elementos, como roupas e acessórios; e pelos comportamentos, a maneira de falar e se conduzir. Os itinerários, os percursos e as paradas são igualmente significativos, demonstrando uma escolha, uma forma de particularizar e valorizar diferentemente esse espaço. Em suma, essas manifestações são formas de ser nesse espaço (GOMES, 2006, p. 165).

Ainda, segundo Gomes (2006; 2012), a civilidade, a urbanidade e a polidez tratam das condutas formais e ritualizadas, referenciadas a um espaço urbano que regula as trocas cotidianas entre as diferentes pessoas que dividem esses espaços.

Apesar dessa regulação da apropriação do espaço público, da segregação urbana, do recuo da cidadania, da desvalorização da vida social urbana e da não democracia, Lefebvre (2008) acredita que a sociedade urbana e o “urbano” persistem e mesmo se intensificam. Segundo Lefebvre (2008, p. 84), “as relações sociais continuam a se tornar complexas, a se multiplicar, a se intensificar, através das contradições mais dolorosas. A forma do urbano, sua razão suprema, a simultaneidade e o encontro não podem desaparecer”.

Para esse autor(2008), a vida social urbana tenta voltar as mensagens **contra as ordens** e contra as coações vindas do alto. Tenta apropriar-se do tempo e do espaço, frustrando as dominações, desviando-se de seus objetivos, usando de astúcia:

Ao mesmo tempo que lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar de desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível (LEFEBVRE, 2008, p. 85).

A persistência da vida social urbana e das manifestações coletivas na cidade neoliberal são um dos meios de subversão à ordem imposta. A presença da população no espaço público, mantendo a vida urbana, provoca um desequilíbrio e ameaça a ordem. A desordem é a reação à imposição da ordem.

3.2 DA IMPOSIÇÃO DA ORDEM À DESORDEM

No contexto neoliberal, o modelo de urbanismo excludente acentua a conflituosidade urbana, as contradições sociais e a segregação socioespacial. Delgado (2011) elabora uma analogia entre modelo de urbanismo contemporâneo e o progressista, cujos princípios são a simplificação, o controle legal das edificações, a saúde, a higiene, a organização da circulação, a ordem funcional, a separação de funções e a unidade de vizinhança, resultando na segregação socioespacial.

O modelo de urbanismo neoliberal acaba intensificando os processos de exclusão social, isolando o cidadão e impedindo, muitas vezes, a contestação. A ordem hegemônica redefine o papel de cada cidadão nos lugares da cidade, ao limitar o uso do espaço e confinar a prática social à dominação. Assim, na vida cotidiana, as relações sociais restabelecem-se submetidas, cada vez mais, à normatização e à organização segundo uma ordem, denominada por Lefebvre (2008, p. 118) de “cotidianidade bem ordenada”.

Lefebvre (2008) entende que a segregação, ao dispersar aqueles que poderiam protestar, contestar e agir, tende a impedir o protesto, a contestação e a ação. Ao aceitar as condições impostas pelo processo de segregação, os excluídos subordinam-se à ordem e a desigualdade socioespacial tende a aumentar, como um círculo vicioso:

Se os habitantes das diversas categorias e “estratos” se deixam manobrar, manipular, deslocar para aqui ou para ali, sob o pretexto de “mobilidade social”, se aceitam as condições de uma exploração mais apurada e mais extensa do que outrora, tanto pior para eles. Se a classe operária se cala, se não age, quer espontaneamente, quer através da mediação e mandatários institucionais, a segregação continuará com resultados em círculo vicioso (LEFEBVRE, 2008, p. 123).

Ao contrário do planejado, a população excluída, por muitas vezes, não aceita as condições impostas e contesta a ordem vigente. Segundo Lefebvre (2008), a vida política contestará o centro de decisão política ou o reforçará.

Assim, a segregação socioespacial, ao invés de provocar o afastamento da população das questões urbanas e políticas, pode contribuir para a sua organização para a luta pelos seus direitos:

A localização remota permitiu certa liberdade, que ficava fora do ambiente de trabalho e fora das vistas, para inventar novos modelos de associação, ao mesmo tempo que a ilegalidade motivou os moradores a exigir inclusão com base na propriedade, na infraestrutura e nos serviços da cidade legal. (...) . As classes trabalhadoras da periferia investiram em formas novas e reinventadas de organização (...), e a agenda essencial é a articulação de reivindicações por recursos (HOLSTON, 2013, p. 320).

Para Holston (2013), a desigualdade criada pela segregação espacial e pela diferenciação da cidadania motiva a insurgência de uma esfera de uma nova cidadania urbana.

O reconhecimento da desigualdade é adquirido, segundo Freire (1987), pela conscientização, que é o processo de levar conhecimento para a coletividade: “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 39); “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p. 29).

Freire (1987) entende que superar a situação opressora implica o reconhecimento crítico da contradição, para que uma nova ordem se instaure através da ação transformadora. Souza (2006) acrescenta que a ação crítica está relacionada à autonomia e à conscientização da sociedade, cuja reivindicação e oposição ao planejamento vigente seriam importantes na configuração de um outro espaço urbano. Portanto, a ação transformadora implica a insurgência de um novo espaço e de uma nova esfera de cidadania.

Ao contrário do planejado, os espaços de exclusão são “fatores de aglutinação”, onde surgem a mobilização e as organizações sociais (SOUZA, 2006, p. 294). Delgado (2011) complementa que esses “fatores de aglutinação” constituem um núcleo de difícil fiscalização e controle das explosões periódicas de descontentamento social.

A forma de agregação e a provisão de locais para encontro nesses espaços de exclusão potencializam expressões da vida coletiva e urbana, um dos objetos de mobilização para a luta social.

Segundo Castells (1980), a homogeneização das condições de trabalho e de moradia permitem a percepção de que o problema é coletivo e que a solidariedade é necessária. Da mesma forma, Gohn (1982, p. 16) cita que “o espaço político de atuação que estes movimentos possam abrir às classes populares irá se refletir no grau de associativismo das mesmas e na formação de uma consciência de solidariedade em problemas comuns”. Tarrow (2009) acrescenta que nem todos os conflitos surgem de interesses de classe, mas de interesses e valores comuns:

O que traduz o potencial de ação de um movimento é o reconhecimento dos seus participantes de seus interesses comuns. Ao mobilizar um consenso, os organizadores do movimento desempenham um papel importante na sua estimulação. Mas os líderes só podem criar um movimento social quando liberam os mais profundos sentimentos de solidariedade ou identidade (TARROW, 2009, p. 22-23).

No Brasil, de acordo com Gohn (1982), a urbanização caótica constitui um dos grandes elementos que dão origem aos movimentos sociais urbanos, que tendem a mobilizar as classes populares, por se referirem ao seu cotidiano. Portanto, os movimentos nascem de problemas locais¹³. Na mesma lógica, Delgado (2011) aponta que as motivações para a ação coletiva estão diretamente relacionadas com as condições de vida que os próprios vizinhos consideram inaceitáveis.

Nesse contexto, Holston (2013) coloca que as esferas públicas de cidadania surgidas nas periferias do Brasil forçaram o Estado a responder às suas novas condições urbanas, reconhecendo novos tipos de direitos dos cidadãos:

Esses direitos dizem respeito a questões de escopo e substância que as leis e instituições existentes no Estado costumavam negligenciar. Nesse sentido, desenvolveram-se às margens das suposições estabelecidas de governança: referiam-se aos novos espaços coletivos e pessoais da vida diária dos pobres nas periferias urbanas; consideravam mulheres e crianças tanto quanto os homens; estabeleceram o dever de serviços da parte do Estado (HOLSTON, 2013, p. 327-328).

¹³ Os movimentos que surgem de problemas locais são denominados por Souza (2006, p. 286) de luta “a partir do bairro”, que ampliam a articulação com outros movimentos e organizações em escalas além do microlocal, sendo considerado um movimento social urbano.

Ao aglomerar e tentar isolar (e calar) os excluídos, formas importantes de sociabilidade podem surgir, motivando ações que contestam o Estado. A concentração desses grupos sociais geram dinâmicas de ruptura em relação à ordem dominante. A imposição da ordem causa a desordem:

A contestação, mesmo a revolta, estavam lá, predispostas e até pressupunham um espaço que os propiciava, a partir da facilidade com que a qualquer momento eles podiam descer à rua. A própria rua é um espaço externo de encontro com os pares, onde era inevitável compartilhar preocupações, indignações e, então, a expressão da mesma convicção de que era possível alcançar certos fins por meio de ações comuns (DELGADO, 2011, p. 87-88)¹⁴.

A copresença e a existência de um nicho de interação ativo ou ativável converte os espaços de exclusão em um “barril de pólvora”. O descontentamento dos excluídos tende a explodir em manifestações imprevisíveis e difíceis de serem controladas.

Butler (2018) acrescenta que os excluídos e alienados do regime existente são considerados “irreais” pelo poder e, se são relegados à precariedade ou deixados para morrer pela negligência sistemática, eles agem. Essa ação ocorre através das manifestações públicas, das lutas urbanas e das ações coletivas, como forma de subversão à ordem.

3.2.1 Subversão à ordem

A cidade futura, conquanto seja possível esboçar-lhe os contornos, seria muito bem definida ao se imaginar a inversão da situação atual, levando às últimas consequências essa imagem invertida do mundo do avesso. Atualmente, tenta-se estabelecer estruturas fixas, permanências chamadas de “estruturas de equilíbrio”, estabilidades submetidas à sistematização, portanto ao poder existente (LEFEBVRE, 2008, p. 133).

A subversão refere-se à insubordinação contra a autoridade, as instituições, as leis, as regras. Aqui consideradas a ordem hegemônica. A subversão à ordem

¹⁴ Tradução da autora: *La contestacion, incluso la revuelta, estaban ahí, predispuestas e incluso presupuestas en un espacio que las propiciaba a partir de la facilidad con que en cualquier momento se podía bajar a la calle, y además a la propia calle en un espacio exterior en el encuentro con los iguales era poco menos que inevitable y donde era no menos inevitable compartir preocupaciones, indignaciones y, luego, la expresión de una misma convicción de que era posible conseguir determinados fines por medio de la acción común* (DELGADO, 2011, p. 87-88).

compreende formas, como as manifestações públicas, as lutas urbanas e as ações coletivas.

Thoreau (2012) relata sobre as formas de desobediência civil no século XIX nos EUA, país escravagista e em guerra contra o México. Abolicionista, o autor (2012) declara “silenciosamente guerra ao Estado”, à sua maneira, a partir de atos pacíficos. A desobediência civil corresponde a ações que negam o regime político, econômico e cultural vigente, como recusar a compra de escravos (abandonando a sua coparticipação no regime de trabalho); negar o pagamento de impostos (negando a autoridade do Estado) e consequentemente deixar de votar; ou rejeitar a compra de jornais parciais em relação aos patronos e ao governo.

Enquanto Thoreau (2012) cita os atos individuais de subversão, Tarrow (2009, p.18) explica sobre as ações coletivas de confronto político, que ocorrem quando “pessoas comuns, aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores”.

Os repertórios de confronto, segundo Tarrow (2009), referem-se ao que as pessoas fazem e ao que elas sabem como fazer em um conflito. Os repertórios podem estar ligados a temas que estão inscritos na cultura ou inventados na hora, ou, mais frequentemente, combinam formas de confronto. Grupos particulares têm uma história e memória particular de formas de confronto:

Os trabalhadores sabem como fazer greves porque gerações de trabalhadores a fizeram antes deles; os parisienses erguem barricadas porque as barricadas estão inscritas na história do confronto parisiense; os camponeses tomam terras portando símbolos que seus pais e avós usaram no passado (TARROW, 2009, p. 54).

Tarrow (2009) explicita que o repertório de confronto é uma resposta ao contexto político, econômico e social vigente e consiste em três tipos de ação coletiva: violência, convenção e ruptura.

A violência é a mais fácil de ser iniciada, mas geralmente é limitada a pequenos grupos com poucos recursos que querem produzir prejuízos e arriscar-se à opressão (TARROW, 2009). Essa ação contraria a ordem, mas restringe e assusta simpatizantes dos movimentos.

A convenção, de acordo com Tarrow (2009), opõe-se à violência e é a forma de ação coletiva padronizada, atraindo maior número de participantes por envolver baixo risco e por ser institucionalizada. As greves e as demonstrações são exemplos desse repertório. As demonstrações correspondem às manifestações no espaço público com o objetivo de produzir um resultado político através da expressão pacífica de uma opinião ou reivindicação.

Assim como a greve, as demonstrações foram legalizadas. Dessa forma, seus organizadores começaram a empregar seus próprios seguranças de passeatas para impedir a atuação opressora da polícia. Os estados constitucionais passaram a aceitar as demonstrações como uma prática normal e até mesmo vantajosa, pelo fato de os participantes receberem proteção policial e inclusive orientação. As demonstrações tornaram-se a forma modular clássica de ação coletiva (TARROW, 2009).

Para Tarrow (2009), as ações coletivas convencionais têm a vantagem de criar rotinas que as pessoas entendem e que as elites irão aceitar ou até facilitar, motivo do predomínio desse repertório, mas também da sua institucionalização e falta de entusiasmo.

Já a ruptura é uma ameaça de violência, quebra a rotina e deixa as elites desorientadas, pelo menos por um tempo. Para Tarrow (2009, p. 138), “a ruptura é a fonte de grande parte da inovação do repertório e do poder em movimento, mas é instável e facilmente gera violência ou se torna rotinizada na convenção”.

Enquanto a forma característica de confrontação no século XIX foi o uso de barricadas, no século XX, foram acrescentados a passeata, que termina em uma demonstração em um lugar público, atos de ação coletiva não violentos, como sentar-se passivamente, por exemplo. Em sistemas autoritários, “onde o protesto não violento seria habilmente reprimido, os movimentos de oposição tornaram-se especializados em preparar formas de rupturas não impositivas, simbólicas e pacíficas que evitavam a repressão”, como a organização de festas comunitárias, o uso de vestuário específico e de cartazes e as pichações (TARROW, 2009, p. 129).

As manifestações coletivas provenientes dos conflitos urbanos, em geral, podem ser consideradas uma ruptura, pois estão relacionadas à ação coletiva em **movimento**:

A ruptura tem uma lógica mais indireta nas formas contemporâneas de confronto. Primeiro é a realização concreta da determinação de um movimento. Sentado, permanecendo em pé ou se movendo em conjunto de forma agressiva em **espaço público**, os participantes das demonstrações afirmam sua identidade e reforçam a sua solidariedade. Ao mesmo tempo, a ruptura impede as atividades rotineiras de seus oponentes, espectadores casuais ou autoridades, forçando-os a atender às reivindicações dos que protestam. Finalmente, a ruptura amplia o círculo do conflito. Bloqueando o trânsito ou interrompendo os negócios públicos, os participantes incomodam os transeuntes, **põem em risco a lei e a ordem** e colocam as autoridades num conflito privado (TARROW, 2009, p. 128, grifos nossos).

As manifestações coletivas ocorrem no espaço público e, em geral, dificultam as atividades cotidianas dos usuários do local, seja pelo fechamento de vias, pela apropriação das praças ou pelos protestos em frente a edificações, impedindo o acesso dos transeuntes. Assim, causam a desordem nesse espaço.

As pessoas engajam-se em confrontos políticos, quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que podem ser utilizadas por outros (TARROW, 2009).

Tarrow (2009) explicita que as oportunidades são as dimensões que estimulam o confronto, tal como a abertura potencial de alianças e a revelação da vulnerabilidade do oponente. As restrições são aquelas dimensões que desencorajam, tal como acontece, geralmente, com a repressão e a interposição de obstáculos por parte das autoridades.

No contexto neoliberal, a imposição do espaço urbano pela ordem hegemônica e a repressão pelo Estado são as restrições a essas ações coletivas. Porém, a própria repressão pode ser considerada uma oportunidade para as ações coletivas, pois revelam a insegurança e incerteza do Estado (oponente) em relação ao controle da ação. A coibição das manifestações pelo Estado gera mais revolta dos manifestantes (que criam novas alianças), logo incentivam a eclosão das manifestações coletivas.

A ação coletiva é realizada pela condição de aparecimento do corpo no espaço público, que, segundo Butler (2018), vocaliza a sua oposição à legitimidade do Estado. E a persistência do corpo na sua exposição questiona essa legitimidade, mostrando que é real e que existe, por mais que sejam considerados “irreais” e excluídos. A

presença do corpo do excluído perante o Estado, demonstra que este vive e deve ser visto (e ouvido).

O indivíduo crítico, pelo aparecimento do corpo na luta, exerce a ação política: “os argumentos envolvendo o ‘direito à cidade’ dos movimentos sociais urbanos corporificaram as lutas dos moradores por esse reconhecimento de serem cidadãos portadores do direito a ter direitos” (HOLSTON, 2013, p. 312).

Como atores e cientes dos seus direitos, a ação coletiva dos excluídos no espaço público ocorre quando os corpos estão expostos e em aliança:

E isso vemos, por exemplo, quando trabalhadores sem documento se juntam nas ruas sem ter o direito legal de fazê-lo; quando ocupantes reivindicam prédios na Argentina como uma maneira de exercer o direito a uma moradia habitável; quando populações reclamam para si uma praça pública que pertenceu aos militares; quando refugiados participam de revoltas coletivas por habitação, alimento e direito a asilo; quando populações se unem, sem a proteção da lei e sem permissão para se manifestar, com o objetivo de derrubar um regime injusto ou criminoso, ou para protestar contra medidas de austeridade que destroem a possibilidade de emprego e de educação para muitos (BUTLER, 2018, p. 90).

Os corpos em aliança reivindicam, além do objeto de protesto, seu direito de reunir no espaço público sem repressão e censura. A reunião e a apropriação pela diversidade social afirmam a dimensão pública do espaço, como o lugar da diferença, do conflito e do desentendimento.

Segundo Leite (2007), o desentendimento consiste em concepções discursivas diferentes sobre uma mesma coisa, por exemplo, a visão do Estado e da população em relação a um serviço público. O desentendimento no espaço público torna-se uma ação e uma possibilidade política:

Para se tornar locus da igualdade de direitos e da liberdade política, o espaço público deve suportar também as assimetrias de falas e de participação, que refletem muitas vezes as desiguais formas de inserção social dos agentes desenvolvidos. É nesse sentido que um espaço público, por dever ser receptivo ao dissenso, pode ser compreendido, também, como um espaço da diferença (LEITE, 2007, p. 317).

O dissenso alimenta a dimensão política do espaço público, manifestada pelos usos e contrausos que espacializam a diferença. O contrauso, conforme Leite (2007), corresponde ao uso do espaço oposto ao planejado. O autor (2007) coloca que, no

contexto neoliberal, a revitalização dos espaços urbanos relaciona-se ao processo de gentrificação e à exclusão dos antigos moradores, modificando as formas de interação pública e consumo dos lugares. Porém, os excluídos permanecem no espaço e o utilizam da forma não planejada, pelo contrauso.

A apropriação do espaço público de maneira contrária ao previsto pelo Estado e pelo capital consiste na subversão à ordem hegemônica e na luta pelo direito à cidade, como forma de restauração da esfera pública.

3.2.2 Restauração da esfera pública

O espaço público mostra-se o lugar da vida urbana e da heterogeneidade. A diversidade do modo de apropriação e dos próprios usuários constituem o espaço da heterogeneidade e imprimem um tipo de vitalidade interativa, em que as diferenças dialogam entre si no exercício cotidiano de afirmação da alteridade (LEITE, 2007).

A ocupação e a apropriação da rua, do espaço público expressa a vida social urbana e cotidiana. Carlos (2015, p. 60) acrescenta que a consciência do espaço como aquele da realização da vida social gesta-se nas lutas e manifestações coletivas. O espaço público é simultaneamente o lugar onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, podem ser resolvidos. Gomes (2012) atesta que os espaços públicos são lugares

onde os problemas são assinalados e significados, um terreno onde se exprimem tensões, o conflito se transforma em debate, e a problematização da vida social é posta em cena. Ele constitui, por isso, uma arena de debates, mas também um terreno de reconhecimento e de inscrição dos conflitos sociais. Por essa razão, esses espaços são marcadores fundamentais da transformação social (GOMES, 2012, p. 24).

Portanto, o espaço público, a cidade e o processo que a produz são importantes esferas de luta política, social e de classe, pois, segundo Harvey (2014), permitem que ocorram as possibilidades emancipatórias e anticapitalistas, do ponto de vista de todos aqueles que tentam ganhar a vida e reproduzir seu cotidiano no contexto do processo urbano.

Avritzer (2016, p. 67) afirma que “no capitalismo global em que vivemos, a rua é o único espaço que não tem nenhum controle econômico e nenhuma interpretação preconcebida. Esse é o único local onde a democracia pode ser exercida em sua plenitude”. Para Avritzer (2016), democratizar o espaço público foi simbolizado pelo desígnio de “ocupar as ruas”. Harvey (2014, p.15) acrescenta que a ideia do direito à cidade surge “basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero”.

O espaço público é o lugar da luta pelo direito à cidade, mas, quando as pessoas se reúnem ali, o caráter público do espaço é questionado. O espaço público também é o próprio objeto de reivindicação pelo direito à cidade, pois é nele que se manifesta a vida urbana. A luta pelo direito à cidade ocorre **no espaço público** e reivindica **sobre o espaço público**. Assim como o espaço público é o local e o objeto de luta, o direito à cidade também é: “a própria definição de direito é objeto de luta, e essa luta deve ser concomitante com a luta por materializá-lo” (HARVEY, 2014, p. 20).

A dimensão pública do espaço urbano é contestada pela diversidade do modo de apropriação e pelas manifestações coletivas, conferindo a vitalidade, a festa e o valor de uso ao espaço. Dessa forma, o espaço público retoma seu sentido de centralidade. “A forma central de centralidade como o acesso de todos aos direitos existentes, bem como na criação de novos direitos, portanto, o lugar da visibilidade dos sujeitos políticos” (CARLOS, 2017, p. 45).

Como o lugar da visibilidade dos cidadãos pelo aparecimento do corpo (ou espaço da aparência) através da ação coletiva e política, a esfera pública do espaço público é restaurada. Arendt (2007, p. 211-212) afirma que a ação política surge sempre que “os homens se reúnem na modalidade da fala e da ação e, portanto, precede toda e qualquer constituição formal da esfera pública e as várias formas de governo, isto é, as várias formas possíveis de organização da esfera pública”.

Nesse sentido, a esfera pública e o caráter político do espaço público são retomados. Carlos (2017) escreve que a reunião de todas as lutas explicita a rua como lugar da rebeldia no espaço urbano, retomada em sua dimensão de espaço público, logo político.

Assim, o espaço público mostra-se como cenário adequado para o desenvolvimento da ação política, da esfera pública e da participação ativa e autônoma pelos cidadãos.

A efetiva participação no espaço público implica a copresença de indivíduos que exercem a autonomia (SOUZA, 2013), já que o cidadão é o que faz e não o que recebe. Souza (2009) afirma que a autonomia ocorre quando todos os cidadãos podem decidir, em condições de equidade, sobre os rumos do seu território, do seu espaço de vivência:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos (SOUZA, 2009, p. 106).

Souza (2013) confirma que participar, no sentido essencial de exercer autonomia, é o princípio do planejamento e da gestão democráticos. Gomes (2006, p. 160-161) acrescenta que o desafio na cidade contemporânea é “retomar o espaço público como lugar de uma participação ativa, normatizada e refundá-la como espaço da política”. As práticas sociais do indivíduo autônomo no espaço público podem proporcionar o exercício mais pleno da cidadania, da ação política e da esfera pública.

Portanto, é possível compreender que um espaço é público e uma esfera é pública quando cumprem suas funções relacionadas à cidadania e oferecem condições para as práticas sociais dos cidadãos, para a própria manifestação coletiva, para a subversão à ordem hegemônica e para a luta pelo direito à cidade.

PARTE II – ESPAÇOS PÚBLICOS DE BELO HORIZONTE

4. DA CIDADE REPUBLICANA À CIDADE NEOLIBERAL

Belo Horizonte foi planejada para substituir Ouro Preto como capital do Estado de Minas Gerais em 1897, buscando afirmar os princípios da República brasileira recém-instaurada. Seguindo os padrões do modelo de urbanismo progressista, Belo Horizonte foi planejada pelo engenheiro Aarão Reis, cujo traçado negava a influência colonial portuguesa (ANDRADE; MAGALHÃES, 1998). O Curral Del Rei foi arrasado para dar lugar ao novo:

Para a afirmação da nação, a negação do passado...a ordem como meio e o progresso como meta, o que significa a superação do natural pelo racional, do espontâneo pelo científico, do orgânico pelo geométrico, do cultural pelo progressista e, consequentemente, do velho pelo novo (ANDRADE; MAGALHÃES, 1998, p. 39).

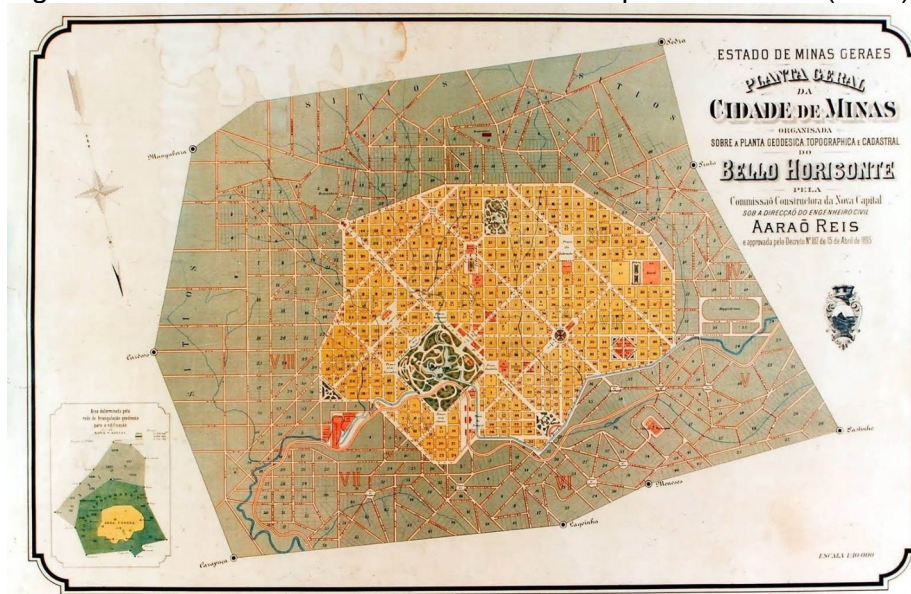
O espaço concebido de Belo Horizonte era determinado a partir da criação e projeção da imagem da cidade moderna. O plano de Aarão Reis representava os ideais de modernidade, dos saberes técnicos e da linguagem urbanística moderna, configurando um símbolo da modernidade nacional, em sua expressão regional.

Segundo Julião (1992), a criação e a construção da cidade concretizavam os desejos de uma elite que encarava o advento da República como sinal de ruptura com o passado, preconizando a modernização e o desenvolvimento nacional. Monte-Mór (1997, p. 477) completa que “Belo Horizonte nasceu assim com pretensões progressistas e modernistas, simulacro oligárquico do espaço de poder de uma burguesia republicana inexistente, espaço positivista e barroco, uma contradição em termos”.

Os princípios que regeram a construção de Belo Horizonte introduziram símbolos republicanos no tecido urbano. Nesse novo ambiente, onde “tudo é horivelmente postiço” e em que “a cidade, organizada e saudável, era uma projeção do ideal de uma sociedade disciplinada” (JULIÃO, 1992, p. 72), vigoravam preceitos de uma racionalidade médico-sanitarista. Segundo Julião (1992, p. 83), “a capital não passava de um cenário fundado na miragem do progresso, monumento de uma sociedade empenhada numa modernização superficial, na qual deveriam permanecer intocados seus alicerces sócio-políticos”.

Seguindo os padrões do modelo de urbanismo progressista, o plano de Arão Reis para Belo Horizonte tinha um desenho cartesiano e ortogonal (Figura 10), que previa uma zona urbana circundada pelas zonas suburbanas, de glebas maiores para ocupação futura, e pela zona rural, de colônias agrícolas (JULIÃO, 1992).

Figura 10 - Plano de Belo Horizonte elaborado por Aarão Reis (1897)



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997, p. 32.

De acordo com Maciel (1998), o desenho de Belo Horizonte continha ideias urbanísticas de várias cidades projetadas na mesma época como: Washington D.C./EUA (1830), Paris/França (1853-69) e La Plata/Argentina (1892). O traçado em tabuleiro de xadrez de Belo Horizonte é semelhante ao modelo de Washington, enquanto o desenho regular das ruas entrecortados por avenidas em diagonal a 45° é inspirado no plano de La Plata. De Paris, aproveitou-se a concepção das grandes avenidas arborizadas e retilíneas de Haussmann, em que a massa vegetal marca as circulações principais.

Assim como o plano de Haussmann para Paris, o plano de Aarão Reis para Belo Horizonte ordenava o espaço, desconsiderando a realidade existente do antigo Curral Del Rei pela “destruição criativa”, refletindo a temporaneidade da paisagem:

Para a concretização da capital, foi necessário que se varresse do mapa o arraial de Belo Horizonte, antigo Curral D’el Rei, incompatível, na visão da época, com a grandiosidade do projeto. Parecia que a existência de

remanescentes da pequena povoação no mesmo espaço da metrópole abateria o orgulho dos novos donos do poder. Cada casa, loja, edifício público ou templo foi demolido para que se pudesse erguer a nova cidade, símbolo dos novos tempos. Nem a topografia do local foi respeitada (BARRETO, 1995, p. 51).

Da mesma forma que os modelos progressistas, sendo o principal exemplo o plano de Haussmann, o planejamento da cidade de Belo Horizonte foi baseado em ideais sanitaristas, nos quais a população poderia respirar livremente, numa cidade altamente organizada e compreensiva, em que ruas, avenidas e praças representassem uma ruptura radical com o modelo das cidades até então existentes.

De acordo com Barreto (1995), Aarão Reis planejou as ruas da área central com largura de vinte metros, para a conveniência, arborização e livre circulação de veículos. Já as avenidas tiveram suas larguras fixadas em trinta e cinco metros, suficiente para dar beleza e conforto à população. E não bastava um modelo traçado somente em soluções arquitetônicas, a gestão moderna da cidade exigia intervenções das mais diversas, como saberes jurídicos, médicos-sanitaristas e estatísticos, entre outros, na busca por respostas a problemas como miséria, falta de saneamento, doenças, densidade populacional e o potencial de tensões e revoltas sociais (BARRETO, 1995).

A produção dos espaços vazios, como as largas avenidas e ruas de Belo Horizonte, resultava em lugares inóspitos ao pedestre, e, por que não citar, também às manifestações e às revoltas sociais. Esse movimento por parte do poder público em tentar espacializar as manifestações não é novidade na história da cidade moderna. O cerco de Paris, efetuado pela paradigmática reforma urbana haussmanniana, foi um dos casos em que imensos espaços vazios foram criados para impedir as barricadas.

O modelo progressista de urbanismo simboliza a ordem, visando eliminar do cenário da cidade o rosto da desordem, da revolta, do incontrolável. A cidade planejada progressista apaga do espaço os signos capazes de incorporar e de manter viva na memória a experiência dos indivíduos, sua identidade, enquanto sujeitos sociais. A ação social do indivíduo passa a ser controlada e vigiada pelo Estado. O plano de Aarão Reis era uma forma do Estado/poder público impor o seu poder.

O plano procura criar um referencial de cidade que modelaria o modo de concepção do espaço, para que a população compreendesse, de acordo com o interesse do poder público, as relações de poder e a hierarquia social na cidade. Assim como o plano de Haussmann, o plano de Aarão Reis é segregador e excludente:

Acima de tudo, uma cidade política, expressão do poder e da conciliação das **elites**. As avenidas barrocas, os prédios públicos valorizados em localização e monumentalidade neoclássica, a racionalidade do traçado e do sistema referencial urbano, as normas rígidas de urbanismo e higiene, tudo foi ordenado para garantir uma vida urbana sadia e agradável àqueles que participassem da polis, **aos cidadãos**. A cidade criada seria também comercial e de serviços, voltada não para as necessidades básicas da população, para a reprodução familiar, mas sim para um **consumo urbano sofisticado de uma burguesia e classe média urbanas** ainda infantis. **Os trabalhadores foram excluídos da cidadela e assentados em áreas suburbanas (e agrícolas)** destituídas da infraestrutura e serviços modernos previstos para a cidade, assim como das normas e controles exigidos nas áreas centrais para garantir a qualidade da vida urbana. A indústria, ainda que fundamental para o velho/novo projeto mineiro, seria domada ou excluída da cidade por sua incompatibilidade com o bem viver no **espaço do poder** (MONTE-MÓR, 1997, p. 477, grifos nossos).

Monte-Mór (1997) escreve que a adoção da estratégia da exclusão social antecedeu o conflito urbano de classes manifesto no espaço do poder e projetou uma cidade onde, a princípio, as contradições e os conflitos de classe seriam negados, a serem superados na organização espacial conservadora e progressista. De forma complementar, Julião (1992) afirma que:

Nas intervenções eram implantados sistemas sanitários públicos; abertas longas avenidas compatíveis com o tráfego denso; fincados edifícios modernos nos antigos cenários. Tratava-se de assegurar condições mínimas de vida para uma população em rápido crescimento, adequar a cidade aos negócios, às instituições e ao poder burguês e, ainda, criar dispositivos de controle da multidão de homens pobres e trabalhadores, de modo a ajustá-los às exigências produtivas modernas e a um padrão de ordem urbana (JULIÃO, 1992, p. 55).

A racionalidade que orientou o traçado de Belo Horizonte foi a racionalidade do poder. O espaço hierarquizado do plano não supunha ou propunha localizações segregadas, sequer tratando da moradia da classe operária. A ocupação do espaço determinada pela renda, controlada inicialmente pelo Estado e em seguida pelo mercado imobiliário, configurou o espaço desigual que se queria modelo.

Costa (1994) descreve que a zona urbana, delimitada pela Avenida 17 de Dezembro (atual Avenida do Contorno), era a área considerada privilegiada, destinada

ao aparato burocrático e às residências dos funcionários públicos e antigos moradores de Ouro Preto, composta por um meticuloso traçado ortogonal de ruas e avenidas, hierarquizado pela proximidade de grandes espaços públicos e, dando suporte a esse sistema viário, de elevados padrões de infraestrutura e arborização. Já a zona suburbana, além dos limites da Avenida do Contorno, pensada como região de sítios e chácaras, servia como futura expansão da cidade, caracterizada por padrões urbanísticos mais flexíveis e precária provisão de infraestrutura e equipamentos urbanos. A zona rural, por sua vez, circundava a suburbana e constituía-se na imagem de cinturão verde da capital, sendo formada por colônias agrícolas com a função de abastecer a cidade de produtos agrícolas e hortigranjeiros.

De acordo com o Plambel (1979), os funcionários públicos e a elite residente em Ouro Preto foram incentivados a se transferirem para a nova capital através da concessão gratuita de lotes (um urbano e outro suburbano), com facilidades de compra de lotes contíguos aos primeiros. A construção das residências do funcionalismo público também foi patrocinada pelo Estado, com facilidades de pagamento através do desconto em folha. Assim, o poder público foi o principal responsável pelo processo de ocupação do solo, uma vez que controlava o acesso aos terrenos. Contudo, nem todos os lotes doados foram ocupados, pois muitos proprietários não tiveram interesse imediato na sua ocupação, favorecendo a retenção de terras na zona urbana e a especulação imobiliária.

A formação espacial de Belo Horizonte é marcada pela atuação intensa e sistemática do poder público:

Como a cidade criada para ser capital do Estado, Belo Horizonte tem sua origem marcada por uma acentuada interferência do poder público na produção e na ocupação de seu espaço. Conduzindo o processo de assentamento de populações e atividades, o poder público promove e consolida a segregação social do espaço (estratégia para o exercício da dominação política): privilegiando e valorizando os espaços de moradia da elite e favorecendo a formação do centro através da concessão de estímulos à instalação de atividades, concentração e infraestruturas urbanas e dos serviços de consumo coletivo, ao mesmo tempo em que atua no sentido de excluir do centro as classes mais pobres (o que estimula a formação das periferias) (PLAMBEL, 1977, p. 110).

O poder público objetivava, especialmente, garantir a execução do modelo de cidade projetado, logo as atenções eram concentradas para a zona urbana da cidade,

enquanto a zona suburbana, segundo Aguiar (2006), era ocupada de duas formas. Primeiramente, foram construídas casas em grandes lotes, formando chácaras, de acordo com o plano para a cidade. Os moradores dessas chácaras pertenciam a diversas camadas da sociedade, inclusive às classes altas e médias. A outra forma de ocupação na zona suburbana era pela construção de casas em lotes individuais, conjuntos chamados de vilas, em que várias casas de aluguel barato ocupavam o mesmo lote. Essas casas eram ocupadas pelos operários, comerciantes e funcionários públicos de baixo escalão.

Aguiar (2006) relata que a concepção do espaço urbano de Belo Horizonte foi marcada desde os seus primórdios pelo valor monetário à propriedade. A terra foi valorizada por fatores como a localização e a condição geográfica.

Segundo Costa (1994), os altos preços da terra na zona urbana forçaram os segmentos mais empobrecidos da população a se fixarem fora dos perímetros da Avenida do Contorno. Era clara a intenção dos idealizadores da capital em direcionar o adensamento da cidade a partir do centro em direção às periferias.

Porém, o processo de ocupação da área localizada além dos limites da Avenida do Contorno deu-se de forma muito mais intensa e as colônias agrícolas da zona rural foram ocupadas, como extensão, e incorporadas à zona suburbana (COSTA, 1994). Aguiar (2006) complementa que, em longo prazo, os terrenos suburbanos relativamente baratos e as disposições liberais para a construção nos subúrbios efetivamente teriam contribuído para o adensamento progressivo na zona suburbana.

Monte-Mór (1994, p. 15) reitera que Belo Horizonte cresceu no sentido oposto, da periferia para o centro e que “foi a classe trabalhadora, excluída do espaço central da cidade, do poder, da cidadania, da ágora estendida, que de fato determinou a produção da cidade”.

Nesse contexto, a zona urbana, planejada para receber inicialmente a ocupação urbana (pela elite), é desabitada, não há vida social urbana:

Nos primeiros anos da cidade, a população cresce aceleradamente, mas as ruas continuam vazias. Em 1912, Belo Horizonte atinge a marca dos 40 mil habitantes, grande parte morando fora dos limites da Contorno. Os problemas acarretados por uma ocupação que escapou ao planejado deixavam a cidade com um ar de coisa inacabada (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997, p. 54).

O vazio da zona urbana é comprovado por Costa (1994): pelo Censo de 1912, Belo Horizonte contava com uma população de 39 mil habitantes, sendo que 68% residia fora da zona urbana (38% na zona suburbana e 30% na zona rural). Aguiar (2006, p.160) confirma que os quarteirões da zona urbana que formavam o bairro Funcionários tinham, “em média, apenas oito residências ocupando seus vinte e quatro lotes de 600m²”.

A diferença de infraestrutura e da ocupação entre as zonas urbana e suburbana evidencia o caráter segregador do plano de Aarão Reis, que buscava manter a ordem do espaço urbano, separando, assim, a classe operária da classe dominante. Os excluídos tiveram que ocupar os seus espaços de forma conflituosa, pois não lhes fora concedido o direito à cidade. A ocupação dos operários em Belo Horizonte ocorreu à revelia da intervenção do Estado. Assim, essa classe teve dificuldade para se estabelecer.

A carência de casas e as restrições oficiais a aquisição de terrenos urbanos e suburbanos por pessoas sem grandes recursos econômicos levou os operários que ficaram na cidade a permanecerem nas habitações precárias que haviam sido seu abrigo durante o período de atuação da Comissão Construtora na Nova Capital (AGUIAR, 2006, p. 164).

As habitações precárias referem-se às cafuas e aos barracos, conformando as favelas, localizadas inicialmente na zona urbana, que impediam a concretização da “cidade moderna”. Os quarteirões onde essas cafuas se localizavam foram loteados e vendidos a um preço acessível para os próprios moradores e, dessa forma, estes deveriam demolir e desocupar as cafuas logo que a casa estivesse construída (AGUIAR, 2006).

Aos padrões do modelo de urbanismo progressista, esses aglomerados irregulares foram eliminados da zona urbana, pois remetiam à desordem e à imoralidade, sendo que a pobreza manchava o cenário civilizatório da cidade.

Foram feitos loteamentos para a venda a um preço baixo para os moradores das cafuas e dos barracos, criando oficialmente a Vila Operária do Barro Preto em 1902, mas, em 1917, já não era suficiente para receber todos os habitantes (AGUIAR, 2006). A criação de vilas operárias, porém, “não implicou numa eliminação do cordão de isolamento que marcava o território destinado à elite belo-horizontina; apenas

houve uma nova demarcação territorial, destinando-se aos operários áreas especiais” (MAGALHÃES, 2008, p. 84).

A concentração dos operários em lugares distantes e com infraestrutura precária conforma os “espaços de exclusão” ou os “fatores de aglutinação”, promovendo a reunião dos excluídos, que disputam um lugar na cidade por meio de reclamações e manifestações. O Estado visa isolar e ordenar a ocupação dos operários, mas a segregação socioespacial, oposto ao planejado, une os excluídos que provocam a desordem.

Segundo Magalhães (2008), as primeiras entidades representativas dos operários surgiram por volta de 1900, juntamente com algumas manifestações públicas. Essas ações coletivas exemplificam a subversão à ordem e a luta pelo direito à cidade. “Os operários foram buscando sua incorporação, forçando seu reconhecimento enquanto atores sociais da cidade, além de reivindicarem o seu direito à cidade. Por parte do Estado, esse reconhecimento só ocorreu efetivamente após a década de 1930” (MAGALHÃES, 2008, p. 84).

A história de Belo Horizonte revela o surgimento de duas cidades segregadas: a zona urbana planejada e equipada de serviços, equipamentos e espaços públicos, mas com uma população rarefeita, a elite; e outra populosa, concentrando a precariedade e a carência de infraestrutura e espaços públicos¹⁵.

Caldeira (2007, p. 175) confirma essa diferença ao computar que “em relação aos espaços públicos do projeto, a zona urbana era composta por 24 praças, 21 avenidas, 63 ruas e um grande parque municipal; a zona suburbana contava com 7 praças, 3 avenidas e 168 ruas”. As praças, locais de encontro e de lazer, são priorizadas na zona urbana, enquanto as ruas, lugares de passagem, são o principal espaço público na zona suburbana.

Essa divergência entre a praça e a rua pode ser relacionada à dicotomia feita por DaMatta (1997), como se a praça, utilizada pela elite, fosse uma extensão da casa, do privado, local da moradia, da calma e da tranquilidade, onde tudo é decente. As

¹⁵ Aguiar (2006) destaca que a zona suburbana teve concepção e planejamento tão meticuloso quanto a área urbana, mas que o projeto não foi desenvolvido no mesmo nível de detalhamento que o plano da zona urbana.

praças da zona urbana são apropriadas por um tipo de classe (dominante), assim não há a presença do “outro”, apenas da família e dos conhecidos (iguais), como na casa. Já a rua é o espaço reservado ao movimento, ao perigo e à tentação. Na rua, as pessoas são indiferenciadas e desconhecidas, sendo referenciadas em termos genéricos (como “povo” e “massa”). A rua é o lugar da luta (trabalho ou batente), da batalha, onde a “dureza da vida” pode ser melhor percebida ou sentida.

DaMatta (1997) reitera que a rua, o público é assustador: ninguém quer ser chamado de “moleque de rua”, ou para uma moça ser vista como uma “mulher da rua” é o mesmo que mulher da vida.

As ruas, as avenidas e as praças planejados na zona urbana seriam os lugares principais para a configuração de um cenário e, portanto, os elementos determinantes da forma urbana. Esses elementos são subordinados ao rigor geométrico, compondo um cenário urbano ideal: abuse-se do recurso de perspectivas, eixos de simetria, fachadas monumentais, pontos de fuga, entre outros (CALDEIRA, 2007).

Além do sistema viário, as praças, os parques e as áreas destinadas ao jardim zoológico e ao hipódromo também foram construídos a partir dos princípios republicanos da ordem e do progresso do espaço urbano.

De acordo com Caldeira (2007, p. 175), as praças foram concebidas como peças fundamentais da paisagem de Belo Horizonte, que “aparecem em todos os cruzamentos das grandes avenidas, assim como em lugares estratégicos, defronte a edifícios públicos”.

As praças de Belo Horizonte na zona urbana têm a forma externa gerada pelo traçado original da cidade, assumindo formas geométricas elementares quadradas, retangulares, circulares ou triangulares, o que reflete o princípio do modelo de urbanismo progressista. Na zona urbana, são encontradas “praças de todos os tipos, tamanhos e funções: praça cívica, praça de lazer, praça de mercado, praça da Estação, *rond-points*, e praça da Igreja” (CALDEIRA, 2007, p. 175).

Segundo Maciel (1998), o Parque Municipal e a Praça da Liberdade foram os únicos implantados na inauguração da cidade:

O lugar do Parque Municipal foi escolhido por Aarão Reis como espaço principal para o lazer público. Foi lá que Aarão Reis sonhou a cidade e tomou

como sendo o ponto referencial do seu desenho. Foi o primeiro parque implantado na capital. A Praça da Liberdade, a mais importante política e economicamente, foi a única a ser implantada na inauguração (1897). O projeto previa ainda espaços para o Jardim Zoológico, o Hipódromo e cuidados com a arborização da cidade (MACIEL, 1998, p. 88).

Grossi (1997) considera que a Praça da Estação e a Praça da Liberdade tiveram importância no ordenamento simbólico da estrutura urbana da cidade. A Praça da Estação, nas primeiras décadas de vida da cidade, era palco privilegiado dos trabalhadores na sua resistência às imposições do capital e para interpelar o poder público. A Praça da Liberdade, considerada o espaço mais importante de uso público, era cunhada de Jardim do Palácio, por situar-se à frente do Palácio da Liberdade, projetado para residência do Presidente do Estado. Era o lugar mais elevado da cidade, a acrópole, ícone visível e ostentador do poder.

O espaço público é modelo de disciplina, com conceitos e condutas traçados para que se revelasse tudo e ensinasse como as relações entre coisas e pessoas deveriam ser. As classes dominantes procuraram ajustar a população de baixa renda aos dispositivos de repressão. O governo buscou disciplinar os homens despojados de bens. Eram mecanismos mais sutis e disseminados por toda sociedade, por exemplo, a adaptação da população aos serviços de higiene ou mesmo os mecanismos de repressão direta, como a polícia.

Henriques (1997) cita o jornal como um dos mecanismos mais eficazes para a divulgação dos projetos de dominação da classe dominante e do Estado, já que, na época em questão, era o único elo de ligação entre o governo e os cidadãos (assim entendidos, porque o jornal se destina em primeira instância àquele que lê – e quem lê vota). Henriques (1997, p. 58) escreve que “o Diário de Notícias cumpria diariamente o seu papel de informador- modelador. Subjacente a cada matéria, pode-se vislumbrar um toque moralizante, às vezes explícito, outras vezes sutil, mas sempre dentro da perspectiva higienista de sanear o social”:

BH não pode continuar a exibir suas pompas, ao lado da miséria. Cabe ao Estado o dever de assistir aos pobres, aos desvalidos, aos velhos, aos enfermos (...) Siga a Prefeitura, auxiliada pelo Estado e pela população, o exemplo da municipalidade de São Paulo, (...) proibindo terminantemente a mendicância nas ruas (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1907 *apud* HENRIQUES, 1997, p. 59).

Assim como os mendigos eram temidos e vistos como um problema, os vadios e boêmios, mais que “desajustados” da república do trabalho, são exemplos de vida desregrada e impulsiva, merecedores, portanto de repressão (HENRIQUES, 1997):

(...) Bom concurso trariam a ação restauradora das nossas forças produtoras em boa hora empreendida pelos poderes públicos, os senhores da polícia se conseguissem a completa extinção da vadiagem em nossa terra. Mesmo na Capital é contristador o espetáculo que presenciamos: as tavernas vivem locupletadas de parasitas que tantos serviços podiam prestar (...) e não seriam esse cancro social que todos nós devemos temer. Guerra, pois, aos vadios (...) (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1907 *apud* HENRIQUES, 1997, p. 59).

Para Henriques (1997), o alvo é a vadiagem em si, aquela que se origina na pobreza, na recusa ao trabalho assalariado. Desconsiderando que as contradições da sociedade urbano-industrial têm efeitos sobre todas as camadas sociais, o jornal atribui ao pobre a culpa da rebeldia, do mau exemplo, da vadiagem.

Além dos mendigos e dos vadios, os costumes populares são ferrenhamente apontados como infundados, nefastos, sendo alvo de críticas ferozes (HENRIQUES, 1997). A classe popular e seus costumes eram hostilizados e considerados problemas que deveriam ser eliminados. Não se questionava a causa e as possíveis soluções para esses “problemas”, frutos da sociedade moderna.

A política higienista e progressista encontrou no jornal seu maior veículo. Segundo Henriques (1997), por meio do jornal, a população foi sendo instruída para as novas exigências sociais e para o moderno modo de vida, baseado no trabalho assalariado e na recente concepção de família, de lazer, de sociabilidade e de civilidade.

A civilidade no espaço público é imposta pelo mecanismo de repressão do Estado: a lei. O acesso aos espaços públicos era restrito à “sociedade disciplinada” por meio de mecanismos de controle e planejamento, que previam a exclusão das camadas populares das áreas nobres da cidade:

Art. 1º- Nos jardins públicos e praças ajardinadas, a cargo da Municipalidade, é proibida a entrada de:
a) Pessoa ébria, alienadas, descalças, indigentes e das que não tiverem decentemente trajadas, e bem assim das que levarem consigo cães e outros animais em liberdade, e em volume excedente de 30 centímetros de largura por 40 de comprimento;
b) Veículos, exceção dos automóveis e velocípede no Parque Municipal até as 18 horas da tarde;

c) Vendedores ambulantes, com os artigos do seu comércio.
(BELO HORIZONTE, 1925).

Por meio da legislação municipal, a política higienista do Estado determinava o público que poderia utilizar o espaço “público” (inclusive as suas roupas, apenas aqueles “descentemente trajados”), limitando a apropriação pela classe dominante. O Estado também definia as possíveis ações (morais) que poderiam ser feitas, limitando a vida cotidiana a regras e à civilidade, que Gomes (2012) intitula de “ser no espaço público”:

Art. 2º É absolutamente proibido:

- a) Pisar nos gramados e canteiros;
 - b) Danificar e tirar os vegetais, ou pôr-lhes as mãos;
 - c) Pescar nos tanques;
 - d) Atirar pedras ou outros projéteis;
 - e) Entrar nos viveiros;
 - f) Lançar sobre as alamedas, canteiros e tanques quaisquer objetos que prejudiquem o asseio e a vegetação;
 - g) Deitar-se sobre os bancos e outros lugares;
 - h) Fazer algazarras;
 - i) Dar tiros e queimar fogos de artifício, exceto quanto a estes, no Parque, com autorização especial do Prefeito;
 - j) Afixar dísticos e letreiros, escrever ou traçar figuras nas paredes ou em qualquer outro lugar;
 - k) Atirar aos animais comida ou qualquer outra coisa;
 - l) Distribuir anúncios impressos,
 - m) Jogar serpentinas e confete;
 - n) Penetrar nos lugares reservados ao pessoal, casas de máquinas, etc.;
 - o) Danificar os ornatos, estatuas, hermas, bancos, materiais e utensílios.
- (BELO HORIZONTE, 1925).

As ações no espaço público eram claramente limitadas pela lei: os usuários poderiam andar (em lugares determinados e não na grama) e sentar (apenas nos bancos). As praças e os parques tinham a função exclusivamente contemplativa, pois qualquer outro tipo de função (comércio, descanso, festa) era proibida: não era permitido pôr as mãos nos vegetais, deitar nos bancos e fazer algazarras. A apropriação do espaço público era ordenada e organizada, sendo os indivíduos meros corpos disciplinados e programados no lugar.

Os corpos disciplinados podem ser considerados, segundo Foucault (2002), “corpos dóceis”, submetidos a regulamentos constantes, com as suas ações veladas, enquadrando, assim, o corpo no tempo e no espaço. O planejamento progressista dos espaços públicos e seus regulamentos visavam encaixar os “corpos” e submetê-los

ao controle social, à disciplina e à ordem. Não havia liberdade de ação, ou seja, não havia a “festa” conceituada por Lefebvre (2008).

As ruas largas, vastas e limpas poderiam tornar visíveis as pessoas que nela transitavam e viviam (de forma ordenada). Os espaços públicos da cidade deveriam colocar todos sob a vista de todos. As ruas ordenadas, que dirigem a multidão e ordenam o seu sentido, são descritas por Carlos Drummond de Andrade:

Por que ruas tão largas?
Por que ruas tão retas?
Meu passo torto
foi regulado pelos becos tortos
de onde venho.
Não sei andar na vastidão simétrica
implacável.
Cidade grande é isso?
Cidades são passagens sinuosas
de esconde-esconde
em que as casas aparecem-desaparecem
quando bem entendem
e todo mundo acha normal.
Aqui tudo é exposto
evidente
cintilante. Aqui
obrigam-me a nascer de novo, desarmado.
(ANDRADE, 1985, p. 781)

Essa visibilidade implica a vigilância e o controle da sua apropriação, regulamentada pelo decreto citado (BELO HORIZONTE, 1925). Os indivíduos (elite), agindo conforme a lei, cumpriam a máxima valorização do bem público, da preservação e do respeito ao espaço urbano social. As praças e os parques inseridos na zona urbana, como o Parque Municipal e a Praça da Liberdade, são claramente excludentes, sendo frequentados exclusivamente pela elite belo-horizontina, caracterizando o espaço público como local da espetacularização da classe dominante.

De acordo com Passos (2016), a visibilidade das pessoas no espaço público acabaria produzindo um isolamento, pois todos estariam visíveis a todos, o que tornaria a liberdade do espaço um conflito com a liberdade do corpo. Nesse sentido, Sennet (1988) pontua que o individualismo das grandes cidades veio “amortecer” o corpo moderno, não permitindo que ele criasse vínculos. Os corpos individuais tornaram-se desligados dos lugares que passaram a transitar. As ruas, onde a massa

transita, parecem destituídas de qualquer personalidade, de qualquer significado, sendo incapazes de fixar uma experiência vivida. As ruas acabam por se transformar em lugares nos quais o homem, em grande medida, acaba não conseguindo se reconhecer. Assim, os homens são desencorajados a se organizarem em grupos, o que se relaciona ao conceito do emuralhamento social (GOMES, 2012).

As cidades planejadas, como Belo Horizonte, passariam então a funcionar como isolante do espaço; praticamente esvaziando-o, impossibilitariam as aglomerações e privilegiariam o corpo em movimento. Os tumultos eram evitados.

O uso indevido dos espaços públicos era controlado pela Polícia Militar, as ações das forças de segurança eram chamadas a atuar, sobretudo na vila operária (Barro Preto) em incidentes entre estrangeiros e nacionais (como brigas, discussões, pequenos motins, etc.) e na dissolução de reuniões operárias de caráter reivindicatório (PLAMBEL, 1979).

Segundo Magalhães (2008), as primeiras greves dos operários surgiram a partir de 1912, quando estes reivindicavam a redução da jornada e aumento salarial, além dos apelos quanto ao direito à reunião e à manifestação pública. Porém, essas manifestações eram reprimidas e, para muitos (da classe dominante), se o Estado não se excedesse em punições, seria:

[...] impossível **manter a ordem** naquele meio excepcional de Belo Horizonte, com os seus 5.000 operários de todas as nacionalidades, muitos desacompanhados de suas famílias e outros tantos que não as tinham, além de crescido número de aventureiros, de desclassificados e de malfeitores de toda espécie. Ora, aqueles homens que, durante o dia, brandiam as ferramentas, explanando o solo e construindo a cidade que aqui hoje admiramos, mal a noite caía, ajuntavam-se em tavernas, que proliferavam por toda parte como cogumelos, e aí bebendo, fumando, jogando, discutindo, armavam frequentes distúrbios. Mas bastava que surgisse ali o temido capitão Lopes e tudo serenava, pois, ele, sem nada temer, entrava nas tascas, entre os brigões, prendia-os, entregava-os aos soldados. E era assim que ele, à noite, enquanto a **população ordeira** dormia tranquilamente, percorria as tascas, dando ordens, repreendendo, mandando fechar portas, sempre respeitado e temido, dando margem a que os construtores da cidade pudessem trabalhar despreocupados em relação ao delicado **problema da ordem pública** (BARRETO, 1995, p. 351, grifos nossos).

Todo e qualquer desvio da ordem original era tido como caos urbano. A intenção dos construtores da nova capital mineira era impedir as manifestações dos habitantes, suscetíveis de serem banidas do espaço citadino (PASSOS, 2016).

As funções e o público da vida cotidiana e urbana em Belo Horizonte eram predeterminados pelo Estado: os espaços públicos eram lugares de encontro, de lazer e de contemplação da classe dominante, que se apropriava do espaço conforme a lei. Os mecanismos para a dominação da classe dominante e do Estado (o jornal, a lei e a polícia) visavam adaptar os novos cidadãos ao sistema político vigente. Belo Horizonte priorizava o controle da massa social, fazendo cidadãos ativos apenas uma pequena elite dos estratos médios e altos da sociedade:

A rua, mesmo prometendo lazer (o parque) e diferentes meios de se ganhar a vida, era também (e principalmente para as classes populares) um local de insegurança, onde homens pobres conviviam diariamente com a arbitrariedade e a violência da polícia no espaço público. Era uma ordem liberal, porém antidemocrática, e resistente à democratização (PASSOS, 2016, p. 356).

O plano urbanístico de Aarão Reis para Belo Horizonte e o Estado, ao adotarem mecanismos de disciplinas sociais, negam a possibilidade de participação política dos setores populares, contrariando, em muitos momentos, os princípios de “liberdade e igualdade”:

Vale lembrar que Belo Horizonte foi construída justamente no contexto do surgimento da República brasileira, o que poderia levar tanto ao povo da época, quanto aos analistas de agora, a ilusão de que houve participação popular efetiva na consolidação e determinação do planejamento urbano. Entretanto, a República brasileira nascente era um cenário que não desejava ou instigava uma participação popular efetiva (PASSOS, 2016, p. 355).

Grossi (1997) complementa que a liberdade republicana pode contradizer seu discurso emancipatório, à medida que não haja efetiva expressão de autonomia. A intervenção pública era discriminatória e excludente com a classe popular, mas favoreceu a classe de renda média, que permaneceu e instalou-se na zona urbana, especialmente os proprietários de imóveis.

O planejamento de Belo Horizonte contribuiu para retirar dos seus habitantes as possibilidades de escolha e de autodeterminação. A racionalidade imposta ao traçado e ao uso do espaço urbano visa determinar a vida dos homens que nele se instalam, dando lugar, assim, a uma cidade dominadora e autoritária.

Todavia, contrário ao previsto pelo plano belo-horizontino, os habitantes apropriam-se do espaço público, como as manifestações públicas dos operários no

início do século XX. Segundo Le Ven e Neves (1996, p. 101), a ação dos sindicatos contribuiu para construir um espaço urbano como lugar do público através da sua ação e de seu discurso: “na história da cidade, a vontade dos trabalhadores de participar da construção do espaço público foi uma constante”. Apesar da tentativa de controle e disciplina pelo Estado, a vitalidade no espaço público resiste. Trata-se da subversão à ordem do Estado.

Quanto ao plano da cidade de Belo Horizonte, segundo o Plambel (1979), até o final dos anos de 1920, a cidade já apresentava características bem definidas, com certa bipolarização na zona urbana: na parte mais ao sul, localizam-se o centro administrativo e a Praça da Liberdade, área considerada “nobre” da cidade; enquanto na parte mais ao norte, próximo à Estação Ferroviária e à Praça do Mercado (atual Terminal Rodoviário), já se configurava o “centro” popular da cidade, valendo-se das vantagens proporcionadas pela acessibilidade.

Segundo Aguiar (2006), a Praça da Liberdade encontrava-se afastada do centro mais populoso, portanto, nos dias em que não havia expediente, o espaço ficava desolado. Já no bairro comercial, o “centro”, havia movimento pela ocupação da estrada de ferro, do mercado e do comércio.

A articulação entre esses espaços é realizada pelo sistema de bondes, que constitui, nessa época, fator de convergência no deslocamento da população e de assentamento de atividades no entorno de seus pontos de parada e de suas estações. Os bondes possibilitam o deslocamento da classe popular para a zona urbana, que pode usar (de acordo com as regras impostas) os espaços públicos.

Essa bipolarização também é percebida na apropriação dos espaços públicos: a Praça da Liberdade, na parte mais ao sul da zona urbana, é frequentada pela classe dominante e a Praça Sete de Setembro, na área norte, é utilizada pela classe popular.

Cabe destacar que a Praça Sete foi concebida por Aarão Reis mais como espaço estruturante e simbólico do que de estar, já que trata de um cruzamento estratégico de vias, mas, por ser um lugar de convergência, foi denominada Praça. O espaço projetado como uma não-praça foi transformado em praça a partir da sua apropriação pela população, como forma de insubordinação ao determinado pelo traçado urbano (ANDRADE, 2007).

De acordo com Vilela (2006), a partir da década de 1930, o advento da industrialização impulsionou o enriquecimento da classe dominante mediante a privatização do espaço urbano e a constituição do capital imobiliário. Nesse processo, o Estado junto à iniciativa privada (principalmente os empresários da construção e do setor imobiliário/financeiro) partiram para a exploração do mercado imobiliário. Dessa forma, o espaço urbano passou a ser produzido por uma sucessão de empreendimentos imobiliários privados, sendo os espaços públicos praticamente ignorados, perdendo lugar como referência central no desenho da malha urbana e diminuindo sua participação quantitativa no conjunto do espaço produzido.

As décadas de 1950 e 1960 marcam o início do deslocamento do centro da cidade pelas camadas de mais alta renda. O comércio sofisticado começa a abandonar o centro tradicional, cujas condições se tornavam cada dia mais precárias, e concentra-se na parte sul da área central – surge então o polo da Savassi. Em contrapartida, a Praça Sete converte-se em espaço eminentemente de circulação e perde o obelisco¹⁶, que antes a marcara como centro simbólico da cidade. Assim, a cidade enfrenta a segregação de seu centro principal, que repercute no restante do espaço, ampliando os contrastes entre as classes privilegiadas e as periferias (VILELA, 2006).

A retirada do obelisco da Praça Sete foi justificada pelo caráter de circulação do local, em uma década (1960) que o automóvel é priorizado. Lemos (1988) descreve que as vias do centro estavam ainda mais congestionadas, o que gerava grandes impasses na hora do *rush*. O poder público procura atenuar a situação modificando o sistema de circulação viária, agora centralizado na Praça Sete em virtude da melhoria do tráfego. A área fica totalmente descaracterizada com o aumento da circulação e perde o seu tradicional obelisco, conhecido como ‘pirulito’.

Assim, como durante a década de 1920, a rua era o local de passagem das pessoas (vigiadas e controladas), onde a classe popular era reprimida; na década de 1960, as ruas são priorizadas para a circulação, agora de automóveis, cujos motoristas eram na maioria a classe dominante. Apesar da tentativa de ordenar o uso

¹⁶ O obelisco foi retirado da Praça Sete de Setembro justificado pela intensidade do fluxo viário no local e removido para a Praça da Savassi. Somente na década de 1980, depois de mobilização popular e reivindicação, o obelisco retornou ao seu ponto de origem.

das ruas, ocorriam manifestações no espaço urbano. Le Ven e Neves (1996, p. 101) relatam que, quando as manifestações incomodam o transeunte e o trânsito, “é um termômetro da qualidade democrática da vida política, exatamente porque ela rompe, para o ator e expectador, com a banalidade e a rotina cotidiana”. A rua priorizada para os automóveis é o lugar escolhido para as manifestações justamente por atormentar os motoristas (geralmente a classe dominante) e ter maior visibilidade. A ordem imposta é contestada.

Na década de 1970, além da prioridade para os automóveis, o surgimento de subcentros voltados para as camadas de alta renda passa a influenciar a vitalidade do centro, na medida que provoca uma descentralização das atividades terciárias, acompanhada pela acentuação do processo de segregação social no espaço (VILELA, 2006). Lemos (1988, p. 258) atesta que “as atividades administrativas, o comércio mais nobre e os edifícios de moradia sofisticados não ampliam sua taxa de incidência no centro na década de 1970”.

Esse fenômeno reduz a vida social urbana nos centros urbanos e assemelha-se às ilhas utópicas (Gomes, 2012), que provocam o recuo do espaço público, pois, a partir dessa segregação centro/bairros, a classe de renda média frequenta os subcentros voltados para ela. Lemos (1988) confirma que esses subcentros direcionam-se para o sul da cidade:

Os grupos de mais alta renda começam a deixar de frequentar o centro, o que inviabiliza a ampliação do mercado de atividades específicas para essas camadas. Tais atividades vão-se expandir para o vetor sul, levando à formação de núcleos alternativos de consumo (LEMOS, 1988, p. 258).

No processo de segregação socioespacial, de acordo com Vilela (2006), o centro é abandonado primeiramente como local de moradia e, posteriormente, como local de compras e lazer, o que culmina na “popularização” do centro. Na década de 1970, o centro já é representado como degradado e perigoso.

Segundo Jayme e Trevisan (2012), na década de 1980, embora o centro de Belo Horizonte ainda mantivesse certa função de centralidade, já a dividia com outras áreas. A região da Savassi, por exemplo, era apropriada pelos estratos médios e altos, como fora a região central dos anos 1950. De acordo com Lemos (1998), enquanto a Savassi surge como centro alternativo de consumo para os nobres consumidores, o

centro tradicional é apropriado por uma pluralidade de consumidores de vários níveis sociais.

Para Vilela (2006), a década de 1990 assiste a inúmeras mudanças na estrutura populacional e econômica do espaço urbano de Belo Horizonte, como a intensificação do crescimento das favelas, o aumento significativo dos registros de criminalidade e o esvaziamento do Hipercentro. Nesse mesmo período, segundo Jayme e Trevisan (2012), são propostos projetos de intervenção física e simbólica na região central, acompanhando as tendências internacionais de revalorização dos Centros Históricos:

A (re)valorização dos centros das grandes cidades se dá devido à importância conferida ao consumo da história e, por isso, é realizada, em geral, por meio de intervenções de cunho controlador e higienista que buscam adequar as cidades às demandas econômicas internacionais, desse modo, há uma apropriação cultural das cidades (melhor, das suas imagens) com vistas a dar novos sentidos ao passado (JAYME; TREVISAN, 2012, p. 365-366).

O Programa Centro Vivo, de 2004, propõe a recuperação de setores distintos da vida social urbana: da economia, da inclusão social, da mobilidade e da segurança pública (JAYME; TREVISAN, 2012). Segundo Jayme e Trevisan (2012, p. 365-364), a ação desse programa “é sustentada pelo discurso usual de preservação e de retomada da região como lugar aberto a todos, espaço da diversidade. Essas são as principais características do espaço público que, exatamente por tais aspectos, pode ser também o lugar do conflito”.

Jayme e Trevisan (2012) afirmam que, ao contrário de projetos de requalificação urbana que possibilitam a gentrificação, o Programa Centro Vivo é um dos planos que enfatiza o valor dos espaços públicos e o centro como “um local de todos”, “não sem conflitos no uso dos espaços – e também não sem ambiguidades – tanto com o poder público, como entre os usuários, mas o conflito é da própria natureza dos espaços públicos” (JAYME; TREVISAN, 2012, p. 369).

O espaço público é o lugar da heterogeneidade, do encontro com estranhos, portanto é (ou deveria ser) acessível a todos: “por outro lado, esse acesso não constitui ausência de conflito; ao contrário, muitas vezes as diferenças no uso do

mesmo espaço revelam desigualdades e hierarquias” (NASCIMENTO, 2017, p. 14-15).

Pelas características de centralidade do poder político e financeiro, os espaços públicos do centro da cidade são escolhidos para a apropriação popular, onde ocorrem a vida social urbana e a luta pelo direito à cidade. Para Magalhães (2008), o lugar das manifestações é a praça do centro (Praça Sete de Setembro) onde acontece o encontro do cidadão. Nascimento (2017) confirma que a Praça Sete de Setembro é o lugar das práticas sociais e das manifestações:

A Praça Sete foi ao longo da história e assim permanece, espaço de manifestações políticas e culturais, constituindo-se assim, lugar das discussões, das manifestações, da sociabilidade e também dos conflitos. Partidos políticos, sindicatos e demais organizações passaram a utilizar esse local para a realização de comícios, reuniões, enquetes populares, abaixo-assinados e outras formas de manifestações (NASCIMENTO, 2017, p. 15).

Le Ven e Neves (1996) relatam que, entre 1979 a 1989, os movimentos sociais e sindicais enfeitaram as ruas de Belo Horizonte, conquistadas por meio da luta e da persistência pelos seus habitantes:

Para avaliar o caminho percorrido, basta ressaltar a diferença entre a passeata das professoras do ensino público, recebidas a jato de água em 1979, em frente ao Palácio da Liberdade, a grande manifestação pelas diretas em 1984 e os comícios para eleição presencial em 1989, (...), quando a cidade deixou de ser o lugar de trânsito, de consumo e do trabalho, para ser lugar do encontro (LE VEN; NEVES, 1996, p. 101).

As manifestações conferem a vitalidade ao espaço público, local de encontro, do próprio conflito, da vida urbana e da festa: “pode-se dizer que são somente momentos fugazes de festa, mas a festa não se mede quantitativamente, sobretudo quando se celebra o encontro dos cidadãos com a sua cidade” (LE VEN; NEVES, 1996, p. 101).

Na Belo Horizonte contemporânea, assim como no passado, os espaços públicos centrais, como a Praça Sete de Setembro, são apropriados pela classe popular; enquanto as praças inseridas nos bairros nobres, como a Praça da Liberdade no bairro Savassi, são utilizadas, em sua maioria, pela classe dominante moradora do entorno.

Assim como os espaços públicos centrais, aqueles inseridos em áreas nobres da cidade contemporânea também tendem a ser requalificados a partir do planejamento estratégico.

De acordo com Bessa e Álvares (2014), desde 1990, o poder público de Belo Horizonte vem tentando construir a imagem de cidade receptora do turismo por meio de iniciativas estratégicas. A realização dos megaeventos Copa das Confederações 2013, Copa FIFA 2014 e Olimpíadas Rio-2016 (que teve centros de treinamento em várias cidades brasileiras) motiva a realização dessas iniciativas na cidade.

Os principais projetos do planejamento estratégico, segundo Bessa e Álvares (2014), foram a reforma do Estádio Magalhães Pinto (o Mineirão), a ampliação do Aeroporto Internacional, o Centro Cultural da Praça da Liberdade e a revitalização da Savassi. Os espaços públicos considerados turísticos de Belo Horizonte também foram requalificados, visando tornar as praças, como a Praça da Liberdade, “cartões postais” a serem vistos como um produto e vendidos como uma mercadoria.

Nesse contexto, a apropriação social da maioria dos espaços públicos considerados turísticos é prevista para ser seletiva e diferenciada em suas dimensões socioculturais e políticas. Sendo um modelo nitidamente excludente, que, praticamente, inviabiliza o direito de todos à cidade e o acesso aos espaços “públicos” divulgados pelo marketing turístico urbano.

A requalificação dos espaços públicos e sua consequente manutenção justifica, segundo o poder público e o capital, o controle da apropriação desses espaços.

As formas de apropriação do espaço público são reguladas, assim como na década de 1925 (BELO HORIZONTE, 1925), por leis municipais. A Lei municipal de Belo Horizonte nº 8616, de 14 de julho de 2003, contém o Código de Posturas (BELO HORIZONTE, 2003), que determina a forma de uso e de apropriação do logradouro público da cidade. Assim, tenta-se legitimar pela legislação o valor simbólico atribuído pelo poder público a uma praça ou a uma rua. A Lei municipal de 2003, assim como em 1925, determina as formas de uso do logradouro público:

Art. 49 O logradouro público, observado o previsto neste Código, somente será utilizado para:
I - trânsito de pedestre e de veículo;
II - estacionamento de veículo;

III - operação de carga e descarga;
IV - passeata e manifestação popular;
V - instalação de mobiliário urbano;
VI - execução de obra ou serviço;
VII - exercício de atividade;
VIII - instalação de engenho de publicidade.
IX - eventos; (Redação acrescida pela Lei nº 9845/2010)
X - atividades de lazer. (Redação acrescida pela Lei nº 9845/2010)
(BELO HORIZONTE, 2003).

Assim como os motoristas devem respeitar as leis de trânsito, as atividades dos usuários no logradouro público são regulamentadas pelo Código de Posturas. Neste trabalho, serão analisadas as manifestações coletivas nos espaços públicos objetos de estudo.

As próprias passeatas e manifestações populares são normatizadas:

Art. 58 A realização de passeata ou manifestação popular em logradouro público é livre, desde que:
I - não haja outro evento previsto para o mesmo local;
II - tenha sido feita comunicação oficial ao Executivo e ao Batalhão de Eventos da Polícia Militar de Minas Gerais, informando dia, local e natureza do evento, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
III - não ofereça risco à segurança pública.
(BELO HORIZONTE, 2003).

As manifestações populares são ordenadas pelo poder público, que deve ser comunicado, sob pena de aplicação de multas e obstáculos legais para obtenção de novos alvarás. Magalhães (2008) cita outros exemplos de medidas tomadas por parte do poder público que incidem diretamente sobre os atos públicos: a proibição de utilização do Pirulito da Praça Sete para fazer discursos e a exigência de pagamento de taxas e alvarás para a liberação da circulação de carros com som.

Também é importante considerar, nesse conjunto de intervenções do poder público, os projetos urbanísticos, tais como as mudanças arquitetônicas ou alterações na circulação do trânsito, envolvendo os espaços em que as manifestações tradicionalmente ocorrem, ou ainda as tentativas de transferir, como na cidade de São Paulo¹⁷, via decreto, as manifestações para outros lugares, afastados do centro. Dependendo das mudanças, estas podem dificultar ou mesmo inviabilizar a realização

¹⁷ Visando espacializar as manifestações, o prefeito Paulo Maluf levantou a ideia de criação de um 'protestódromo' (1995), que limitaria as áreas que a população poderia utilizar para suas reivindicações (MAGALHÃES, 2008).

de atos públicos. Essas intervenções do poder público regulamentam e ordenam o uso do espaço público.

À maneira dos bulevares franceses, Belo Horizonte foi projetada para poucos. Desde a sua fundação, o controle do espaço público, a partir de dispositivos de vigilância e de repressão, enquanto estratégias do poder do Estado e do capital, procuram negar a vida social urbana na cidade e, conseqüentemente, provocar o esvaziamento e o recuo do espaço público.

Tanto o plano de Aarão Reis quanto o planejamento estratégico para Belo Horizonte apresentam um caráter excludente, limitador e repressivo, visando à ordem do espaço urbano e, principalmente, a disciplina dos usuários do espaço público. Choay (2013) descreve esse caráter do modelo progressista de urbanismo:

A limitação exerce-se, num primeiro nível, pela rigidez de um quadro espacial predeterminado.(...) Num segundo nível, a ordem espacial prova que deve ser assegurada por uma limitação mais propriamente política.(...) O autoritarismo político de fato, que dissimula, em todas essas propostas, uma terminologia democrática, está ligado ao objetivo comum, mais ou menos assumido, do rendimento máximo (CHOAY, 2013, p. 10).

As características do modelo progressista de urbanismo ainda são presentes no planejamento de Belo Horizonte:

De forma semelhante às intervenções feitas no século XIX, os projetos atuais acabam promovendo uma espécie de “higienização” urbana em termos sociais, ou seja, expulsando grupos que ocupavam determinadas áreas da cidade para lugares distantes das áreas de interesse do mercado. Cada vez mais, os espaços públicos gerados pelas intervenções promovidas nas cidades apresentam-se como espaços pouco acessíveis para grande parte da população (GONÇALVES *et al.*, 2017, p. 6).

Todavia, o caráter excludente desse modelo é questionado por meio das manifestações coletivas, como forma de luta pelo direito à cidade e de contestação à ordem e à “higienização” impostas.

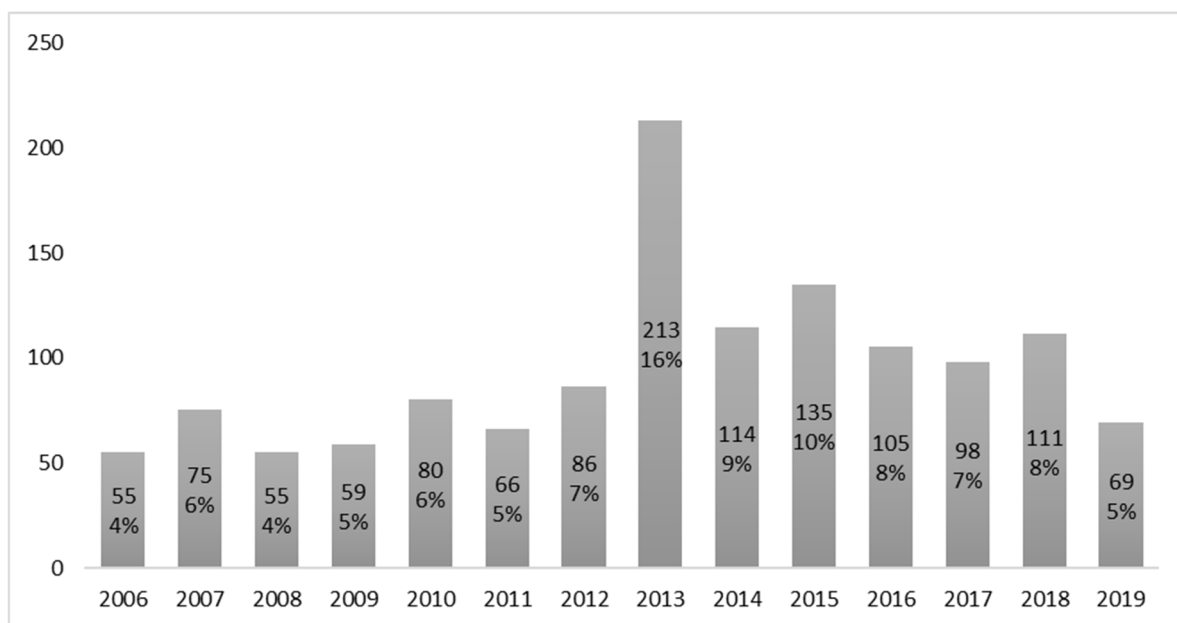
5. OS CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE EXPRESSOS PELAS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS

Mas sempre, sob todas as formas diversas, o conflito. Entre os que falam de si e os que falam dos que dão ordens. Entre os que querem mudar de vida e os que querem restabelecer este rumor surdo de uma circulação regular ao ritmo cotidiano das coisas que se passam sem passar (CASTELLS, 1976, p. 9).

As manifestações coletivas nos espaços públicos expressam os conflitos urbanos produzidos e podem ser consideradas uma forma de subversão à ordem.

Para exemplificar os conflitos urbanos em Belo Horizonte, serão analisadas, no presente trabalho, as manifestações coletivas registradas pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte no período de 01 de abril de 2006 a 31 de dezembro de 2019. No período mencionado, foram pesquisadas 1321 manifestações, sendo 16% referentes ao ano de 2013 e 10% ao ano de 2015 (Gráfico 01).

Gráfico 1 – Manifestações coletivas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

O número das manifestações registradas nos anos de 2013 a 2019 (845 – 64% do total) é maior do que aquelas catalogadas nos anos de 2006 a 2012 (476 – 36%

do total), ilustrando o papel das lutas urbanas no ano de 2013 como incentivo para as demais.

No ano de 2019, a quantidade de ações coletivas registradas (69) diminuiu em relação ao de 2018 (111). Cabe destacar que as manifestações relacionadas a questões meramente políticas (partidárias, eleitorais, representação política, corrupção, entre outras) não são registradas, por não refletirem conflitos que expressem as questões tipicamente urbanas, como moradia, transporte, segurança, entre outros.

O ano de 2013 destaca-se pelo número de registros em decorrência da onda de manifestações iniciada em junho, quando uma série de protestos tomaram as ruas do país e trouxeram à tona diversas pautas e questões. As manifestações de 2013 ganharam repercussão no Brasil¹⁸, inicialmente relacionadas à democratização do transporte coletivo e também, em grande parte, contrárias à realização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo (2014). Os megaeventos esportivos, compreendidos dentro das estratégias de marketing urbano e planejamento estratégico urbano, acabam impulsionando processos segregacionistas e de exclusão social, com a realização de obras pontuais e de grandes projetos urbanos na remodelação das cidades-sede, com a desconsideração de moradores que ocupavam áreas de interesse mercadológico. Destaca-se ainda que os grandes eventos esportivos vêm contribuindo na consolidação de um urbanismo de exceção, com a criação de leis específicas que favorecem interesses particulares, visto que o espaço urbano tem sido tratado como oportunidade de negócios entre o poder público e os parceiros privados em contraponto aos anseios da população. Assim, o acúmulo de insatisfações e a inversão de prioridades advindas do chamado urbanismo neoliberal resultaram em inúmeras críticas expressas nas manifestações e conflitos urbanos. A cidade passa a ser o motivo das manifestações e o palco de ações táticas e espontâneas (GONÇALVES *et al.*, 2017).

Como consequência dessas manifestações, os números de ações coletivas a partir de 2013 em Belo Horizonte são claramente maiores que as dos anos anteriores,

¹⁸ Em 2013, ocorreram manifestações em vários países, como na Argentina, Turquia, França, Egito, Grécia, Inglaterra, entre outros (BUTLER, 2018), o que revela o despertar da população mundial para o questionamento de uma ordem.

podendo entender esse momento da história como um “despertar” da população para pensar e questionar as questões urbanas:

Podemos pensar essas manifestações como um terremoto (...) que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos. Mas, sobretudo - e isso é o mais importante -, fez renascer entre nós a utopia (ROLNIK, 2013, p. 8).

A quantidade de manifestações registradas a partir do ano de 2013 aumentou em relação aos primeiros anos (2006 a 2012), o que indica o “despertar” da população para a participação e a reivindicação dos seus direitos.

Para Mendes (2016), depois de junho de 2013, realmente, o Brasil não tem sido o mesmo. As manifestações entraram na ordem do dia, tornaram-se um fenômeno do cotidiano, e não apenas nos maiores centros urbanos: “cresceu a politização da sociedade em geral, e todas as forças que buscam intervir na realidade veem-se obrigadas a apelar para a mobilização popular” (MENDES, 2016)

O aumento das tarifas de ônibus foi o estopim, em várias cidades brasileiras, para que começassem os movimentos em 2013. No Brasil, o objeto das manifestações de 2013 foi generalizado. Segundo Avritzer (2016), em um primeiro momento, a pauta central dos conflitos no início do mês de junho de 2013 era a redução da tarifa de ônibus e a demanda pelo passe livre e “à medida que o mês de junho avançou, a fissura se transformou em fragmentação de agendas, algumas com conteúdo progressista e outras claramente regressistas ou conservadoras...” (AVRITZER, 2016, p. 77). Em 2015, as agendas conservadoras acentuaram-se, a questão da corrupção identificada fortemente apenas com o governo apareceu como tema fundamental. “O único saldo à esquerda das manifestações de junho foi o da pluralização midiática, que, mesmo assim, ainda é insuficiente para um projeto de democratização do espaço público no Brasil” (AVRITZER, 2016, p. 81). Ocorre a pluralização e a polarização das manifestações, que se mantêm.

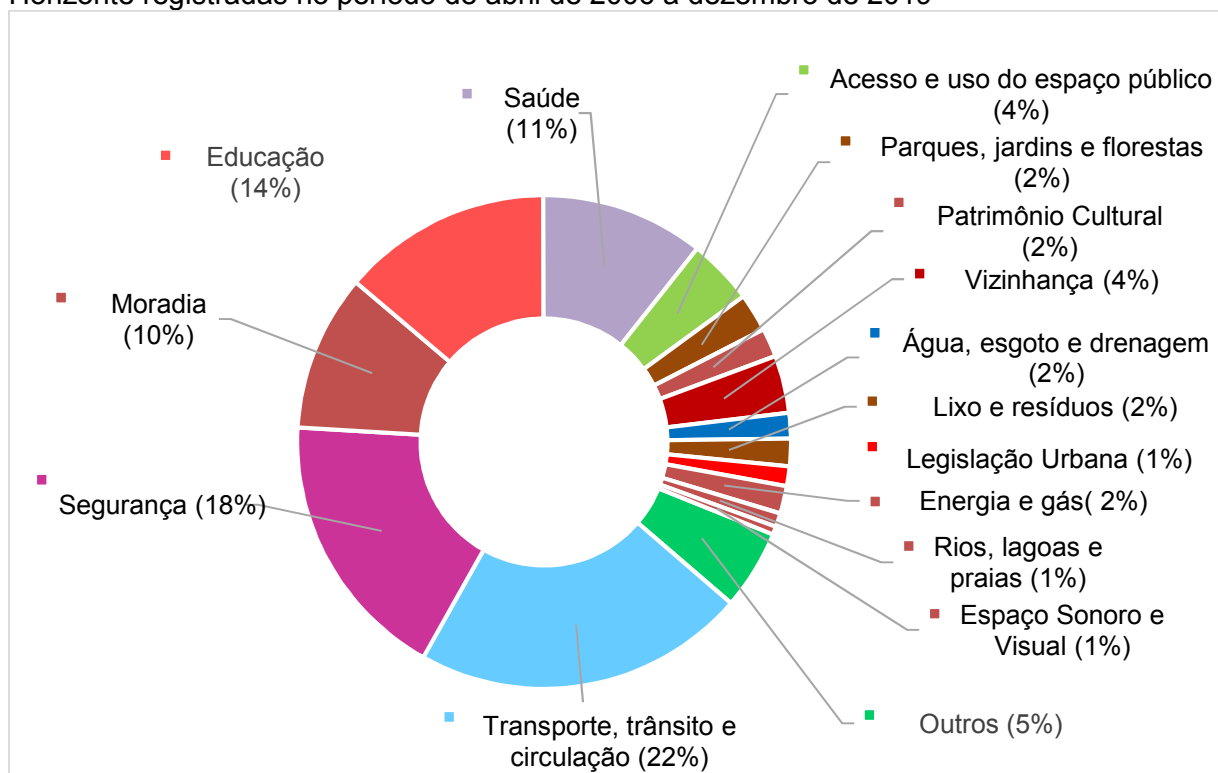
Avritzer (2006) confirma que há uma enorme insatisfação no Brasil ligada a diversas agendas, algumas progressistas e outras conservadoras:

As agendas conservadoras são: a infraestrutura urbana vista sob a ótica das vias públicas; o baixo nível dos serviços de saúde e educação, vistos sob a ótica de uma classe média recentemente expulsa dos serviços privados de

saúde e de educação; e principalmente a corrupção vista sob a ótica de uma agenda despolitizada que nega a relação entre corrupção e organização do sistema político e atribui ao governo petista. Existe também uma agenda progressista, que tem como centro a mobilidade urbana e a melhoria dos serviços de saúde e educação no setor público (AVRITZER, 2016, p. 81).

Em Belo Horizonte, o transporte, o trânsito e a circulação foram pauta de 22% das manifestações no período de 2006 a 2019. A questão da segurança (18%), da educação (14%), da moradia (10%) e da saúde (11%) também são temáticas constantes nas reivindicações (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Objeto dos conflitos urbanos expresso pelas manifestações coletivas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Essas manifestações refletem os conflitos urbanos resultantes do planejamento urbano progressista e neoliberal de Belo Horizonte, mostrando que a maioria (78%) destes se refere aos direitos sociais (transporte, segurança, moradia, saúde e educação) previstos pela Constituição Federal de 1988, negados, em geral, pela ordem hegemônica. Os dados também apontam que as lutas urbanas podem ser

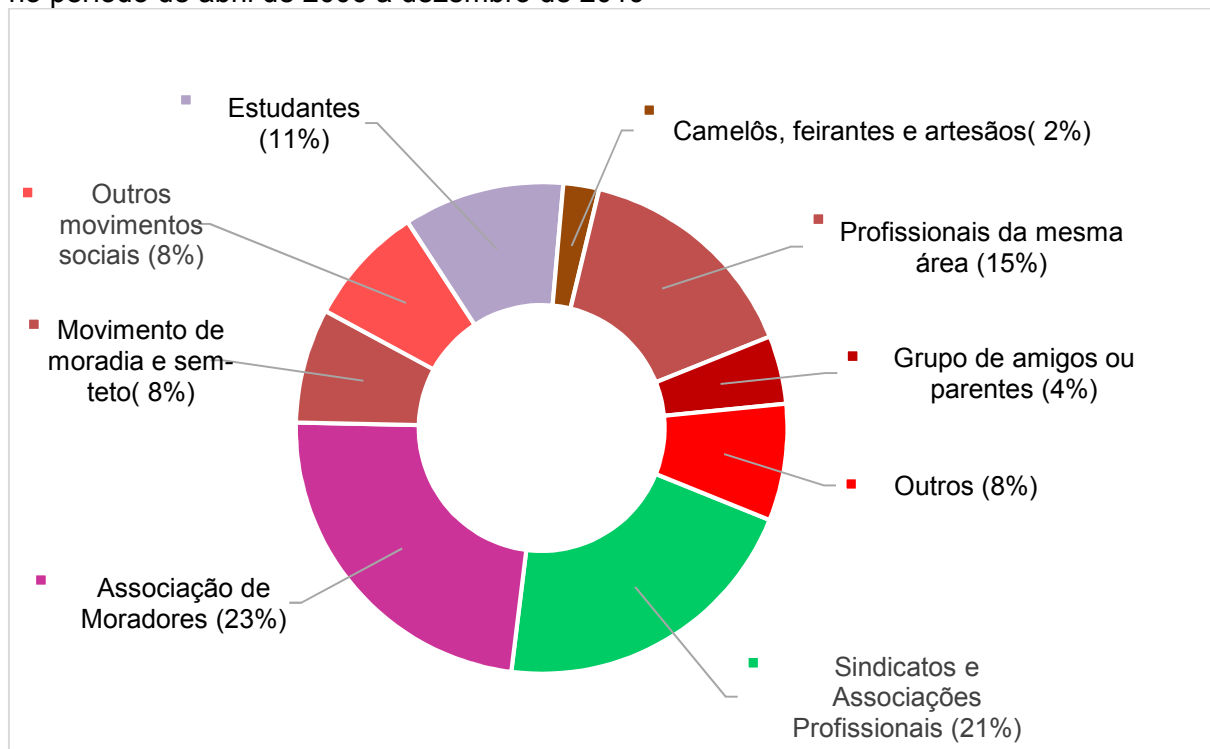
ligadas às agendas progressistas, pois reivindicam o desenvolvimento dos serviços básicos do setor público, como saúde e educação e a mobilidade urbana.

Segundo Gonçalves *et al*; (2017), tais questões, historicamente precárias no Brasil, demonstram a fragilidade do espaço das cidades. O direito à moradia digna, ao transporte de qualidade e à mobilidade urbana, enfim, o direito à cidade é historicamente comprometido. Ao mesmo tempo, o acesso e o uso do espaço público corresponde a 4% do objeto das manifestações, o que evidencia a fragilidade dos direitos civis supostamente conquistados com a abertura política e o processo de redemocratização brasileiro.

As manifestações demonstram a necessidade de mudança das políticas públicas e de redirecionamento do orçamento público comprometido com os direitos sociais (básicos), como moradia, transporte, educação e saúde, ou seja, o direito à cidade.

Os coletivos mobilizados das manifestações registradas, de maior expressividade, de 2006 a 2019 em Belo Horizonte, sendo 36% do total, são os Sindicatos e Associações Profissionais (21%) e os Profissionais da mesma área (15%), que, em sua maioria, trazem como pauta insatisfações relacionadas ao salário e à melhoria de condições de trabalho. As Associações de moradores correspondem a 23%, que, por sua vez, protestam no intuito de obterem atenção do Poder Público Municipal para as questões de infraestrutura do bairro onde moram. Os estudantes (11%) contestam questões relacionadas à melhoria do ensino e à ampliação do meio passe do transporte público. O Movimento de moradia e sem-teto (8%) e outros movimentos sociais (8%) compreendem coletivos, como Tarifa Zero, Passe Livre e movimentos ligados às ocupações urbanas em Belo Horizonte. O coletivo classificado como “outros” (5%) corresponde a grupos específicos, como ciclistas, motociclistas, idosos, mulheres, entre outros, ou a mais de um grupo (Gráfico 03).

Gráfico 3 – Coletivo mobilizado das manifestações coletivas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

No meio jornalístico, em geral, o relato das manifestações de junho de 2013 no Brasil é associado à mobilização de pessoas relacionadas ao partido de esquerda. Essa associação também é observada na descrição pela mídia das manifestações em Belo Horizonte relacionadas à Copa do Mundo em 2014. De acordo com a reportagem “Manifestações: conheça as caras e as vozes dos protestos em Belo Horizonte. Grupos que tomam as ruas são de diversas tendências, transitando da **extrema esquerda até a anarquia**” (MANIFESTAÇÕES..., 2014, grifo nosso):

Legendas de extrema esquerda se somam aos movimentos criados na sombra das jornadas de junho e a grevistas organizados por sindicatos mais combativos para liderar os ensaios da indignação com a Copa do Mundo. Se, por um lado, as bandeiras agora colorem de vermelho os protestos, as milhares de pessoas que foram às ruas em junho ainda não saíram de casa (MANIFESTAÇÕES..., 2014).

Não raro, os manifestantes de junho de 2013 no Brasil foram tachados de arruaceiros, baderneiros e outras designações carregadas de sentido pejorativo. Em Belo Horizonte, a mesma caracterização é feita às manifestações associadas à Copa do Mundo em 2014: “o caldeirão das ruas de Belo Horizonte é apimentado por

movimentos extremamente ideológicos, que pregam o trotskismo, o marxismo ortodoxo e a anarquia, além dos já conhecidos adeptos da tática *Black Bloc*” (MANIFESTAÇÕES..., 2014).

A representação pela mídia das manifestações no espaço público em 2013 e em 2014 relacionadas à Copa das Confederações e à Copa do Mundo, respectivamente, evidencia a ideia de que estas, normalmente, são associadas à esquerda política. Entretanto, Avritzer (2016) relata que, a partir de 2013, ocorre a fragmentação e a pluralização do marco participativo:

De um lado, reforçam-se atores de esquerda que já não pertencem ao campo petista, como é o caso do Movimento Passe Livre, que inaugurou as manifestações de junho. De outro, essa desinterdição do campo participativo leva às ruas atores conservadores, pela primeira vez desde 1964 (AVRITZER, 2016, p. 63) ¹⁹.

Nesse contexto, Amadeu (2018) reitera que, no final de 2013, as manifestações perderam o protagonismo: “a direita percebeu que podia chegar às redes usando dinheiro. Então, gente muito poderosa passou a financiar grupos de direita e foram criados, entre outros, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua, já em 2014”²⁰.

Tarrow (2009, p. 44) confirma que “os movimentos criam oportunidades também para as elites e grupos de oposição”, como ocorreu com as massivas manifestações dos conservadores a partir de 2015 contra a corrupção, descritas pela mídia como “organizadas” e pacíficas.

Apesar dessas considerações, cabe destacar que as manifestações nos espaços públicos, frequentemente, não estão associadas a partidos políticos. As reivindicações por questões e conflitos urbanos refletem a desigualdade socioespacial como resultado da produção do espaço por uma ordem hegemônica. O questionamento e a subversão a essa ordem pelos grupos excluídos são uma

¹⁹ Quanto à renda do coletivo mobilizado das manifestações de junho de 2013 no Brasil, usualmente, as pessoas identificadas com a classe de renda média através de um critério de renda representavam 23% dos participantes. O número cresceu nas manifestações de março de 2015 e alcançou a marca de 41% (AVRITZER, 2016, p. 81-82).

²⁰ Ver também: CHARLEAUX, João Paulo. O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013. E no que elas deram. 2018. NEXO JORNAL LTDA. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>. Acesso em: 10 dez. 2018.

resposta direta do conflito urbano, independente de questões partidárias. Confirma-se aqui que o Observatório de Conflitos Urbanos não registra as manifestações relacionadas a questões meramente políticas, que não tem impacto direto no espaço urbano²¹.

Tarrow (2009) pontua que as pessoas comuns começam a testar os limites do controle social, não apenas os ativistas, à medida que se ampliam as oportunidades e se divulgam informações sobre a suscetibilidade de um sistema ser desafiado. As oportunidades criadas pelos primeiros insurgentes incentivam a organização de novos movimentos.

Assim, “formam-se alianças entre participantes e desafiantes; as elites de oposição exigem mudanças que antes pareceriam temerárias; as forças governamentais reagem através de reformas, repressão ou uma combinação das duas” (TARROW, 2009, p. 44). O número expressivo de pessoas envolvidas nas manifestações de junho de 2013 no Brasil surpreendeu os governantes, que intensificaram a repressão aos movimentos.

As tentativas de eliminação das manifestações são realizadas por mecanismos similares àqueles do século XX, que visavam ordenar o uso do espaço público: pela mídia, pela polícia e pela lei:

Megaeventos, meganegócios, megaprotestos. Não há como não reconhecer a conexão estreita entre os protestos em curso e o contexto propiciado pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa do Mundo de 2014 (...) De um lado, a repressão brutal e a rapidez com que a mídia e governos tentaram amedrontar e encurralar os movimentos deveu-se, ao menos em parte significativa, à preocupação em impedir que jovens irresponsáveis e “vândalos” manchassem a imagem do Brasil num momento em que os olhos do mundo estariam postos sobre o país, devido à Copa das Confederações. “Porrada neles”. A grande mídia deu o tom, e o ministro da Justiça compareceu ao telejornal da principal rede de televisão para colocar a Força Nacional à disposição de governos estaduais e municipais (VAINER, 2013b, p. 37).

Do ponto de vista da representação midiática sobre as manifestações, é frequente a associação das mesmas com violência, desordem, arruaças e badernas,

21 Sobre as manifestações no Brasil em 2013, segundo a Folha de São Paulo, 84% dos manifestantes paulistas no dia 17 de junho de 2013 não tinham preferência partidária e 71% participavam pela primeira vez de um protesto (SECCO, 2013).

enquanto os indivíduos que participam dessas ações são vistos como os baderneiros, os desordeiros e os arruaceiros, aos quais se associa também a imagem de pessoas desocupadas, sempre movidas pelo ímpeto de promoverem distúrbios no ambiente público.

Essa imagem dos manifestantes como pessoas violentas e desordeiras assemelha-se às publicações dos jornais no início do século XX, em que os bêbados e vadios eram associados aos desempregados e aos pobres, que deveriam ser excluídos e exilados do espaço público.

A imagem, por vezes explícita, mas, na maioria das vezes, velada, de que as manifestações são sempre de cunho destruidor, beirando à selvageria vai ao encontro do pensamento neoliberal de que a cidadania é sinônimo de não-conflito, de harmonia e de paz social. O “cidadão de bem” (aquele que trabalha), portanto, não se manifesta na rua e não provoca baderna. A imagem do cidadão do bem é associada à “casa”, à moral e civilidade, enquanto os desordeiros que se manifestam, literalmente, na “rua” são ligados à ideia do perigo e da imoralidade. Para Gonçalves *et al* (2017), a mídia divulga que as manifestações são atos de vandalismo e podem ser perigosas, disseminando-se, assim, o medo, a incerteza e a insegurança.

A repressão policial mostra a preocupação governamental com os possíveis inconvenientes trazidos pelas manifestações. Assim, em janeiro de 2014, foi noticiado que o governo de Minas Gerais preparava-se para negociar e evitar transtornos durante a realização da Copa do Mundo e que a Polícia Rodoviária Federal em Minas havia elaborado um manual para lidar com manifestações (PROTESTO..., 2014). Na data da abertura da Copa do Mundo em 2014, contudo, vários protestos foram registrados em Belo Horizonte, marcados por confrontos entre manifestantes e militares, com tiros de balas de borrachas e bombas de efeito moral (GONÇALVES *et al.*, 2017).

Gonçalves *et al.* (2017) escrevem que, além da forte repressão policial que se instalou, sobretudo, durante os jogos da Copa do Mundo de 2014, foram frequentes também as tentativas de “institucionalização” dos conflitos por meio de proibições e de leis. Pode-se exemplificar com a proibição do uso de máscaras por manifestantes:

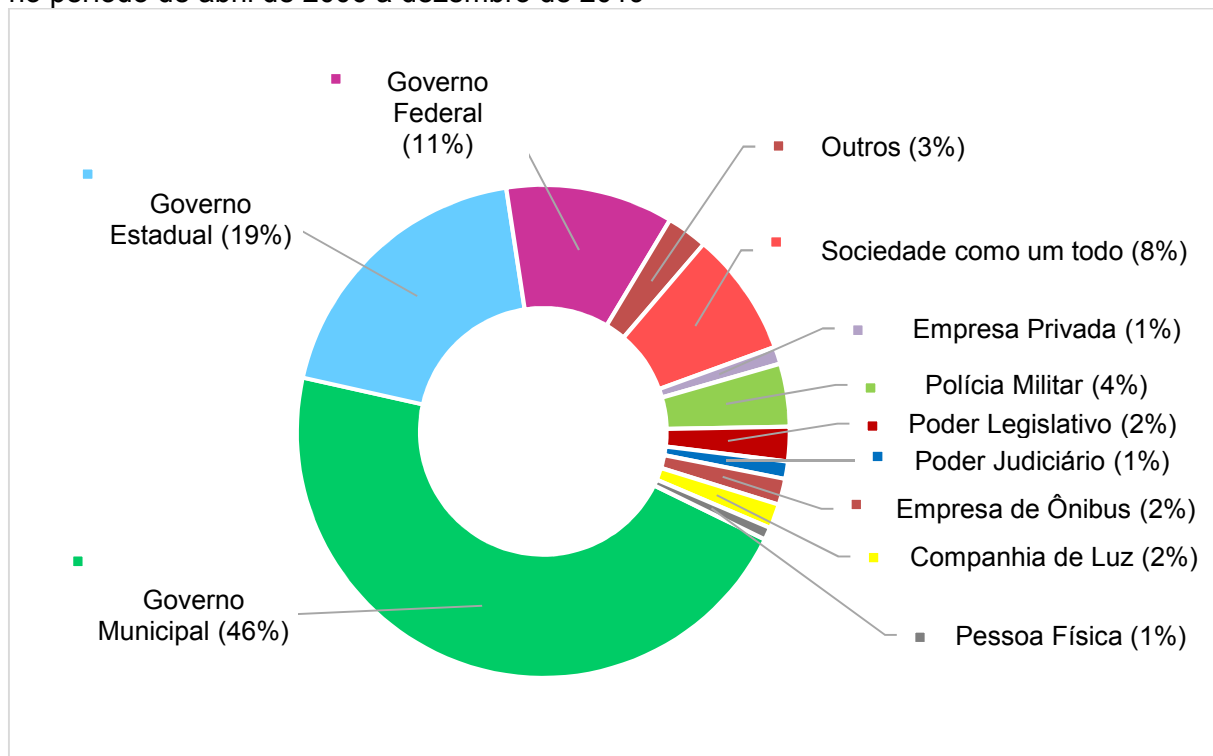
A institucionalização daquilo que parece espontâneo e, por isso mesmo, fora de controle, seria uma das estratégias com vistas ao enfraquecimento dos movimentos. O Estado tomaria novamente as “rédeas” da situação e a institucionalidade garantiria a democracia desejável para que tudo permaneça como está (GONÇALVES *et al.*, 2017, p. 10).

Apesar das tentativas de anulação das manifestações no espaço público, a quantidade destas aumentou. A resposta à opressão pela ordem hegemônica é contrária ao previsto: quanto mais se tenta calar e suprimir os protestos, mais estes emergem. Ou seja, a reação à ordem imposta é a desordem, é a subversão à própria ordem.

As manifestações de junho de 2013 no Brasil criaram oportunidades e incentivaram novas ações coletivas no espaço público, até mesmo, e principalmente, pela própria reação do Estado, o que mostrou sua suscetibilidade. Tarrow (2009, p. 44) confirma que “os choques entre os desafiantes iniciais e as autoridades revelam os pontos fracos dos últimos e as forças dos primeiros, convidando até atores sociais mais tímidos a se alinharem de um lado ou de outro”. A partir de 2013, as manifestações tornaram-se fatos do cotidiano, a sociedade reconheceu a sua força. O gráfico 01 comprova que o número de ações coletivas em Belo Horizonte cresceu desde esse ano, questionando, sobretudo, o Estado (a ordem).

Das manifestações registradas de 2006 a 2019 em Belo Horizonte, 76% têm como Instituição reclamada (Gráfico 04) o Governo, sendo 46% referentes ao Governo Municipal; 19%, ao Governo Estadual; e 11%, ao Federal, o que mostra a insatisfação da população com o Estado em relação à gestão pública e aos projetos e obras urbanas em todas as instâncias, mas, predominantemente, com o poder municipal.

Gráfico 4 – Instituição reclamada nas manifestações coletivas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019

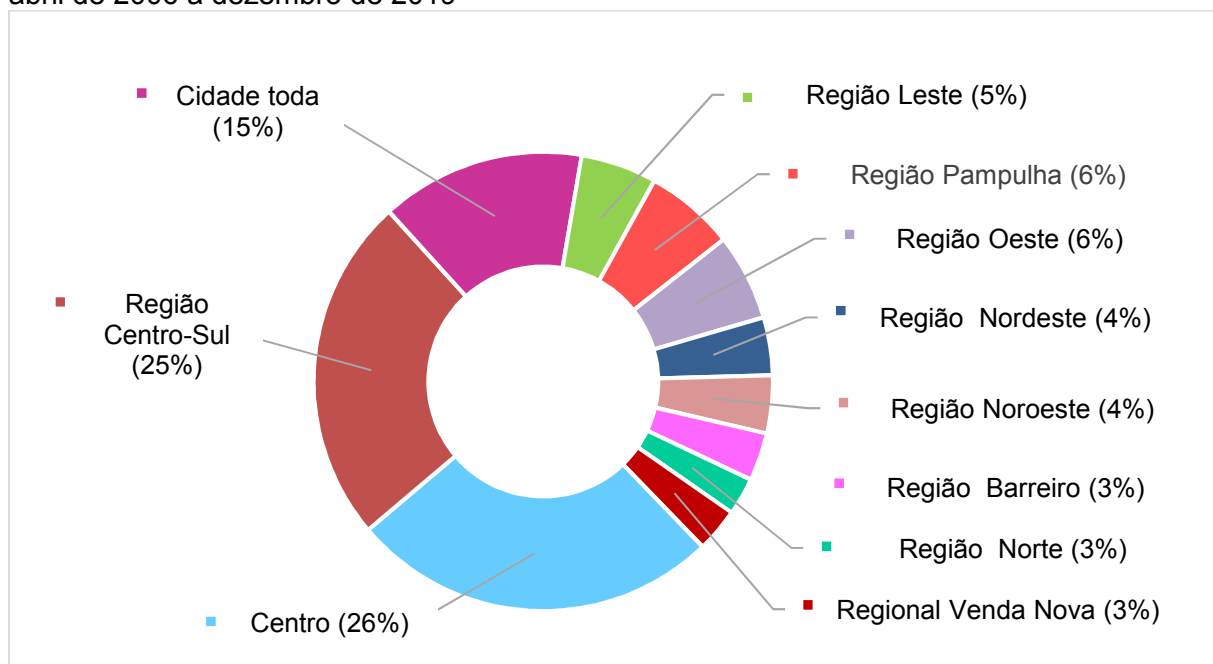


Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Em geral, os manifestantes lutam por respostas imediatas, relacionadas principalmente ao transporte e à segurança públicos, e só as conseguiriam se o apelo fosse direto para a própria Prefeitura de Belo Horizonte. Por serem direcionados principalmente ao Governo Municipal, a maioria dos conflitos (51%) ocorre no Centro e na Região Centro-Sul²², já que a prefeitura encontra-se no centro de Belo Horizonte, onde a população reivindica diretamente seus objetos de conflitos. Na região Centro-Sul, também se localizam os principais equipamentos institucionais do governo estadual ou federal, como a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o Fórum da Justiça do Trabalho e o Hospital do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG), e as reivindicações, muitas vezes, ocorrem em frente às edificações (Gráfico 05).

²² Belo Horizonte é dividida em nove regiões administrativas (Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova), de acordo com a posição geográfica e a história de ocupação.

Gráfico 5 - Local das manifestações coletivas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019

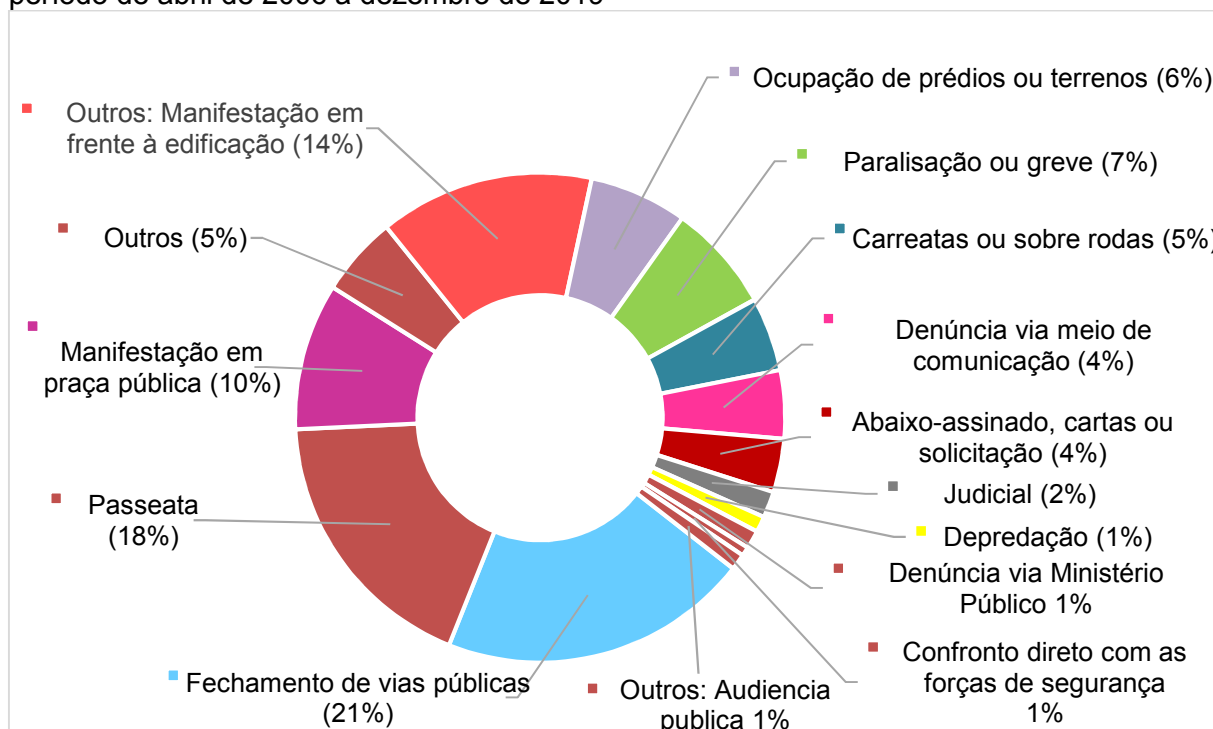


Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

A escolha do Centro e da Região Centro-Sul também busca maior visibilidade, já que as manifestações acontecem nos espaços públicos próximos ou nas próprias vias principais (onde tráfego de pessoas e carros é intenso), como a Avenida Afonso Pena, afetando mais pessoas e aumentando a repercussão das reivindicações (GONÇALVES *et al.*, 2017).

Além da escolha do Centro como lugar principal para maior visibilidade das manifestações, as principais formas de expressão das ações coletivas em Belo Horizonte de 2006 a 2019 são aquelas que fecham parte ou integralmente uma via pública, que totalizaram 21% das formas de luta: as passeatas (18%), as manifestações em frente à edificação (14%) e as manifestações em praça pública (10%) (Gráfico 06).

Gráfico 6 - Forma de Luta das manifestações coletivas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

O repertório de confronto, segundo Tarrow (2009), pode ser classificado em três categorias: violência, convenção (greves e demonstrações, que mantêm o cotidiano) e ruptura (ameaça à ordem do cotidiano).

Sobre esses repertórios de confronto, o fechamento de vias públicas (21%), as passeatas (18%), as manifestações em frente às edificações (14%) e a ocupação em prédios ou terrenos (6%) podem ser considerados como ruptura, segundo a classificação de Tarrow (2009), pois provocam a “desordem” no espaço público, impedindo as atividades cotidianas dos seus usuários.

Já as manifestações em praça pública (10%), as carreatas ou manifestações sobre rodas (5%), os abaixo-assinados, cartas ou solicitação (4%), paralisação e greve (7%), denúncia via meio de comunicação (4%) e via Ministério Público (1%), ação judicial (2%) e audiência pública (1%) tratam da convenção, ação coletiva padronizada e institucionalizada²³. Apenas 2% dos conflitos têm como repertório a

²³ A convenção também pode ser exemplificada pela forma de luta classificada como “outros” (5%), que corresponde a atos pacíficos, como abraço simbólico, caminhada, doação de sangue, piquenique, entre outros.

violência, expressa pela depredação (1%) e pelo confronto direto com as forças de segurança (1%).

Das formas de luta ou repertórios de confronto, 59% tratam da ruptura, pois quebram a rotina e incomodam as elites (TARROW, 2009), 39% correspondem à convenção, (greves ou manifestações pacíficas, quando o cotidiano é mantido) e 2% à violência.

Cabe destacar que a ruptura e a violência tratam da presença dos corpos no espaço público, quando as vozes e os gritos dos manifestantes são ouvidos:

Quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo por meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária (BUTLER, 2018, p. 17).

Os corpos na rua apresentam a vida, a liberdade e a resistência do indivíduo. Já a convenção, como a paralisação/greve e a carreata²⁴, não expõe o corpo na rua, envolvendo baixo risco e mantendo a ordem do cotidiano.

As formas de luta expressas no espaço público²⁵ totalizam 68%, demonstrando que este é o local das ações políticas, do exercício da cidadania e da luta pelo direito à cidade. As formas de protesto, como o fechamento de vias públicas ou as passeatas, interferem diretamente na dinâmica urbana e trazem, com isso, maior visibilidade e maior potencial de negociação entre as partes envolvidas.

É no espaço público que suas pautas são vistas e ouvidas por outros e é nele que se reúne a maior diversidade de pessoas e de opiniões. Portanto, levar suas lutas aos espaços comuns da cidade significa um maior alcance de suas ideias. Também significa atingir de forma mais incisiva os atores dos quais se reclama (geralmente o Governo).

24 O “panelaço” também pode ser considerado uma ação coletiva convencional, pois não rompe com a rotina.

25 Referentes ao fechamento de vias públicas (21%), às passeatas (18%), às manifestações em frente às edificações (14%), às manifestações em praça pública (10%) e às carreatas ou manifestações sobre rodas (5%).

Segundo Magalhães (2008), por vezes, manifestar-se no espaço público pode ser mais significativo do que a manifestação circunscrita à porta da fábrica ou diante do Parlamento ou, ainda, em uma assembleia circunscrita a determinado espaço fechado de uma entidade qualquer. Gonçalves *et al.* (2017) atestam que se apropriar de um espaço público configura, no plano de representação simbólica dos manifestantes, a possibilidade de se tornar visível e dar visibilidade a uma determinada causa:

Deve-se ressaltar que, por muitas vezes, as manifestações populares trazem inúmeros problemas político-econômicos ao impedirem o “bom funcionamento” das cidades. Principalmente aquelas manifestações que utilizam como estratégia a ocupação de vias públicas, impedindo a circulação de veículos, pessoas e mercadorias, trazem grandes consequências e passam a ser uma das formas mais utilizada por manifestantes (GONÇALVES *et al.*, 2017, p. 9).

Magalhães (2008) afirma que as manifestações que ocorrem principalmente na Praça Sete interferem no trânsito, provocando engarrafamentos, gerando descontentamento por parte da população usuária dos transportes coletivos e veículos particulares. Diante dessa situação, muitos são aqueles que passam a defender posturas administrativas mais enérgicas e autoritárias perante os manifestantes que atuam no centro. A luta dos manifestantes, que poderia atender também a quem é “incomodado”, em geral, é vista como algo negativo por aqueles que não se manifestam.

A visão pejorativa das ações coletivas é um reflexo da ideologia empregada pelo Estado, pela classe hegemônica e pela mídia, em que os manifestantes são responsáveis pela “rebeldia” e pela vadiagem.

A maioria dos cidadãos não manifestantes considera as manifestações no espaço público como “comportamentos inaceitáveis ou imorais”, o que ilustra a visão do brasileiro de que, muitas vezes, o conflito demonstra incivilidade e “selvajaria” e que deve ser ‘solucionado’ ou até mesmo reprimido pela Polícia Militar.

Foram identificados comentários de leitores nas páginas dos sites G1 e do Estado de Minas que ilustram esse pensamento do cidadão não manifestante. No dia 23 de abril de 2018 (PM..., 2018), militares fizeram uso de bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, além de jatos d'água para dispersar o grupo de

professores do ensino infantil, que protestava sobre a equiparação da carreira com a dos professores do ensino fundamental, decidindo paralisar as atividades. O ato foi realizado em frente à Prefeitura, fechando os dois sentidos da Avenida Afonso Pena, no Centro. Sobre essa manifestação, o prefeito Alexandre Kali comentou:

A manifestação é legítima, é democrática e bem-vinda. Ela foi organizada pela BHTrans. Eles caminharam de uma forma ordeira até a porta da prefeitura e poderiam ficar até agora protestando. Agora, fechar uma área hospitalar, impedir o Samu de circular, a população de Belo Horizonte ser arrebatada no trânsito em uma segunda-feira, é isso que não podemos deixar. E não deixaremos, comentou Kalil (PM..., 2018).

Na mesma lógica, apontamentos como “fechar a Afonso Pena e ferrar todo o resto da população pode? Que se manifestem, mas não prejudiquem o resto da população” e “nem apanharam. Sou a favor de um protesto sim... mas tirar o meu direito de ir e vir... deveriam ter apanhado... falta de vergonha... esses vermelhos estão se achando...”²⁶ confirmam a visão de que as manifestações atrapalham o cotidiano e devem ser contidas.

Cabe destacar que, no dia 25 abril de 2018, dois dias após a repressão da Polícia Militar para a dispersão do grupo dos professores, os mesmos se reuniram em assembleia, novamente em frente à Prefeitura, e decidiram manter a paralisação da educação infantil. Após a assembleia, um ato de repúdio à ação da Polícia Militar foi realizado no local, com frases em faixas como “A mão que joga a bomba de gás é a mesma que entrega o filho na porta da escola. Professor não é bandido”. Durante o ato, o trânsito na Avenida Afonso Pena, no sentido bairro, fluía em apenas uma faixa (TRABALHADORES..., 2018). Portanto, a repressão ao ato motivou outra manifestação, justamente em repúdio à ação opressiva da polícia.

Em março de 2018, houve uma manifestação dos integrantes de áreas de ocupações urbanas em frente ao prédio da Prefeitura de Belo Horizonte, afetando o trânsito na Avenida Afonso Pena (PROTESTO..., 2018). Sobre essa reportagem, foram feitos comentários dos leitores como “só tem vagabundo e desocupado. Daí o desprezo deles pelo tempo e mobilidade dos demais. Lamentável. Tomara que a polícia ‘dê um corretivo neles’” e “invadem propriedades alheias, fazem ligações

26 Comentários dos leitores e assinantes do jornal *on line* Estado de Minas, publicados na reportagem em abril de 2018 sobre a manifestação do grupo de professores do ensino infantil (PM..., 2018)

clandestinas e pelo visto não têm o menor apreço ao serviço e ainda atrapalha a vida de quem está trabalhando e honrando seus compromissos. Mas pra que aguentar um emprego chato não é verdade? Mas pra que financiar um imóvel se podem invadir e depois ganhar da prefeitura”²⁷.

É evidente o individualismo daqueles que não se manifestam, que identificam apenas o seu direito de ir e vir, negando o direito de reivindicação e de uso do espaço público dos manifestantes. Aqueles que lutam por seus direitos são vistos como pessoas que não trabalham e que devem ser reprimidos.

Os manifestantes, por sua vez, argumentam que não há como fazer protesto sem causar alguma modificação no trânsito e afirmam ainda que é a própria dinâmica de algumas manifestações buscar chamar a atenção, e isto se faz exatamente causando incômodo ou modificando o rotineiro uso das ruas.

Identifica-se a polarização do espaço: de um lado, os interesses dos manifestantes, com suas demandas, por vezes específicas, por vezes mais universais, que poderiam atender também àqueles que estão nos seus carros e nos ônibus; e por outro, os interesses daqueles que utilizavam a rua como meio de circulação veicular. Novamente é percebido o emuralhamento da vida social (GOMES, 2012), em que o homem individualista nega o outro e a alteridade. O uso do espaço público é reivindicado por uma dicotomia de interesses. Segundo Harvey (2014), os financistas e os empreiteiros podem reivindicar o direito à cidade, mas os sem teto também o podem.

Nesse contexto, o espaço público é instrumento das lutas urbanas (para os manifestantes que lutam pelo direito à cidade) e causa/objeto das insatisfações (para os “cidadãos de bem” que reivindicam pelo direito de ir e vir, que também é o direito à cidade). As manifestações são “no” e “sobre” o espaço público. A luta de cada ator pelo direito à cidade mostra a fluidez do conceito de “direito” e a necessidade da “força” para a decisão sobre o “direito de quem?”.

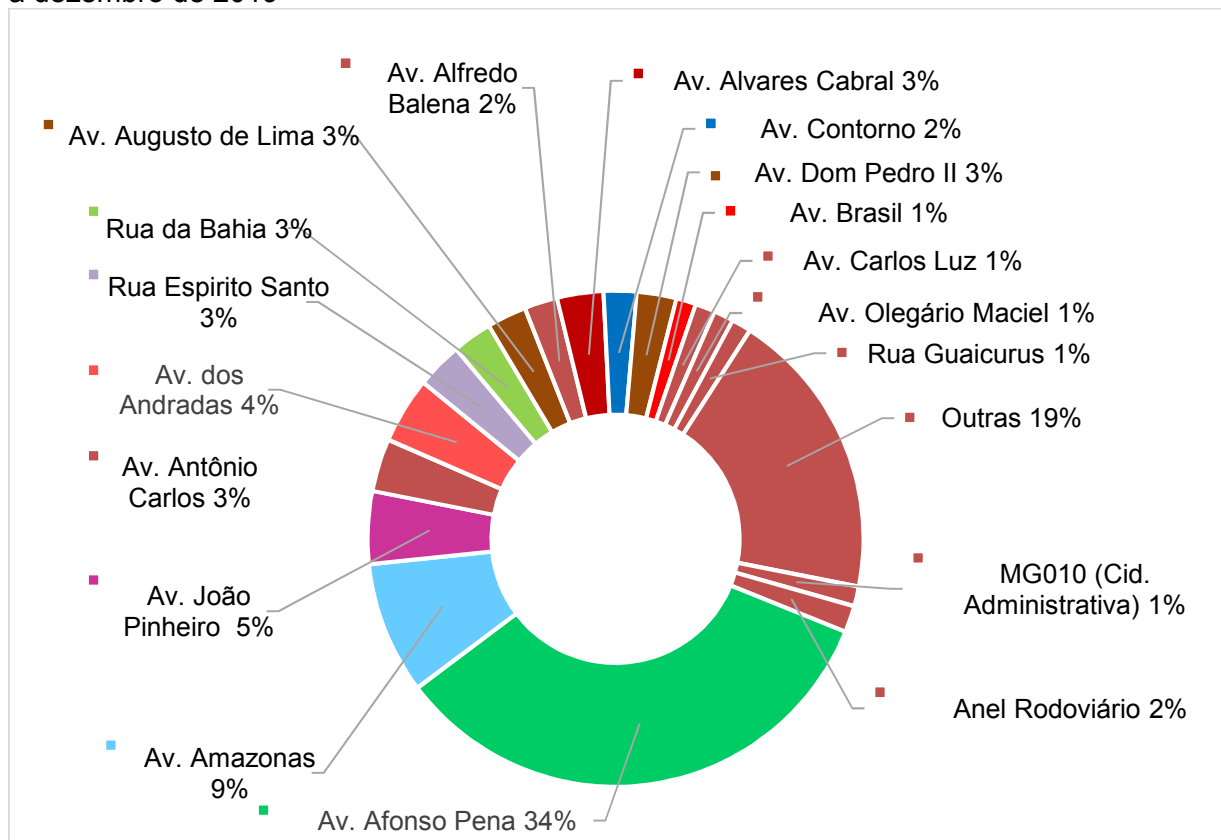
²⁷ Comentários dos leitores e assinantes do jornal *on line* Estado de Minas, publicados na reportagem em março de 2018 sobre a manifestação dos integrantes de áreas de ocupações urbanas em frente ao prédio da Prefeitura de Belo Horizonte (PROTESTO..., 2018).

A negação das manifestações por aqueles que se consideram como “cidadãos de bem” revelam a individualização da sociedade neoliberal e o fim da esfera pública, considerando que as pessoas começam a se preocupar mais com suas próprias vidas, em detrimento da vida urbana e pública. O “apaziguamento” nos espaços públicos a partir da repressão das manifestações faz com que a sociedade deixe de exercer a autonomia e a cidadania, de lutar pelo direito à cidade.

Delgado (2018) afirma que o espaço público como lugar da mediação entre a sociedade e o Estado, entre sociabilidade e cidadania e dos princípios de vida democrática não existe em uma sociedade capitalista: “Na rua e na praça, há provas apenas inequívocas da conclusão de uma classe média universal e feliz, em paz consigo mesma em um mundo sem conflitos e sem miséria”. Retorna-se à visão do espaço público “limpo” e ordenado do modelo progressista, que elimina a ideia da “rua” (DAMATTA, 1991) como lugar das surpresas (manifestações) e da pobreza.

Em relação às manifestações expressas pelas passeatas, 34% aconteceram na Avenida Afonso Pena, 9% na Avenida Amazonas e 5% na Avenida João Pinheiro. Nas vias classificadas como “outras” (19%), foram computadas aquelas citadas apenas uma ou duas vezes (Gráfico 07).

Gráfico 7 – Local das passeatas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019

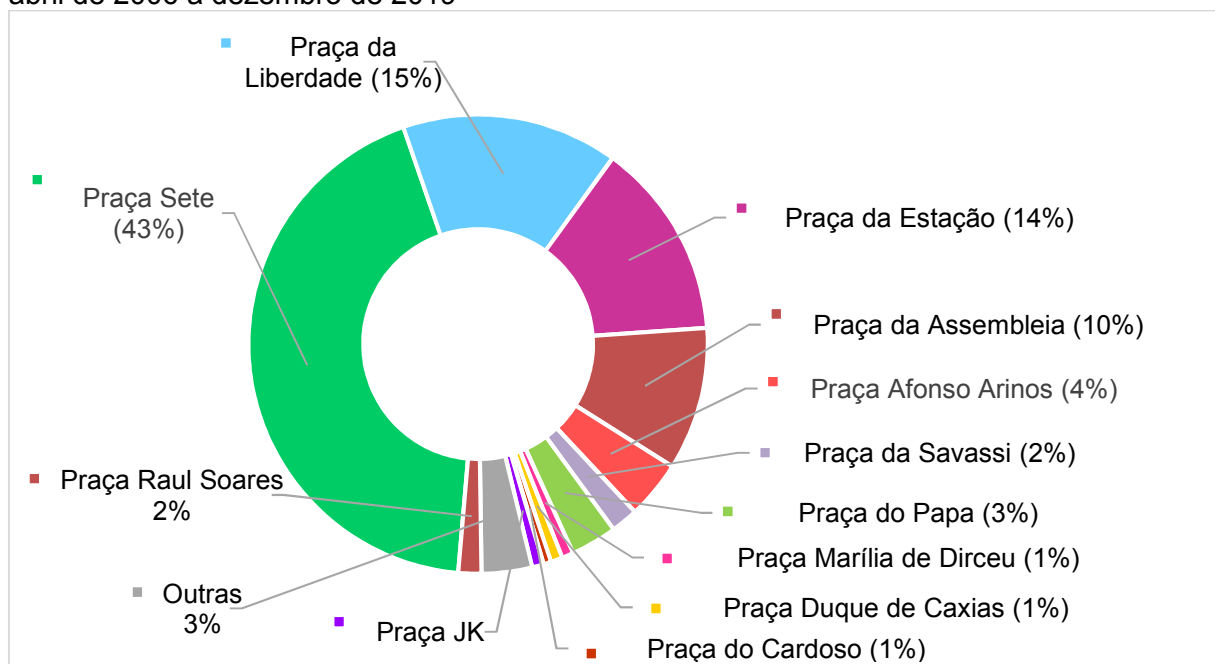


Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

A Avenida Afonso Pena é, tradicionalmente, o local onde acontecem as paradas militares, que simbolizam o poder do Estado e da lei. Todavia, a maioria das manifestações populares (34%) também acontece na avenida, buscando maior visibilidade, pois modifica o rotineiro trânsito e incomoda aqueles que têm o “direito de ir e vir”. A escolha da Avenida Afonso Pena para a realização de passeatas dá-se pelo desenho urbano da avenida, que conecta importantes espaços públicos, como a Praça Rio Branco, a Praça Sete e o Parque Municipal, bem como pela ocupação das edificações públicas ao longo da avenida, como a Prefeitura Municipal.

Das manifestações nas praças públicas, 43% ocorrem na Praça Sete de Setembro, o que mostra que a praça é o espaço das ações sociais e políticas, 15% acontecem na Praça da Liberdade, o que pode demonstrar o seu caráter simbólico e cívico e 14% ocorrem na Praça da Estação (Gráfico 08).

Gráfico 8 – Manifestações nas praças públicas em Belo Horizonte registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

As praças são espaços para a prática das ações políticas, dos conflitos e das ações sociais, do encontro, do lazer e do descanso, ou seja, da vida social urbana:

As manifestações públicas de conflito social não eclodem em quaisquer ruas, em quaisquer praças, em qualquer dia e horário. Elas buscam, isto sim, lugares e ocasiões determinados: aqueles que se apresentam como sendo os adequados do ponto de vista das significações que encerram e da produção de novos significados (ARANTES, 2000 *apud* LEITE, 2007, p. 279).

A Praça Sete é apresentada na abordagem de Lemos (1988) como um espaço tradicional de luta política. Magalhães (2006) escreve que a Praça Sete foi paulatinamente tornando-se espaço de realização das passeatas históricas ao longo do século XX, sendo considerada a praça do centro, o “coração” da cidade e o indicativo da vida democrática, lugar para se falar e se expor. A Praça Sete é o lugar para as manifestações democráticas, de massa. Nesse sentido, a Praça Sete pode ser considerada o espaço da vida social urbana.

A Praça da Liberdade, de acordo com Magalhães (2006), foi o lugar escolhido por manifestantes que buscavam interlocução com o Governo Estadual ou protestavam contra o mesmo. A Praça da Liberdade, situada em frente do Palácio da Liberdade, antiga sede do governo, simboliza o poder do mesmo.

A Praça da Estação também foi palco de outras tantas manifestações da cidade, tais como a histórica greve dos operários da construção civil, em 1979, e os comícios da Frente Brasil Popular, em 1989. A praça também guarda suas particularidades, distinguindo-se das outras praças mencionadas pelo fato de que ali não é tão presente a monumentalidade do poder do Estado e não é local só de passagem, ela é a praça do começo e da chegada, pela sua inserção na estação ferroviária (MAGALHÃES, 2008).

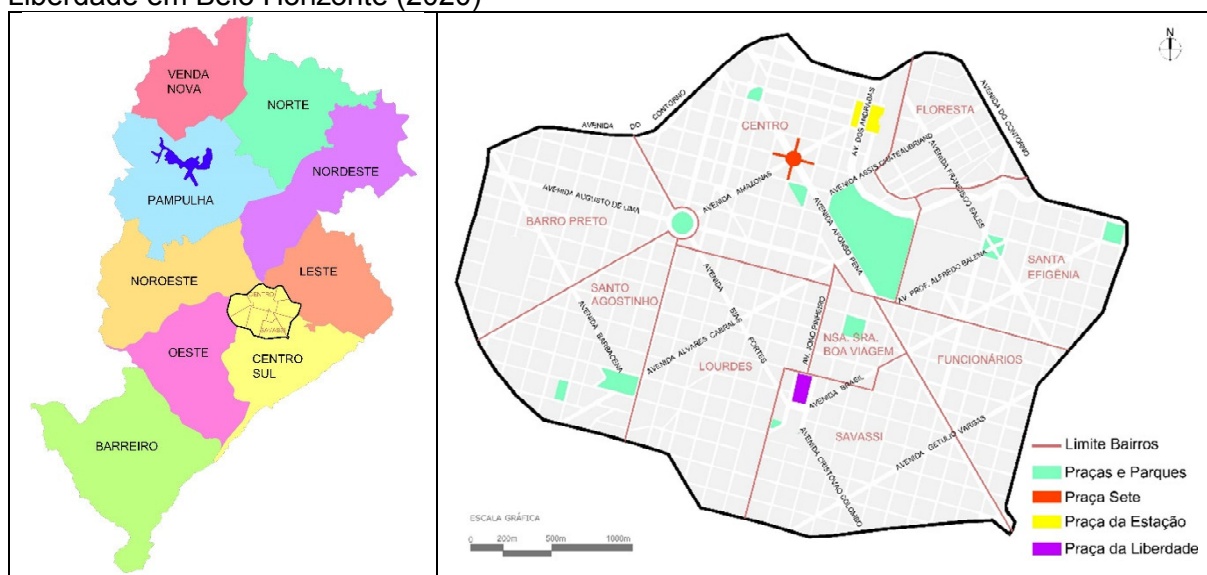
Pela expressividade das manifestações coletivas, que simbolizam a vida social urbana e a luta pelo direito à cidade, os seguintes espaços públicos de Belo Horizonte serão analisados: a Praça Sete de Setembro, a Praça da Estação e a Praça da Liberdade.

6. ESPAÇOS PÚBLICOS DE BELO HORIZONTE: SUBVERSÃO À ORDEM, LUTA PELO DIREITO À CIDADE E EXPRESSÃO DOS CONFLITOS URBANOS

Belo Horizonte que é a Praça da Liberdade com suas alamedas que apontam para o poder e suas palmeiras que descortinam a vastidão da altura. Belo Horizonte que é (...) a heterogeneidade da Praça da Estação. Belo Horizonte que é a Praça Sete de caminhos entrecruzados, centralizados(...) (GROSSI,1997, p. 67).

A Praça Sete de Setembro, a Praça da Estação e a Praça da Liberdade estão localizadas na Região Centro-Sul de Belo Horizonte, inseridas no perímetro da Avenida do Contorno (zona urbana de acordo com o Plano de Aarão Reis de 1897). As duas primeiras situam-se no Bairro Centro, enquanto a última localiza-se no Bairro Savassi (Figura 11).

Figura 11 – Localização da Praça Sete de Setembro, da Praça da Estação e da Praça da Liberdade em Belo Horizonte (2020)



Fonte: Elaborado pela autora com base em BELO HORIZONTE, 2020.

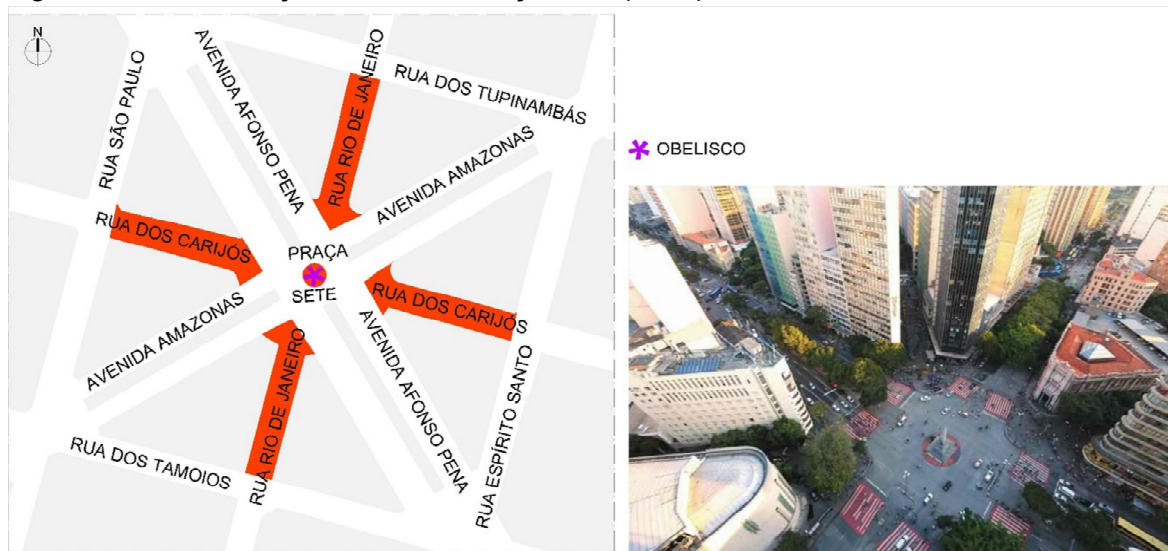
As três praças são espaços públicos que propiciam a realização das manifestações coletivas, que expressam os conflitos urbanos e são forma da subversão à ordem e da luta pelo direito à cidade. A trajetória histórica e as manifestações coletivas nesses espaços públicos serão examinadas desde a sua implantação.

6.1 PRAÇA SETE DE SETEMBRO

Talvez não haja em Belo Horizonte lugar tão popular e conhecido como a praça Sete. Diz-se comumente, na linguagem coloquial dos moradores: “Perto da praça Sete, a dois quarteirões da praça Sete”. Subvertendo a própria estrutura espacial, a apropriação pelos moradores transformou uma não-praça em uma praça, e mais, em legítimo espaço público. Posteriormente, o fechamento para veículos de quatro quarteirões que nela terminavam veio conferir-lhe esse sentido de lugar de estar, de lazer e de encontro (ANDRADE, 2007, p. 119).

A Praça Sete de Setembro, localizada no Bairro Centro de Belo Horizonte, é formada a partir do cruzamento das avenidas Amazonas e Afonso Pena com as ruas Rio de Janeiro e Carijós (Figura 12).

Figura 12 – Localização e vista da Praça Sete (2020)



Fonte: Elaborado pela autora com base em BELO HORIZONTE, 2020; BELOTUR, 2019.

Desde suas origens, a Praça Sete de Setembro apresenta o caráter de espaço comercial e de circulação de pessoas e veículos, assemelhando-se mais ao aspecto da “rua” do que da “casa”.

A Praça simboliza a dimensão pública, apesar da sua conformação física não caracterizá-la como praça. A Praça Sete tornou-se um espaço público de referência simbólica, política e cultural para a população belo-horizontina: “por sua centralidade, mas também pelo uso que lhe conferiu a população, transformou-se na própria arena

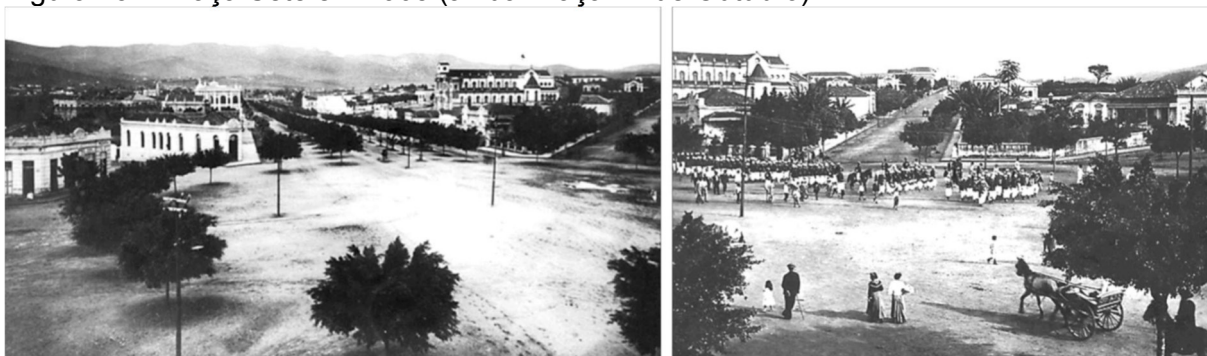
pública da urbe” (ANDRADE, 2007, p. 119). A apropriação da Praça pela população expressa a subversão ao planejado à ordem.

6.1.1 Praça do encontro: espaço da diversidade social

No plano de Aarão Reis de 1897 para a cidade de Belo Horizonte, de acordo com Andrade (2004), a Praça Sete, inicialmente denominada Praça Doze de Outubro, era conformada pelo vazio urbano do cruzamento da Afonso Pena com a Amazonas. O desenho da Praça seguia a tendência dos locais situados na convergência de avenidas ortogonais com ruas diagonais, seguindo os princípios do modelo de urbanismo progressista.

Comparada às demais praças projetadas, como a Praça da Liberdade, a Praça Sete não tinha uma função institucional ou arquitetura notável, o que a tornava pouco expressiva na época (Figura 13).

Figura 13 – Praça Sete em 1905 (ainda Praça 12 de Outubro)



Fonte: FREITAS, 2006, p. 60.

Segundo Andrade (2007), a Praça foi planejada mais como espaço estruturante e simbólico do que de estar e, por ser um cruzamento estratégico, tornou-se um local de convergência, logo denominado praça. Considerando as praças como espaços livres de estar e de lazer, a rigor, a Praça Sete não seria praça, mas sua denominação oficial foi assimilada pela população.

Situada no bairro comercial de Belo Horizonte, Centro, o entorno da Praça era ocupado por diversas atividades. Segundo Lemos (2010), o Centro tinha a sua organização ancorada pela Estação Ferroviária e pelo Mercado Municipal.

O bairro Centro foi ocupado por atividades de moradia, comércio de diversas modalidades, pequenas fábricas, edifícios institucionais e públicos e espaços de entretenimento e lazer. Na sua condição primordial, a área do bairro Comercial, regida pela Avenida Afonso Pena e pela Rua da Bahia, congregava atividades de pequeno e médio porte que atendiam as demandas tanto dos grupos menos ou pouco privilegiados quanto dos abastados. No entanto, a despeito de sua importância, o Bairro Comercial não recebeu serviços institucionais voltados para abrigar as mais importantes instâncias do poder (LE MOS, 2010, p. 29-30).

A Praça Sete é apropriada por uma diversidade social por meio de variadas atividades, como o encontro, o comércio e a manifestação. Santos (2002, p. 60) relata a ocorrência de atos em 1912, “quando se manifestam grevistas pedindo a redução da jornada de trabalho para oito horas, a Praça Sete continua sendo a tribuna maior da capital mineira”. Para Lemos (1988), o bairro Centro, sobretudo a Praça Sete, é um espaço tradicional de luta política:

O centro se reafirmou como locus da discussão, da manifestação e da propaganda política. Havia grande participação popular nos comícios que se realizavam no centro. Seu espaço, mais uma vez, funcionou como polo centralizador de pessoas e atividades, passando a constituir um lugar privilegiado de troca e divulgação de ideias. A capacidade do centro de transmitir e divulgar imagens e ideias está diretamente relacionada à capacidade do seu espaço de concentrar atividades e pessoas. Nesse sentido, consolida-se como locus ideal para o intercâmbio de ideias, palco e cenário de conflitos e tensões políticas (LE MOS, 1988, p. 212).

Na década de 1920, no núcleo central e em torno da Praça Sete, em particular, são implantadas as primeiras sedes bancárias mineiras juntamente com um comércio expressivo (BELO HORIZONTE, 1989).

Em 1922, a Praça foi reestruturada, incluindo a mudança no nome, alterado para o atual, em comemoração ao centenário da independência do Brasil. Um monumento foi construído no centro das avenidas, configuração espacial que funcionaria como rotatória, para ordenar o nascente tráfego de veículos e abrigar o obelisco comemorativo. O obelisco, denominado pela população de “pirulito”, foi concluído em 1924 e consistia de uma pedra de granito de oito metros de altura e vinte toneladas de peso, localizado no centro da Praça (FREITAS, 2006). A

centralidade linear da Avenida Afonso Pena planejada por Aarão Reis era alterada para uma pontual e radial na Praça Sete.

A instalação do obelisco já demonstra o sentido de centralidade simbólica que a área desempenhava para determinados grupos, já nas primeiras décadas do século XX (BELO HORIZONTE, 1989).

Como centralidade de Belo Horizonte, a Praça Sete é o lugar da experiência cotidiana, vocacionada a receber os diferentes grupos, valores e estilos de vida. Na Praça havia o tempo do ócio e das sociabilidades, representados pelos passeios dominicais, pelos encontros amorosos e pelos flertes (LEMOS, 1988). O obelisco reforça a função central da Praça, local da vida urbana, dos encontros e das festas, o espaço era público (Figura 14).

Figura 14 –II Congresso Eucarístico: Comunhão dos Homens na Praça Sete (1936)



Fonte: MAGALHÃES, 2008, p. 60

Em meados da década de 1930, o Centro transforma-se pela substituição das antigas casas térreas por novos edifícios, mais altos. Nesse momento, o entorno da Praça Sete de Setembro impõe-se ainda mais como centralidade. Por estar localizado no cruzamento das duas principais vias da cidade, além de estar próximo à área onde se instalam os primeiros serviços públicos, a Praça Sete torna-se a principal referência simbólica e econômica na espacialidade da capital. É ali que será construído o principal abrigo de bondes do Centro – importante fator centralizador e indutor de

atividades – além de instituições financeiras e outros serviços (BELO HORIZONTE, 1989).

De acordo com Freitas (2006), em 1937, ocorre a transferência do abrigo de bondes e a instalação da “circular permanente” de todos os bondes ao redor do obelisco. O bonde que circulava na praça formava um anel em torno do obelisco e as pessoas andavam por esse largo (Figura 15).

Figura 15 – Cartão-postal da Praça Sete de Setembro (1946) - José Teixeira, fotógrafo e editor.



Fonte: ANDRADE, 2007, p. 115.

A partir da implantação do abrigo e da “circular” dos bondes, a Praça tem novos usos e é frequentada por usuários de diversas classes:

Pessoas vindas do alto da avenida Afonso Pena de passagem, ou de bairros da zona suburbana, tais como Santa Tereza e Floresta para comprar ou vender, por exemplo, ou indo a trabalho para Contagem, ou mesmo a trabalho no próprio centro dão forma e conteúdo social ao sentido que a praça vai tomando, apesar das tentativas do Estado de controlar não só o desenho da Praça, mas também o modo de usá-la, educando os cidadãos através de regulamentações sobre o modo de se vestir e portar, via decretos como a das posturas municipais, datadas de 1925 (CANUTO, 2005, p. 79).

A centralidade na Praça Sete é reforçada, apesar da tentativa do Estado em ordenar o uso e a apropriação dos espaços públicos, pela mídia, pela repressão e pela lei (BELO HORIZONTE, 1925). A Praça é o espaço da diversidade social e da vida urbana, assim como eram os espaços públicos da cidade comercial.

6.1.2 Praça “moderna”: espaço planejado para os automóveis

A partir da década de 1940, a instalação da Cidade Industrial em Contagem, o processo de verticalização e a intensificação das atividades do setor financeiro do centro alteram a dinâmica espacial do local. A Avenida Amazonas tornou-se a principal artéria que ligava o terminal ferroviário de Belo Horizonte à Cidade Industrial e, “dali, continuando até o mercado nacional: São Paulo” (MONTE-MÓR, 1994, p.16). Assim, a Praça Sete adquiria uma nova centralidade e simbolismo, sendo reafirmada como o “coração vital” de Belo Horizonte e se constituindo em um “centro regional” (MONTE-MÓR, 1994, p. 17).

Nesse contexto da industrialização, de acordo com Lemos (1988), o Centro comercial, já caracterizado como lugar do intercâmbio, passa a se estruturar como polo financeiro, onde são implantados os bancos, especialmente no entorno da Praça Sete. A movimentação em torno dos bancos cria uma efervescência própria no lugar, definindo seu cotidiano. Santos (2002, p. 149) completa que a cidade é impulsionada pelo horário bancário, que “(...) modula os ritmos de atividade em outros ramos da vida econômica”. Por concentrar as sedes dos bancos, a Praça Sete torna-se o principal lugar para a manifestação dos trabalhadores, principalmente os bancários (MAGALHÃES, 2008).

A Praça Sete também era palco de manifestações a partir do Estado, como o movimento denominado ‘pirâmide metálica’: os moradores belo-horizontinos doaram os mais variados metais, formando uma pirâmide dos mesmos, que seriam derretidos e transformados em armas para a luta do Brasil na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. O jornal publicou “Metais que se transformarão em armas para a defesa do Brasil: A ‘pirâmide metálica’ de Belo Horizonte, ontem inaugurada pelo prefeito Juscelino Kubistchek, está recebendo contribuição de toda sociedade” (CANUTO, 2005, p. 79). O Estado promovia a Praça como espaço de manifestação pública e apoio à Pátria (Figura 16).

Figura 16 – Pirâmide Metálica na Praça Sete (1943)



Fonte: MAGALHÃES, 2008, p. 100.

Além do Estado, as manifestações também ocorreram pelos trabalhadores. Segundo Magalhães (2008), durante a greve em 1946, os bancários ocuparam as ruas por dezenove dias, quando uma diversidade de atividades tomou a Praça Sete, como as passeatas.

Para o incentivo industrial, as avenidas são desobstruídas para o tráfego e escoamento da produção. Nas décadas de 1950 e 1960, o sistema de bondes é desativado, os abrigos e trilhos, assim como o obelisco, são retirados da Praça Sete. O obelisco é transferido em 1962 para a região da Savassi (Figura 17), já que as atividades comerciais que atenderiam à classe de alta renda são deslocadas para ali, sendo criado um subcentro (LEMOS, 1988).

Figura 17 –O obelisco na Savassi e a Praça Sete sem o monumento (1974)



Fonte: FREITAS, 2006, p. 62.

A transferência do obelisco do Centro para a Savassi, segundo Freitas (2006), foi um duro golpe à monumentalidade da Praça Sete e de todo o bairro e promoveu

um desequilíbrio favorável à funcionalidade das intervenções seguintes, que buscavam anular a socioespacialidade e priorizar a circulação de automóveis.

Ainda com o propósito de converter o Centro em um lugar eminentemente de circulação e com o discurso de progresso, em 1963, as árvores *ficus* são retiradas da Praça Sete e da Avenida Afonso Pena (FREITAS, 2006).

A transferência do comércio sofisticado e do obelisco para a Savassi, a retirada dos *ficus* da Avenida Afonso Pena e da Praça e a prioridade à circulação dos automóveis no Centro mostram que o Estado pretendia transformar Belo Horizonte em uma cidade moderna e monumental. Essas iniciativas irão descaracterizar a paisagem e gerar a insatisfação de determinados segmentos da sociedade, como se verifica no depoimento de Afonso Romano de Sant'Anna:

Ao processo de expansão e renovação do centro nos anos 60 se integra um processo de deterioração e também de descentralização. A deterioração vai acelerar a descentralização, pois tanto os serviços mais sofisticados como os grupos de alto poder aquisitivo vão procurar espaços menos conurbados para a implantação dos seus interesses. A degradação do meio ambiente do centro torna-se mais evidente com a derrubada das árvores da Avenida Afonso Pena em 1963. 'Foi uma tragédia, uma desolação e o que ficou foi um vazio. Não havia nem a sensação de modernidade, progresso, procurada' (SANT'ANNA *apud* LEMOS, 1998, p. 265).

As tentativas de transformar Belo Horizonte em uma cidade moderna e progressista, em geral, não foram consentidas pela população. O Centro foi transformado para atender a circulação dos automóveis, predominantemente exclusivos da classe dominante, o que revela o caráter excludente do planejamento urbano.

Na mesma lógica progressista, no início da década de 1960, a Praça Sete passa ainda por sua mais radical reestruturação, abrigando outro monumento (Figura 18), que assumia a função de rotatória. O monumento ostentava em bronze a figura de quatro pessoas ilustres da cidade: Aarão Reis, Augusto de Lima, Afonso Pena e Bias Fortes. A "rotatória" não possuía equipamentos de permanência e era utilizada pelos pedestres para encurtar a distância ao atravessar o cruzamento. A intervenção foi retirada no início da década de 1970 e as quatro esculturas de bronze foram transferidas para o Parque Municipal (FREITAS, 2006).

Figura 18 – Monumento implantado na Praça Sete (década de 1960)



Fonte: FREITAS, 2006, p. 63.

Apesar de ser planejada como rotatória para atender a circulação de automóveis, o espaço é utilizado como passagem e cruzamento pelos pedestres, pelo contrauso. Os usuários do entorno da Praça Sete alteram a sua função prevista: o convívio e a permanência dos pedestres são mantidos, como forma de subversão à ordem.

Lemos (1998) relata que, no final da década de 1960, a Praça Sete ficou descaracterizada com o aumento da circulação viária. De acordo com Magalhães (2008), as manifestações ocorridas na Praça causavam engarrafamentos, gerando descontentamento dos usuários de transporte coletivo e de veículos particulares. O espaço era visto com duas funções: de circular para os não manifestantes e de protestar para os manifestantes. Por causar incômodo, os protestos são questionados e o Estado implanta medidas, como a repressão policial, para contê-los e ordenar o espaço de acordo com a função planejada (circulação motorizada). A contenção do poder público não cessa os movimentos, que expressam a subversão à ordem e à repressão. Magalhães (2008, p. 101) confirma que a “Praça era o espaço de iniciação daqueles que queriam questionar o sistema”.

O período de 1961 a 1964, segundo Le Ven e Neves (1996), foi um dos mais marcantes em termos de manifestações no centro da cidade. Em 1961, os operários da fábrica têxtil fizeram a passeata das “panelas vazias” no centro e os bancários, em número de 14.000 na época, deflagraram uma greve que ocupou o centro da cidade, fazendo piquetes. Os autores (1996) confirmam que nesses anos:

respirava-se, enfim, um ar novo e alimentava-se de uma esperança coletiva. Alunos e alunas dos colégios, com seus uniformes vistosos dos “Anos Dourados”, enfeitavam a rua dentro da “revolução dos costumes”.

Trabalhadores e suas organizações manifestavam-se publicamente no centro de Belo Horizonte. Diversos eventos de dimensão local e nacional levavam à inquietação a “Tradicional Família Mineira” (LE VEN; NEVES, 1996, p. 88).

O espaço era polarizado: de um lado, os trabalhadores reivindicavam seus direitos; e, de outro, as mulheres da classe média, em nome de Deus, da Pátria e da Família, promoveram demonstrações como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (LE VEN; NEVES, 1996, p. 90). Eram evidentes os conflitos entre as forças conservadoras e os movimentos sociais nas décadas de 1960 e de 1970. O período era marcado por intenso movimento de manifestações sobretudo dos trabalhadores, e, paralelamente, a atuação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e dos movimentos conservadores demonstrava que a Praça Sete não estava tão aberta assim, sobretudo porque a repressão era considerada certa (MAGALHÃES, 2008).

De acordo com Magalhaes (2008), depois do Golpe Militar, a Praça Sete tornou-se ainda mais interditada, somente vindo a ocorrer ali algumas manifestações, por vezes esparsas, como a dos estudantes e do movimento sindical, em 1968. Le Ven e Neves (1996, p. 91) atestam que os movimentos dos metalúrgicos e seu sindicato em 1968, que contestavam a política salarial, são considerados “até hoje o símbolo não só da resistência ao golpe de 64, mas do nascimento de uma nova semente no movimento operário, pois ousaram transgredir a ordem vigente”.

No período de 1940 a 1970, a apropriação da Praça Sete contraria o planejado, de acordo com os ideais progressistas e com a ordem e a repressão do Estado. A Praça “moderna”, mesmo planejada para os automóveis e descaracterizada pela retirada das árvores e pela transferência do obelisco e do comércio sofisticado para a Savassi, continua sendo o lugar da socioespacialidade e da vitalidade urbana. A restrição para as manifestações na Praça é contestada com os próprios movimentos. As dimensões pública e política da Praça Sete são consolidadas pelo cotidiano, pelas manifestações e pelas relações sociais pré-existentes.

6.1.3 Praça idealizada: espaço para a apropriação ordenada

Na década de 1970, a Praça Sete é reestruturada (Figura 19), quatro dos seus oito cruzamentos são fechados e destinados exclusivamente para o tráfego de pedestres, incorporando as ruas laterais ao espaço original e configurando o que atualmente se identifica como conjunto da Praça Sete (FREITAS, 2006).

Figura 19 – Fechamento dos quarteirões do entorno imediato da Praça Sete (década de 1970)



Fonte: FREITAS, 2006, p. 63.

Canuto (2005) aponta que o fechamento dos quarteirões consolidou o espaço como local de manifestação pública reconhecida pela figura do Estado. Esses quarteirões são concebidos para uma apropriação determinada e controlada pelo Estado, já que a centro da Praça Sete é dominado pelo fluxo de veículos, portanto deveria ser utilizado apenas como passagem pelas pessoas. Apesar de a tentativa de controle do espaço pelo Estado, de acordo com Nascimento (2017), os quarteirões fechados abrigaram diversos grupos sociais, que utilizam o lugar até hoje.

Segundo Nascimento (2017), em 1977, o Pirulito foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), como monumento comemorativo do centenário da independência do Brasil. Em 1980, o Pirulito retornou ao seu lugar de origem.

De acordo com Magalhães (2008), no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, no fim do Regime Militar, a Praça começa, timidamente, a ser (re)ocupada por manifestantes. No clima da abertura política e a partir das intervenções da Oposição Sindical Bancária, a partir de 1979, os bancários voltaram a se manifestar. O sindicato passa a levar cada vez mais em conta as manifestações de rua como parte do seu

repertório de ações, sobretudo na Praça Sete, como a manifestação em 1989 (Figura 20).

Figura 20 – Manifestação do Sindicato bancário na Praça Sete (1989)



Fonte: MAGALHÃES, 2008, p.108.

Le Ven e Neves (1996) confirmam a retomada da manifestação dos excluídos do Estado no espaço público:

Retomando a tradição, as ruas de Belo Horizonte foram ocupadas por todo tipo de trabalhadores que não tinham sido convidados a tomar parte no “milagre econômico” e no planejamento tecnocrático. O ano de 1979 foi um momento de “catarse” que reavivou a memória e construiu símbolos, presentes até hoje, no imaginário dos movimentos coletivos dos trabalhadores. Foi a reconquista da cidadania (LE VEN; NEVES, 1996, p. 95).

Era o momento da retomada das lutas sociais, combinando-se também ao resgate do espaço público e da cidadania, apesar de a tentativa de controle do Estado pelo desenho urbano.

Nascimento (2017, p. 3) relata que, a partir da década de 1980, pelo abandono do Centro pelas elites e pela sua transformação em lugar de passagem da classe de baixa renda, a imagem do Hipercentro é de decadência, criando um “estigma de espaço sujo, perigoso, mal frequentado e que necessita de ordenação”. Assim, no final da década de 1980, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte criou políticas de intervenção no hipercentro, buscando a sua revalorização como principal centralidade:

As propostas, mesmo que com diferentes leituras do espaço, apresentavam pontos que deveriam ser contemplados, como a criação de espaços livres, o realce das edificações de interesse histórico, a melhor distribuição dos equipamentos urbanos, a manutenção das árvores e a execução de uma iluminação que acentuasse as fachadas dos edifícios e melhorasse a

segurança. Após inúmeras discussões e sugestões de adequações, o projeto foi aprovado, sendo as obras iniciadas em 2002 e concluídas em setembro de 2003 (NASCIMENTO, 2017, p. 5).

As intervenções urbanas, segundo Nascimento (2017), foram limitadas à execução de mobiliário urbano, à recuperação de passeios e à mudança na pavimentação. Magalhães (2008, p. 80) acrescenta que no quarteirão da Rua Rio de Janeiro foi implantado um anfiteatro, um largo central e uma tribuna para as manifestações, “legítimas instalações para grandes concentrações de pessoas”.

A espacialização das manifestações em um mobiliário urbano e em um quarteirão fechado específico ilustra a tentativa de controle e organização das manifestações públicas pelo poder público. Magalhães (2008, p. 80) aponta que, em entrevista a alguns sindicalizados bancários, esses contestaram a regulamentação, argumentando que a “manifestação não pode ser conduzida externamente, ou seja, pelo poder público inaugurando-se o lugar do “proteste aqui!”, uma maneira de domar as potencialidades criadoras contidas nos movimentos”.

Magalhães (2008) ainda aponta que alguns entrevistados criticaram as exigências de alvarás para a circulação do carro de som ou para a permanência em ato público, que pode ser considerada uma tentativa de o poder público dificultar a realização das manifestações públicas. Além disso, as intervenções culturais na rua pelos artistas também são limitadas.

Ao contrário do planejado, o conjunto da Praça Sete mantém a sua característica intrínseca de lugar da ação política e da diversidade social, apropriada por contrausos:

As intervenções ocorridas na Praça Sete em 2003 não resultaram em um espaço de exclusão: ao contrário, os novos espaços possibilitaram não somente a permanência de determinados grupos, mas a chegada de outros, o que é inerente à própria dinâmica urbana (NASCIMENTO, 2017, p. 5).

As dimensões pública e política da Praça Sete permanecem, mesmo com as tentativas de controle do poder público. A Praça Sete é o espaço exemplar da vida urbana e da subversão à ordem, expressa pelas manifestações públicas.

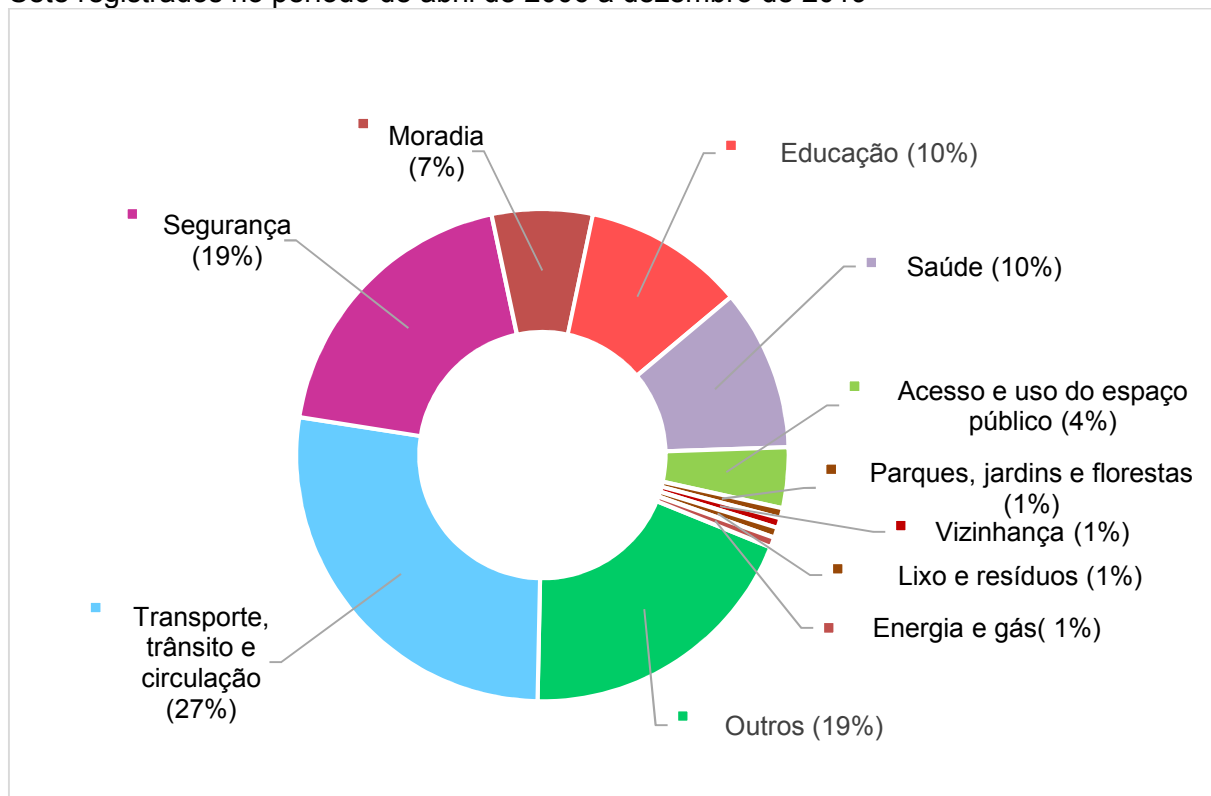
6.1.4 Praça da ação política: palco das lutas urbanas

Conforme registro do Observatório de Conflitos Urbanos, no período de abril de 2006 a dezembro de 2019, das manifestações coletivas nas praças de Belo Horizonte, 43% aconteceram na Praça Sete.

Dessas manifestações, 27% questionam o transporte, o trânsito e a circulação, principalmente o valor das passagens do transporte coletivo, e 19% a segurança, relacionada à violência (crimes como homofobia), ambos direitos sociais previstos pela Constituição Federal de 1988. Também 19% das lutas têm como objeto “outros”, que se referem a mais de uma questão reclamada, que contestam, por exemplo, a PEC 241²⁸ ou os gastos com a Copa do Mundo, que afetam a saúde, a educação, o transporte, entre outros. E mais, 10% questionam a educação; 10%, a saúde; 7%, a moradia; e 4%, o acesso ao espaço público (Gráfico 09). As questões reclamadas nas manifestações na Praça Sete são básicas para que o cidadão exerça o seu direito à cidade.

²⁸ A PEC 241/2016 foi uma Proposta de Emenda Constitucional que previa um Novo Regime Fiscal no Brasil. O objetivo da proposta era diminuir os gastos do governo e equilibrar o orçamento da União em até 20 anos. A proposta, aprovada em dezembro de 2016, ficou conhecida como *PEC do teto dos gastos*.

Gráfico 9 – Objeto dos conflitos urbanos expresso pelas manifestações coletivas na Praça Sete registrados no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

A maioria das manifestações na Praça Sete tem caráter contestatório, questionando medidas do Estado, como intervenções e aprovações de emendas/legislações e gastos públicos, que afetam os direitos sociais e civis no espaço urbano. No dia 17 de junho de 2014, os manifestantes debateram os gastos com a Copa do Mundo no Brasil e reivindicaram o direito à cidade, por meio de passeata com concentração na Praça Sete em direção ao Estádio Mineirão, passando pela Avenida Antônio Carlos (MANIFESTANTES..., 2014a). De acordo com a reportagem (2014a), as lutas são pelos direitos humanos e dignidade da população em situação de rua, pela garantia do direito à cidade e à moradia adequada, ao transporte gratuito e de qualidade, e contra os gastos abusivos da Copa (Figura 21).

Figura 21 – Manifestação na Praça Sete contra os gastos da Copa do Mundo (2014)



Fonte: MANIFESTANTES..., 2014(a).

O movimento, marcado pelas redes sociais, começou na Praça Sete e ocupou os quarteirões fechados e o cruzamento das avenidas Afonso Pena e Amazonas. O local é um dos pontos mais importantes e centrais da capital mineira (MANIFESTANTES..., 2014a).

Em novembro de 2016, manifestantes protestaram contra a PEC 241, saindo da Praça Sete em direção à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Em fevereiro de 2018, grupos debateram a Reforma da Previdência. A PEC 241 e a Reforma da Previdência, apesar de se tratarem de medidas políticas, afetam os direitos sociais, como o trabalho, a saúde e a educação, portanto impactam diretamente a sociedade e o espaço urbano. Ao contestar essas medidas, os manifestantes lutam contra a desigualdade socioespacial, que pode ser acentuada pela aprovação das mesmas.

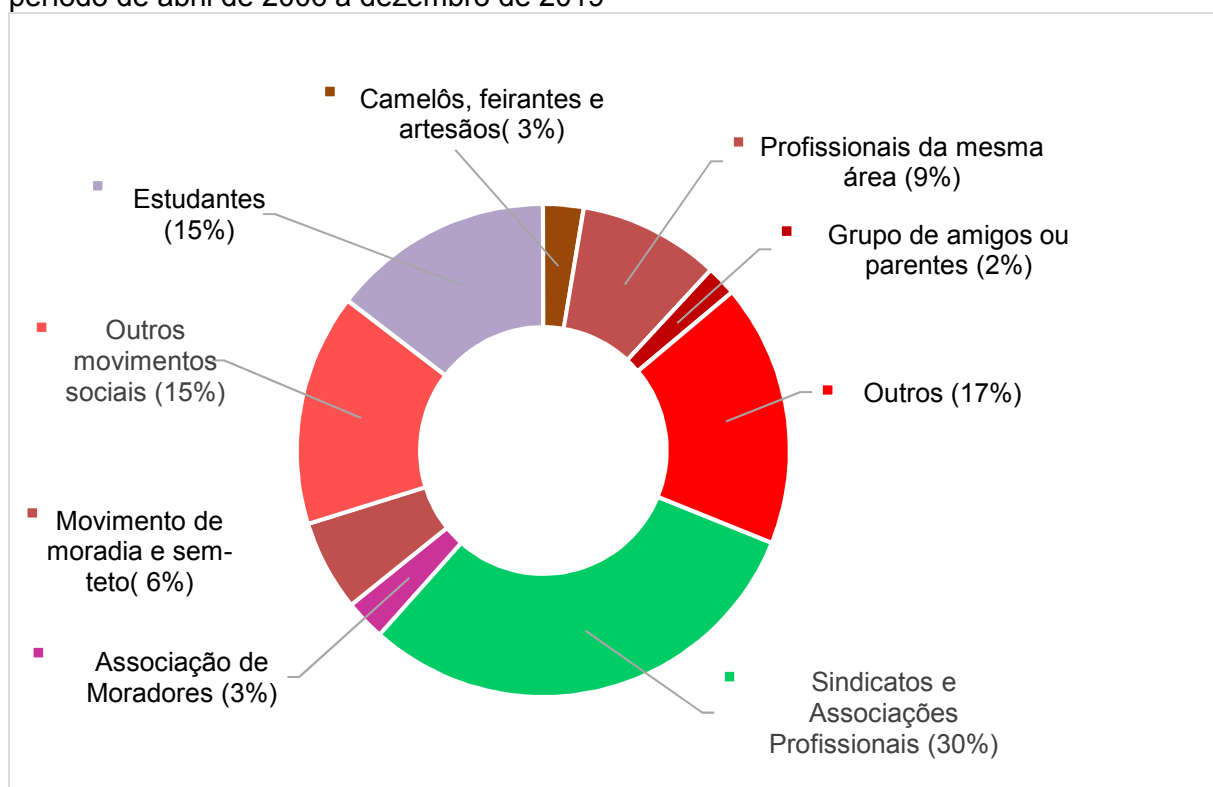
As manifestações que têm como objeto o trânsito, geralmente, estão relacionadas à contestação do aumento dos valores das passagens do transporte coletivo. Quando a segurança é reclamada, tratam-se de protestos sobre a violência e os crimes que ocorrem, sobretudo, com os grupos excluídos.

As lutas urbanas na Praça Sete, em geral, tem fundo progressista e questionam a ordem. O repertório de confronto predominante é a ruptura, pois são ações em movimento que rompem com a cotidianidade, principalmente, pelos trabalhadores, pelos movimentos sociais e pelas minorias (geralmente excluídos pelo Estado). 30% do coletivo mobilizado das manifestações correspondem aos Sindicatos e

Associações profissionais e 9% a profissionais da mesma área, o que reforça o caráter histórico da Praça Sete como espaço de luta dos trabalhadores.

Do coletivo mobilizado, 17% dos manifestantes referem-se a “outros”, que inclui grupos específicos (usuários de transporte público, ciclistas, skatistas, mulheres, comunidade LGBT, idosos, entre outros) e/ou mais de um grupo, que reivindicam, geralmente, questões pontuais relacionadas à segurança (violência de gênero ou crimes, como a homofobia) ou ao transporte (redução do valor da tarifa, implantação de ciclovias, entre outros). 15% referem-se a estudantes, que reivindicam melhorias da educação e as tarifas das passagens do transporte coletivo e 21%, aos movimentos sociais (sendo 6%, ao movimento de moradia e 15%, a outros movimentos sociais, como o Passe Livre) (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Coletivo mobilizado das manifestações coletivas na Praça Sete registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Das manifestações que ocorrem na Praça Sete, 38% do coletivo mobilizado correspondem aos excluídos (“outros”: minorias e movimentos sociais), comprovando

que, apesar de a tentativa do Estado em isolar e segregar esse grupo, o mesmo se manifesta e contesta o próprio Estado. A Praça Sete, segundo Magalhães (2008), é o lugar em que a voz repercute. A voz predominante é a dos excluídos. A segregação socioespacial, ao invés de calar o grupo, proporciona o seu encontro e, conseqüentemente, a voz repercute.

A manifestação anual do "Grito dos Excluídos", grupo formado por diversos movimentos sociais que representa as minorias, ocorre tradicionalmente no dia 7 de setembro. No ano de 2009, cada grupo apontou a própria causa: segurança, educação, os desabrigados pelas chuvas, igualdade entre homens e mulheres. Já em 2015, o grupo, mais coeso, foi às ruas com o tema "Que país é este que mata gente, que a mídia mente e nos sufoca?" ('GRITO DOS EXCLUÍDOS'..., 2015). Em 2017, a voz dos excluídos lutou contra as reformas propostas pelo Governo Federal, como as mudanças na legislação trabalhista e no sistema previdenciário.

As mulheres reivindicaram questões relacionadas à violência de gênero (novembro de 2009, junho de 2016 e dezembro de 2019) e contra a negativa de atendimento prioritário (junho de 2017), quando cerca de 20 mães levaram seus bebês à porta do UAI Praça Sete em apoio a uma lactante que não teria tido o atendimento preferencial (MULHERES..., 2017). A alteridade entre as mulheres é percebida.

Além das mulheres, a Praça Sete foi palco de protestos dos hippies contra a repressão policial na Praça (julho de 2012) e dos idosos, que contestavam a disparidade no reajuste da aposentadoria e solicitavam que os benefícios não fossem desvinculados dos salários (janeiro de 2016).

A repressão policial é um dos meios de tentar calar a voz dos excluídos, assim como a mídia, que geralmente relaciona as manifestações ocorridas na Praça Sete com atos de violência. Em janeiro de 2015, o ato contra o aumento das passagens de ônibus foi descrito pela reportagem "Manifestação do Tarifa Zero termina com quatro detidos: Suspeitos pintaram bancas de jornal e uma estação do Move da avenida Paraná; ato é contra o aumento das passagens de ônibus na capital" (MANIFESTAÇÃO..., 2015):

Durante a passeata, quatro jovens foram detidos por crimes contra o patrimônio e também contra o meio ambiente. De acordo com a PM, os suspeitos pintaram duas bancas de jornal e a estação do Move da avenida

Paraná. Com eles foram apreendidas duas latas de tinta, chave de fenda, pincel e um megafone, com o qual gritavam palavras de baixo calão (MANIFESTAÇÃO..., 2015).

Apesar de a manchete enfatizar a detenção dos suspeitos, logo os atos violentos durante a manifestação, que foram contidos pela Polícia, na mesma reportagem, o jornal escreve que:

uma integrante da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (Anel) disse que a polícia viu o momento exato em que o grupo pintava as bancas de jornal e não fez nada. "Quando a gente voltou para a praça Sete é que a PM prendeu eles. A gente estava fazendo uma reunião, já no final do ato, pra avaliar, quando eles foram cercados. Não era pichação, eles pintaram com tinta guache, que sai com a primeira chuva", contou (MANIFESTAÇÃO..., 2015).

A entrevistada aponta que não houve pichação, mas a manchete enfatiza a detenção dos suspeitos, o que pode gerar medo e insegurança sobre as manifestações aos leitores da mídia.

Ao mesmo tempo, quando há protestos contra a repressão do Estado, a mídia apenas supõe que a coibição ocorreu. Exemplo disso foi a manifestação dos ambulantes contra a ação violenta dos fiscais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em abril de 2019, descrita pela matéria "Ambulantes e camelôs protestam contra '**ação violenta**' de fiscais da PBH: Eles denunciam **suposta** ação violenta da Guarda Municipal e se dizem abandonados nos shoppings populares da cidade" (AMBULANTES..., 2019, grifo nosso). A repressão da Guarda Municipal é noticiada:

De acordo com o presidente da Associação de Amparo aos Vendedores Ambulantes, Adjailson Severo, os relatos de camelôs agredidos durante as fiscalizações no centro de Belo Horizonte têm crescido no último mês. (...) "Está desumano o que a Guarda Municipal está fazendo. A situação não pode ficar desse jeito. É uma falta de respeito, nós somos trabalhadores, não somos bandidos. Já chegam espancando. Muitas vezes levam as mercadorias e nem explicação dão. Pegam coisas das nossas bolsas", disse (AMBULANTES..., 2019).

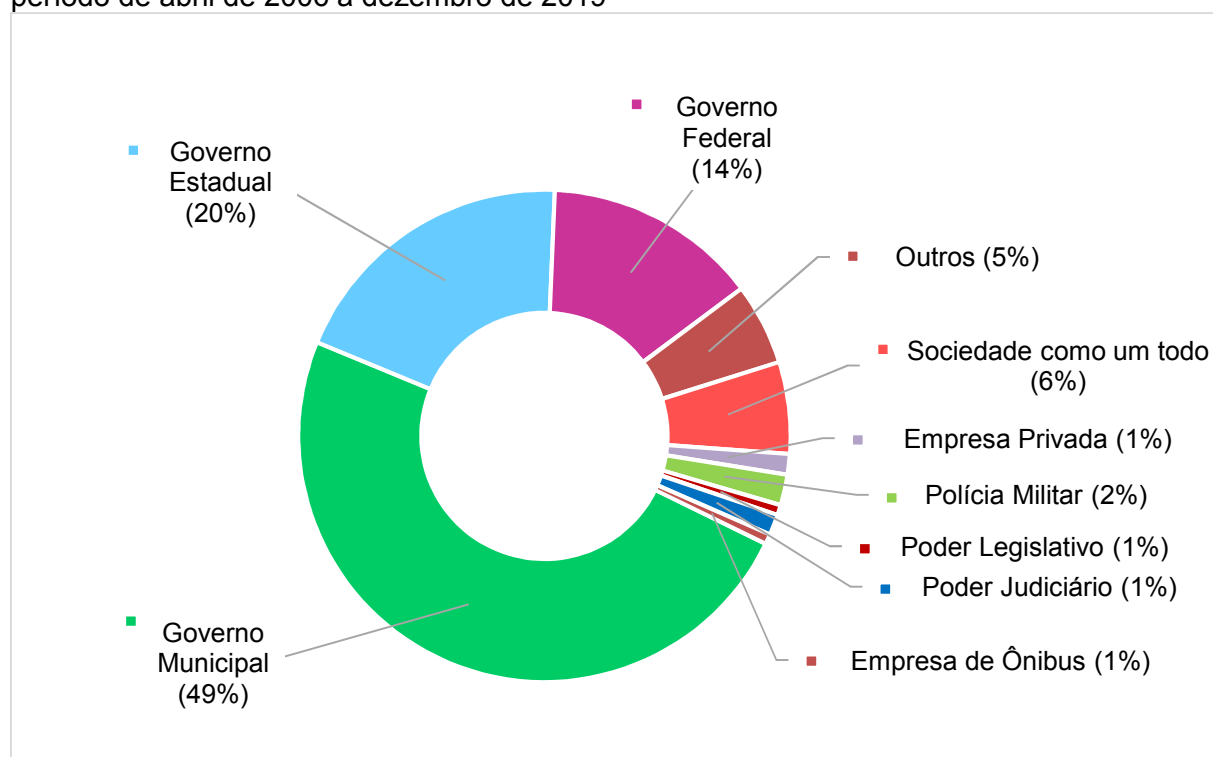
Por outro lado, a mídia expõe a versão do órgão público:

Procurada, a Guarda Municipal de Belo Horizonte informou que todas as ações de abordagem são realizadas de forma técnica e com base no respeito ao cidadão. Segundo a corporação, em situações de apreensão de mercadorias irregulares, especificamente, a forma de atuação consiste na lavratura do auto de infração e na identificação dos produtos para encaminhamento ao depósito do município (AMBULANTES..., 2019).

A reportagem ainda esclarece a legislação municipal: “Por meio de nota, a Secretaria de Política Urbana destacou que, enquanto houver o descumprimento do Código de Posturas, que proíbe a atividade de camelôs em locais públicos, o município irá promover ações fiscais com apreensão de mercadorias e aplicação de multa no valor de R\$ 2.034,11” (AMBULANTES..., 2019). A mídia e a legislação visam reprimir os atos e negar a voz do manifestante, assim como no século XX. Enquanto a violência do poder público, geralmente, é relativizada, a dos manifestantes é destacada pela mídia.

O Governo Municipal corresponde a 49% da Instituição reclamada pelas manifestações na Praça Sete; 20%, ao Governo Estadual; 14%, ao Governo Federal; e 6%, à sociedade como um todo (Gráfico 11).

Gráfico 11- Instituição reclamada nas manifestações coletivas na Praça Sete registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



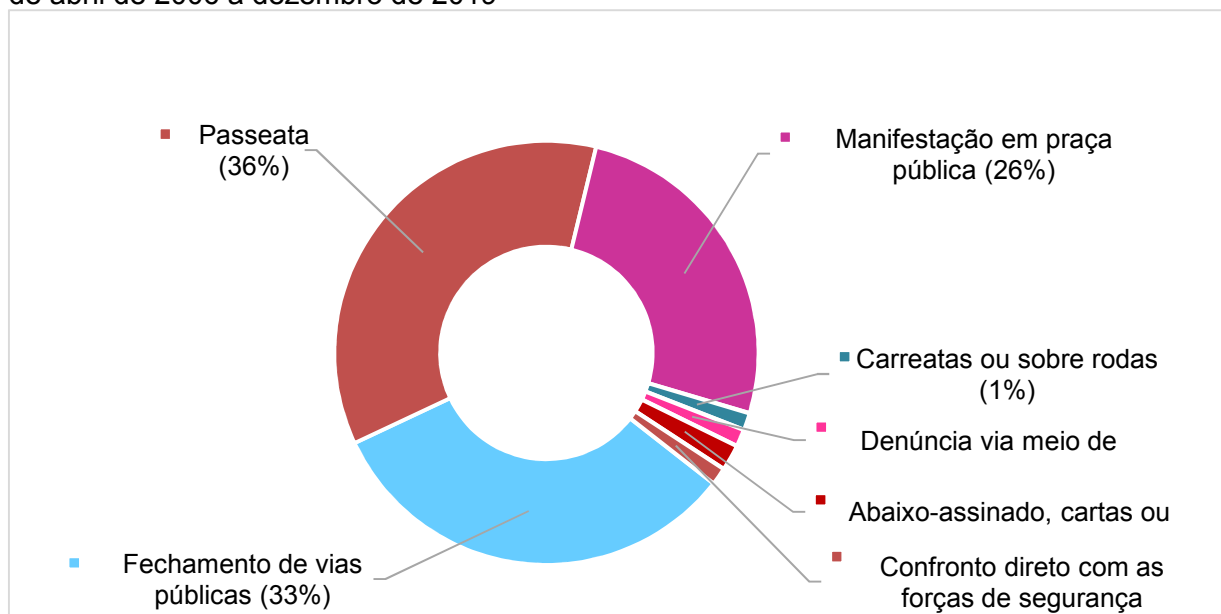
Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

As reivindicações ao Governo Municipal contestam medidas do poder público, como a retirada dos camelôs do Centro (julho de 2017) e questões salariais,

exemplificadas pelo protesto dos educadores da rede infantil por equiparação da carreira à de professor da rede municipal (abril de 2012).

As ações coletivas que acontecem especificamente na Praça Sete totalizam 26% da forma de luta como “manifestação em praça pública”; 36% dos atos são passeatas, geralmente tendo a Praça Sete como o lugar de concentração ou de chegada; e 33% são fechamento de vias públicas, implicando no trânsito da região central de Belo Horizonte (Gráfico 12).

Gráfico 12- Forma de luta das manifestações coletivas na Praça Sete registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

As passeatas e o fechamento das vias públicas totalizam 69% da forma de luta, que implicam o fechamento ou o desvio do trânsito da região, portanto correspondem à ruptura como repertório de confronto, pois atrapalham a rotina e o cotidiano, principalmente dos usuários de transporte coletivo e dos motoristas.

Em maio e em junho de 2019, estudantes e professores protestaram contra os cortes na educação pelo Governo Federal, defendendo o ensino público. O grupo concentrou-se na Praça Afonso Arinos, seguiu em passeata (Figura 22) para a Praça Sete, fechando a Avenida Afonso Pena nos dois sentidos e chegando à Praça da Estação.

Figura 22 – Passeata em direção à Praça Sete contra os cortes da educação (2019)



Fonte: Arquivo pessoal, 2019; MILHARES..., 2019.

A Praça Sete é o ponto nodal de Belo Horizonte, portanto o fechamento das vias do seu cruzamento, como a Avenida Afonso Pena e a Avenida Amazonas, compromete o trânsito de toda a cidade. Isto é destacado pela mídia, através de manchetes:

“Protesto de estudantes complica o trânsito no Centro de Belo Horizonte” (julho de 2012) (PROTESTO..., 2012)

“Manifestação dos taxistas interrompe o trânsito na praça Sete” (novembro de 2013) (MANIFESTAÇÃO..., 2013)

“Manifestação de servidores da prefeitura complica o trânsito no Centro de BH” (março de 2014) (MANIFESTAÇÃO..., 2014)

“Taxistas manifestam e fecham duas faixas da avenida Afonso Pena, em BH” (janeiro de 2015) (TAXISTAS..., 2015)

Em algumas manchetes o objeto e o coletivo mobilizado das manifestações não são citados, destaca-se apenas a questão da interferência no trânsito: “Trânsito é bloqueado na Praça Sete, em BH, por causa de protesto” (TRÂNSITO..., 2013) e “Protesto no Centro complica trânsito na volta para casa em BH” (PROTESTO..., 2019), evidenciando os manifestantes interrompendo o fluxo de carros (Figura 23).

Figura 23 – Protesto pela educação na Praça Sete (2019)



Fonte: PROTESTO..., 2019.

Cabe destacar que a escolha da Praça Sete e do fechamento das vias para a realização das manifestações coletivas ocorre justamente por interferir e “complicar” o trânsito, ganhando, assim, maior visibilidade.

A manifestação em praça pública, a passeata e o fechamento de vias públicas somam 95% das formas de luta, revelando que a Praça Sete é o espaço do aparecimento do corpo, do grito e da voz dos excluídos, da ação política.

Ao expor seus corpos no espaço público, os excluídos mostram-se “reais” e questionam a legitimidade do Estado. Em julho de 2016, um grupo de artistas tornaram-se “cadáveres” e deitaram no chão da Praça Sete (Figura 24), visando mostrar que “as mortes causadas pela LGBTfobia não são apenas números” (CONTRA..., 2016).

Figura 24 – Performance contra a homofobia na Praça Sete (2016)



Fonte: CONTRA..., 2016

Os corpos expostos como “cadáveres” chamaram a atenção dos pedestres, mas também tiveram reações contrárias à performance:

Durante a ação eu distribuo panfletos e acabo percebendo a reação das pessoas. Em São Paulo, escutamos alguns xingamentos. Mas hoje ficou evidente que BH precisa trabalhar mais essa questão do preconceito. As pessoas daqui mostraram um certo repúdio, uma reação conservadora, mais dura, declarou o ator e performer Kako Arancibia (CONTRA..., 2016).

O aparecimento do corpo expõe a causa e é o próprio ato de protesto. Na mesma lógica, em maio de 2012, catadores de materiais recicláveis distribuíram rosas na Praça Sete (Figura 25), buscando sensibilizar a população para a importância da coleta seletiva solidária: “Durante trinta minutos, mil rosas foram distribuídas aos pedestres como gesto de amor e respeito às pessoas e ao meio ambiente” (CATADORES..., 2012).

Figura 25 – Distribuição de rosas pelos catadores de materiais recicláveis na Praça Sete (2012)



Fonte: CATADORES..., 2012.

Os excluídos são vistos e ouvidos durante as manifestações na Praça Sete. As manifestações na Praça refletem a subversão à ordem do Estado. Mesmo sendo efêmera, a ação coletiva e política é a forma dos corpos em aliança exercerem o direito a ter direito. A Praça Sete confirma-se como o espaço da luta, da ação política e da esfera pública.

Historicamente, a Praça Sete mostra-se o espaço da vida urbana, da diversidade social e da subversão à ordem do Estado. Inicialmente foi planejada como um cruzamento viário, logo uma não-praça, mas seus usuários apropriaram-se dela

como uma Praça e um espaço de encontro. No contexto da industrialização, a Praça foi planejada para os automóveis, com a retirada do obelisco e a inserção de um monumento-rotatória, mas foi utilizada como passagem pelos pedestres. Logo, a Praça foi concebida para uma apropriação ordenada, os quarteirões no seu entorno foram fechados e foram inseridos neles mobiliários urbanos específicos para uso, como o anfiteatro para manifestações, mas os protestos (de fundo progressista) continuaram sendo próximos ao “pirulito”, fechando as vias e impedindo o trânsito.

As intervenções do Estado na Praça mostram a tentativa de transformar o espaço em algo ordenado, com apropriações previsíveis e possíveis de serem controladas. Mas a população contraria essa ordem, a Praça é o “coração da cidade”, que recebe diversos usuários, principalmente os excluídos.

A Praça Sete é o lugar do aparecimento do corpo dos excluídos, que reivindicam por melhorias e contestam a ordem. Esse grupo geralmente é isolado e negado pelo Estado, visando ao seu controle e contenção, mas, ao contrário do planejado, os excluídos tornam-se uma coletividade coesa, motivada a clamar pelos seus direitos.

Desde a sua implantação, a Praça Sete simboliza o espaço de voz e de ação da população, o lugar do poder do povo, que só é efetivado enquanto:

a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades (ARENDT, 2007, p. 212).

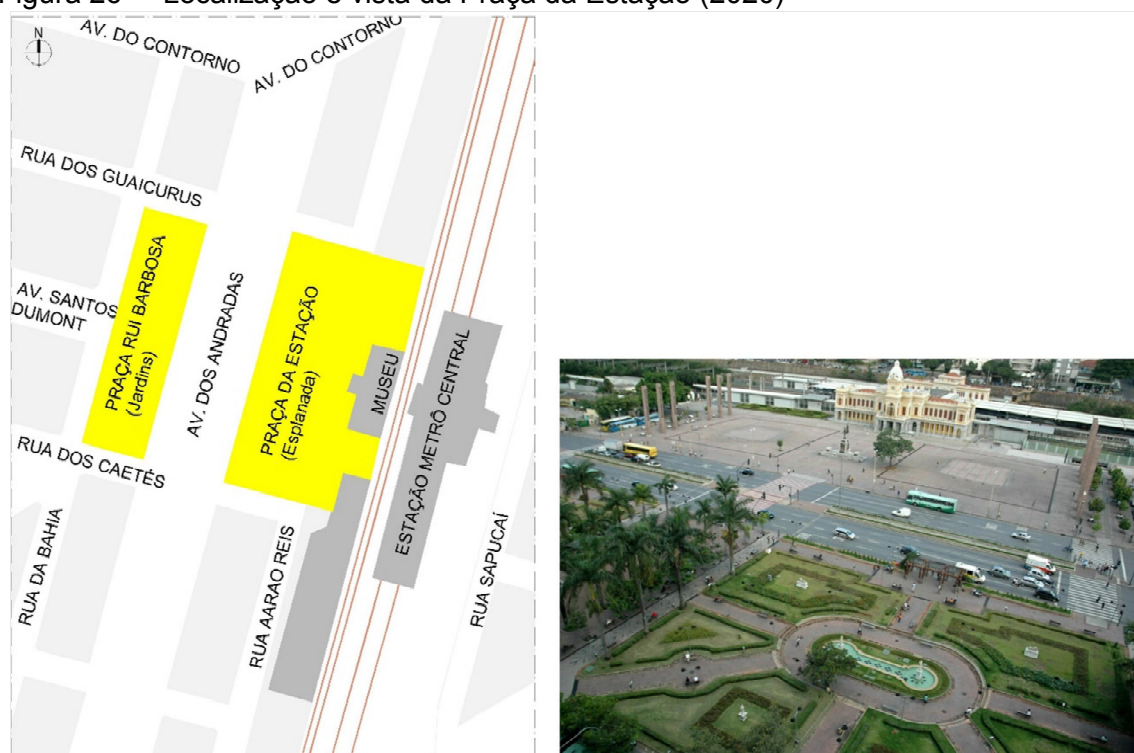
A Praça Sete é um legítimo espaço público, o lugar do povo, da festa, da vida urbana e das manifestações, é o espaço político e público.

6.2 PRAÇA DA ESTAÇÃO

A Praça da Estação é, marcadamente, o lugar da chegada à cidade, assim como são as estações ferroviárias e rodoviárias. São as estações os lugares que primeiramente acolhem o imigrante, o estranho à cidade. Espaços transitórios. Pertencem à cidade, mas são também, dentre os espaços, um dos que mais podem ser associados ao “estrangeiro”. É o lugar que os recém-chegados timidamente tateiam, antes de ousar passos mais confiantes para dentro da cidade. Podemos defini-la, portanto, como lugar do começo (MAGALHÃES, 2008, p. 96).

A Praça da Estação está situada no Bairro Centro de Belo Horizonte, na convergência da Avenida dos Andradas com a Avenida do Contorno, e funciona como uma esplanada para lograr o efeito arquitetônico do edifício da Estação (Figura 26). As vias de acesso à Praça são eixos de ligação viária e de passagem de pedestres, caracterizando o espaço público como o local de chegada e de partida das pessoas.

Figura 26 – Localização e vista da Praça da Estação (2020)



Fonte: Elaborado pela autora com base em BELO HORIZONTE, 2020; BELOTUR, 2019.

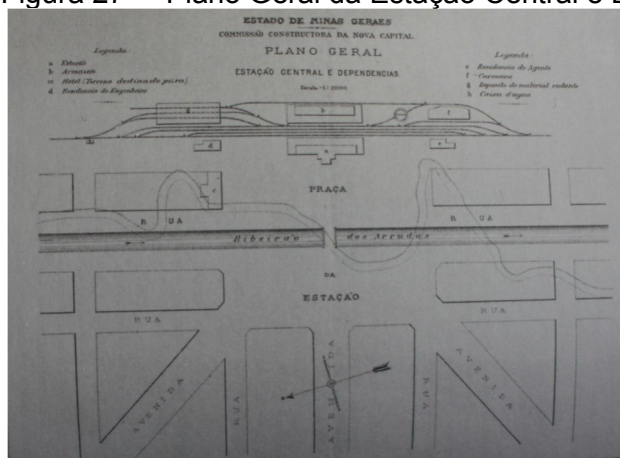
A Praça da Estação é o espaço de aglutinação e de dispersão da sociedade, consolidando o espaço como palco da vitalidade urbana: “por ser lugar de passagem obrigatória, a Praça da Estação se afirmou como espaço plural de pessoas e

manifestações diversas, possibilitando, através das relações sociais, sua afirmação enquanto centralidade econômica, política e simbólica” (ARROYO, 2004, p. 90).

6.2.1 Praça da passagem: porta de entrada da cidade

De acordo com Rivero (2015), a Estação Ferroviária e a Praça foram projetadas de maneira conjunta pelo plano de Aarão Reis para a cidade de Belo Horizonte. Embora cortada longitudinalmente pelo Ribeirão Arrudas (atual Avenida dos Andradas), a Praça era concebida como um único espaço e foi designada como Praça da Estação. Conforme o modelo de urbanismo progressista, a Praça possui traçado ortogonal e retangular (Figura 27).

Figura 27 – Plano Geral da Estação Central e Dependências (1897)



Fonte: RIVERO, 2015, p. 29.

Em 1897, é construído o primeiro prédio da Estação, na época da inauguração de Belo Horizonte, consolidando a Praça como local de chegada à cidade (Figura 28).

Figura 28 – Praça da Estação (1898)



Fonte: RIVERO, 2015, p. 31.

Na década de 1910, os edifícios públicos, o calçamento, a arborização e o ajardinamento das praças (sobretudo da Praça da Liberdade e da Praça da Estação) são finalizados. O ajardinamento das praças era uma constante na atuação do poder público, tanto pelo embelezamento da cidade quanto pela salubridade pública (RIVERO, 2015), confirmando a influência do modelo progressista no planejamento de Belo Horizonte (Figura 29).

Figura 29 – Antigo prédio da Estação e a Praça (1910)



(2015), a Praça é totalmente modificada, o edifício da Estação é demolido para ser substituído por outro no mesmo local e os jardins sofreram remodelação. Freitas (2006) acrescenta que a remodelação convertia o desenho urbano romântico dos jardins originais em desenho geométrico francês e que a nova edificação da Estação Ferroviária tinha o estilo mais próximo ao neoclássico e, portanto, mais próximo aos modelos de metrópoles europeias (Figura 30). A partir de 1923, a Praça é denominada Rui Barbosa.

Figura 30 – Praça da Estação após a remodelação (1920)



Fonte: FREITAS, 2006, p. 84

A Praça da Estação é planejada e reformada conforme os ideais progressistas: o Estado define o seu uso e a sua simbologia como espaço de chegada e saída de Belo Horizonte:

A delimitação positivista dos espaços da cidade dá ao poder público a possibilidade de, em um primeiro momento, demarcar territórios, orientar a população na apropriação devida dos espaços da cidade atribuindo a eles não apenas um caráter simbólico, mas também de ordenação dos usos (...). Na zona urbana, espaços de centralidade vão se construir a partir do caráter atribuído a estes já no próprio plano da cidade (...): A Rua dos Caetés e a Avenida do Comércio (atual avenida Santos Dumont) – área comercial; a região entre o Ribeirão Arrudas e a Linha Férrea – destinada a galpões industriais; e a Praça da Estação – entrada e saída da cidade (ARROYO, 2004, p. 59).

As proximidades da Estação Ferroviária (meio de transporte de mercadorias e passageiros da época) constituíam a melhor localização para o estabelecimento do comércio varejista, onde ocorriam os principais fluxos de Belo Horizonte. Dessa forma,

o espaço compreendido entre a Praça da Estação, a Avenida do Comércio (atual Avenida Santos Dumont) e a Rua dos Caetés foi o primeiro a exercer o papel de centro da cidade²⁹ (VILELA, 2016).

Segundo Freitas (2006), no entorno da Praça da Estação, instalaram-se as primeiras indústrias de Belo Horizonte, o que contribuiu para a ocupação e a apropriação da Praça por classes populares e viajantes recém-chegados à capital.

Assim, até o final da década de 1920, pela fácil acessibilidade, a parte adjacente à Estação Ferroviária e à Praça do Mercado (atual Terminal Rodoviário) já se configurava como “centro” popular da cidade (PLAMBEL, 1979). Portanto, a Praça da Estação era apropriada como local de passagem pelo comércio e pelo próprio uso da Estação Ferroviária.

No ano de 1930, de acordo com Rivero (2015), o Monumento à Terra Mineira é inaugurado na Praça da Estação, escolhida para acolher a escultura que representa Minas Gerais e eleva-se a uma altura considerável, voltada para a Estação Ferroviária, dando boas-vindas aos que chegam (Figura 31).

Figura 31 – Inauguração do Monumento à Civilização mineira (1930)



Fonte: RIVERO, 2015, p. 36.

²⁹ “O comércio que inicialmente se estabeleceu aí, foi, com o passar do tempo, subindo a Avenida Amazonas até encontrar a Avenida Afonso Pena e, o cruzamento destas – a Praça Sete de Setembro” (VILELA, 2006, p. 53).

A Praça da Estação era apropriada pela sociedade em eventos organizados pelo poder público, como a inauguração do Monumento à Terra Mineira.

Até a década de 1940, a Praça da Estação é o espaço de chegada e de partida, de passagem e de apropriação pela sociedade nos eventos do poder público, conforme planejado pelo Estado. A Praça é o espaço da centralidade planejada como o cartão postal e a porta de entrada de Belo Horizonte. É o lugar do uso ordenado, assim como os espaços públicos da cidade industrial, planejados de acordo com o modelo de urbanismo progressista, que visam ao embelezamento e à ordem.

6.2.2 Praça do transporte: espaço planejado para os terminais de ônibus e do metrô e para o estacionamento de veículos

Entre 1940 e 1945, segundo Arroyo (2004), a gestão de Juscelino Kubitschek, como prefeito de Belo Horizonte, marca o início do enfraquecimento da centralidade da Praça da Estação, pela implantação da Cidade Industrial em Contagem. As indústrias localizadas entre a linha férrea e o Ribeirão Arrudas foram, aos poucos, transferidas para a Cidade Industrial. Assim, no entorno da Praça da Estação, muitos galpões industriais ficaram subutilizados ou passaram por renovações de usos constantes. Arroyo (2004, p.104) observa que “a transferência do uso industrial para outra área não foi acompanhada de uma política pública de ocupação das áreas anteriormente destinadas a este uso”.

A importância do transporte ferroviário para Belo Horizonte, de acordo com Rivero (2015), começa a decair a partir da década de 1950, tendo como principal causa o incremento do transporte rodoviário e a transferência da área industrial para Contagem. Arroyo (2004) afirma que, no final dos anos 1960, o uso do ramal férreo era restrito ao transporte de cargas e a alguns trens suburbanos, intermunicipais e interestaduais. Assim, a Estação Central enfraquece seu caráter de centralidade em relação à cidade.

A implantação do transporte rodoviário implicou transformações no espaço urbano. Segundo Rivero (2015), com a finalidade de estabelecer uma ligação viária

com a Avenida do Contorno, em 1963, a Avenida dos Andradas foi duplicada entre as ruas Caetés e Guaicurus, com abertura de nova pista junto ao Ribeirão Arrudas. Essa duplicação consolidou a separação da Praça em dois Espaços: a Praça da Estação Ferroviária (Esplanada) e a Praça ajardinada, conhecida como Praça Rui Barbosa, sendo que a área da segunda, que fazia limite com o Ribeirão Arrudas, foi reduzida (Figura 32). Cabe destacar que o nome oficial dos dois espaços é Praça Rui Barbosa.

Figura 32 – Vista aérea da Praça da Estação e entorno após a duplicação da Avenida dos Andradas (década de 1960)



Fonte: RIVERO, 2015, p. 40.

Segundo Freitas (2006), a gradual desativação da malha ferroviária e a priorização do tráfego rodoviário tornaram a Praça da Estação pouco utilizada, alterando a sua função de porta de entrada para a cidade.

Do final da década de 1950 até o início da década de 1980, a Praça da Estação passou a ter um papel secundário no contexto de Belo Horizonte, já que a função de passagem (chegada e partida) da população havia sido alterada. Nesse período a região do entorno da praça passou por um processo de decadência (ARROYO, 2004).

Na década de 1980, a implantação da Estação Central do metrô e a localização dos terminais de ônibus no entorno da Praça da Estação retomam o papel de chegada e de partida do espaço público, estabelecendo-se como passagem para os habitantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Porém, a Praça não é o local principal da entrada da cidade como fora anteriormente. Com a utilização do automóvel pela

classe de maior renda, os terminais de ônibus e a Estação Central são utilizados pela classe de baixa renda:

A maioria de linhas com ponto nesta área destinam-se a atender bairros periféricos, caracterizando uma alteração na utilização do comércio da região, considerando principalmente sua apropriação por usuário de baixa renda, devido às linhas de bairros da periferia e da Região Metropolitana (ARROYO, 2004, p. 120).

Dessa forma, a Praça da Estação configura-se como um local de passagem e não de permanência. Arroyo (2004) confirma que a prioridade das políticas públicas em relação à circulação e ao transporte não foi acompanhada por medidas para assegurar o caráter de permanência e de vivência na área. Segundo Arroyo (2004, p. 132), “o capeamento do Ribeirão Arrudas isolou a parte ajardinada da Praça, prolongando a sensação de distância entre esta e a esplanada que, por sua vez, foi ocupada como estacionamento rotativo para veículos particulares”. Os espaços públicos ficaram degradados, o que reforçou o seu caráter de passagem e negou a sua função de convívio e de permanência.

Apesar da degradação e da falta de políticas públicas que visavam ao espaço com função de permanência, a Praça da Estação é apropriada. Freitas (2006) confirma que a popularização do espaço é gradualmente consolidada ao longo das décadas de 1970 a 1980, a partir da utilização da Praça para eventos populares, para comícios, para feiras e para manifestações.

A Praça da Estação foi palco da greve dos operários da construção civil, em 1979 (Figura 33). Como símbolo do começo e da chegada, a Praça foi escolhida para o início do percurso de uma das primeiras manifestações dos pedreiros, como demonstração de forças no final dos anos de 1970. Magalhães (2008, p. 96) completa que “o trajeto escolhido é igualmente significativo: decidiram se encaminhar em direção à Praça Sete, o “coração” da cidade, portanto uma trajetória espacial significativa, que simbolizava os primeiros passos de uma nova reivindicação pelo direito à cidade”. A resposta patronal e do governo para a manifestação dos operários foi a feroz repressão policial, resultando no assassinato de um pedreiro e no ferimento e na prisão de vários trabalhadores (MARRETA, 2009).

Figura 33 – Manifestação dos operários da construção civil na Praça da Estação (1979)



Fonte: MARRETA, 2009.

Na década de 1990, a popularização da Praça é mantida a partir das atividades cotidianas pelos vendedores ambulantes, pelos lavadores de carro e pelos mendigos, e também por atividades esporádicas, como feiras e eventos. Rivero (2015) explica:

Cotidianamente é utilizado como um grande estacionamento, atividade que se estende até as áreas sob o viaduto de Santa Tereza [Rua Aarão Reis], e local de passagem de usuários do metrô, sendo o espaço apropriado, durante o dia, por mendigos lavadores e tomadores de conta de carro e, mais recentemente à noite, pelos usuários do Bar da Estação. Durante o dia, este pedaço é caracterizado pela presença de usuários do metrô e da Rede Ferroviária e de alguns vendedores ambulantes atraídos pelo grande fluxo de pessoas no local (RIVERO, 2015, p. 56).

Apesar de planejada para os usuários do transporte coletivo e para os motoristas como estacionamento (Figura 34), a praça é apropriada por mendigos, por lavadores de carro e por vendedores ambulantes.

Figura 34 – Vista aérea da Praça da Estação, utilizada para estacionamento (década de 1980)



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2017.

Entre 1996 e 1998, funcionava uma feira às quintas feiras na Praça da Estação. Inicialmente, a feira era paralela à feira de Artesanato da Avenida Afonso Pena, conhecida como “Feira da Madrugada”, próxima ao Hospital João XXIII. Para regularizá-la, a prefeitura transferiu a mesma para a Praça da Estação (Figura 35). A feira acabou e os feirantes e suas barracas não foram realocados na feira da Afonso Pena, como tinha sido prometido pelo poder público (RIVERO, 2015).

Figura 35 – Feira na Praça da Estação (1997)



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2019.

No período de 1940 a 1990, a Praça da Estação é renegada pelo poder público como espaço de apropriação e de convivência, sendo priorizada a sua função de passagem pelo transporte coletivo (ônibus e metrô) e pelo transporte individual (estacionamento na área da própria praça). Inverso ao planejado, a população apropria-se do espaço para eventos, manifestações e comércio (vendedores ambulantes), é o contrauso do local. O caráter público da Praça é afirmado pela população, que contraria a ordem do Estado: a praça ocupada como estacionamento para veículos é apropriada pelas pessoas.

6.2.3 Praça cultural: espaço para eventos

A Praça da Estação e seu entorno, segundo Rivero (2015), ganham notoriedade para o processo de recuperação do patrimônio arquitetônico, a partir do I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação (1981); da criação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (1984); da Lei de Uso e Ocupação de Solo, que instituiu a Área de Proteção do Conjunto da Praça Rui Barbosa (1985); e da homologação do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação (1988).

A partir de 2000, começa-se um novo ciclo de planejamento para a Praça, principalmente com a implantação do Museu de Artes e Ofícios (no edifício da Estação Central). O projeto arquitetônico para a Praça é executado em duas etapas: a Esplanada (conhecida como Praça da Estação) em 2003 e os jardins (conhecidos como Praça Rui Barbosa) em 2005, realizado como parte de projetos mais amplos de mobilidade urbana (RIVERO, 2015).

O projeto arquitetônico prevê para a Esplanada uma “praça cívica e para eventos” de maior concentração de público, realizados pela Prefeitura Municipal, como festivais de teatro e dança, festas, feiras, comícios, shows e espetáculos:

A requalificação da Esplanada visa à criação de um espaço vocacionado para pedestres e eventos, maximizando as possibilidades de utilização da Estação Central do Trem Metropolitano e do Museu de Artes e Ofícios. A área tem caráter referencial para a população e a melhoria das condições de acessibilidade é fundamental para a apropriação do espaço (BELO HORIZONTE, 2003, p. 32).

Em 2007, foi construído o “Bulevar Arrudas”, que consistiu no tamponamento do Ribeirão Arrudas com o objetivo de aumentar as pistas de rolamento para o tráfego e de integrar todo o conjunto (a Esplanada e os jardins), de forma a restabelecer o desenho original (Figura 36).

Figura 36 – Praça da Estação após a implantação do Bulevar Arrudas (2007)



Fonte: RIVERO, 2015, p. 79.

A requalificação da Praça da Estação e seu entorno foi destacada pela imprensa pelo embelezamento e pela limpeza da área, confirmando que as características do modelo de urbanismo progressista ainda persistem no planejamento de Belo Horizonte. A “higienização” do espaço é excludente: no cotidiano, a esplanada da Praça da Estação é utilizada somente nas “bordas”, onde existem alguns bancos e sombras e onde se localizam os pontos de ônibus, os quais não possuem nenhum tipo de amparo para as pessoas que esperam em longas filas. Diferente do período anterior (1940 a 1990), a partir do ano de 2007, a área total da Praça é subutilizada no cotidiano. Somente durante os eventos ou as manifestações toda a extensão da praça é apropriada.

O Programa Centro Vivo, implementado em 2004 pela Prefeitura Municipal e, posteriormente, o Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte de 2007, assim como o projeto arquitetônico, visam qualificar a Praça da Estação como um espaço para eventos e para a cultura, não havendo nenhuma referência ao local como um espaço em que a cultura se expressa no cotidiano.

A Praça da Estação também é concebida pelo Programa para ser o espaço das manifestações, com o objetivo de restringir os protestos no local, o que despertou polêmicas e foi contestado pelo Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Horizonte:

A prefeitura de Belo Horizonte quer restringir os grandes protestos populares na Praça da Estação, afastando de vez o tumulto na porta da sede do Executivo, na Avenida Afonso Pena, em dias de passeatas e manifestações. “A cidade não tem onde concentrar esses eventos, por isso queremos incentivar a realização de encontros e protestos lá”, salienta o secretário de

Política Urbana e Ambiental, Murilo Valadares, lembrando que o espaço da Praça Sete é restrito a pequenas concentrações de pessoas. Mas representantes sindicais já ensaiam um protesto contra a intenção da PBH. “Queremos gritar e mostrar nossa indignação para quem precisa nos ouvir. No nosso caso é o prefeito e o melhor lugar para manifestações é na porta da prefeitura”, avalia o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Horizonte (Sindibel), Robson Itamar (PALCO..., 2003).

O projeto de concentrar as manifestações na Praça da Estação mostra a tentativa do poder público em manter a ordem, garantindo que a cidade continue a “funcionar”, sem a obstrução das vias (pelo fechamento da Avenida Afonso Pena, em frente à Prefeitura Municipal e do cruzamento viário na Praça Sete). Essa tentativa confirma a lógica neoliberal de que o “cidadão de bem” é aquele que não se manifesta ou que protesta no lugar projetado para o ato, de que a cidadania é sinônimo de não-conflito.

Porém, ao impor a ordenação do uso do espaço, a dinâmica das manifestações é questionada, pois o fechamento das vias e o fato de “atrapalhar” o funcionamento da cidade é uma das formas de chamar a atenção para as questões reivindicadas e dos reclamados. Ao contrário do planejado e instituído pelo Estado, os manifestantes continuam atuando em frente a Prefeitura Municipal e na Praça Sete, dificultando o funcionamento da cidade. A Praça da Estação é também palco das manifestações, mas principalmente ponto de partida ou chegada das mesmas: a forma de luta como fechamento das vias persiste.

Na mesma lógica de regulamentar o uso da Praça da Estação, em 2009, o Poder Público Municipal estabeleceu o Decreto nº 13.798 que determinou: “fica proibida a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação nesta capital” (BELO HORIZONTE, 2009). Os argumentos foram a dificuldade de limitar o número de pessoas e garantir a segurança pública e impedir a depredação do patrimônio público.

O Decreto de 2009 revela a imposição da ordem pelo Estado através da lei, assim como o Decreto de 1925: o planejamento e a gestão municipais caracterizam-se pelas políticas higienistas, pelos processos de gentrificação derivados das requalificações e pela privatização do espaço público. O Decreto, contudo, ao invés de restringir as manifestações, provocou as mesmas.

Assim, em resposta ao Decreto, em 16 de janeiro de 2010, ocorreu o primeiro movimento Praia da Estação, quando jovens com trajes de banho, guarda-sol e caixas de isopor com cerveja ocuparam a Praça da Estação para protestar e questionar, de forma geral, o modo de usufruir a cidade (Figura 37).

Figura 37 – Praia da Estação (2010)



Fonte: RIVERO, 2015, p. 108.

A Praça, como lugar da apropriação e da resistência a uma forma de conceber o espaço, aparece em relação direta com as novas práticas espaciais: as praias. Através da ocupação do espaço, por meio do corpo, logo do aparecimento no espaço público, os manifestantes questionam a ordem imposta e conferem vitalidade ao local.

A Praia da Estação, em geral, não foi apresentada pela mídia como um protesto, mas como um evento, pelo seu caráter festivo e de encontro. Essa representação especificamente festiva do movimento é questionada por um manifestante:

Os funcionários dos jornalões falaram dos artistas, dos guarda-sóis, dos biquínis e de tudo mais que combinasse com o cafezinho da tarde, mas mostrando tudo isto esconderam de seus leitores/telespectadores o mais importante: do que se tratam, de fato, estas ocupações da Praça da Estação? O que está em jogo? O que está sendo proibido? [...] Se os banhistas-manifestantes das Praias da Estação, os cicleteiros das Bicletadas, os poetas e boêmios dos sarais e as centenas de cidadãos que diariamente percorrem a Praça e suas fontes decidiram por **formas bem humoradas de desobediência civil**, foi por perceberem esta estratégia como uma **boa tática de resistência**. Não é porque brincamos enquanto nos manifestamos que não estejamos **dispostos a defender com unhas, dentes e filtro solar nossos direitos**. Nunca subestime um homem de sunga e guarda sol (NUNCA..., 2010, grifos nossos).

A mídia, em geral, procura desvalorizar a dimensão pública e contestatória da Praia da Estação, podendo levar os leitores a pensarem que o movimento trata-se de um evento e não de um protesto.

Em 4 de maio de 2010, o decreto de proibição foi revogado e um novo (Decreto nº 13.863) estabeleceu o licenciamento de eventos na Praça da Estação. Outro Decreto nº 13.961 determinou os valores a serem pagos para a utilização da Praça, fato que foi questionado como uma forma de privatização do espaço público, em cartazes com a frase “Eu alugo BH Radicalmente. E cobro!”³⁰ (Figura 38).

Figura 38 – Questionamento da privatização da Praça da Estação: “Eu alugo BH Radicalmente E cobro!” (2010)



Fonte: RIVERO, 2015, p.105.

Justificado pela depredação do patrimônio e pela dificuldade de limitar o número de pessoas, a Praça deveria ser fechada em dias de evento, conforme a Portaria SARMU-S nº 02/2010 que regulamenta a realização de eventos na Praça da Estação (BELO HORIZONTE, 2010). Segundo a Portaria, compete ao interessado pela realização do evento a apresentação do projeto que inclui, entre outros itens:

A planta de cercamento por tapume ou outro material [...] dos jardins, árvores e monumentos da Praça da Estação e da Praça Rui Barbosa, assim como a planta de cercamento delimitando a área do evento, visando permitir o

³⁰ A frase faz alusão ao movimento “Eu amo BH radicalmente”, criado em 2006, pelo Belo Horizonte Convention & Visitors Bureau, para valorizar a cidade como destino turístico e receber eventos nacionais e internacionais em todos os setores e para a prática de esportes radicais e de aventura. O conceito ganhou expressão e aos poucos a população belo-horizontina o adotou como declaração de amor pela cidade (CAMPANHA..., 2006).

controle do número de pessoas, bem como o acesso ao Museu de Artes e Ofícios, à Estação do Metrô e à circulação de pedestres, observada a altura mínima de um metro e oitenta (BELO HORIZONTE, 2010).

Assim, o poder público permite praticamente a locação da praça para as empresas e para as instituições que desejam privatizá-la durante a realização do evento. Para controlar o número de pessoas, o evento deveria recolher alimentos não perecíveis ou cobrar um ingresso (distribuído previamente). Nesse sentido, a Praça perde a dimensão pública, a partir da apropriação privada dos espaços comuns, uma das formas de recuo do espaço público (GOMES, 2006). O valor de troca do espaço público predomina sobre o valor de uso, conforme a lógica neoliberal.

A Portaria de 2010 também estabeleceu que a praça poderia ser usada para dois tipos de eventos: os “eventos coletivos oficiais”, inseridos no programa da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo da FIFA (2014); as *Fan Fest*³¹ (eventos públicos oferecidos aos torcedores durante os jogos, uma exigência da FIFA para as cidades sedes da Copa); e “eventos particulares”, que deverão ser gratuitos (RIVERO, 2015).

A partir dos anos 2000, o Estado visa à ordenação espacial e da apropriação da Praça da Estação, por meio da execução de projetos de requalificação e da implantação de decretos. Observa-se a tentativa de controle e de imposição da ordem pela lei e a desvalorização dos atos contestatórios pela mídia. A imposição da ordem, do espaço específico ou da proibição das manifestações, oposto ao previsto, vai causar a desordem. As manifestações persistem, conferindo as dimensões pública e política à Praça da Estação.

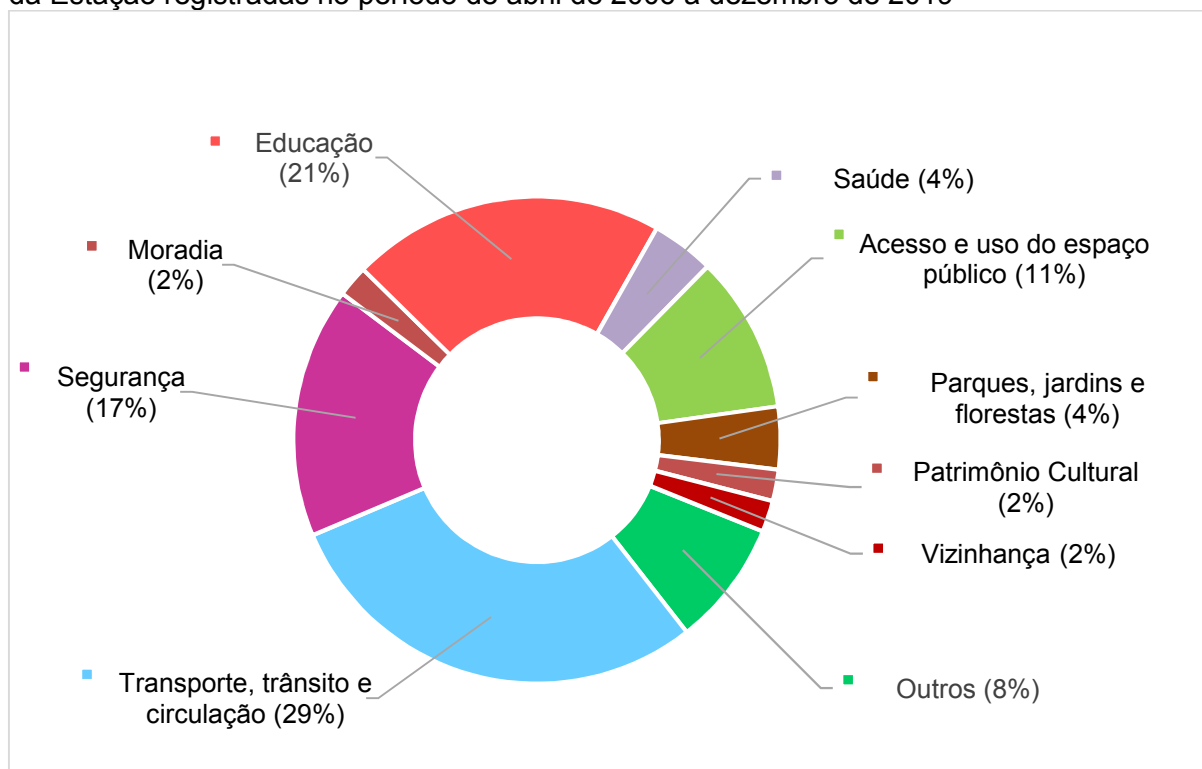
³¹ Na época da Copa das Confederações (2013), as jornadas de junho “concorreram” com as *Fan Fest*. Rivero (2015) relata que, nos dias das manifestações, a festa oficial da Copa das Confederações recebeu menos torcedores que o esperado, o que expressa a subversão da população belo-horizontina à ordem imposta.

6.2.4 Praça da pluralidade: lugar de partida e de chegada das manifestações

As manifestações coletivas na Praça da Estação correspondem a 14% do total daquelas ocorridas nas praças públicas, no período de abril de 2006 a dezembro de 2019, de acordo com o registro do Observatório de Conflitos Urbanos.

Das manifestações ocorridas na Praça da Estação, 29% contestam o transporte, o trânsito e a circulação (valor das passagens do metrô); 21%, a educação, (principalmente os professores por questões salariais); 17% referem-se à segurança, como o protesto pela morte da juventude negra e contra a violência de gênero; e 11% referem-se ao acesso e ao uso do espaço público, como o movimento Praia da Estação. Além disso, 8% correspondem a “outros”, a maioria contrária à Reforma da Previdência, que implica alterações trabalhistas e, conseqüentemente, nos demais aspectos da vida dos trabalhadores (moradia, saúde, entre outros), que habitam o espaço urbano (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Objeto dos conflitos urbanos expresso pelas manifestações coletivas na Praça da Estação registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



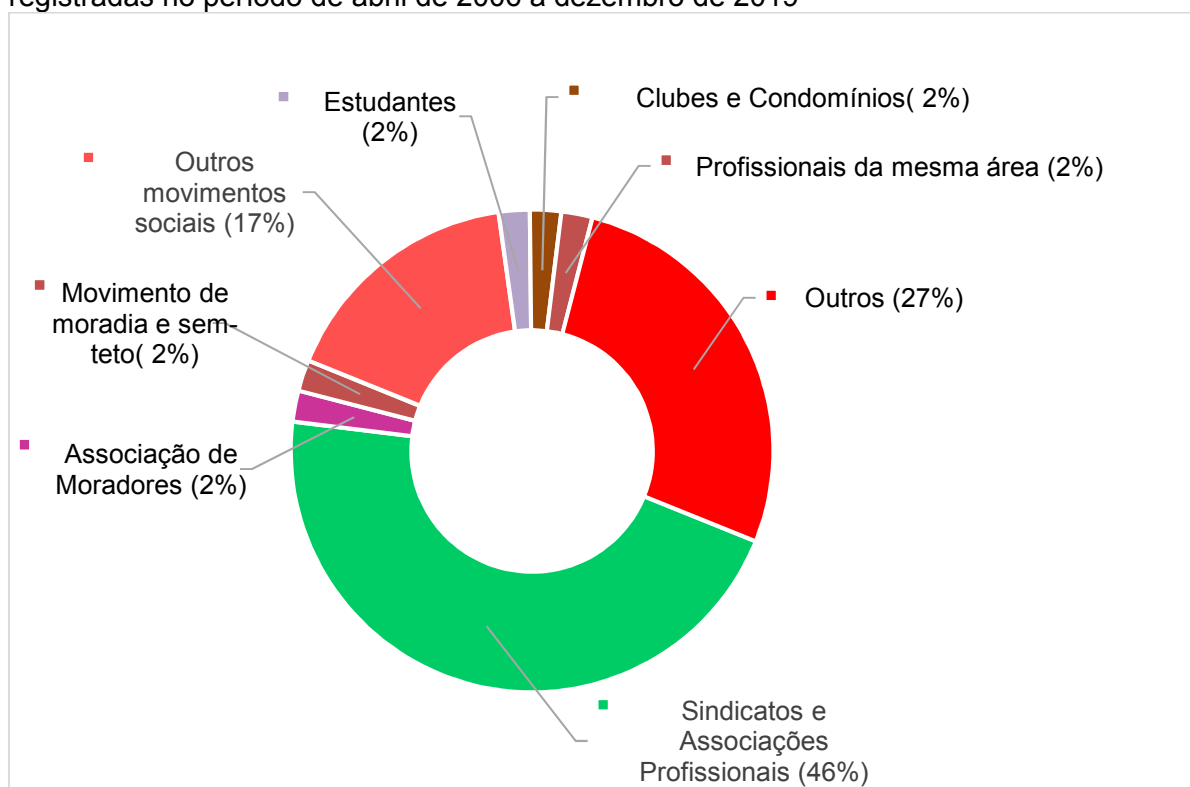
Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

As manifestações na Praça da Estação contestam as intervenções do poder público e reivindicam melhorias salariais, de transporte e de segurança pública.

Em relação ao coletivo mobilizado das manifestações, 46% referem-se aos Sindicatos e Associações Profissionais, sendo a Praça da Estação o local de partida ou chegada dos protestos ou de assembleias para definição, principalmente, das greves; 27% das manifestações são realizadas por “outros”, grupos específicos como ciclistas, mulheres, usuários do metrô ou vários grupos; e 17% correspondem a outros movimentos sociais, como a Praia da Estação, o Tarifa Zero e o Pula Catraca (Gráfico 14).

Os grupos específicos (27%) ou outros movimentos sociais (17%) somam 44% do coletivo mobilizado, percentual aproximado ao dos Sindicatos e Associações profissionais (46%). Esses grupos específicos e movimentos sociais (ciclistas, estudantes, jovens, mulheres, entre outros) podem ser considerados os excluídos do planejamento urbano e das políticas públicas.

Gráfico 14 – Coletivo mobilizado das manifestações coletivas na Praça da Estação registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Em março de 2012, vários ciclistas reuniram-se à noite na Praça da Estação e saíram pedalando por vias do centro da cidade, em protesto às mortes de ciclistas nos grandes centros urbanos. O grupo pedia respeito aos usuários de bicicleta no trânsito. Em janeiro de 2014, ciclistas também reuniram-se na Praça da Estação (Figura 39) e seguiram pelas ruas da Região Centro-Sul, na manifestação intitulada como “Massa Crítica Belo Horizonte - Bicicletada / mais amor, menos motor” (SEXTA-FEIRA..., 2014).

Figura 39 – Manifestação dos ciclistas na Praça da Estação (2014)



Fonte: SEXTA-FEIRA..., 2014.

Em fevereiro de 2014, integrantes do movimento “Pula Catraca!” fizeram uma manifestação pacífica para protestar contra o atraso na inauguração do Move, sistema de transporte rápido por ônibus em Belo Horizonte. O grupo saiu da Praça da Estação e caminhou até uma das estações de embarque da Avenida Santos Dumont, no Centro da capital, onde cantaram marchinhas de carnaval e saltaram sobre as catracas. Um tapete vermelho também foi usado pelo grupo, para ironizar a inauguração simbólica do sistema rápido de transporte, que só deveria estar em pleno funcionamento em maio de 2014 (MANIFESTANTES..., 2014b).

O movimento Praia da Estação, iniciado em 2010 como protesto à restrição do acesso ao espaço público, foi registrado nos anos seguintes. Como desdobramento do movimento, no mesmo ano de 2010, surgiu o bloco de carnaval Praia da Estação. De caráter contestatório, o bloco de carnaval Praia da Estação reuniu-se na Praça com outros blocos em fevereiro de 2016 em protesto contra a Polícia Militar:

Inconformados com a ação da PM que lançou bombas de gás, de efeito moral e tiros de borracha para dispersar o Bloco da Bicletinha, na última quinta-feira, o 'Bloco da Praia' decidiu mudar o trajeto sem avisar à corporação. "Esse trajeto não foi comunicado à PM como um protesto pela truculência do dia do Bloco da Bicletinha", afirmou Fernando Soares, que levava o estandarte (DESFILÉ..., 2016).

O grupo deixou a Praça da Estação (Figura 40) e seguiu para a Avenida Afonso Pena no sentido do bairro Mangabeiras até a sede da Prefeitura. Recebidos por um caminhão-pipa para aliviar o calor, os foliões entoaram: "Ei polícia, carnaval é uma delícia" (DESFILÉ..., 2016). A alteração do caminho sem o aviso prévio à polícia reforça o caráter contestatório e a insubordinação do grupo à ordem e à própria polícia.

Figura 40 – Protesto do Bloco Praia da Estação contra a Polícia Militar(2016)



Fonte: DESFILÉ..., 2016.

Em setembro de 2019, movimentos negros fizeram um ato contra a morte da juventude negra. Com balões amarelos e pretos, velas, uma coroa de flores e doces, pelo dia de São Cosme e Damião, o grupo concentrou-se na Praça da Estação (Figura 41) e deslocou-se, em silêncio, pela avenida Amazonas até a Praça Sete, onde ocorreu a dispersão (MANIFESTANTES..., 2019).

Figura 41 – Manifestação contra a morte da juventude negra na Praça da estação (2019)



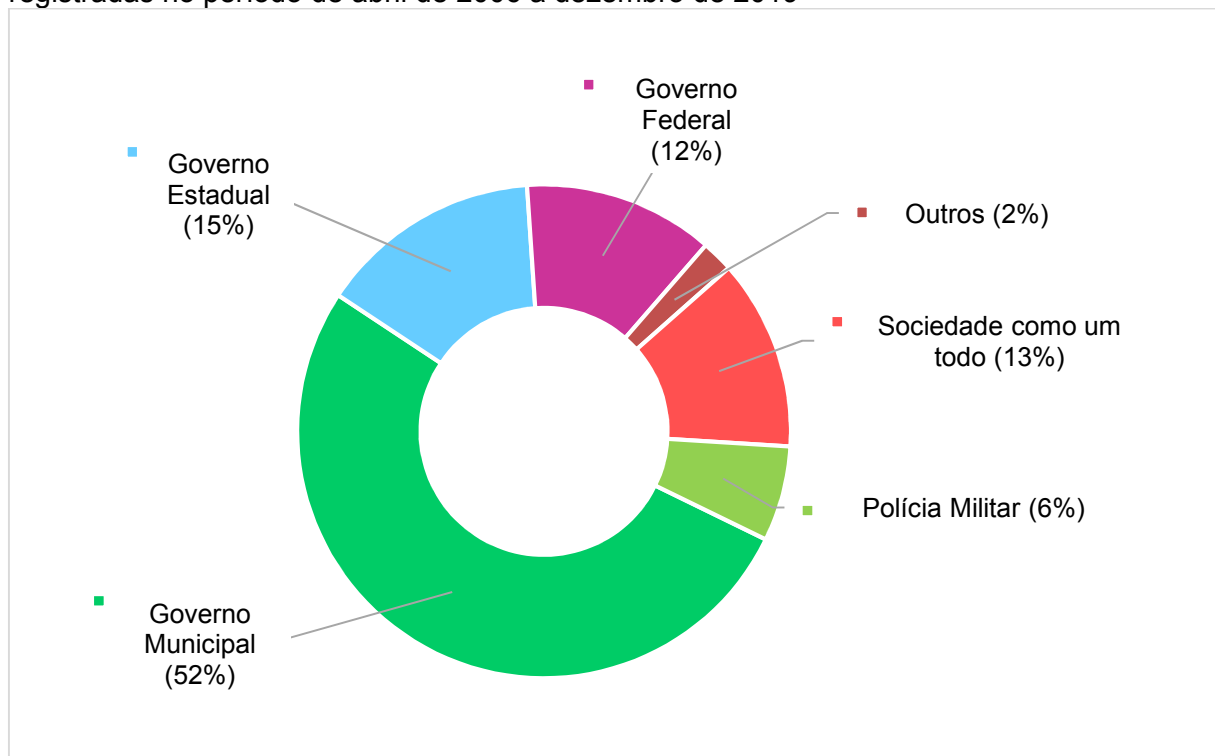
Fonte: MANIFESTANTES..., 2019.

De acordo com a reportagem (MANIFESTANTES..., 2019), uma ativista do movimento explicou que o cortejo é contra o genocídio da juventude negra, afirmando que “temos uma política de segurança pública equivocada, que aponta suas armas para a população pobre e negra. Isso é o resultado do racismo estrutural que a gente vive no Brasil”. Geralmente negados pelo Estado, os excluídos não são considerados pelas políticas públicas de segurança. Ao contrário, historicamente em um país patriarcal e racista, a população negra é perseguida pelo Estado brasileiro e controlada pela polícia, muitas vezes de forma violenta e até mesmo de extermínio.

Observa-se que os grupos específicos ou os movimentos sociais lutam contra a violência, a repressão da polícia e o desrespeito no trânsito. São manifestações que contestam a ordem e lutam por uma cidade mais justa, em que todos têm o direito de viver com segurança e transitar livremente.

O questionamento dos grupos dirige-se principalmente ao Governo Municipal, sendo que 52% reclamam dessa Instituição nas manifestações na Praça da Estação; 15% dos manifestantes contestam o Governo Estadual, geralmente os servidores públicos em relação aos salários; 12%, o Governo Federal, sobre questões, como a Reforma da Previdência; e 13% protestam em oposição à sociedade como um todo, referentes a temas, como respeito no trânsito e violência contra as mulheres (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Instituição reclamada nas manifestações coletivas na Praça da Estação registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

O Governo Municipal recebe reivindicações dos servidores públicos sobre questões salariais e da população por intervenções no transporte coletivo. O Poder Público Municipal também é contestado por medidas de controle de uso do espaço público, principalmente pelo movimento Praia da Estação.

Em março de 2014, os metroviários fizeram passeata da Praça da Estação até a sede da Procuradoria Regional do Trabalho, no Bairro Funcionários. A categoria mostrava a sua insatisfação com a possível privatização do metrô, temendo o aumento das passagens, além de uma demissão em massa. Em janeiro de 2015, guardas municipais saíram da Praça da Estação e seguiram para a Praça Sete, reivindicando o direito de andar armados e a revisão do plano de carreira.

Os servidores municipais de Belo Horizonte reuniram-se em assembleia na Praça da Estação, em outubro de 2015, para discutir o reajuste oferecido pela prefeitura, que foi recusado. De acordo com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da capital (Sindibel), os funcionários dos centros de saúde, das escolas e das Unidades de Educação Infantil acordaram pela greve. Da mesma forma, em abril

de 2016, os trabalhadores da educação da rede pública municipal votaram a favor da greve em assembleia realizada na Praça a Estação (Figura 42). Depois da assembleia, os servidores caminharam até a porta da Prefeitura de Belo Horizonte, onde realizaram um ato.

Figura 42 – Assembleia dos servidores municipais da educação na Praça da Estação (2016)



Fonte: SERVIDORES..., 2016.

Em novembro de 2016, agentes prisionais e socioeducativos saíram em passeata da Praça da Estação até a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), no bairro Santo Agostinho. Os manifestantes promoveram o ato para mostrar insatisfação com a demissão de aproximadamente 10.000 funcionários contratados. No ano de 2018, professores das UMEIS reuniram-se na Praça da Estação, definindo manter a greve, iniciada no dia 23 de abril, e seguiram em protesto até a sede da prefeitura.

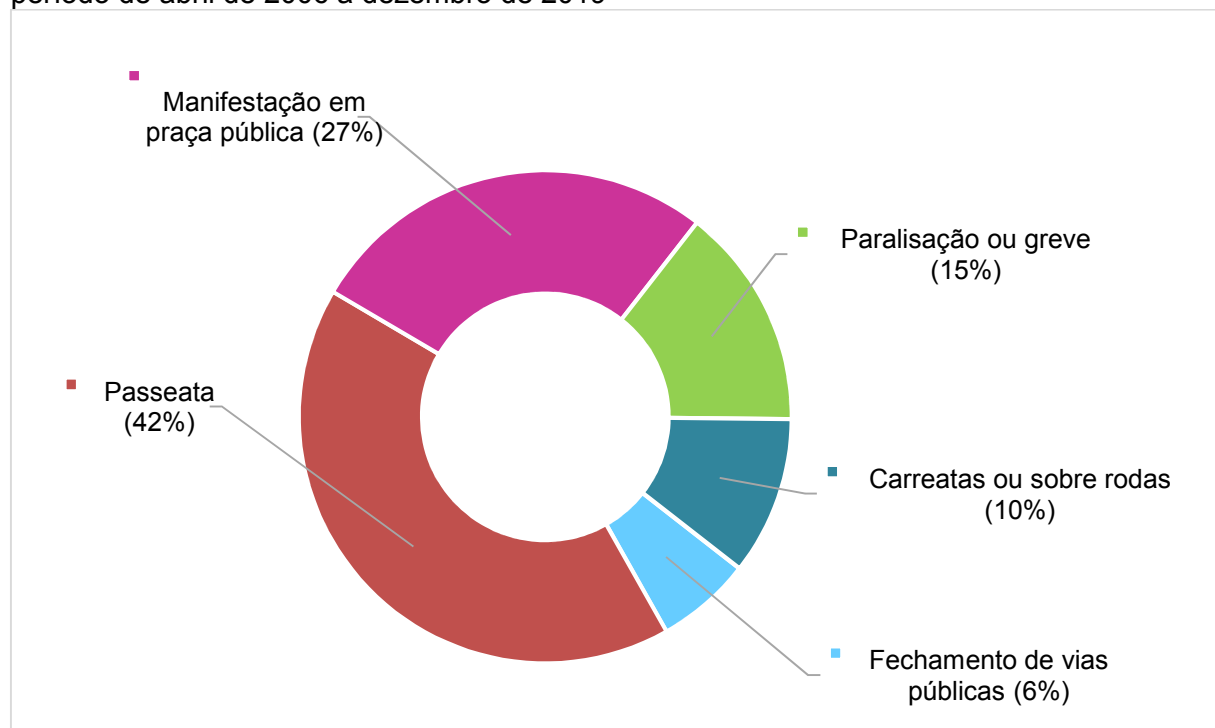
Já o Governo Federal é contestado nos atos na Praça da Estação, sobretudo pela proposta da Reforma da Previdência e Trabalhista. Apesar de ser uma medida política, a reforma pode afetar os trabalhadores, o que implicaria a mudança nas questões, como a moradia, a saúde e a educação dos mesmos, refletindo em uma possível desigualdade no espaço urbano.

Em março de 2017, trabalhadores fizeram um protesto contra as reformas da Previdência e trabalhista e também contra as propostas de mudança nas regras da terceirização. Eles reuniram-se na Praça da Estação e seguiram para a Praça Sete.

No mesmo período, os professores da rede municipal de Belo Horizonte reuniram-se na Praça da Estação e saíram em passeata por ruas do Centro da Cidade em direção à Praça Sete. A principal pauta da categoria é a posição contrária à reforma previdenciária. Os professores resolveram manter a greve da categoria. Em abril de 2017, houve um ato pela “greve geral” como protesto contra as reformas da previdência e trabalhista. A greve geral afetou o funcionamento do metrô, com as estações fechadas, as escolas das redes estaduais e municipais sem aulas no dia e algumas agências bancárias que não abriram (EM ATO..., 2017).

Geralmente, a Praça da Estação é o local para o encontro dos manifestantes, o ponto de partida ou de chegada dos protestos, o que confirma a sua simbologia de “lugar do começo”. A forma de luta predominante na Praça é a passeata (42%); seguida da manifestação em praça pública (27%); da paralisação ou greve (15%); das carreatas ou manifestações sobre rodas (10%); e do fechamento de vias públicas (6%), como se observa no gráfico 16.

Gráfico 16 - Forma de luta das manifestações coletivas na Praça da Estação registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

As passeatas, frequentemente, partem da Praça da Estação em direção à Praça Sete ou à sede da Prefeitura Municipal. As manifestações na praça, que ocupam o espaço, são expressas por atos como a Praia da Estação.

A greve é resultado das assembleias dos sindicatos e dos trabalhadores que, em geral, ocorre na Praça. Como exemplo, em maio de 2018, guardas municipais fizeram assembleia na Praça da Estação para discutir a proposta da prefeitura da capital sobre o plano de cargo, carreira e salários da categoria.

As manifestações na praça pública também podem ser exemplificadas por atos pacíficos, como o protesto contra o aumento da tarifa do metrô em novembro de 2019 (EM PROTESTO..., 2019). O movimento Tarifa Zero distribuiu na Praça da Estação para os usuários do metrô bilhetes a R\$ 1,80 – a tarifa praticada pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) no período de 2006 a 2019.

Desde abril de 2019, a tarifa do metrô de Belo Horizonte passa por uma sequência escalonada de reajustes a cada dois meses, sendo que foram determinados para esse transporte os valores de R\$1,80, R\$2,40, R\$2,90, R\$3,40 e R\$3,70. O ato na Praça da Estação aconteceu um dia depois da tarifa aumentar de R\$ 3,40 para R\$ 3,70 (EM PROTESTO..., 2019).

Segundo o integrante do movimento “o Tarifa Zero está fazendo essa ação (Figura 43) como forma de chamar a atenção para um aumento que considera lesivo à população por parte da CBTU, que prejudica, especificamente, a população de baixa renda, principal usuária do metrô” (EM PROTESTO..., 2019).

Figura 43 – Movimento Tarifa Zero distribui passagens de metrô na Praça da Estação como protesto ao aumento das passagens (2019)



Fonte: EM PROTESTO..., 2019.

O repertório de confronto, usualmente, é a ruptura, já que as passeatas são predominantes e saem da Praça da Estação em direção à Praça Sete ou ao edifício da Prefeitura, atrapalhando o trânsito nas avenidas do Centro. Como se trata de um percurso, o fechamento das vias é passageiro, provocando menos incômodo do que o fechamento das avenidas localizadas na Praça Sete, por exemplo. O caráter efêmero dessa ruptura é relatado pela mídia, que, frequentemente, escreve que as pistas de rolamento são liberadas depois de determinado horário a partir do início da manifestação. Além de a ruptura, ocorre também a ação coletiva convencional, como as demonstrações (manifestações na praça, como a Praia da Estação) e as greves, definidas nas assembleias.

As manifestações ocorridas na Praça da Estação são representadas pela mídia, via de regra, como pacíficas e, até mesmo, como eventos. No feriado do dia 7 de setembro de 2015, o relato sobre a Praia da Estação define-a como uma festa:

Aproveitando o sol e o calor da tarde do feriado desta segunda-feira (7), cerca de 300 pessoas se reuniram para o evento Praia da Estação, na praça da Estação. A praça começou a ser ocupada por volta de 12h e ficou lotada.

Com cadeiras, cerveja, música e canga a praça mais uma vez se transformou em praia. Com patins, bicicleta e skate, muita gente aproveitou o espaço para praticar esportes, teve ainda quem aproveitou o espaço para jogar vôlei.

O bailarino Edésio Nunes foi pela primeira vez ao evento e aprovou. “As pessoas se vestem como querem, fazem o que querem para se divertir, fica parecendo uma praia mesmo, a energia é muito gostosa”, considerou o bailarino (PRAIA..., 2015).

O retrato das manifestações na Praça da Estação está relacionado à cultura, assim como planejado pelo Poder Público Municipal a partir de 2003. Porém, a sociedade mostra-se contrária ao planejado, ao ocupar o espaço e conferir a ele a sua dimensão pública e política.

Na Praça da Estação, os sindicatos reivindicam melhorias trabalhistas ao Governo Municipal, os grupos específicos fazem atos para chamar a atenção para questões, como o respeito ao ciclista no trânsito e a violência à sociedade como um todo, e os movimentos sociais contestam as ordens do poder público de Belo Horizonte. As manifestações, portanto, têm caráter reivindicatório e contestatório. Os direitos sociais e civis dos manifestantes são reivindicados ao Poder Público Municipal, assim como a sua ordem imposta é contestada pela sociedade.

Pela trajetória histórica da Praça da Estação, o espaço é o lugar da vitalidade urbana, da heterogeneidade e da dimensão pública. Inicialmente, como porta de entrada da cidade de Belo Horizonte, a Praça aglutina e dispersa múltiplas pessoas, independente da classe. Já a partir da década de 1940, o espaço é degradado e torna-se um estacionamento. Apesar de ser planejado para os automóveis, a população de baixa renda vai se apropriar do espaço, exemplificado o contrauso. Desde 2003, a região é requalificada de acordo com os ideais neoliberais e o Poder Público Municipal determina o uso do espaço público, através da legislação. A ordem imposta é contestada pela população que, apesar das normas, apropria-se do espaço, ocorre novamente o contrauso. As tentativas do Estado para controlar e ordenar o uso do espaço público são revidadas pela sociedade.

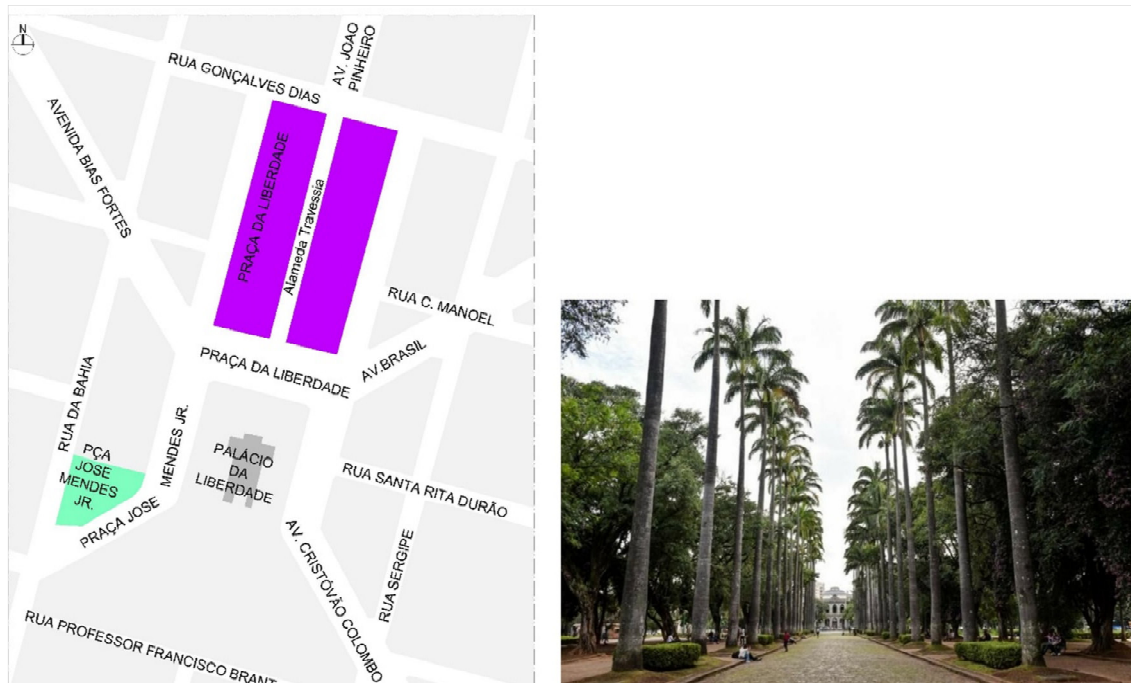
A partir das manifestações na Praça da Estação, os trabalhadores e os movimentos sociais revelam a luta pelos seus direitos, sobretudo por melhorias trabalhistas na área da educação e da segurança e por acesso ao espaço público. Trata-se da luta pelo direito à cidade. As apropriações e as manifestações da Praça da Estação configuram a sua simbologia como o lugar do começo e da pluralidade.

6.3 PRAÇA DA LIBERDADE

Como se trata de um marco referencial, talvez devêssemos perguntar pelo lugar da liberdade na Praça da Liberdade. Ao contrário da Acrópole grega, onde os deuses, que seriam os fundadores da cidade, estavam reunidos para protegê-la, na Praça da Liberdade, homens de poder tramaram estratégias que quase nunca se reduziram ao visível. Afinal, nos prédios da Praça o debate político era feito às portas fechadas e sob os interesses dominantes, e não num espaço público de debate franco, como fora na Grécia antiga. A Praça da Liberdade está mais próxima de um grande Panóptico de Bentham, que vigia e controla o espaço que o circunda, mas que parece invisível quando observado (RESENDE, 2014, p. 110).

A Praça da Liberdade localiza-se no Bairro Savassi, na confluência da Avenida Bias Fortes, Avenida Brasil e Avenida João Pinheiro. A Alameda Travessia da Praça enfatiza o Palácio da Liberdade, sede e símbolo do poder do Estado (Figura 44).

Figura 44 – Localização da Praça da Liberdade e vista do Palácio da Liberdade (2020)



Fonte: Elaborado pela autora com base em BELO HORIZONTE, 2020; BELOTUR, 2019.

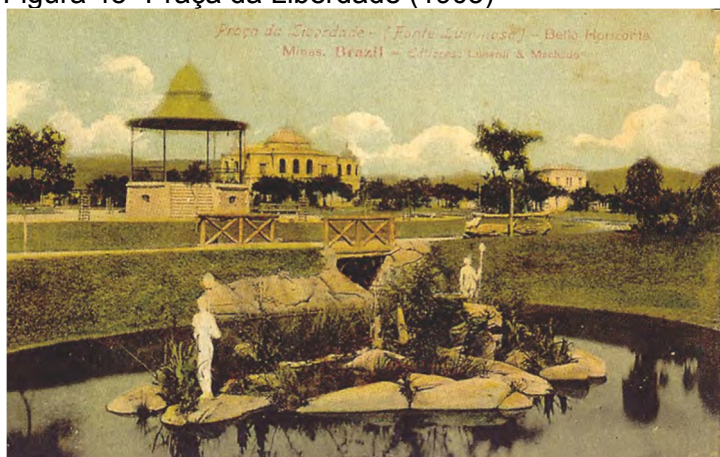
A Praça é considerada um espaço notadamente voltado para a institucionalidade e para a “observação” ou o controle do Estado. Segundo Resende (2014, p. 110), “o poder que emana da Praça é antipolítico, porque põe em vigília quem deveria intervir, se de fato se tratasse de uma república que fizesse jus ao nome”.

O caráter monumental da Praça reforça o poder do Estado, visando coibir ou impedir o livre uso e acesso ao espaço. A apropriação do local, conforme previsto pela ordem hegemônica, deveria ser feita por aqueles que têm civilidade: a Praça não é planejada para ser o espaço da liberdade.

6.3.1 Praça cívica: espaço do poder do Estado e do encontro da sociedade burguesa

A Praça da Liberdade (Figura 45) foi projetada por Aarão Reis para sediar o Palácio Presidencial do Estado de Minas Gerais, implantada em local de destaque, numa cota mais elevada que o núcleo existente anteriormente, em cota superior à da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, representante do poder religioso. Na cidade republicana, o poder político administrativo suplanta o poder religioso.

Figura 45- Praça da Liberdade (1903)



Fonte: CALDEIRA, 2007, p. 179.

Além de o Palácio da Liberdade, no entorno da praça, foram implantados edifícios das Secretarias do Estado. A Praça da Liberdade foi colocada, desde seus primórdios, como símbolo da cidade de Belo Horizonte (e, em certa medida, do Estado de Minas Gerais) e, ao longo dos anos, teve reforçado seu caráter monumental.

Segundo Resende (2014, p.105), a primeira grande cerimônia na Praça da Liberdade foi a festa de inauguração de Belo Horizonte, em 12 de dezembro de 1897. A Praça assume, “desde o início, uma posição privilegiada no contexto 'sócio espacial' da cidade”, uma vez que, além de centro cívico e de protestos, firmou-se como espaço de encontro e lazer cotidiano, sobretudo das classes dominantes.

Para receber a visita dos reis da Bélgica, em 1920, a Praça foi reformada (Figura 46), cujo projeto se caracterizava por uma geometrização do traçado paisagístico, propondo uma serie de canteiros e jardins, com influência do estilo francês.

Figura 46 - Vista aérea da Praça da Liberdade (1940)



Fonte: CALDEIRA, 2007, p. 187.

A localização da Praça da Liberdade na malha urbana é em uma região nobre e de ocupação da população de classe de alta renda (os funcionários do Estado). Apesar de essa ocupação do entorno, a Praça era utilizada por diferentes classes, porém não havia relação entre as mesmas. Na década de 1920, era evidente essa separação das classes sociais na Praça da Liberdade, conforme descrito por Ciro dos Anjos:

No jardim da Praça da Liberdade – modelado pelo de Versalhes, não se esqueça! – havia retreta aos domingos, invariavelmente aberta com a Protofonia de O Guarani E, melhor que a retreta, o footing: na alameda à direita de quem ia rumo ao Palácio, caminhavam rapazes e moças de família; na esquerda, que passava ao pé do coreto, criadas e soldados de polícia. Uma rua central, em meio a renques de palmeiras imperiais, separava sociedade e plebe; democráticas, as roseiras floriam indiscriminadamente do lado preto e do lado branco (ANDRADE, 2007, p. 117).

Apesar de ser apropriada pela “sociedade” e pela “plebe”, não havia interação e encontro entre essas classes, a alameda central era um “muro invisível”.

Nas décadas de 1930 a 1950, segundo Caldeira (1998), as práticas cotidianas do espaço da Praça mantêm-se, funcionando como espaço cívico e administrativo, lugar onde se realizam comemorações eleitorais, festas e manifestações políticas. As práticas sociais e cotidianas eram realizadas predominantemente pela elite:

Era assim a vida na pacata e doce BH nos idos de 30 e 40, quando o “must” era passear na Praça da Liberdade, enfeitada de rosas e hortênsias. Centro da vida social e urbana da cidade, segundo define o jornalista e artista plástico Odin de Andrade, a praça era o local onde a elite se encontrava. Nas suas mediações, moravam as famílias mais tradicionais de Belo Horizonte (ESTADO DE MINAS, 1991 *apud* CALDEIRA, 1998, p. 103).

A partir dos princípios da modernização, na década de 1940, são implantados no entorno da Praça a primeira lanchonete e um bar, afirmando os novos pontos de encontro dos “rapazes e moças de família”, enquanto o pé do coreto era apropriado pelos mesmos frequentadores do *footing* descritos por Ciro dos Anjos nos anos 1920, as criadas e os soldados de polícia (CALDEIRA, 1998, p. 108). O corte e a separação de classes permanecem.

A praça, assim, configura-se como um espaço público e institucionalizado, em que a apropriação ocorre predominantemente pelas pessoas que detêm o capital.

Nesse sentido, a Praça da Liberdade pode ser considerada um espaço espetacular para a promoção da sociedade burguesa à proeminência pública (ARENDT, 2007).

Na primeira metade do século XX, o caráter monumental e institucional da Praça da Liberdade determina a imagem do espaço moderno, da república e do poder do Estado. A praça é um lugar a ser consumido, reafirmando a lógica capitalista de que somente o detentor de capital é cidadão. O espaço público institucionalizado é segregador e é “público” apenas para o “cidadão” burguês, assim como a Ágora grega era acessível apenas aos homens trabalhadores livres, considerados cidadãos.

6.3.2 Praça do mercado: espaço para as feiras e para a população

Em 1969, surge uma novidade que iria propor um redirecionamento na utilização do espaço da praça, mudando a sua vocação de espaço cívico: a Feira de Arte e Artesanato (Figura 47), propondo a retomada de uma antiga função do espaço-praça: a praça de mercado (CALDEIRA, 1998). Além de a tradicional feira “hippie”, como ficou conhecida, surgiram a Feira das Flores e Plantas (1981) e a Feira de Antiguidades e Comidas Típicas.

Figura 47- Feira de Artesanato na Praça da Liberdade (1980)



Fonte: CALDEIRA, 2007, p. 187.

Durante a Feira de Antiguidades e Comidas Típicas, houve a reapropriação do território da praça: a feira foi se transformando em um “autêntico botequim a céu aberto”. A inversão dos propósitos dessa feira mostra “como a população pode reverter os significados dos espaços que lhe são impostos, criando formas de uso, ordens próprias, que ultrapassam as ordens simplistas e abstratas dos planejadores” (CALDEIRA, 1998, p. 118).

O acesso da população de baixa renda ao espaço da Praça passa a incomodar alguns usuários (possivelmente a população de classe de renda média moradora do entorno): “a decadência começou com o sucesso, curiosamente, na medida que o

setor de comidas e bebidas se transformou no programa da Zona Norte, o interesse pelas antiguidades foi diminuindo” (CALDEIRA, 1998, p. 119) e “o nível dos frequentadores foi caindo e criou-se então um círculo vicioso: caiu também o tipo de mercadoria exposta” (CALDEIRA, 1998, p. 119).

As consequências da utilização da Praça pelas feiras resultaram na intensificação do processo de deterioração do seu conjunto paisagístico e descaracterização física do espaço.

Segundo Caldeira (1998), respaldada pela opinião pública, a Prefeitura iniciou o processo de negociação de retirada das feiras do espaço da Praça. Em fevereiro de 1991, a Praça da Liberdade abrigou pela última vez a Feira de Arte e Artesanato, rompendo uma tradição estabelecida há vinte e dois anos. Os feirantes ameaçaram permanecer na Praça com as barracas montadas, mas a prefeitura organizou uma estratégia para evitar o confronto direto.

A intervenção foi feita em um domingo de carnaval, época em que a cidade estava vazia e o movimento na praça, pequeno. Os tapumes foram colocados de uma só vez, e os feirantes que estavam resistindo à saída, acabaram deixando a Praça, sob uma forte tempestade, que impediu qualquer manifestação (CALDEIRA, 1998).

A Feira de Arte e Artesanato passou a ocupar uma parte da Avenida Afonso Pena, somente aos domingos, e a Feira de Antiguidades e Comidas Típicas, juntamente com a das Flores, foram transferidas para o canteiro central da Avenida Bernardo Monteiro, aos sábados e sextas-feiras.

Observam-se aqui interesses em disputa, já que os relatos afirmam que os feirantes resistiram à mudança e, possivelmente, o público frequentador das feiras também. Percebe-se o predomínio da opinião “pública” de um determinado grupo social e do poder do Estado, que agiu de forma estratégica e repressora para a retirada dos feirantes.

A remoção das feiras tinha também objetivos de outra ordem, tais como selecionar tipos específicos de público que se enquadrassem num modelo de fruição e contemplação dos espaços públicos, da arte e do monumento. Público distinto dos típicos frequentadores das feiras, com preferências para consumo e festas.

Nessa lógica de ordenação do uso da Praça da Liberdade, cabe destacar que, em maio de 1979, professores, a maioria mulheres, que reivindicavam aumento salarial e melhores condições de trabalho, foram expulsos pela polícia da praça. Os militares usaram jatos d'água e bombas de gás lacrimogêneo para a sua dispersão (NOSSA HISTÓRIA..., 2015).

Nas décadas de 1970 a 1990, a Praça da Liberdade foi de fato um espaço para o público em geral, apropriado por toda a população belo-horizontina, assim como as praças medievais eram utilizadas para as práticas sociais e comerciais.

Porém, a presença do diferente e da diversidade incomodou a população (elite) moradora do entorno e antiga frequentadora do local, que deu respaldo (“opinião pública”) para o poder público atuar no sentido de acabar com a praça de mercado e para o povo. Da mesma forma, o fórum romano, que, inicialmente era um lugar de política e de mercado dos cidadãos, depois passa a ser dominado pelo Império Romano.

6.3.3 Praça simbólica: espaço para a cultura e para o turismo da sociedade neoliberal

Em 1991, as obras de restauração da Praça e de seu conjunto foram iniciadas em parceria do poder público com a empresa privada Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), que garantiu o suporte financeiro, patrocinando os custos das obras e os gastos de manutenção no ano seguinte, responsabilizando-se pela fiscalização do projeto.

A restauração da Praça procurou resgatar uma imagem cultural do espaço, instituindo um parâmetro de intervenção que foi estabelecido a partir da memória do lugar, visando à retomada da praça com função contemplativa e de lazer, refutando a imagem da praça mercado.

A partir dessa reforma, alteraram-se os perfis dos frequentadores da Praça com algum fomento ao uso do logradouro para atividades de lazer das classes mais ricas,

o *footing* da burguesia deu lugar ao *cooper* matutino e vespertino da classe de renda média e alta.

Após a remoção das feiras, os mecanismos de controle sobre a apropriação dos espaços da Praça tornaram-se mais rígidos, como, por exemplo, a proibição de vendedores ambulantes e de catadores de materiais recicláveis, além do policiamento constante, que não permitia as pessoas sentarem-se na grama e que os bancos fossem usados para se deitar (ANDRADE; VELOSO, 2014).

Desse modo, resgataram-se na Praça da Liberdade as práticas de contemplação de um espaço público, com usos e comportamentos regrados e jardins sempre bem cuidados:

De fato, na Praça da Liberdade o que se passou após a intervenção de 1991 acompanha essa perspectiva de teatralização da vida cotidiana num passado “atualizado”. Houve, todavia, desde então uma elitização dos usos e dos frequentadores do logradouro (RESENDE, 2014, p. 114).

A tentativa de manter a ordem e a harmonia de negar o conflito inerente às cidades de forma geral são realizadas pelos códigos morais, que determinam como “ser no espaço”.

No chamado urbanismo neoliberal, o espaço produzido como mercadoria domina as relações sociais e orienta a apropriação. O espaço público torna-se um espetáculo, “como tendência para fazer ver por diferentes mediações especializadas” (DEBORD, 1997, p. 19). Nesse sentido, a restauração da Praça da Liberdade de 1991 e a criação do Circuito Cultural Praça da Liberdade em 2010 (Figura 48) são estratégias de marketing urbano, resultados de parcerias público-privadas, tornando a Praça e seu entorno espaços de espetáculo e um belo cartão postal da cidade de Belo Horizonte.

Figura 48- Circuito Cultural da Praça da Liberdade (2010)



Fonte: RESENDE, 2014, p. 278.

O Circuito Cultural Praça da Liberdade, inaugurado em 2010, tornou-se possível com a transferência da administração pública do Estado de Minas Gerais para um novo centro administrativo, na região norte da cidade. A partir de então, teve início a reforma dos prédios para o seu posterior uso como museus e centros culturais. A monumentalidade, tanto do novo centro administrativo quanto do Circuito, que utiliza prédios históricos protegidos pelo patrimônio cultural, objetiva projetar a cidade para além das fronteiras de Minas Gerais:

São duas as principais características desse tipo de intervenção ao mesmo tempo cultural e urbana: a primeira é a utilização dos equipamentos culturais para a promoção da cidade; e a segunda, a utilização das parcerias público-privadas (ANDRADE; VELOSO, 2014, p. 226).

As parcerias público-privadas constituem um dos pressupostos do planejamento tipicamente neoliberal, em que se estimula uma “democracia direta do capital” (VAINER, 2011). O Circuito Cultural Praça da Liberdade utiliza a cultura e o patrimônio cultural como estratégias para atrair investimentos econômicos, turistas e habitantes com recursos.

O Circuito Cultural Praça da Liberdade é uma intervenção urbana realizada para fins de consumo cultural e turístico e para o desenvolvimento econômico, em termos de valorização imobiliária e expansão de serviços na região onde se localiza.

O enobrecimento do espaço, nesse caso, dá-se pelo consumo, com a substituição do público-alvo ou intensificação de um tipo de público (elite), voltado para as práticas culturais.

Os prédios e a Praça, restaurados e atribuídos de função cultural, criam uma paisagem destinada a um público ou a um segmento do mercado cultural. Consumidores de classes de renda alta e média, com capital cultural e que frequentam os espaços, tendem a enobrecer o lugar, objetivo desde a remoção das feiras livres que aconteciam na Praça até a década de 1990.

Nos finais de semana, a Praça tem sido utilizada intensamente para manifestações culturais, como shows de música e apresentações teatrais, mas também eventos ligados à saúde ou a outros temas patrocinados por grandes empresas em parceria e/ou com a autorização do Estado (governo do Estado e prefeitura). Nesses eventos, o público diferencia-se em função das atividades que são ofertadas. Para isso, são armadas estruturas como palcos, colocadas cadeiras e outros equipamentos que ocupam grande parte do espaço da Praça, além dos *outdoors* e outros objetos de propaganda das empresas patrocinadoras:

No que diz respeito ao impacto que esses eventos causam no espaço público, é possível afirmar que não se diferencia substancialmente do que acontecia com as feiras. O que se vê hoje é uma outra forma de ocupação comercial, não mais por pequenos comerciantes, mas por grandes empresas, tendo o poder público como copatrocinador (ANDRADE; VELOSO, 2014, p. 228.).

Deve-se ressaltar que o Estado pode atuar no favorecimento e no reconhecimento de certos usos e ações que ocorram no espaço público, legitimando ou não o que se faz nesse espaço. As políticas públicas, as normas e as leis são formas de manter e reforçar o valor simbólico imposto pelo seu idealizador.

Buscando a manutenção daquilo que se considera aceitável e harmônico, e aqui se excluem os pobres e diferentes, determinam-se normas, muitas vezes utilizando o discurso da “pretensa segurança”. Diversas formas para controle de acesso da população, por meio de mecanismos de seleção, através de grades, materiais de piso (que limitam a acessibilidade) ou da presença de guardas municipais, são utilizadas nesse sentido. A apropriação social de alguns espaços

urbanos públicos passa a ser seletiva e diferenciada em suas dimensões socioculturais e políticas.

Os espaços públicos requalificados tornam-se belos, “cartões postais”, produtos para a formação de uma imagem da cidade, que somente os cidadãos, entendidos nesse contexto como consumidores, podem usar.

Na sociedade neoliberal, as imagens das cidades passam a ser construídas e o mito estabelecido, visando, sobretudo, a atender a interesses de determinados grupos sociais - empreendedores, mercado imobiliário, entre outros.

A Praça da Liberdade e seu entorno são divulgados pelo poder público e pelo marketing turístico urbano, por meio da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (BELOTUR), como um dos principais cartões postais da cidade, cuja identidade é: “Do poder político à cultura”.

O marketing turístico urbano divulga como um dos principais símbolos de Belo Horizonte o “Circuito Cultural da Praça da Liberdade”, relacionando a paisagem da capital mineira a imagens e a elementos concretos voltados principalmente para a cultura.

A concentração de espaços culturais em uma região nobre e elitizada já exclui a possibilidade de acesso à cultura em áreas mais periféricas. Além disso, a localização da praça na região Centro Sul dificulta o seu acesso a moradores de outras regionais (mais periféricas), pelo valor do transporte público, pela própria monumentalidade da praça e das edificações do seu entorno ou pela apropriação da classe de renda média e alta, que pode intimidar o uso do espaço por um “estranho” e diferente. A acessibilidade e a circulação caracterizam o espaço público (ABRAHÃO, 2008). Dessa forma, o sentido público da Praça enfraquece-se e contradiz-se.

A partir do planejamento estratégico, os espaços públicos são espaços do espetáculo, representativos do status social, em que se permite apenas a apropriação por grupos específicos. O Estado, ao promover um espaço visando a atrair um público específico (classe de renda média e alta), afasta e deixa desprotegidos outros, abdicando-se de seu papel de promoção de uma sociedade democrática em que

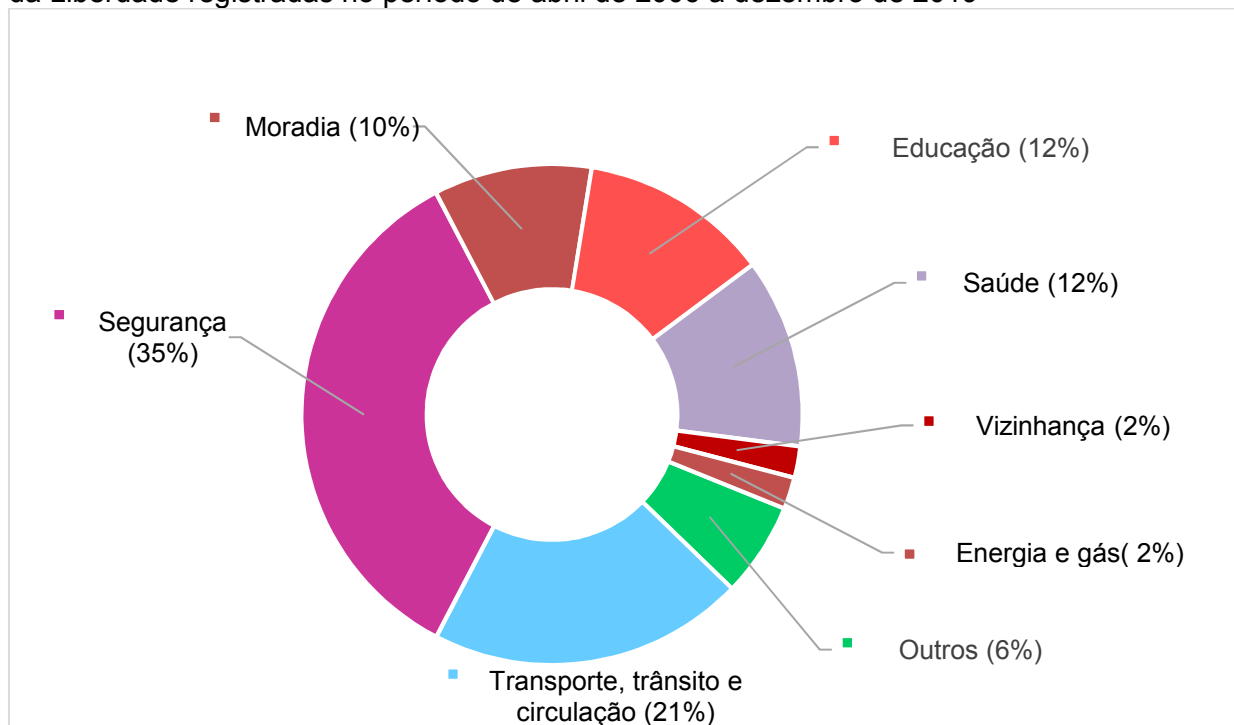
todos tenham direito à cidade. Porém, a população reivindica os seus direitos, através das manifestações coletivas.

6.3.4 Praça vivida: espaço dos atos públicos

No período de abril de 2006 a dezembro de 2019, segundo o registro do Observatório de Conflitos Urbanos, 15% do total das manifestações coletivas nas praças públicas ocorreram na Praça da Liberdade.

Em relação ao objeto das manifestações, 35% do total correspondem à segurança, como atos contra a violência e crimes, como assassinatos, e de funcionários da área de segurança pública, que reivindicam melhorias salariais; 21% das manifestações contestam o transporte, o trânsito e a circulação, principalmente a segurança para os ciclistas. Na mesma intensidade, 12% dos atos questionam a educação, sobretudo melhorias salariais pelos professores estaduais e reivindicações dos profissionais da saúde, como as condições do parto humanizado nos hospitais e os direitos dos autistas; 10% das ações correspondem a questões da moradia, como as reivindicações das ocupações urbanas; e 6% a “outros”, que incluem mais de um objeto (Gráfico 17).

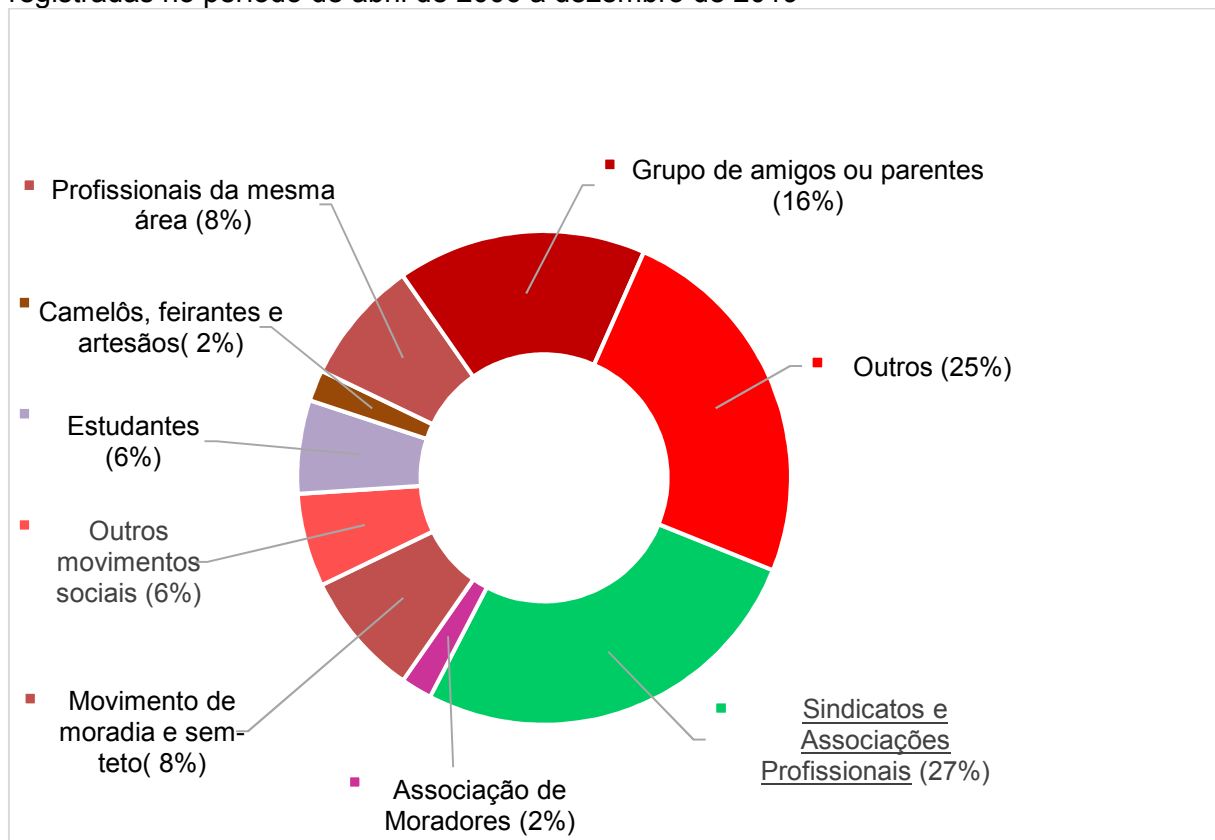
Gráfico 17 – Objeto dos conflitos urbanos expresso pelas manifestações coletivas na Praça da Liberdade registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Sobre o coletivo mobilizado, 27% das ações coletivas são realizadas pelos Sindicatos e Associações profissionais, principalmente os servidores estaduais; 25% dos atos são praticados por “outros”, que correspondem a grupos específicos (ciclistas, motociclistas e comunidade acadêmica); 16% das manifestações são pleiteadas por grupos de amigos ou parentes, geralmente, contra crimes ocorridos com seus familiares. Os movimentos de moradia (geralmente as ocupações urbanas) correspondem a 8% e os outros movimentos sociais a 6% do coletivo mobilizado dos atos na Praça. Ainda, 6% das manifestações são realizadas por estudantes e 8% por profissionais de uma mesma área, como funcionários da CEMIG, médicos, entre outros (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Coletivo mobilizado das manifestações coletivas na Praça da Liberdade registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Os grupos de amigos ou parentes, “outros” (grupos específicos) e Associações de moradores somam 43% do coletivo mobilizado das manifestações na Praça da Liberdade, que, em sua maioria, fazem atos solicitando melhorias e não contestando a ordem.

As manifestações que ocorrem na Praça da Liberdade, em geral, são caracterizadas pela mídia por atos pacíficos e acompanhados pela Polícia. A manifestação ocorrida em junho de 2013 pela melhoria na área da educação e saúde tem como manchete “Pais levam filhos para protesto pacífico na Praça da Liberdade” (PAIS..., 2013):

A manifestação foi bastante diferente das ocorridas durante a semana, de caráter simbólico. O protesto contou com a presença de muitas famílias, que vestiam roupas brancas simbolizando a paz. Os motivos da reivindicação foram melhoria na área da educação e saúde, contra a corrupção. A passeata foi pacífica e não prejudicou o trânsito local. (...) A ocupação da praça hoje pelas crianças foi um pedido das mães e contou com o auxílio da Polícia Militar para monitorar a ação (PAIS..., 2013).

Os manifestantes são “pais e mães com bebês no colo, muitas crianças e pré-adolescentes” que “se reuniram no local para pedir um Brasil melhor” (PAIS..., 2013). O ato é apresentado pela mídia com uma imagem de uma família sentada na Praça (Figura 49), representando a família com civilidade, “cidadãos de bem” que buscam de forma pacífica a melhoria do país.

Figura 49 – Protesto pacífico das famílias na Praça da Liberdade (2013)



Fonte: PAIS..., 2013.

Na mesma lógica, os atos que discutiam “a cidade que queremos”, em abril de 2016, foram descritos pelo jornal Estado de Minas como um “Atentado poético” que reivindica melhorias para Belo Horizonte:

No lugar de armas, palavras; em vez de violência, mensagens positivas; e para afastar o medo, só mesmo a esperança de uma cidade melhor. Belo Horizonte foi alvo, na manhã de ontem, de um “atentado poético”, iniciativa educativa e literária (...). À frente dos ataques do bem, 268 estudantes entre os 10 e os 18 anos, da Fundação Torino Escola Internacional. No estilo flash mob – termo que define intervenções urbanas rápidas, previamente combinadas –, a turma carregou faixas, soltou balões brancos, dançou e marcou presença dentro do tema “A cidade que temos e a que queremos” (‘ATENTADO POÉTICO’..., 2016).

A manifestação é descrita e apresentada pela mídia como uma ação organizada, já que os estudantes usam a mesma roupa e estão “enfileirados”, como se observa na figura 50. Trata-se do uso do espaço público conforme a ordem, em que os usuários são “cidadãos de bem”, uniformizados e ensaiados.

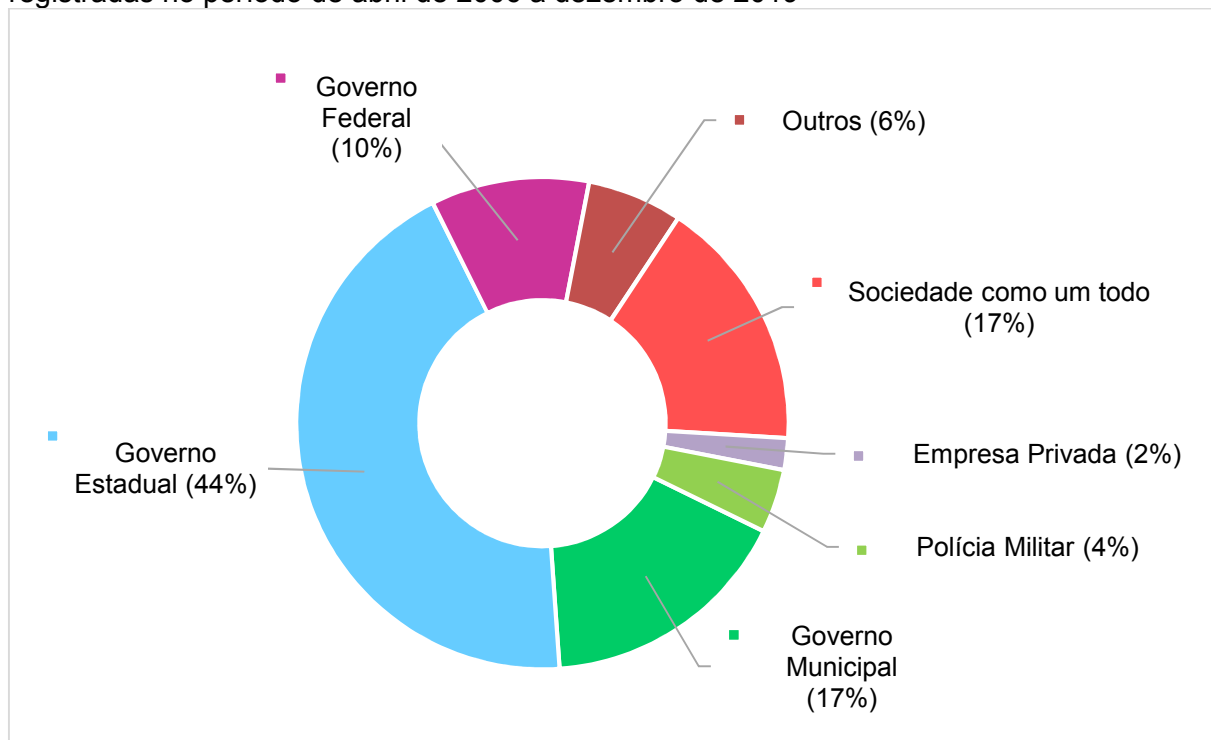
As manifestações apresentadas exemplificam, como repertório de confronto, a demonstração como ação convencional, pois mantêm a ordem, são pacíficas e acompanhados pela polícia. Tarrow (2009) confirma que as demonstrações são consideradas atos normais pelos Estados Constitucionais, pois os manifestantes têm proteção policial.

O Batalhão de Eventos da Polícia Militar de Minas Gerais deve ser comunicado sobre a realização das manifestações, conforme o Código de Posturas de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2003). Portanto, a proteção policial nesses atos indica que houve o comunicado.

Sobre a Instituição reclamada, 44% das manifestações na Praça da Liberdade reivindicam ao Governo Estadual; 17% ao Governo Municipal; 17% à sociedade como um todo; e 10% ao Governo Federal³² (Gráfico 19).

204

Gráfico 19- Instituição reclamada nas manifestações coletivas na Praça da Liberdade registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

A Praça da Liberdade está localizada em frente ao Palácio da Liberdade, portanto simboliza o poder do Governo Estadual, o que justifica a escolha do espaço para as manifestações que visam à interlocução com o mesmo, somando 44% do total.

Em março de 2017, os moradores da Ocupação Izidora foram para o entorno do Palácio da Liberdade para participar de uma reunião com o governador Fernando Pimentel (MORADORES..., 2017). Segundo relato da mídia, uma das lideranças da ocupação (Frei Gilvander) afirmou que o governador recusou-se a receber uma comissão ampliada de representantes da ocupação. A matéria (MORADORES..., 2017) descreve:

Segundo os moradores, a intenção é negociar com o governador o compromisso de o estado regularizar fundiariamente e contribuir na urbanização das três comunidades da Izidora – Rosa Leão, Esperança e Vitória. Eles pedem rede de água, saneamento e energia.

Segundo a assessoria do governo, embora o Pimentel tenha aguardado por uma hora e meia, os movimentos não chegaram a um consenso sobre quem seriam seus representantes na reunião. Ainda conforme a assessoria, o governo se mantém completamente aberto a dar sequência aos diálogos junto aos movimentos (MORADORES..., 2017).

Na mesma lógica de interlocução com o governo, em junho de 2018, os servidores da educação aproveitaram a presença do governador Fernando Pimentel no Palácio da Liberdade para realizar o ato em frente à sede do governo mineiro (Figura 51). Os servidores cobravam os salários atrasados e pediram o fim do parcelamento. Segundo o diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), “seria bom se Pimentel recebesse o sindicato, mas o objetivo principal era denunciar à população as condições oferecidas para a educação de Minas” (COM SALÁRIOS..., 2018).

Figura 51 – Manifestação dos professores da rede estadual na Praça da Liberdade (2018)



Fonte: COM SALÁRIOS..., 2018.

Os atos contra o Governo Estadual na Praça da Liberdade referem-se, principalmente, às reivindicações dos servidores estaduais sobre questões salariais. Em dezembro de 2018, representantes de sindicatos e agentes de segurança pública reuniram-se na Praça da Liberdade para manifestar contra a demora no pagamento do salário do mês de novembro e a falta de previsão para pagamento do 13º salário dos servidores.

Já a sociedade como um todo, que soma 17% do total da Instituição reclamada pelas manifestações na praça, é denunciada em atos de grupos e de causas específicas. Em maio de 2009, um grupo de ciclistas começou a pedalar na Praça da Liberdade e seguiu pela região Centro-Sul, protestando contra o desrespeito às leis de trânsito pela sociedade, que coloca em risco a sua segurança. Em dezembro de

2012, um grupo de parentes e amigos da atriz Cecília Bizzotto, que foi assassinada em Belo Horizonte, protestou contra a violência em Belo Horizonte e pela paz.

Em abril de 2016, para conscientizar a população sobre os direitos dos autistas, dezenas de famílias e grupos de apoio reuniram-se na Praça da Liberdade, em ato que teve contação de histórias, música, lanche e pintura com as crianças (Figura 52). “Realizado anualmente, o evento também teve como objetivo mobilizar a sociedade e pressionar o poder público para melhoria das políticas de atendimento a autistas” (FAMÍLIAS..., 2016).

Figura 52 – Ato para conscientização da população sobre os direitos dos autistas na Praça da Liberdade (2016)

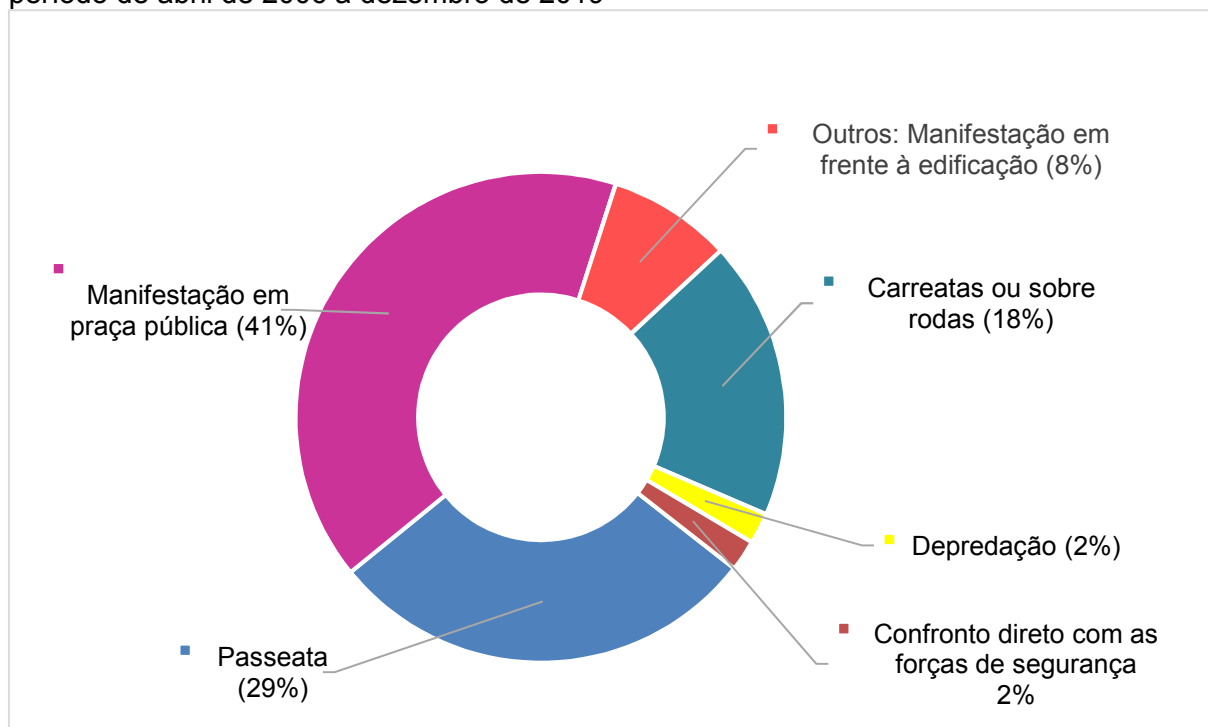


Fonte: FAMÍLIAS..., 2016.

O repertório de confronto dessas manifestações, que reivindicam direitos, principalmente, do Governo Estadual e da sociedade como um todo é a ação convencional (TARROW, 2009), caracterizando as demonstrações, pois não alteram o cotidiano no espaço público. Destaca-se que a maioria dos atos ocorre aos domingos, o que pode confirmar que o “cidadão de bem” é aquele que trabalha e manifesta aos fins de semana, não incomodando a rotina dos demais cidadãos.

A manifestação em praça pública trata de 41% da forma de luta das manifestações registradas, que ocorrem especificamente na Praça da Liberdade. Mas há também aquelas que são por meio de passeatas (29%), carreatas ou manifestação sobre rodas (18%), manifestação em frente à edificação (8%) – frequentemente ao Palácio da Liberdade - e depredação (2%), conforme ilustra o gráfico 20.

Gráfico 20- Forma de luta das manifestações coletivas na Praça da Liberdade registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

A manifestação “familiar”, quando os pais levaram os filhos à Praça para reivindicar melhorias no país, em junho de 2013, iniciou na Praça da Assembleia Legislativa de Minas Gerais em direção à Praça da Savassi, passando pela Praça da Liberdade (PAIS..., 2013), tratando-se de passeata. Geralmente, as passeatas realizadas pelos servidores estaduais iniciam-se na Praça da Liberdade e terminam na Praça Sete ou na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Em novembro de 2006, taxistas realizaram uma carreata do cemitério do Bonfim à Praça da Liberdade, reivindicando à polícia ações de combate à violência. Em junho de 2007, empresários de ônibus, turismo e fretamentos fizeram uma carreata nas avenidas Catalão, Pedro II, Olegário Maciel e nas mediações da Praça da Liberdade, em protesto contra um decreto do Governo Estadual que proibia a circulação de veículos com mais de 15 anos de fabricação. As manifestações sobre rodas podem ser exemplificadas pelo ato dos ciclistas que ocorreu em maio de 2009.

Os atos dos professores da rede estadual em junho de 2018 e dos servidores da segurança pública em dezembro de 2018, que questionavam o Governo Estadual,

aconteceram em frente ao Palácio da Liberdade, ilustrando a forma de luta de manifestação em frente à edificação.

Conclui-se que as ações coletivas que ocorrem na Praça da Liberdade, normalmente, têm caráter reivindicatório, quando os manifestantes solicitam os seus direitos sociais e civis ao Estado. As manifestações não podem ser consideradas contestatórias, já que não questionam a ordem, assim como não provocam a desordem no espaço público. Essa caracterização pode ser associada à localização e à história da Praça. A Praça é o espaço onde se inscreve a monumentalidade do poder, “ali não se combinam os elementos da diversidade, do fluxo constante de pessoas, de notícias, publicidades e de artistas” (MAGALHÃES, 2008, p. 95).

A trajetória histórica da Praça da Liberdade possibilita identificar as suas funções ao longo do tempo: de um espaço cívico, do poder do Estado; passando a um local de mercado para a população e sendo hoje um espaço cultural e simbólico, voltado, sobretudo, para a elite belo-horizontina e palco de manifestações reivindicatórias, geralmente, pacíficas.

As residências no entorno da Praça voltadas para a classe de renda alta, a remoção das feiras, a reforma da Praça buscando resgatar o uso contemplativo e a implantação do Centro Cultural evidenciam a tendência de privilegiar a sua apropriação pelas camadas sociais mais elevadas.

A Praça da Liberdade cumpre funções diferentes de acordo com o público: é um espaço de lazer e de cultura, para o morador da região Centro Sul; e é um cartão postal, um monumento, de difícil acesso, para o morador da periferia. A praça, em geral, é um espaço público para a elite, local de manifestações “comedidas” que não expressam a subversão à ordem.

A Praça é um espaço considerado público, mas, para um grupo específico, um local de “liberdade”, mas com funções determinadas (lazer, cultura ou atos pacíficos), ou seja, é um espaço público e livre para ações prudentes e adequadas à ordem.

Desde a sua inauguração, a Praça da Liberdade legitima e simboliza o poder do Estado e do capital, sendo direcionada a um público nobre e elitizado, negando, assim, a sua dimensão pública, ou como coisa do povo.

Retomando a citação de Resende (2014), a Praça da Liberdade pode ser considerada um panóptico, em que a Instituição (Estado e capital), de forma simbólica ou prática, ordena e/ou limita as ações no lugar, enfraquecendo as dimensões pública e política do espaço.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade resulta dos processos históricos e sociais ao longo do tempo, sendo sua principal função, de acordo com Lefebvre (2008), a vida social urbana (a festa), que ocorre principalmente no espaço público, quando o valor de uso predomina sobre o valor de troca.

A periodização da cidade determinada por Lefebvre (2008) é feita de acordo com o desenvolvimento dos modos de produção, desde o momento zero de urbanização até a sua totalidade, fato ainda incompleto. De acordo com essa periodização, a cidade é dividida como política, mercantil e industrial.

Na cidade política surgem os primeiros espaços públicos, a Ágora, na Grécia e o Fórum, em Roma, locais da centralidade, da vida pública, da ação política e da esfera pública. A Ágora é considerada o espaço da assembleia e do encontro dos cidadãos livres, logo do exercício da cidadania e da democracia. A ação política é exercida a partir da liberdade e do discurso, configurando a *polis* (esfera pública). Porém, o direito à palavra e ao ato político era restrito aos homens livres gregos, o que correspondia a somente 15% dos habitantes de Atenas, excluindo as mulheres, os escravos e os estrangeiros. A Ágora, espaço público fundamental para o entendimento da configuração da democracia grega, mostra-se como um espaço de exclusão e de hierarquização.

Já a utilização do Fórum não é exclusiva, pois os povos conquistados pelo Império Romano eram transformados em cidadãos. Mas, ao contrário da Ágora, era espaço da assembleia e da palavra, o Fórum representava o poder do Império Romano, cujo compromisso com a população era disponibilizar o pão e o circo. Assim, as funções políticas do espaço público são substituídas pelo entretenimento da população, cada vez mais passiva.

A vida social urbana no espaço público da cidade política era restrita a uma classe (homens livres gregos) e determinada por uma ação específica (entretenimento da população romana). Paradoxalmente, o caráter público e político dos primeiros

espaços públicos do mundo ocidental, onde surge a esfera pública, é relativo e pode ser questionado.

Na cidade comercial, a praça medieval tinha como principal função o comércio (as feiras e o mercado), além do lazer, da cultura, do encontro, da festa. O espaço público medieval consiste no lugar da interação social, da vitalidade e da vida social urbana, ocupado pela maior parte dos habitantes (com exceção dos judeus), quando o valor de uso é predominante. Contudo, a cidade medieval é ordenada pelos mercadores e pelos senhores feudais, cujas ações restritivas ou de abuso de poder geravam insatisfação, acarretando ações coletivas, como as revoltas camponesas.

Para Lefebvre (2008), a cidade comercial é o modelo de realidade urbana. Assim, o caráter público e político do espaço público medieval é confirmado, apesar da cidade ser dominada por uma classe hegemônica.

Na cidade industrial, o modo de produção capitalista consolida o poder da classe dominante e aprofunda os conflitos urbanos e as desigualdades socioespaciais. O espaço urbano e a sociedade são transformados pela lógica do capital, configurando a cidade como o lugar do consumo e o cidadão como mero consumidor. O poder econômico da classe dominante permite o controle do espaço e da sociedade, que é contestado pela classe dominada a partir de ações coletivas, como as greves e as barricadas.

Destaca-se que diante da complexidade urbana e de suas disfunções, a cidade passa a ser entendida como um objeto a ser ordenado, buscando-se, a partir dos modelos de urbanismo, como o progressista, impedir a desordem a partir de propostas físicas de intervenção. O espaço público passa a ser planejado por um traçado geométrico, que demonstre a ordem e o poder e viabilize o controle pelo Estado. Assim como na cidade política, o espaço público é concebido para um público (classe consumidora) e uma ação (lazer e contemplação) específica, conveniente para a espetacularização da classe dominante.

A esfera pública da cidade industrial é desvalorizada em detrimento da esfera privada e da esfera social, logo ocorre o esvaziamento da vida pública e dos espaços públicos. O valor de uso do espaço público é substituído pelo valor de troca. O caráter

público e político do espaço urbano e a vitalidade urbana são desconsiderados, ou até mesmo negados, pela classe hegemônica.

A partir da análise do breve panorama histórico da cidade política, comercial e industrial e dos seus espaços públicos, pode-se destacar que os homens livres gregos, o Império Romano, os mercadores e os senhores feudais e a burguesia dominam o espaço e a sociedade, a partir de medidas que visam à restrição do acesso ao espaço público e ao enfraquecimento da vida social urbana. Com exceção da cidade comercial, os espaços públicos são locais planejados para o uso exclusivo da classe hegemônica ou para uma apropriação específica. Nesse sentido, os chamados “espaços públicos” não são espaços para todos, o que permanece ou se intensifica em tempos recentes.

A cidade contemporânea, imersa na lógica neoliberal, transforma-se em uma mercadoria, em um objeto de luxo a ser vendido em um mercado competitivo. Assim como no modelo de urbanismo progressista, o planejamento estratégico prioriza o embelezamento e a higienização social da cidade. O espaço público é visto como um produto e como local do espetáculo, planejado para a formação de uma imagem da cidade. Da mesma maneira que na cidade industrial, o espaço público neoliberal é destinado ao uso de determinadas classes, reduzindo a vida urbana.

A cidade neoliberal, portanto, enfraquece as dimensões pública e política do espaço urbano, a partir dos processos de desdemocratização, de recuo da cidadania e de recuo do espaço público. Esse último é realizado por meio da apropriação privada dos espaços comuns, da progressão das identidades territoriais, do emuralhamento da vida social e do crescimento das ilhas utópicas.

Além disso, visando restringir o uso da cidade aos consumidores, o Estado e o capital determinam regras de convívio no espaço público, limitando o acesso a ele. Se a sociedade não se enquadra nessas normas ou as contesta, o Estado age de forma violenta e repressiva, visando a manter a ordem e a harmonia do espaço e da sociedade.

A cidade neoliberal é planejada e ordenada pela e para a classe hegemônica e por ela é controlada. Como instrumento de dominação, de ordenação e de regulação

da sociedade e do espaço urbano, o planejamento estratégico exprime os interesses de grupos hegemônicos, intensificando as contradições sociais e os conflitos urbanos.

Essas contradições e conflitos podem ser relacionados à ampliação da segregação urbana, à regressão dos serviços públicos, como saúde, segurança e transporte, à dificuldade de acesso aos equipamentos coletivos e aos direitos sociais, como moradia, entre outros.

Se por um lado a segregação pode isolar a população, dificultando o protesto e a ação política do grupo excluído; por outro lado, esses espaços de exclusão podem unir as pessoas: a coletividade conscientiza-se e solidariza-se em seus problemas. A própria exclusão, resultado da ordem hegemônica, motiva o seu questionamento. Quanto mais se tenta excluir a classe dominada e ordenar o espaço urbano através da imposição de uma ordem, mais essa classe irá causar a considerada “desordem”, sendo a manifestação coletiva uma das formas de realizá-la.

Os conflitos urbanos são expressos pelas manifestações coletivas, que, em geral, reivindicam por melhorias de serviços públicos ou infraestrutura e/ou contestam as experiências de exclusão social vivenciadas no cotidiano e relacionadas à exploração do trabalhador. As manifestações coletivas são uma das formas de luta pelo direito à cidade.

O direito à cidade não se limita a reivindicações imediatas das manifestações por serviços específicos. A ideia de direito à cidade deve envolver, dentre outras coisas, além da luta pelas necessidades básicas da sociedade, a luta pela apropriação do que é socialmente produzido: os espaços, em especial, os públicos.

Assim, as manifestações coletivas que se expressam nos espaços públicos podem contribuir para a transformação urbana, para o estímulo da vida urbana democrática. Nesse sentido, cabe lembrar que o direito à cidade, como ideia com múltiplos significados e possibilidades, deve incluir o conjunto das demandas e dos desejos do coletivo, apontando para outras noções, como as de democracia, cidadania e autonomia.

Em tempos recentes, a luta pelo direito à cidade deve se contrapor aos preceitos neoliberais, visando a desconstruir o modelo de urbanismo excludente.

Trata-se de uma ação transformadora, emancipatória e anticapitalista, que ocorre a partir da ação política de luta por uma nova cidade e outra ordem.

Ressalta-se que a cidade a que todos têm direito é aquela que permite a festa e que o valor de uso é priorizado, a partir da renovação da vida urbana e pública e da restauração da esfera pública.

Visando, entre outros objetivos, à restauração da esfera pública, ao fortalecimento das dimensões pública e política do espaço e à consolidação da vitalidade urbana, o exercício pleno da vida urbana, da cidadania, da democracia e da luta pelo direito à cidade ocorre em um espaço público privilegiado de comunicação.

Portanto, os espaços públicos da cidade contemporânea neoliberal, mesmo planejados como produtos pelo e para grupos hegemônicos, são os lugares da visibilidade dos sujeitos políticos, por meio de manifestações coletivas, como forma de subversão à ordem e de luta pelo direito à cidade. A insurgência da sociedade por uma cidade democrática, mais justa e igualitária, persiste historicamente.

Em relação ao estudo da formação da cidade de Belo Horizonte, a cidade foi planejada de acordo com o modelo de urbanismo progressista. As características do plano de Haussmann para Paris foram replicadas no planejamento da cidade. Desse modo, a cidade foi projetada para simbolizar o poder do Estado, a ordem, o progresso e a modernidade, sendo dividida nas zonas urbana, suburbana e rural.

Os lotes na zona urbana eram mais valorizados, pois a região era dotada de infraestrutura e de espaços públicos, portanto foram concebidos para a ocupação pelos detentores do capital, normalmente, os funcionários do Estado. Já a zona suburbana era composta por lotes com menor valor, devido à sua localização e à infraestrutura existente, sendo ocupados, em geral, pela classe operária. A diferença de infraestrutura e a forma de ocupação entre as zonas urbana e suburbana configuram o caráter segregador do Plano de Belo Horizonte: a separação das classes é resultante da ordenação do espaço.

O traçado urbano da cidade é cartesiano e ortogonal, resultando em largas vias que possibilitam o controle das revoltas sociais. Os espaços públicos da cidade foram concebidos como modelos de disciplina. Disciplina esta reforçada pelos dispositivos

de repressão, como o jornal, a legislação e a polícia. A classe dominante, geralmente usuária dos espaços públicos na zona urbana, buscou ajustar a classe dominada a esses dispositivos.

No início do século XX, o Parque Municipal e a Praça da Liberdade são frequentados unicamente pela classe dominante, como função de contemplação e lazer. O uso do espaço público para descanso, comércio e por pessoas que não tivessem “decentemente trajadas” era proibido por lei. É clara a tentativa de ordem, de manter os corpos disciplinados e de se evitarem as aglomerações e os tumultos, ou seja, de impossibilitar os corpos em movimento por meio de manifestações coletivas. A vida urbana, a festa e a liberdade de ação política no espaço público da população excluída da cidade eram, geralmente, coibidos pela classe hegemônica, pela ordem.

No final dos anos 1920, a zona urbana apresenta-se bipolarizada: na região sul, no bairro dos Funcionários, onde se localiza a Praça da Liberdade, predominam a ocupação e o uso dos espaços públicos pela classe dominante; já, na região norte, no Bairro Centro, lugar em que a Praça Sete de Setembro e a Praça da Estação estão inseridas, prevalecem a apropriação e o comércio populares. Os espaços públicos centrais revelam-se os locais do encontro com estranhos, da vida social urbana, da subversão à ordem e da luta pelo direito à cidade.

Assim como no início do século XX, identifica-se a bipolarização da Belo Horizonte contemporânea. A ideia do urbanismo neoliberal busca a requalificação dos espaços públicos inseridos em áreas nobres, como a Praça da Liberdade, justificando, assim, o controle da sua apropriação.

Os princípios dos projetos de requalificação urbana da Belo Horizonte contemporânea no século XXI são semelhantes aos objetivos do modelo de urbanismo progressista do final do século XIX. O planejamento urbano contemporâneo visa ao embelezamento, à higiene e à “limpeza social” da cidade, intensificando a segregação social e reduzindo a vida social urbana. Em tempos recentes, a cidade ainda é concebida por um planejamento excludente que visa a ordenar o espaço e a disciplinar o uso do espaço público. No entanto, a ordem e a exclusão são questionadas, a partir das manifestações coletivas.

As manifestações coletivas nos espaços públicos de Belo Horizonte expressam os conflitos urbanos resultantes da produção do espaço pela ordem hegemônica. Essas ações coletivas podem ser vistas como uma forma de subversão à ordem.

A análise das manifestações ocorridas no período de 2006 a 2019, registradas pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte, aponta que, a partir de 2013, o número dos atos aumentou (até o ano de 2012, foram registrados 36% do total). As jornadas de junho de 2013, no Brasil e em Belo Horizonte, revelam-se como um marco e assinalam o despertar da população para a reivindicação dos seus direitos.

O poder público foi surpreendido pela quantidade significativa dos manifestantes em junho de 2013 e, visando manter a ordem, intensificou a repressão dos atos. Assim, como no século XX, os dispositivos de repressão são a lei (proibição do uso de máscaras pelos manifestantes, por exemplo), a polícia (repressão brutal, com tiros de balas de borrachas e bombas de efeito moral) e a mídia. Da mesma forma que o jornal da década de 1920 descrevia os usuários indisciplinados do espaço público, como “parasitas”, “vadios” ou “desocupados”, a mídia apresentou os manifestantes de junho de 2013 no Brasil e dos atos relacionados à Copa do Mundo em 2014 em Belo Horizonte, como “arruaceiros”, “baderneiros” e “violentos”. A associação das manifestações à baderna, à desordem e à violência reflete o pensamento neoliberal de que a cidadania expressa o não-conflito e a paz social, ou seja, o “cidadão de bem” é aquele que tem civilidade e que não questiona a ordem.

O “apaziguamento” nos espaços públicos a partir da repressão, buscando a redução das manifestações e a “civilidade” dos cidadãos, mostra-se também uma oportunidade para novas ações coletivas, já que o Estado revela a sua susceptibilidade, justamente pela coibição. O resultado é oposto ao esperado: quanto maior a tentativa de repressão dos atos, maior a sua eclosão, o que pode ser atestado pelo aumento das manifestações a partir de 2013, revelando que a sociedade conscientizou-se do poder das ruas e das manifestações.

A maioria (75%) dos conflitos urbanos expressos pelas manifestações refere-se à reivindicação dos direitos sociais (transporte, segurança, moradia, saúde e

educação), geralmente negados à população excluída, como resultado do planejamento urbano progressista e neoliberal de Belo Horizonte.

As insatisfações relacionadas ao salário e à melhoria de condições de trabalho são a pauta de 36% do coletivo mobilizado (Sindicatos e Associações Profissionais e Profissionais da mesma área) dos atos, indicando o caráter histórico das manifestações dos trabalhadores e dos sindicatos. Ressalta-se que as recentes perdas nos direitos sociais, típicas das políticas neoliberais, assim como as perdas trabalhistas implicam maiores precariedades urbanas. Em cidades mercantilizadas, a qualidade de vida acaba diretamente relacionada às questões financeiras. Se há perdas salariais e empregos precarizados, há perdas na qualidade de vida para os trabalhadores e o aumento dos problemas urbanos.

Apontando para o descontentamento da sociedade quanto aos projetos urbanos e à gestão e políticas públicas, historicamente excludentes, o governo corresponde a 75% da Instituição reclamada nas manifestações, sendo que 46% das manifestações questionam o Governo Municipal; 19%, o Governo Estadual; e 11%, o Governo Federal.

A região Centro-Sul de Belo Horizonte é o espaço de 51% das manifestações, pois nesta está localizada a maioria dos equipamentos institucionais do governo, como a sede da Prefeitura de Belo Horizonte. Na região, também estão situadas as praças e as vias principais de Belo Horizonte, onde as manifestações adquirem maior visibilidade.

Sobre o repertório das ações coletivas, 59% referem-se à ruptura (fechamento de vias públicas, passeatas, manifestações em frente às edificações, ocupação em prédios ou terrenos), quando ocorre a visibilidade dos sujeitos políticos pelo aparecimento do corpo no espaço público. A ruptura interrompe o cotidiano, principalmente pelo fechamento das vias, causando o descontentamento dos não manifestantes (“cidadãos de bem”), que geralmente têm uma visão pejorativa das manifestações, na mesma lógica do pensamento neoliberal. Essa visão mostra a individualização da sociedade contemporânea, processo iniciado na cidade industrial e enfatizado na cidade neoliberal.

Desse modo, há um conflito de interesses na própria apropriação do espaço público, assim como a reivindicação pelo direito à cidade pode ser contraditória. O espaço público, então, representa o lugar que propicia os encontros e também os desencontros. Como lugar do dissenso, é palco da ação política, revigorando a vitalidade urbana.

Planejada com o traçado ortogonal e com largas dimensões para conter as revoltas sociais, a Avenida Afonso Pena é o espaço público escolhido para a realização da maioria (34%) das passeatas de Belo Horizonte. Novamente, a ordem imposta pelo próprio desenho urbano é contestada. Também projetadas aos moldes do urbanismo progressista, as praças localizadas na zona urbana são predominantemente apropriadas para as manifestações. Das manifestações nas praças públicas, 43% acontecem na Praça Sete de Setembro; 15%, na Praça da Liberdade; e 14%, na Praça da Estação, somando 72% do total.

A Praça Sete de Setembro, ao longo da trajetória histórica, revela-se o espaço do contrauso e da vitalidade urbana. Projetada como um cruzamento viário, a Praça é inicialmente apropriada pela população para o encontro, representando o espaço da diversidade social. A partir de 1940, a Praça “moderna”, planejada para os automóveis, continua sendo o local dos pedestres e também das manifestações coletivas. A partir de 1970, a Praça é idealizada para a apropriação ordenada, os quarteirões fechados seriam espaços para o uso da população, enquanto a centralidade, próxima ao “pirulito”, seria destinada para o trânsito. Assim, como anteriormente, a centralidade permanece sendo utilizada pelas pessoas e principalmente para as manifestações, justamente por interferir no trânsito.

Como palco das lutas urbanas, a Praça Sete é o espaço da ação política e das manifestações pelos direitos sociais, como o transporte (27%), a segurança (19%), a educação (10%) e a saúde (10%), questionando as medidas e as ações do Estado.

Sobre o coletivo mobilizado das manifestações na Praça, 39% referem-se aos Sindicatos e Associações profissionais e aos profissionais da mesma área, enfatizando o seu caráter histórico como palco de luta dos trabalhadores e 38% correspondem aos excluídos, revelando o espaço como o lugar da voz e do aparecimento desse grupo perante o Estado. Cabe destacar a repressão como

tentativa de calar os excluídos, através da ação da polícia ou da mídia, que, muitas vezes, apresenta esse grupo como violento, assim como os jornais no início do século XX.

Quanto à Instituição reclamada pelas manifestações na Praça Sete, 49% correspondem ao Governo Municipal; 20%, ao Governo Estadual; e 14%, ao Governo Federal, somando 83% do total. O repertório de confronto predominante é a ruptura, por meio das passeatas e do fechamento das vias públicas, que somam 69% do total das formas de luta. Essas manifestações são ações em movimento que rompem com a cotidianidade, principalmente pelo fechamento do trânsito, fato enfatizado pela mídia.

As manifestações coletivas na Praça Sete têm caráter predominantemente contestatório e podem ser entendidas como uma forma de subversão à ordem. Os excluídos, ao invés de se calarem e se isolarem, manifestam-se na Praça, expondo a sua realidade e lutando pelo direito à cidade, por uma nova realidade democrática.

Portanto, desde a sua implantação, a Praça Sete de Setembro é o lugar da festa, do contrauso, da subversão à ordem e da luta pelo direito à cidade, confirmando o seu caráter público e político.

Historicamente, assim como a Praça Sete, a Praça da Estação representa o espaço da vitalidade urbana e da heterogeneidade. A princípio, como porta de entrada da cidade, a Praça era o lugar da passagem de diversas classes. A partir de 1940, assim como a Praça Sete, a Praça foi planejada para o funcionamento do sistema viário, para os terminais de ônibus e do metrô e para o estacionamento de veículos. Mesmo assim, a Praça para o transporte é utilizada pelas pessoas, a classe de baixa renda apropria-se do espaço voltado para os carros. A partir de 2003, o lugar é requalificado de acordo com a lógica neoliberal, projetado para abrigar um espaço para eventos, cujo uso foi determinado pelo poder público através da lei. A Praça “cultural”, contudo, é apropriada pela sociedade para o lazer e o protesto, contestando a ordem.

Espaço da pluralidade, a Praça da Estação é o lugar de partida e de chegada das manifestações, que reivindicam por melhorias do transporte (29%), da educação

(21%) e da segurança (17%), assim como os atos na Praça Sete. O acesso e uso do espaço público (11%) é contestado, principalmente, pelo movimento Praia da Estação.

A maioria (46%) do coletivo mobilizado das manifestações corresponde aos Sindicatos e Associações Profissionais, sendo que 17% correspondem a outros movimentos sociais e 27% a “outros” (grupos específicos), somando 44% do total, considerados os excluídos da ordem (estudantes, jovens, mulheres, negros, entre outros). Os excluídos, em geral, reivindicam por uma cidade democrática, onde a sociedade possa circular e apropriar-se o espaço público livremente e viver de forma segura. Da mesma forma que a Praça Sete, os manifestantes da Praça da Estação correspondem, em sua maioria, aos Sindicatos e aos grupos dos excluídos.

Percebe-se que 52% das contestações referem-se ao Governo Municipal; 15%, ao Governo Estadual; e 12%, ao Governo Federal, Instituições reclamadas nas manifestações na Praça da Estação, somando 79% do total. O Governo Municipal é contestado com maior frequência na Praça da Estação do que na Praça Sete. As manifestações na Praça da Estação reivindicam ao Governo Municipal principalmente questões trabalhistas, além do transporte e do acesso ao espaço público.

A forma de luta predominante nas manifestações é a passeata (42%), confirmando a Praça da Estação como o lugar de chegada ou partida dos atos. Tal como na Praça Sete, o repertório da ação coletiva predominante é a ruptura, pois as passeatas, em geral, dificultam o trânsito no Centro. Pela sua localização, o interrompimento do trânsito dos atos na Praça da Estação provoca menos transtorno do que na Praça Sete. Na Praça da Estação, também ocorrem as ações coletivas convencionais, como as greves e as assembleias.

O retrato da mídia das manifestações na Praça da Estação, de forma oposta àquele na Praça Sete, consiste na descrição de atos pacíficos, sendo o fechamento das vias apresentado como algo efêmero, que não interrompe o trânsito.

As manifestações na Praça da Estação têm caráter tanto reivindicatório (pelos sindicatos que solicitam melhorias salariais) quanto contestatório (pelos excluídos que questionam a ordem do Estado).

A Praça da Estação é caracterizada como o espaço público e político, da heterogeneidade social e da luta pelo direito à cidade, conferindo vitalidade urbana ao local.

Pela localização em uma área nobre e como símbolo do poder do Estado, a trajetória histórica e as manifestações coletivas na Praça da Liberdade são diferenciadas das praças centrais, a Praça Sete de Setembro e a Praça da Estação.

Projetada como uma Praça cívica, a Praça da Liberdade simboliza o poder do Estado, atendendo à função de contemplação e de encontro da sociedade burguesa, conforme determinado pela ordem e pelo plano progressista. No período de 1970 a 1990, quando a Praça era do mercado, abrigando as feiras, a população utilizava o espaço de forma livre. A partir de 1990, a Praça da Liberdade foi transformada de acordo com os princípios do planejamento estratégico para o uso cultural, assim como a requalificação da Praça da Estação em 2003. Mas ao contrário da Praça da Estação, a ordenação da função do espaço público não foi questionada por movimentos sociais.

Com exceção do período de 1970 a 1990, desde o século XIX, a Praça da Liberdade é o lugar do espetáculo e da ordem, controlado e determinado pelo Estado e pelo capital, utilizado predominantemente pela classe hegemônica.

A Praça vivida é o local dos atos públicos, que reivindicam as questões da segurança (35%), do transporte (21%), da educação (12%) e da saúde (12%), bem como as manifestações nas praças centrais. Do coletivo mobilizado dos atos, 27% referem-se aos Sindicatos e Associações profissionais e 25% a grupos específicos, assim como os manifestantes das praças centrais. Cabe destacar que esses grupos específicos (ciclistas, motociclistas e comunidade acadêmica) não correspondem aos excluídos. Diferentemente das praças centrais, 16% das manifestações na Praça da Liberdade são realizadas por grupos de amigos ou parentes.

Sobre a Instituição reclamada, 44% dos atos reivindicam ao Governo Estadual; 17%, ao Governo Municipal; e 10%, ao Governo Federal, somando 71% do total, número inferior à Praça Sete (83%) e à Praça da Estação (79%). Em comparação com as praças centrais, o Governo Estadual recebe mais reclamações na Praça da Liberdade, pela sua localização em frente ao Palácio da Liberdade, enquanto o Governo Municipal e o Governo Federal são questionados com menor frequência.

O repertório de confronto dos atos na Praça da Liberdade é a ação convencional, como as demonstrações e a manifestação em praça pública, que corresponde a 41% da forma de luta das ações coletivas. Em geral, as manifestações mantêm a rotina no espaço e no seu entorno, repertório oposto aos atos nas praças centrais, principalmente na Praça Sete. Destaca-se que o fechamento de vias públicas não foi registrado como forma de manifestação na Praça da Liberdade, sendo que, na Praça Sete, corresponde a 33% e na Praça da Estação a 6% do total do repertório dos atos. Já as carreatas ou manifestações sobre rodas, quando não há o aparecimento dos corpos no espaço público, foram identificadas com maior frequência na Praça da Liberdade (18%) em relação à Praça da Estação (10%) e à Praça Sete (1%).

Assim como na Praça da Estação, a mídia apresenta as manifestações na Praça da Liberdade como atos pacíficos e, em geral, com proteção policial. Logo, são ações coletivas, conforme a ordem.

As manifestações na Praça da Liberdade, geralmente, têm caráter reivindicatório por melhorias das condições de trabalho e salário ou de segurança no trânsito. A ordem hegemônica não é contestada e a ordem no espaço público é mantida.

Ao analisar a trajetória histórica e as manifestações coletivas realizados nas três praças, entende-se que a Praça Sete e a Praça da Estação são palco da subversão à ordem, da luta pelo direito à cidade e da expressão dos conflitos urbanos, portanto são semelhantes às praças da cidade comercial, já que esses espaços, de caráter público e político, são os lugares da festa, da vitalidade urbana. Já a Praça da Liberdade pode ser comparada aos espaços públicos da cidade industrial, planejada para um uso específico, de maneira ordenada. Seria a praça modelo, que funciona harmonicamente de acordo com o desejável pelo poder instalado. O espaço público cenário, intocável, onde estariam os atores cumprindo seus papéis de acordo com roteiros pré-determinados. Não se pode negar, contudo, que esse espaço espetáculo representa também uma série de conflitos, sendo expressão da desigualdade, da exclusão e do direito à cidade para grupos específicos.

As manifestações ocorridas em Belo Horizonte, sobretudo na Praça Sete de Setembro e na Praça da Estação, no período de 2006 a 2019, podem constatar a hipótese do trabalho de que a ordenação do espaço e da sociedade urbana implica a contestação da própria ordem. Desde a sua formação, o planejamento belo-horizontino mantém os princípios do urbanismo progressista: em busca da ordem, a classe hegemônica gera a segregação e a exclusão, portanto intensifica os conflitos urbanos e, conseqüentemente suscita o descontentamento dos excluídos, que se revela a partir das manifestações coletivas.

O espaço público, como palco das manifestações coletivas e da vitalidade urbana, é o espaço concreto para a subversão à ordem, para a luta pelo direito à cidade e para a expressão dos conflitos urbanos de Belo Horizonte. Nesse sentido, assemelha-se ao espaço público da cidade comercial, considerada por Lefebvre (2008) o modelo de realidade urbana, quando o valor de uso predomina sobre o valor de troca. Pode-se afirmar que as manifestações no espaço público de Belo Horizonte são um dos caminhos para a renovação da vida urbana, logo para o alcance do direito à cidade.

Cabe destacar que o entendimento dos conflitos urbanos, expressos pelas manifestações coletivas, contribuem para a leitura da cidade e oferecem subsídios para a formulação de políticas públicas. Questões historicamente negligenciadas pelas políticas públicas saltam aos olhos nas análises das manifestações ocorridas em Belo Horizonte, como transporte, segurança, educação e saúde. Além disso, as reivindicações do coletivo mobilizado predominante dos protestos, os sindicatos e os grupos dos excluídos, também precisariam ser consideradas pelo Governo Municipal, principal Instituição reclamada. Como favorecer a participação de grupos invisibilizados? Como criar canais de inclusão? Escutar tais grupos não conduziria a políticas públicas mais condizentes com as realidades sociais?

As ruas falam e, por muitas vezes, as ruas gritam. Escutar essas vozes que vêm dos espaços públicos das cidades é reconhecer a importância dos conflitos urbanos e de suas manifestações. Negar esses conflitos seria sufocar essas vozes e impedir as possibilidades de se desejar uma realidade diferente. Assim, os conflitos

urbanos são elementos essenciais para que se vislumbre a perspectiva de uma transformação urbana, a construção de uma cidade democrática e justa.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço Público**, do urbano ao político. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2008.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. SILVA, Regina Helena Alves da. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/VCSA-6X4NU4>. Acesso em: 12 jun. 2009.

AMADEU, Sérgio. Sérgio Amadeu discute consequências das “Jornadas de Junho” e expansão da nova direita. **Revista Fórum**. 2018. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/sergio-amadeu-discute-consequencias-das-jornadas-de-junho-e-expansao-da-nova-direita/>. Acesso em: 11 dez. 2018.

AMBULANTES e camelôs protestam contra 'ação violenta' de fiscais da PBH. **O Tempo**. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/ambulantes-e-camelos-protestam-contracao-violenta-de-fiscais-da-pbh-1.2163968>. Acesso em 05 jan. 2020.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Nova reunião**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos Modernistas**: Representações Ambivalentes da Cidade Moderna. Belo Horizonte: PUC Minas: C/Arte, 2004.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. Singularidade e igualdade nos espaços públicos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 2, p. 12-24, 2007.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; VELOSO, Clarissa dos Santos. Intervenções urbanas mediadas pela cultura e os usos dos espaços públicos. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 50, n. 3, p. 225-233, set./dez., 2014.

ANDRADE, Rodrigo Ferreira; MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. A formação da cidade. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. (Org.). **Arquitetura da Modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; IAB-MG, 1998.

ARANTES, Otília B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Representações do Conjunto da Praça da Estação no acervo do Arquivo Público da Cidade Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2019. Disponível em: <https://issuu.com/apcbh/docs/pracaestacao>. Acesso em: 03 maio 2020.

ARROYO, Michele Abreu. **Reabilitação Urbana Integrada e a Centralidade da Praça da Estação**. ANDRADE, Luciana Teixeira de. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

ASSUNTO, Rosário. A paisagem e a estética. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo. **Filosofia da paisagem**: uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

'ATENTADO POÉTICO' em praças reivindica melhorias para Belo Horizonte. **Estado de Minas**. 2016. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/04/03/interna_gerais,749586/atentado-poetico-em-pracas-reinvidica-melhorias-para-belo-horizonte.shtml. Acesso em: 16 jan. 2020.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo-Brasília: HUCITEC, 1987.

BAPTISTA, Maria Elisa. **Fronteiras Urbanas Contemporâneas**: espaço público e cidadania. MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2000.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

BELO HORIZONTE. Decreto n. 10, de 24 de junho de 1925. **Dá regulamento para os jardins públicos, as praças ajardinadas e o Parque Municipal**. Belo Horizonte, 1925.

BELO HORIZONTE. **BH Centro**: concurso nacional para reestruturação do centro de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1989.

BELO HORIZONTE. Lei nº 8616, de 14 de julho de 2003. **Contém o Código de Posturas do município de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2003a.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Cultura. **Requalificação da Esplanada da Praça Rui Barbosa**. Memória de Projeto. Belo Horizonte, 2003b. Não publicado.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 13.798, de 09 de dezembro de 2009. **Proíbe a realização de eventos no local**. Belo Horizonte, 2009.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 13.863, de 29 de janeiro de 2010. **Institui a Comissão Especial de Regulamentação de Eventos na Praça da Estação e dá outras providências**. Belo Horizonte, 2010.

BELO HORIZONTE. **Geosiorbe**: base geográfica e informações cadastrais de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://webmapsiorbe.pbh.gov.br/webmap/>. Acesso em: 20 maio. 2020.

BELOTUR. Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte. **Roteiros Turísticos de Belo Horizonte**. 2019. Disponível em: <http://portalbelohorizonte.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BENEVOLO, Leonardo. **A história da cidade**. Trad. Sílvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol. Tempo e Paisagem. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 23, p. 180-195, 2016.

BESSA, Altamiro Sergio Mol; ALVARES Lucia Maria Capanema. **A construção do turismo**: megaeventos e outras estratégias de venda das cidades. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.

BORJA, Jordi. Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio. **Arquitextos**, São Paulo, mai., 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/353>. Acesso em: 20 set. 2016.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos** – CEBRAP. São Paulo, n. 45, p.152-166, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 7 jan. 2020.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory**, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A praça brasileira**: trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade. BRESCIANI, Maria Stella Martins.Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

CALDEIRA, Júnia Marques. **Praça: território de sociabilidade**. Uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade em Belo Horizonte. BRESCIANI, Maria Stella Martins. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

CAMPANHA para declarar o amor por BH. **O Tempo**. 2006. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/campanha-para-declarar-o-amor-por-bh-1.331383>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CANUTO, Frederico. **Pasta 00731 - volumes 01 e 02 end**. quarteirões fechados da praça Sete de Setembro: apenso ao processo n. - 01.059220.95.10 : sobre a produção de uma nova sensibilidade urbana pela arquitetura. MONTE-MÓR, Roberto Luís de

Melo. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2005.

CARLOS, Ana Fani A. A tragédia urbana. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHO, D.; ALVAREZ, I. P. **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani A. A privação do urbano e o “direito à cidade”. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R.F. de (Org.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CASTELLS, Manuel. **Lutas urbanas e poder político**. Porto: Afrontamento, 1976.

CATADORES de materiais recicláveis distribuem rosas na Praça Sete em BH. **Estado de Minas**. 2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/05/15/interna_gerais,294406/catadores-de-materiais-reciclaveis-distribuem-rosas-na-praca-sete-em-bh.shtml. Acesso em: 05 jan. 2020.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades: uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2013

COM SALÁRIOS atrasados, professores da rede estadual protestam em BH. **Estado de Minas**. 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/06/19/interna_gerais,967867/com-salarios-atrasados-professores-da-rede-estadual-protestam-em-bh.shtml. Acesso em: 17 jan. 2020

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CONTRA a homofobia, performance reúne 'cadáveres' na praça Sete. **O Tempo**. 2016. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/contra-a-homofobia-performance-reune-cadaveres-na-praca-sete-1.1339116>. Acesso em: 06 jan. 2020.

COSTA, Heloisa Soares. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís (Org.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, PBH, 1994. p.51-77.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Introdução à Edição inglesa. In: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p.13-34.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideologia**. Madrid: Los libros de la Catarata, 2011.

DELGADO, Manuel. **La ciudad mentirosa**. Fraude y miseria del `modelo Barcelona`. Madrid: Los libros de la Catarata, 2017.

DELGADO, Manuel. El Espacio Público No Existe. **Manueldelgadoruiz.Blogspot**. 2018. Disponível em: <http://manueldelgadoruiz.blogspot.com/2018/09/el-espacio-publico-no-existe.html>. Acesso em: 09 set 2018.

DESFILE do bloco 'Praia da Estação' tem protesto contra a PM. **Estado de Minas**. 2016. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/02/06/interna_gerais,732199/desfile-do-bloco-da-praia-tem-protesto-contra-a-pm.shtml. Acesso em: 21 jan. 2020.

EM ATO com pouca adesão, trabalhadores fazem passeata no centro de BH. **O Tempo**. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/em-ato-com-pouca-adesao-trabalhadores-fazem-passeata-no-centro-de-bh-1.1491642>. Acesso em: 22 jan. 2020.

EM PROTESTO contra aumento, coletivo distribui passagens de metrô a R\$ 1,80. **Estado de Minas**. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/11/04/interna_gerais,1098395/em-protesto-contra-aumento-coletivo-distribui-passagens-de-metro-a-r.shtml. Acesso em: 21 jan. 2020.

FAMÍLIAS protestam por direitos dos autistas na praça da Liberdade. **O Tempo**. 2016. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/familias-protestam-por-direitos-dos-autistas-na-praca-da-liberdade-1.1272730>. Acesso em: 12 jan. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Daniel Medeiros de. **Aproximações entre arquitetura e urbanismo nas intervenções realizadas no hipercentro de Belo Horizonte**. 2006. Dissertação (Mestrado). Orientador. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Panorama de Belo Horizonte**: Atlas Histórico. Belo Horizonte: FJP, 1997.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **Reivindicações populares urbanas**: um estudo sobre as Associações de Moradores em São Paulo. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

GOMES, Paulo César da Costa. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.) **Olhares Geográficos**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

GONÇALVES, Raquel Garcia; SIMAO, Karina M. C.; PAIVA, R. V. C.; RAMOS, V. S. Sobre conflitos urbanos, territórios e poder: a disputa pela incerteza **Anais[...] XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**, São Paulo, 2017.

'GRITO DOS EXCLUÍDOS' critica política econômica e pede saída de Levy. **O Tempo**. 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/grito-dos-excluidos-critica-politica-economica-e-pede-saida-de-levy-1.1106368>. Acesso em: 07 jan. 2020.

GROSSI, Yonne de Souza. Belo Horizonte: qual pólis. **Caderno de História**. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 12-24, out., 1997.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

HAESBAERT, R. Contenção territorial: “campos” e novos muros. In: HAESBAERT, R. (Org.). **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p.207-228.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, n. 39, p. 48-64, 1996.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. A Razão Moldando o Cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar – Belo Horizonte – 1907-1908. **Caderno de História**. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 57-63, out., 1997

HOLSTON, James. A cidadania estranhada. In: HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.197-261.

JAYME, Juliana; TREVISAN, Eveline. Intervenções Urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. **Civitas**. Porto Alegre, n. 2, v. 12, p. 359-377, mai./ago., 2012.

JULIÃO, Leticia. **Belo Horizonte**: itinerários da cidade moderna (1891-1920). ANASTASIA, Carla M. J. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1992.

LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. Trabalho e Sindicato, Cidade e Cidadania (1897-1990). In: NEVES, Magda de Almeida.; DULCI, Otávio Soares. **Belo Horizonte**: poder, política e Movimentos sociais. Belo Horizonte: Ed. Arte, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITE, Rogerio Proença. **Contrausos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP; Aracaju: Ed. da UFS, 2007.

LEMOS, Celina Borges. **Determinações do espaço urbano**: a evolução econômica urbanística e simbólica no centro de Belo Horizonte. ALBANO, Maria Celina Pinto. Dissertação (Mestrado). Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1988.

LEMOS, Celina Borges. **Antigas e novas centralidades**: a experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2010.

MACIEL, Marieta Cardoso. **O projeto em arquitetura paisagística**: praças e parques públicos de Belo Horizonte. 1998. SOBRINHO, Joaquim M. Guedes. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. **Estratégias de rua**: manifestações político-sindiais do Sindicato dos Bancários na Praça Sete de Belo Horizonte. FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

MANIFESTAÇÃO dos taxistas interrompe o trânsito na praça Sete. **O Tempo**. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/manifestacao-dos-taxistas-interrompe-o-transito-na-praca-sete-1.742321>. Acesso em: 08 jan. 2020.

MANIFESTAÇÃO de servidores da prefeitura complica o trânsito no Centro de BH. **Estado de Minas**. 2014. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/03/18/interna_gerais,509298/manifestacao-de-servidores-da-prefeitura-complica-o-transito-no-centro-de-bh.shtml. Acesso em: 08 jan. 2020.

MANIFESTAÇÃO do Tarifa Zero termina com quatro detidos. **O Tempo**. 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/manifestacao-do-tarifa-zero-termina-com-quatro-detidos-1.979753> Acesso em: 05 jan. 2020.

MANIFESTAÇÕES: conheça as caras e as vozes dos protestos em Belo Horizonte. Grupos que tomam as ruas são de diversas tendências, transitando da extrema esquerda até a anarquia. **Estado de Minas**. 2014. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/05/25/interna_politica,532337/manifestacoes-conheca-as-caras-e-as-vozes-dos-protestos-em-belo-horizonte.shtml. Acesso em: 03 jan. 2020.

MANIFESTANTES fecham Praça Sete, em Belo Horizonte. **G1- portal de notícias da globo**. 2014(a). Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/manifestantes-fecham-praca-sete-em-belo-horizonte.html>. Acesso em: 09 jan. 2020.

MANIFESTANTES pulam catraca em protesto por atraso na entrega do Move. **O Tempo**. 2014(b). Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/manifestantes-pulam-catraca-em-protesto-por-atraso-na-entrega-do-move-1.789796>. Acesso em: 19 jan. 2020.

MANIFESTANTES protestam em Belo Horizonte contra a morte da juventude negra. **O Tempo**. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/manifestantes-protestam-em-belo-horizonte-contr-a-morte-da-juventude-negra-1.2242658>. Acesso em: 18 jan. 2020.

MARRETA. **Informativo Oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de BH, Sabará, Lagoa Santa, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas, Nova Lima, Rio Acima e Raposos**. Edição Especial em comemoração dos 30 anos da greve de 1979. jul. 2009. Disponível em: <http://sticbh.org.br/boletins/jornalgreve1979.pdf>. Acesso em: 03 maio 2020.

MARICATO, Ermínia. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. **Revista VeraCidade**. Salvador, n. 4, p. 1-25, mar., 2009.

MENDES, Igor. Algumas lições das Jornadas de Junho de 2013. **A nova democracia. Apoie a imprensa popular democrática**. n. 171, jun. 2016. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-171/6466-algumas-lico-es-das-jornadas-de-junho-de-2013>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MILHARES de estudantes e professores em BH protestam contra cortes na educação. **Estado de Minas**. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2019/05/15/internas_educacao,1053905/milhares-de-estudantes-e-professores-em-bh-protestam-cortes-educacao.shtml. Acesso em: 10 jan. 2020.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. A cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís (Org.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, PBH, 1994. p.11-27.

MORADORES da Ocupação Izidora protestam em Belo Horizonte. **G1- portal de notícias da globo**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/moradores-da-ocupacao-izidora-protestam-em-belo-horizonte.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2020.

MULHERES protestam contra negativa de atendimento prioritário. **O Tempo**. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/mulheres-protestam-contr-a-negativa-de-atendimento-prioritario-1.1487538>. Acesso em: 06 jan. 2020.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASCIMENTO, Alexandra. Apropriações e percepções dos espaços: práticas culturais na Praça Sete no hipercentro de Belo Horizonte. **Anais[...]** XII ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL. Belo Horizonte, 2017.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Arquitetura ocidental**: la arquitetura como história de formas significativas. Barcelona: Gustavo Gili, 1985.

NOSSA HISTÓRIA: Praça da Liberdade, palco de lutas e conquistas. **Estado de Minas**. 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/03/21/interna_gerais,629817/nossa-historia-praca-da-liberdade-palco-de-lutas-e-conquistas.shtml. Acesso em 23 jan. 2020.

NUNCA subestime um homem de sunga e guarda-sol. **Praça Livre BH**. 2010. Disponível em: <https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/02/28/nunca-subestime-um-homem-de-sunga-e-guarda-sol/>. Acesso em: 17 jan. 2020

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE. **Projeto de pesquisa**. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2013.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE. **Conflitos urbanos registrados no período de abril de 2006 a dezembro de 2019**. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2020.

OBSERVATÓRIO PERMANENTE DE CONFLITOS URBANOS DO RIO DE JANEIRO. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano (IPPUR). Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.observaconflictosrio.ippur.ufrj.br>. Acesso em: 15 fev. 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. **O que é formação para a cidadania?** Entrevista por Silvio Caccia Bava. 2000.

PAIS levam filhos para protesto pacífico na praça da liberdade. **G1- portal de notícias da globo**. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/pais-levam-filhos-para-protesto-pacifico-na-praca-da-liberdade.html>. Acesso em: 25 jan. 2020.

PALCO oficial de protestos. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 10 set. 2003.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte: um estudo de caso a luz de comparações com as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. **Mediações, Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 21, p. 332, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

PLAMBEL. Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **O processo de formação do espaço urbano da RMBH**. Belo Horizonte, 1977.

PLAMBEL. Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte 1827-1970**. Belo Horizonte: [s.n.], 1979.

PM usa bombas e jatos d'água em protesto de professores no Centro de BH. **Estado de Minas.** 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/23/interna_gerais,953594/pm-usa-bombas-e-jatos-d-agua-em-protesto-de-professores-no-centro.shtml. Acesso em: 04 jan. 2020.

PRAIA da Estação anima feriado de Sete de Setembro. **O Tempo.** 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/praias-da-estacao-anima-feriado-de-sete-de-setembro-1.1106671>. Acesso em: 17 jan. 2020.

PROTESTO de estudantes complica o trânsito no Centro de Belo Horizonte. **Estado de Minas.** 2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/07/19/interna_gerais,307035/protesto-de-estudantes-complica-o-transito-no-centro-de-belo-horizonte.shtml. Acesso em: 08 jan. 2020.

PROTESTO contra a Copa do Mundo reúne manifestantes em BH e outras capitais do país. **Estado de Minas.** 2014. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/01/25/interna_gerais,491693/protesto-contra-a-copa-do-mundo-reune-manifestantes-em-bh-e-outras-capitais-do-pais.shtml. Acesso em: 06 jan. 2020.

PROTESTO de ocupações complica o trânsito na Avenida Afonso Pena em BH. **Estado de Minas.** 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/03/28/interna_gerais,947392/protesto-de-ocupacoes-complica-o-transito-na-av-afonso-pena-em-bh.shtml. Acesso em: 04 jan. 2020

PROTESTO no Centro complica trânsito na volta para casa em BH. **Estado de Minas.** 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/10/03/interna_gerais,1090126/protesto-no-centro-complica-transito-na-volta-para-casa-em-bh.shtml. Acesso em: 08 jan. 2020.

RESENDE, Pedro Henrique de Mendonça. **Fantasmagorias na metrópole**: ensaios críticos a partir do Circuito Cultural Praça da Liberdade em Belo Horizonte. MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Imaginação e metrópole: as ofertas paradigmáticas do Rio de Janeiro e São Paulo. In: MACHADO, Denise B. Pinheiro; VASCONCELOS, Eduardo Mendes de. **Cidade e Imaginação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 55-62.

RIVERO, Elena Lucía. **Um espaço, várias praças**: conflitos e disputas em torno da Praça da Estação. COUTO, Beatriz Alencar d'Araújo. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2015.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia *et al.* (Org.). **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, Campinas, n. 1, p.115-132, mai./nov., 1999.

SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. **Praça Sete**: o coração da cidade. Belo Horizonte: Conceito, 2006.

SECCO, Lincoln. As jornadas de junho. In: ROLNIK, Raquel *et al.* (Org.). **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 71-78.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SERVIDORES municipais de Educação decidem entrar em greve na segunda. **O Tempo**. 2016. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/servidores-municipais-de-educacao-decidem-entrar-em-greve-na-segunda-1.1278981#>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

SEXTA-FEIRA tem protesto de ciclistas nas ruas de Belo Horizonte. **O Tempo**. 2014. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/sexta-feira-tem-protesto-de-ciclistas-nas-ruas-de-belo-horizonte-1.782271>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SITTE, Camillo. **A Construção de Cidades Segundo Princípios Artísticos**. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (Org.). **Geografias**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAXISTAS manifestam e fecham duas faixas da avenida Afonso Pena, em BH. **O Tempo**. 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/taxistas-manifestam-e-fecham-duas-faixas-da-avenida-afonso-pena-em-bh-1.984703>. Acesso em: 08 jan. 2020.

THOREAU, Henry David. **A desobediência civil**. Tradução: José Geraldo Couto. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2012.

TRABALHADORES fazem assembleia em frente à Prefeitura de BH e mantêm greve na educação infantil. **Estado de Minas**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/trabalhadores-da-rede-municipal-de-educacao-fazem-assembleia-em-frente-a-prefeitura-de-bh.ghtml>. Acesso em: 06 jan. 2020.

TRÂNSITO é bloqueado na Praça Sete, em BH, por causa de protesto. **G1 - portal de notícias da globo**. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/07/transito-e-bloqueado-na-praca-sete-em-bh-por-causa-de-protesto.html>. Acesso em: 08 jan. 2020.

TURRI, Eugênio. A paisagem como teatro. Do território do vivido ao território representado. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem**: uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 167-184.

VAINER, Carlos B. Utopias urbanas e o desafio democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 105, jul./dez., 2003^a.

VAINER, Carlos B. O plano de recuperação e desenvolvimento econômico e social das comunidades atingidas por barragens de Itá e Machadinho: uma experiência inovadora de extensão universitária e de planejamento. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, p. 135-153, n. 1, 2003b.

VAINER, Carlos B. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. **Anais[...]** XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Rio de Janeiro, 2011.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2013a.

VAINER, Carlos B. Megaeventos, meganegócios, megaprotestos. **Blog da Boitempo**, 2013b.

VAINER, Carlos B. *et al.* O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal *et al.* (Org.). **Planejamento e Conflitos Urbanos**: experiências de luta. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

VILELA, Nice Marçal. **Hipercentro de Belo Horizonte**: movimentos e transformações espaciais recentes. MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. Belo Horizonte, 2006.